



REVISTA ELETRÔNICA DE FILOSOFIA

PERIÓDICO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

[HTTP://E-REVISTA.UNIOESTE.BR/INDEX.PHP/ALAMEDAS](http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas)

REVISTA ALAMEDAS

REVISTA ALAMEDAS V. 9, N. 1, 2021 E-ISSN 1981-0253

DOSSIÊ:

DINÂMICAS DE FRONTEIRAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
RUA DA FACULDADE 645. TOLEDO - PR. CEP: 85.903.000.
EMAIL: REVISTAALAMEDAS@GMAIL.COM

Revista Alamedas - Revista Eletrônica Discente do PPGFil da UNIOESTE. Caracteriza-se como iniciativa que tem como objetivo principal construir espaços para a divulgação do conhecimento produzido por pesquisadores das Ciências Sociais e da Filosofia.

A Revista Eletrônica Alamedas é uma publicação dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Tal iniciativa tem como principal objetivo abrir caminhos para a divulgação do conhecimento produzido por pós-graduandos. Serão aceitos trabalhos inéditos na revista, cujos autores sejam mestranda/o, mestra/e, doutoranda/o, doutora/or. A Revista aceitará contribuições nos seguintes formatos: artigos, ensaios inéditos, traduções, resenhas e entrevistas.

• **FICHA CATALOGRÁFICA:**

- Marilene de Fátima Donadel (UNIOESTE/Campus de Toledo)
CRB 9/924

Revista Alamedas: Revista Eletrônica do NDP [recurso eletrônico] /

R454 Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa; editor científico Nilceu Jacob Deitos, editora adjunta Yonissa Marmitt Wadi. -- v.1, n. 1 (jan./jul. 2006) - Dados eletrônicos. -- Toledo: NDP, 2006.
Semestral
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: www.unioeste.br/ndp/revista

ISSN: 1981-0253

1. Ciências sociais - Periódicos 2. História - Periódicos 3. Educação - Periódicos 4. Filosofia - Periódicos I. Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa II. Deitos, Nilceu Jacob, Ed. Wadi, Yonissa Marmitt, Ed.

CDD 20. ed. 001.305

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

REITOR

Paulo Sérgio Wolff

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

César Augusto Battisti

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Geraldo Magella Neres

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL E EXECUTIVA

- Prof. Dr. Claudinei Aparecido de Freitas da Silva (UNIOESTE)

EDITOR CIENTÍFICO E EXECUTIVO:

- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)

EDITORES ADJUNTOS:

- Célia Machado Benvenho (UNIOESTE)
- Charles Eriberto Wengrat Pichler (UNIOESTE)
- Cristiane Roberta Xavier Candido (UNIOESTE)
- Fabiana de Jesus Benetti (UNIOESTE)
- Giovane da Silva Lozano (UNIOESTE/UFGD)
- Jhonatan Gonçalves (UNIOESTE)

- Josiane Paula da Silva (UNIOESTE)
- Kátia Rocha Salomão (UNIOESTE)
- Suellen Dantas Godoi (UNIOESTE)

APOIO EDITORIAL:

- Projeto SABER (Sistema de Acesso à Biblioteca Eletrônica de Revistas)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:

- DRI - Diretoria de Informática (UNIOESTE/Campus de Toledo)
- NDP - Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (UNIOESTE/Campus de Toledo)

REVISÃO:

- Revista Alamedas

CONSELHO EDITORIAL:

- Prof. Dr. César Augusto Battisti (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Jadir Antunes (UNIOESTE)
- Prof. Dr. José Luiz Ames (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Libanio Cardoso Neto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Luciano Carlos Utteich (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo (UNIOESTE/Campus de Toledo)
- Prof. Dr. Rosalvo Schütz (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Stefano Buselatto (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Tarcílio Ciotta (UNIOESTE)
- Prof. Dr. Wilson Antonio Frezzatti Júnior (UNIOESTE)
- Prof^ª. Dra. Denise Jardim (UFRGS)
- Prof^ª. Dra. Ester Maria Dreher Heuser (UNIOESTE)
- Prof^ª. Dra. Marta Rios Alves Nunes da Costa (UNIOESTE/UFMS)

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL:

- Prof. Dr. Danilo Saretta Veríssimo (UNESP)



- Prof. Dr. Ericson Sávio Falabretti (PUCPR)
- Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein (PUCRS)
- Prof. Dr. Evanildo Costeski (UFC)
- Prof. Dr. Fábio Marques de Almeida (UFG)
- Prof. Dr. Marcelo Fabri (UFSC)
- Prof. Dr. Marciano Adilio Spica (UNICENTRO)
- Prof. Dr. Marcos José Müller (UFSC)
- Prof. Dr. Max Rogério Vicentini (UEM)
- Prof. Dr. Reinaldo Furlan (USP)
- Prof. Dr. Sirio Lopez Velasco (FURG)
- Prof. Dr. Wanderley Cardoso de Oliveira (UFSJ)
- Prof^ª. Dra. Marta Nunes da Costa (UFMS)

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL:

- Prof. Dr. Duane Harvey Davis (University of North Carolina, *Asheville*/EUA)
- Prof. Dr. Franco Riva (Università Cattolica del Sacro Cuore/Milano)
- Prof. Dr. Martin Grassi (UCA /Buenos Aires)
- Prof. Dr. Renaud Barbaras (Panthéon/Sorbonne/Paris)
- Prof. Dr. Roberto Juan Walton (UBA/Buenos Aires)
- Prof. Dr. Thamy Claude Ayouch (Sorbonne/Paris VII)
- Prof^ª. Dra. Graciela Ralon Walton (UNSAM/Buenos Aires)
- Prof^ª. Dra. Irene Borges Duarte (Universidade de Évora)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____	8
<i>Comissão Editorial</i>	
“MENINAS QUE QUEREM AJUDAR A FAMÍLIA” – AS QUE VÃO, OS QUE FICAM E AS REDES DE CUIDADO E DE AFETIVIDADE TRANSNACIONAIS _____	12
<i>Elisa Hipólito do Espírito Santo</i>	
A CONDIÇÃO EXÍLICA E A SUBVERSÃO DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS: EVA LUNA DE ISABEL ALLENDE _____	33
<i>Liz Basso Antunes de Oliveira</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA TRÍPLICE FRONTEIRA AR-BR-PY: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS _____	48
<i>Maria Aparecida Webber</i>	
TRABALHO E IMIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS NAS NARRATIVAS DOS HAITIANOS ACERCA DAS FRONTEIRAS _____	64
<i>Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho</i>	
AS FRONTEIRAS INSULARES NO CONTEXTO DA MOBILIDADE-MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - O CASO DE CABO VERDE _____	76
<i>Paulino Oliveira Do Canto</i>	
“EU SOU DE TODOS OS LUGARES”: MIGRANTES CARIBENHAS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA _____	98
<i>Lívia Verena Cunha do Rosário</i>	
PARADIPLOMACIA Y FRONTERA TRASANDINA. DESAFÍOS DEL COMITÉ DE INTEGRACION AGUA NEGRA: COQUIMBO (CHILE) Y SAN JUAN (ARGENTINA). 2015-2021 _____	118
<i>Sergio Gustavo Astorga</i> <i>Celia Romina Brúculo</i>	
PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA BRASILEIRA _____	133
<i>Deise Baumgratz</i> <i>Petterson Gherlandi</i>	
INSTITUTO POLOIGUASSU: ATOR PARADIPLOMÁTICO DA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUASSU _____	156
<i>Petterson E. S. Gherlandi</i> <i>Andressa Szekut</i> <i>Alfredo Brito Aguiar</i>	



**OS ESTADOS E OS ILEGALISMOS FRONTEIRIÇOS: UM ESTUDO SOBRE A
FRONTEIRA DA PAZ** _____ **179**

Letícia Núñez Almeida

**TRAJETÓRIA DOCENTE: VIVÊNCIAS DE UMA PROFESSORA DA
INFÂNCIA NA FRONTEIRA** _____ **196**

Luciene Cléa da Silva

Leandro Baller

DIRETRIZES E NORMAS _____ **215**

Comissão editorial

APRESENTAÇÃO

Car@s leitor@s é com satisfação que apresentamos a nova edição da Revista Alamedas. Para esse volume, organizamos um dossiê sobre a discussão de Dinâmicas de Fronteiras. A iniciativa surgiu por meio do III Colóquio Internacional Dinâmicas de Fronteiras que ocorreu do dia 10 a 12 de novembro de 2020 devido a pandemia do COVID-19 o evento foi todo organizado online utilizando de plataformas digitais. O Colóquio contou com palestrantes nacionais e internacionais, apresentação de artigos e pesquisas em andamento ou concluídas relacionadas a discussão de fronteiras.

Nesse dossiê, encontra-se 15 contribuições que perpassam por vários temas das Ciências Humanas e sociais relacionados a fronteira. Nesse sentido, os textos selecionados tratam assuntos relacionados a corparalidades na/da fronteira: gênero, raça e sexualidade; migrações e fronteiras na américa latina e caribe; paradiplomacia e fronteiras; fronteiras e desenvolvimento territorial, trabalhadores(as), ilegalismos e fronteiras e por fim fronteiras, educação e interculturalidades.

No primeiro capítulo intitulado **“MENINAS QUE QUEREM AJUDAR A FAMÍLIA” - AS QUE VÃO, OS QUE FICAM E AS REDES DE CUIDADO E DE AFETIVIDADE TRANSNACIONAIS**”, Elisa Hipólito do Espírito Santo, faz uma etnografia em um salão de beleza na Galeria do Raggae em São Paulo com cabeleireiras imigrantes de países africanos. Busca-se refletir entorno das redes de sociabilidade, afetividade e de cuidado transnacionais. Ao passo que reforça a importância de uma visão multifacetada das dinâmicas migratórias, sobretudo se atentando aos regimes de diferença de gênero e raça.

No capítulo dois Liz Basso Antunes de Oliveira, no seu texto **“A CONDIÇÃO EXÍLICA E A SUBVERSÃO DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS: EVA LUNA DE ISABEL ALLENDE**”, propõem uma reflexão em compreender a influência da condição exílica para a construção identitária subversiva da protagonista-narradora de *Eva Luna* (2014) da escritora chilena Isabel Allende, que rompe com os padrões comportamentais designados às mulheres nas sociedades patriarcais.

Maria Aparecida Webber nos apresenta, no terceiro capítulo, sistematiza sobre a violência de gênero. Em **“VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA TRÍPLICE FRONTEIRA AR-BR-PY: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS**” a autora

apresenta-se a temática da violência contra as mulheres no espaço da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, onde se cruzam as respectivas cidades de Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. São expostos alguns dados sobre a incidência deste tipo de violência neste território, bem como são apresentadas de forma breve as principais ferramentas legais e entidades de ação civil e social que realizam o acolhimento e apoio dessas mulheres.

No quarto capítulo intitulado **“TRABALHO E IMIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS NAS NARRATIVAS DOS HAITIANOS ACERCA DAS FRONTEIRAS”** a autora Joselene Leda dos Santos Lopes de Carvalho analisa as trajetórias de vida, imigração, trabalho e de luta, assim, que para além das fronteiras físicas ultrapassadas pelos haitianos desde que saíram do Haiti para que chegassem até o Brasil, houve também as fronteiras do imaginário popular que mesmo após anos da imigração haitiana para o Brasil, parte da população brasileira insiste em lidar com os imigrantes como “os outros”.

O capítulo quinto **“AS FRONTEIRAS INSULARES NO CONTEXTO DA MOBILIDADE/MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DE CABO VERDE (ÁFRICA)”**, Paulino Oliveira Do Canto, propõe refletir sobre como se construiu a concepção e/ou representação das fronteiras cabo-verdianas e foi evoluindo, implicando em novas dinâmicas sociais no contexto das mobilidades/migrações internacionais, com enfoque especial sobre os cidadãos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para/em Cabo Verde.

O sexto capítulo **““EU SOU DE TODOS OS LUGARES”: MIGRANTES CARIBENHAS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA”**, Livia Verena Cunha do Rosário, destaca a origem de duas migrantes, o Caribe, e como a mobilidade enquanto elemento constitutivo da história dessa região reflete-se nas experiências dessas mulheres em suas vivências no Amapá e na fronteira franco-brasileira.

No sétimo capítulo intitulado **“PARADIPLOMACIA Y FRONTERA TRASANDINA. DESAFÍOS DEL COMITÉ DE INTEGRACION AGUA NEGRA: COQUIMBO (CHILE) Y SAN JUAN (ARGENTINA). 2015-2021”**, a autora Celia Romina Brúculo e o autor Sergio Gustavo Astorga, reflexionar sobre la cooperación fronteriza integra múltiples dimensiones: geográficas, históricas, políticas, culturales, económicas, de infraestructura, entre otras, y también a múltiples escalas:

regional, nacional, subnacional y locales. La articulación de las relaciones internacionales asumidas por los Estados se ha visto fortalecida por el rol de las provincias argentinas y regiones chilenas, vertebradas en los Comités de Integración como instancias que institucionalizan la cooperación transfronteriza en el marco de la paradiplomacia.

Deise Baumgratz e Petterson Guerlandi nos apresenta o oitavo capítulo, **“PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA BRASILEIRA”**, a autora e a o autor analisam as condições de desenvolvimento das cidades de fronteiras, numa perspectiva comparativa à média nacional de indicadores como mortalidade infantil, renda, educação, esgotamento sanitário e IDH.

Nono capítulo, **“INSTITUTO POLOIGUASSU: ATOR PARADIPLOMÁTICO DA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUASSU”**, os autores, Petterson E. S. Gherlandi, Andressa Szekut e Alfredo Brito Aguiar, levantam e analisam as atividades internacionais do Instituto Polo Iguassu a fim de problematizar teoria e prática da paradiplomacia por parte do instituto.

Letícia Núñez Almeida compõe o décimo capítulo, **“OS ESTADOS E OS ILEGALISMOS FRONTEIRIÇOS: UM ESTUDO SOBRE A FRONTEIRA DA PAZ”**, a autora buscou investigar alguns cruzamentos entre a gestão dos Estados na fronteira formada pelos municípios de Sant'Ana do Livramento e Rivera por meio das construções foucaultianas de ilegalismos.

Décimo primeiro capítulo intitulado **“TRAJETÓRIA DOCENTE: VIVÊNCIAS DE UMA PROFESSORA DA INFÂNCIA NA FRONTEIRA”**, da autora Luciene Cléa da Silva e do autor Leandro Baller, objetivaram compreender as vivências de uma professora da infância, de Pedro Juan Caballero (PY), a qual narra acerca de sua profissão docente, no período de 1970 a 1980. Assim, refletimos acerca das vivências desta professora da infância, ampliando a gama de saberes sobre a história da formação e do trabalho docente de profissionais da educação no período de 1970 a 1980, voltando-nos especialmente para quando a entrevistada narra sobre o “ser professora”, sobre “a escolha da profissão” e sobre as suas “vivências mais significativas com as crianças”, o que evidencia a constituição da história da educação desta região na fronteira.



Por fim, esperamos que as leitoras e os leitores aproveitem os artigos desse dossiê, e que os textos possam contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

Comissão Editorial

“MENINAS QUE QUEREM AJUDAR A FAMÍLIA” - AS QUE VÃO, OS QUE FICAM E AS REDES DE CUIDADO E DE AFETIVIDADE TRANSNACIONAIS

Elisa Hipólito do Espírito Santo¹

RESUMO: A partir da pesquisa em andamento em salões de beleza de mulheres imigrantes africanas em São Paulo, busca-se refletir entorno das redes de sociabilidade, afetividade e de cuidado transnacionais. Ao passo que reforça a importância de uma visão multifacetada das dinâmicas migratórias, sobretudo se atentando aos regimes de diferença de gênero e raça.

Palavras-chave: Imigração; Interseccionalidade; Sociabilidade.

“NIÑAS QUE QUIEREN AYUDAR A LA FAMILIA” - LAS REDES DE SALIDA, ESTANCIA Y TRANSNACIONAL DE ATENCIÓN Y AFECTIVIDAD

RESUMEN: A partir de la investigación en curso en salones de belleza de mujeres africanas inmigrantes en São Paulo, buscamos reflexionar sobre las redes de sociabilidad, afecto y cuidado transnacionales. Si bien reforzar la importancia de una visión multifacética de la dinámica migratoria, prestando especial atención a los regímenes de diferencia de género y raza.

Palabras-claves: Inmigración; Interseccionalidad; Sociabilidad.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma pesquisa em desenvolvimento, uma etnografia com cabelereiras imigrantes negras² provenientes de países africanos, em salões de beleza afro localizados na Galeria do Reggae, na cidade de São Paulo.

Os salões afro ou étnicos³ surgem como um lócus propício para as reflexões que me proponho, bell hooks (2005) retrata esses espaços e as emoções envolvidas no trato do cabelo de mulheres negras, ela denomina esse processo de rito de iniciação da

¹ Mestranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. E-mail para contato: elisahipolito13@gmail.com

² Durante todo o artigo utilizo o termo “interlocutoras” ao invés dos nomes próprios para manter o anonimato.

³ Há uma oscilação entre a utilização do termo salão étnico ou afro, que segundo Nilma Gomes (2008) se relaciona a uma perspectiva mais ampla, de tentativa de conciliação das marcas identitárias com as mudanças no campo das relações raciais, que não deixam também de ser atravessadas pelos interesses do mercado e a trajetória histórica e política da questão racial no Brasil. Entre as cabelereiras e as frequentadoras brasileiras e imigrantes há o predomina da nomeação salão afro por isso no presente trabalho irei utilizar esse termo.

condição de mulher. Não só de iniciação, mas também um rito de intimidade, em que amigas e familiares, mães, tias e irmãs, se encontram em um momento regado a muitas conversas, risos, comidas e músicas, no qual mulheres negras, mesmo as que não possuem um alto grau de intimidade, podem se encontrar e conversar umas com as outras, ou simplesmente escutar a conversa. São locais de sociabilidade e de aumento da consciência, onde se compartilham histórias, fofocas, lamúrias e problemas. São espaços de acolhimento e renovação de espírito. Para algumas é também o local de descanso, sossego e silêncio, em que não é necessário satisfazer as exigências dos filhos e dos homens.

Em salões frequentados majoritariamente por mulheres negras imigrantes, entre cabelos e “papos de salão” - apesar do caráter que a princípio pode parecer lúdico - surgem intensas reflexões sobre o fluxo migratório, a família (daqui e de lá), a afetividade, as suas trajetórias, o cuidado e a construção de sociabilidades pautadas no compartilhamento de informações e estratégias de permanência no país. Assim como também surgem redes de ajuda para lidar com as privações e discriminações sofridas relacionadas ao status de serem mulheres negras imigrantes africanas.

Tínhamos um mundo no qual as imagens construídas como barreiras entre a nossa identidade e o mundo eram abandonadas momentaneamente, antes de serem reestabelecidas. Vivíamos um instante de criatividade, de mudança. (HOOKS, 2005, p.2).

A partir dessa etnografia busco um olhar multifacetado para a circulação transatlântica de pessoas, dinheiro e produtos, principalmente ao dialogar com os estudos de feministas negras e dos marcadores sociais da diferença. Atentando que as categorias de raça, gênero, nacionalidade, classe e religião estão imbricadas e não operam isoladamente, produzindo, reforçando e/ou transformando as possibilidades, experiências e o modo como se migra. Reafirmando ainda a importância não só da feminilização, mas também da racialização das dinâmicas migratórias.

A GALERIA DO REGGAE E SEUS SENTIDOS E CORPOREIDADES

Em 2016 eu estava a passeio por São Paulo, andando perdida pelas ruas centrais da República, região central da cidade, entrei na rua 24 de maio e a presença de várias mulheres negras no entorno de uma galeria me chamou atenção. Algumas com turbantes e amarrações na cabeça, outras com belíssimos cabelos soltos, lisos e encaracolados reluzentes. As tranças não eram como as que eu geralmente vejo em outras mulheres negras brasileiras, ou as que cabelereiras geralmente faziam em meus cabelos: tranças longas, pretas e soltas. Eram tranças de cores fortes, algumas bem grossas e outras extremamente finas, que faziam verdadeiras *complicações* e *tramas* na cabeça. Denise Cruz (2012, 2017) ao realizar seu campo relacionado às emoções e sentimentos despertados em mulheres negras moçambicanas e brasileiras ao lidar com cabelos crespos, afirma que as mulheres moçambicanas realizam verdadeiras *complicações* e *tramas* nas cabeças de outras mulheres. O termo *complicações* é utilizado para se referir a um valor estético, tê-las na cabeça é possuir o penteado mais sofisticado, uma espécie de ostentação, com *tramas* que confundem aquele que vê e que o faz ter dúvidas da maneira como foram realizadas. O observador fica confuso uma vez que ele não consegue acompanhar os caminhos que as tranças percorreram para criar aquele efeito visual. E a cabeça assume relevância em relação ao restante do corpo, chama a atenção para si. (CRUZ, 2017)

Não só a cabeça me chamava atenção no primeiro momento, essas mulheres também estavam vestidas com roupas de cores vibrantes, com acessórios, brincos, pulseiras e relógios, algumas que pareciam ser mais velhas usavam lindos vestidos e batas de tecido africano⁴. Havia também a presença de crianças, a maioria eram meninas, de diferentes idades, que corriam e brincavam pela calçada enquanto interagiam com os transeuntes. As mulheres adultas ficavam sentadas em banquinhos ou caixotes, trançando, colocando ou tirando apliques de cabelo em outras mulheres;

⁴ Utilizo o termo “tecido africano” como uma categoria nativa, já que é assim que muitas brasileiras e as minhas interlocutoras africanas, o comércio e os sites brasileiros os chamam. Entretanto é importante expor que há uma diversidade de tecidos e vestimentas nos diferentes países do continente africano, e de acordo com a região, a utilização de determinado tecido, amarração, cores e vestimentas pode indicar marcas identitárias. A sua utilização não é algo uniforme e comum entre os imigrantes que frequentam a galeria e a região central da cidade. Como é afirmado por Adji Ba, senegalesa de 41 anos e vendedora de tecidos e outros artigos da região da República, em São Paulo, que acredita que hoje é raro ver um homem com trajes típicos. "Há uma necessidade se incluir no ocidente, então, muitos deixam de lado a cultura. Não saio sem meu turbante" (VILLALOBOS, 2019) Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/nossas-pessoas/1401-imigrantes-africanosnas-ruas-de-sp-revelam-diversidade-de-estilos.html>. Acesso em 20 de mar. de 2020.

vendendo verduras, legumes e raízes; conversando e rindo; e principalmente, chamando outras mulheres negras que por lá passavam. *Menina, menina, minha linda. Quer trançar? Venha cá!* O português com um sotaque forte já confirmavam a minha desconfiança inicial, eram mulheres imigrantes.

Curiosa e sem entender muito bem onde eu estava e o que tudo aquilo significava continuei seguindo a rua e por acaso encontrei a Galeria Presidente, conhecida popularmente como “Galeria do Reggae” ou “Galeria Black”, próximo à “Galeria do Rock”. Logo na fachada são perceptíveis as semelhanças arquitetônicas entre elas. Mas o que realmente chama atenção são as diferenças - que vão além do nome e da falta de manutenção que a primeira recebe – que se assentam, principalmente, no seu público frequentador.

Na Galeria do Reggae há uma presença massiva da população negra, por isso ela também é nomeada “Galeria Black”. Há mais de 50 anos ela é reconhecida como um reduto da população negra paulistana e boa parte do comércio é voltado para a cultura negra⁵, com lojas de discos especializadas em reggae, soul, blues e rap, lojas de roupas, de artigos para a prática de capoeira e salões de beleza afro, especializados em penteados e manipulações no cabelo crespo. Ao subir os andares, o número desses estabelecimentos aumenta, assim como o público, que fica cada vez predominantemente negro. Entretanto, nessa minha primeira incursão à galeria a cada andar que eu subia todos os meus sentidos eram constantemente acionados pelo desconhecido.

A audição ao escutar as músicas dentro dos estabelecimentos e línguas faladas que eu não reconhecia; o olfato ao sentir cheiros e aromas de temperos e comidas feitas em alguns bares e restaurantes que ficam no seu último andar; a visão logo antes de entrar na galeria, ainda na rua, e nos seus corredores ao avistar as mulheres com tecidos, roupas, cabelos e penteados com cores, tamanhos, formatos e modelos que não me eram familiar, além dos panfletos nas paredes dos corredores, em português, inglês e francês, anunciando festas, palestras, cultos religiosos e até comunicado de falecimentos de

⁵ Utilizo o termo “cultura negra” também como uma categoria nativa e não como um instrumento analítico. Isso tendo em vista que, como é afirmado por Livio Sansone (2002), “cultura negra” pode ser definida como uma espécie de subcultura de pessoas afrodescendentes dentro de um sistema social que enfatiza a cor, ou a descendência a partir da cor, como um critério válido de diferenciação ou segregação das pessoas. Entretanto, a “cultura negra” não é algo fixo, muito menos um todo abrangente, porque é por definição sincrética e resultado de relações sociais entre grupos racialmente definidos como “brancos” e “negros”.

algum ente da comunidade, tal como um obituários; o paladar ao me aventurar em viagens gastronômicas ao provar alguns alimentos vendidos nas pequenas mercearias; e posteriormente, já com o campo estabelecido, o tato foi ativado. Já que além de pesquisadora, ou para assim continuar sendo, também me tornei uma cliente de minhas interlocutoras. Ou seja, essa minha primeira incursão já anunciava, antes mesmo que eu tivesse um campo ou uma pesquisa estabelecida, que esse trabalho, além de evocar minha subjetividade, seria também uma experiência fortemente corporificada. Estar naquele ambiente era me confundir se eu ainda estaria realmente no Brasil, uma experiência que transportava todos os meus sentidos para o além-mar, uma experiência translocal.

AS IMIGRAÇÕES E OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

As imigrações internacionais, segundo Basílele Malomalo (2015), se contextualizam no aumento do desenvolvimento tecnológico e da constituição de mercados globais, as distâncias se encurtaram e as redes de conexão entre lugares se tornaram mais densas. Esse movimento modifica e afeta as sociedades contemporâneas, as tornando cada vez mais plurais e gerando importantes processos de socialização.

Entretanto, para contextualizar o campo das migrações na área da antropologia, recorro à antropóloga Andréa Lobo (2018), que realiza uma breve e importante sistematização refletindo entorno das três abordagens que marcariam os estudos migratórios nas ciências sociais. A primeira se relaciona a um recorte utilitarista que focava nos fatores de atração e expulsão no contexto de desenvolvimento nacional, reduzindo as possíveis causas do movimento ao sujeito e não às estruturas produtoras de desigualdade. Posteriormente, esses estudos passam a se interessar nas migrações laborais e nos fluxos de refugiados, dentro de um sistema econômico capitalista mundial e de uma relação entre centro e periferia. A figura do imigrante então é tida como um problema tanto no país destino, quanto no país emissor que se vê impossibilitado de reter seus recursos humanos⁶. Entretanto a objeção dessa abordagem é que, ao contrário

⁶ Apesar das problemáticas relacionadas aos fatores de repulsa das pessoas dos seus países de origem, elas acabam se tornando personagens importantes dentro do fluxo de capital internacional. Principalmente ao pensarmos as remessas financeiras, ou seja o envio de dinheiro para familiares em seus países natais. Irei abordar brevemente sobre essas remessas na próxima parte.

do primeiro momento, esses estudos perdem a dimensão dos sujeitos e suas possibilidades de agência.

Por último, o terceiro momento, segundo a autora, nasce na crítica aos dois anteriores, percebidos como um processo fragmentado, hierárquico, unidirecional e dual, ou do imigrante ou do emigrante. Esse novo enfoque passa a levar em consideração a circulação não só de pessoas, mas também de bens culturais, informações e ideias. Assim, a partir dos anos 1990, surge como noção básica o conceito de espaço social transnacional e a percepção de que os movimentos transnacionais não se reduzem a uma viagem de partida e outra de regresso, mas em múltiplos fluxos e conexões (LOBO, 2018).

Esses sujeitos deixam de ser vistos como pessoas que abandonaram os seus velhos padrões de vida nos países de origem para adquirirem, às vezes dolorosamente, o aprendizado de uma nova língua e cultura, são sujeitos com trajetórias complexas. Sendo assim, esses estudos passam a se ater a uma estrutura analítica transnacional que englobe estes novos imigrantes cuja identificação de pertencimento é fugidia – com envoltórios simultâneos na vida social e política de mais de um estado-nação, “pessoas com os pés nas duas sociedades” (BASCH; SCHILLER; BLANC (1994). apud LOBO (2018)). A escritora Igiaba Scego ([2010] 2018) nos apresenta essa situação perfeitamente ao se questionar se era negra e italiana, negra e somali, ou ainda se seria afro-italiana, ítalo-africana, segunda geração, meel kale ou negra sarracena, mas concluindo que “Sou encruzilhada, eu acho. Uma ponte, uma equilibrista, alguém que está sempre no limiar e nunca está. No fim, sou somente a minha história. Sou eu e meus pés. Sim, os meus pés” (SCEGO, p.29, 2018 [2010]). Igiaba Scego é uma escritora formada em Literatura Moderna e fruto da diáspora, que nasceu em Roma, mas tem origem somali. Em seus livros ela aborda sobre a diáspora, imigração e cultura africana. No livro “Minha casa é onde estou” a autora, junto a um irmão e um primo, tenta reconstruir a memória familiar de Mogadíscio na Somália, cidade que sua família morava antes de migrar para Itália. Entretanto ao realizar essa recuperação, ela percebe que não conhecia aquela cidade e que na realidade a sua Mogadíscio é Roma. A cidade em que nasceu, cresceu e cultivava uma relação complexa de amor e ódio, por ser do país que colonizou o seu país natal e que gerou uma “ferida purulenta” que até hoje está em

busca de cura. Ela cria então uma topografia afetiva de Roma, sua Roma, nos trazendo memórias pessoais e coletivas dos somalis diaspóricos.

Um dos pontos que considero essencial dessa nova abordagem são as reflexões que dão ênfase aos sujeitos, suas agências e capacidades de reinventarem e dar novos significados aos processos migratórios. Mas que também pensam a sua pluralidade, as relações de gênero e de poder. Nas últimas décadas, graças aos estudos culturais, decoloniais, dos marcadores sociais da diferença e dos feminismos, passamos a ler e produzir cada vez mais sobre interseccionalidade, pertencimentos, agência, identidades múltiplas, identidades situadas, fronteiras porosas e flexíveis e um mundo em permanente fluxo.

E dentro desse contexto surge o interesse pelo estudo da migração feminina, que tem o seu início a partir de constatações de um volume significativo de mulheres nos fluxos migratórios em que predominavam homens, ou ainda, pela captação de fluxos essencialmente femininos, que pareciam ter como único motivador a reunificação de lares, a ida ao encontro de seus maridos que emigraram primeiro. Roberta Guimarães Peres e Rosana Baeninger (2012) refletem a necessidade de um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero sobre a migração feminina, e aqui eu acrescento a necessidade também que os estudos de migração e mobilidade pensem o marcador social de gênero, afim de não só realizar uma análise quantitativa, mas tornar visível esse movimento de mulheres e mostrar os seus padrões, causas, experiências e impactos.

Entretanto se torna necessário contextualizar o debate e pensar na própria imigração africana. Ercílio Langa (2020), ao estudar mulheres imigrantes africanas no Ceará, afirma que elas eram minoria entre os imigrantes africanos e essa situação reflete a existência de sistemas patriarcais e de desigualdades de gênero em suas sociedades de origem. Porém, o autor reitera que isso não justifica o fato dos estudos sobre comunidades de imigrantes de origem africana e populações diaspóricas continuarem focados em homens e negligenciando a condição das mulheres locais ou em trânsito, sejam elas imigrantes ou refugiadas, e muito menos ignorar suas demandas por educação, trabalho, gênero, sexualidade, etc. (LANGA, 2020). Além de Ercílio Langa, também temos Juliana Dias (2000), Andrea Lobo (2007), Iolanda Évora (2003), Marzia Grassi (2007), Claudia Bongianino (2012) entre outras pesquisadoras e pesquisadores

com produções a partir do Brasil, que se atentam ao fluxo de mulheres africanas, principalmente que emigram de Cabo Verde, e todas as nuances econômicas, sociais, culturais e sexuais por trás desses fluxos. Mas ainda é um campo de estudo em construção.

Alice Queiroz Telmo Romano e Adolfo Pizzinato (2019) realizam uma pesquisa documental dos estudos publicados na temática migração feminina para o Brasil, em uma perspectiva interseccional, relacionado às questões de gênero, raça/etnia e classe. E chegam à conclusão que apesar do crescente número de pesquisas entorno desses marcadores nos fluxos migratórios, poucos os levam em consideração de maneira interseccional.

Alguns dos estudos analisados destacaram de maneira similar as categorias abordadas. No entanto, nesses trabalhos, percebeu-se a falta de articulação entre as categorias, como se percebe em estudos interseccionais, com o intuito de dar maior visibilidade aos aspectos vulneráveis ou potenciais que poderiam surgir dessas interseções. Compreendemos que um olhar interseccional sobre os marcadores descritos possibilitaria uma análise mais profunda da situação das mulheres migrantes, pois combinar raça e gênero ou etnia e gênero nos mostra interseções que diferem de olhar para a categoria mulher, negra, imigrante em separado. (TELMO ROMANO; PIZZINATO, 2019, p.210).

O que as autoras denunciam é algo que feministas negras e interseccionais (Angela Davis, [1981] 2016; bell hooks, 1981; Audre Lorde, [1984] 2019; Gloria Anzaldúa, 1981), dos Estados Unidos nos anos de 1990, construíram e ainda constroem: a importância de pensar os marcadores sociais da diferença articulados e o caráter multifacetado da posicionalidade social das mulheres. Não devemos nos restringir só aos regimes de diferença entorno do marcador de gênero, mas também à raça e etnia, sendo necessário analisá-los em conjunto, já que essas mulheres são perpassadas por desiguais relações de poder e diferentes acessos a bens e serviços (MOUTINHO, 2004; 2014). O marcador de raça se torna um marco referencial que deve estar presente na análise dos processos migratório, já que produz e reproduz diferentes experimentações e formas de marginalização e exclusão no ato de migrar.

A presente pesquisa então se alinha aos estudos dos marcadores sociais da diferença, um campo que segundo Heloisa Almeida, Júlio Simões, Laura Moutinho,

Lília Schwarcz (2018) objetiva designar como as diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquia, assimetria, discriminação e desigualdade. O que se tornou amplamente discutido nas Universidades brasileiras nos anos 2000, mesmo havendo um campo de pesquisa e reflexão em construção, na antropologia do Brasil, desde o final dos anos 1970, que passou por mudanças de ênfases e de conceitos (CARRARA & SIMÕES, 2007). Lélia Gonzalez, por exemplo, em 1988 já corroborava com o debate ao afirmar que o feminismo latino-americano delimitou a sua luta ao conceber o conceito de capitalismo patriarcal como base da opressão sofrida pelas mulheres. E, ao contrário dos Estados Unidos, esse movimento não se abriu para se discutir a questão racial, por mais que o racismo, assim como o machismo, parta das diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação. Ou seja, o feminismo latino-americano falhava, segundo a autora, ao desconsiderar o nível racial de suas discussões, e acabava por cair em um discurso tipicamente masculinizado e branco.

Na mesma linha argumentativa, a intelectual feminista chicana Ochy Curiel (2007), se baseando na crítica pós-colonial, afirma que as feministas racializadas desde os anos 70 criticam o poder patriarcal e capitalista pensando a imbricação de diversos sistemas de dominação como o racismo, o sexismo, a heteronormatividade e o classismo, mas que em alguns setores, como no âmbito acadêmico e político, esses discursos se fazem de posições também elitistas e até mesmo masculinas e androcêntricas.

Curiel então propõe retomar propostas feministas racializadas que enriqueceram a prática feminista e servem para ampliar a discussão envolta do tema de colonialidade. São essas feministas que respondem o paradigma da modernidade universal – homem branco heterossexual – e que a partir das suas subalternidades e experiências situadas, impulsionam um novo discurso e uma prática política crítica e transformadora. A autora utiliza dos exemplos das contribuições de mulheres racializadas da América Latina e do Caribe, assim como de movimentos como o Black Feminism, com a interrelação de categorias como raça, sexo, classe e sexualidade como marcas das sociedades pós-coloniais; e o feminismo chicano nos Estados Unidos, que propõem uma política de identidade híbrida e mestiça, com o pensamento fronteiriço e a reflexão de limitações das identidades essencialistas e autênticas; como ferramentas contra o colonialismo a

partir de uma visão materialista, antirracista e antissexista, para entender que o gênero não é uma categoria universal, estável e descontextualizada.

Ao pensar o marcador social da raça, recorro para pensar algo específico que é a estética, a corporalidade negra, o cabelo, ao contrário de estudos que pensam os regimes de diferença e suas violências, privações e vulnerabilidades. Mas nesse artigo meu objetivo é outro, opto por abordar a subjetividade e a sua potência, a afetividade, o cuidado e as relações familiares. O trânsito internacional feminino tem demonstrado ser multifacetado, autônomo e influenciado por motivos econômicos, laborais e estudantis. Irei focar no trânsito por finalidades econômicas e laborais, já que é a situação das minhas interlocutoras. Emigra-se com o intuito de conseguir uma melhor oportunidade de emprego, para enviar remessas de dinheiro aos pais e familiares, ou para conseguir uma formação que garanta uma situação financeira e um futuro mais confortável, para si e para sua família.

“MENINAS QUE QUEREM AJUDAR A FAMÍLIA” - AS QUE VÃO, OS QUE FICAM E AS REDES DE CUIDADO E DE AFETIVIDADE TRANSNACIONAIS

Minhas interlocutoras de pesquisa migram desde novas, sobretudo com a finalidade de trabalho e de cuidado. Inicialmente saíram da República Democrática do Congo rumo à Angola para auxiliarem uma de suas irmãs que tinha acabado de ter um bebê e as convidou. Elas acharam melhor ir para ajudá-la com o recém-nascido. Tanto a mudança para Angola quanto, posteriormente, a vinda para o Brasil, está relacionada ao ato de cuidar e de ajudar a família, e estão dentro de uma *rede de indicações, contato e apoio*, como é nominada por Claudia Bongianino (2012) ao pesquisar cabo-verdianas na Itália. Essas redes possibilitaram, e ainda possibilitam, o trânsito em si, elas incentivam e facilitam o deslocamento, a inserção relativamente rápida no outro país, oportunidades no mercado de trabalho ou na aprendizagem profissional e no estudo, e ainda podem representar um auxílio financeiro inicial de sobrevivência aos recém-chegados.

Esses deslocamentos estão, sobretudo, relacionados à esfera do cuidado. Fernando Rodrigues e Almudena Maisonave (2013) afirmam que a feminização da migração é um processo social, político e cultural ligado diretamente à globalização dos

cuidados. Esse cuidado acontece em dois âmbitos, o cuidar do outro distante⁷ de si - já que muitas dessas mulheres imigrantes estão empregadas em trabalhos domésticos, como faxineiras, babás, cuidadoras de idosos, ou o cuidado no mercado da beleza, como é o caso pesquisado. Jaqueline Bertoldo (2018) constata que as mulheres nos fluxos migratórios acabam inseridas em nichos de trabalho historicamente destinados às mulheres, como o serviço doméstico, e analisa as múltiplas vulnerabilidades que essas profissionais estão sujeitas no país, refletindo entorno das desigualdades de gênero, classe social e raça. A autora traz um dado da Organização Internacional do Trabalho (OIT) do ano de 2015, em que dos 244 milhões de migrantes internacionais⁸, 150,3 milhões estão no mercado de trabalho e quase metade são mulheres. Em nível global, existem 67,1 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 11,5 milhões são migrantes internacionais. Sendo assim, os migrantes representam 17,2% de todos os trabalhadores domésticos do mundo (BERTOLDO, 2018).

Mas a esfera do cuidado continua também nos países natais, o cuidar do outro que lhe é próximo: a sua família. Como é afirmado por Denise Pimenta (2019) - que pesquisou a relação entre a pandemia do ebola, o gênero e o ato de cuidar - a mulher é construída socialmente dentro dessa esfera do cuidado, como se essa relação fosse óbvia e dada. Entretanto essa relação não é marcada só de afetos e sentimentos nobres, ela também é permeada de riscos e perigos. O cuidado, entendido como decorrência do “amor”, é um fardo que recai sobre as mulheres. Trata-se de um ônus cultural de uma existência feminina (PIMENTA, 2019).⁹

O cuidado é à distância, mas se concretiza principalmente através dos retornos econômicos, o envio das remessas de parte dos salários com o fim de garantir a educação, saúde e acesso a bens materiais essenciais e simbólicos aos familiares que ficaram. Essa relação garante então um status de obrigação familiar.

Por que o Brasil mudou, estou pensando em sair do Brasil. O dólar está subindo até ó... que a gente manda dinheiro na África e como o dólar está subindo não tem como mandar dinheiro para mãe, para pai, não tem como,

⁷ Nesse caso o distanciamento que estou levando em conta não é necessariamente a distância física, mas sim o distanciamento afetivo e o distanciamento temporal, refletindo segundo Fabian (2013).

⁸ Dado do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas – 2015.

⁹ Inicialmente eu não pensaria no cuidado na perspectiva de um contexto pandêmico, mas diante das trágicas circunstâncias atuais, se torna necessário refletir também sobre os impactos que a pandemia tem ou pode ter nesse cuidado.

tem que ir para um país que esteja bom né. Mandar dinheiro para ajudar a família. (Trecho da entrevista realizada em novembro de 2019).

A circulação de dinheiro causa impactos políticos, midiáticos e econômicos tanto para os países de destino dessas imigrantes, que trabalham e juntam dinheiro objetivando enviá-lo para os familiares, quanto para os países de origem que são os países destinatários desse envio de remessas. Fernando Rodrigues e Almudena Maisonave (2013) ainda demonstram que há estudos que analisam os padrões de gênero no envio, recepção e gestão dessas remessas e que afirmam que elas podem ser um veículo para transformar as relações entre homens e mulheres, já que os dados disponíveis expõem que as mulheres enviam uma maior porcentagem de suas receitas em comparação com os homens. A espera de se receber altas remessas, deposita sobre essas mulheres, e ao próprio ato de imigrar, grandes expectativas, já que o êxito de estar com uma condição de vida próspera é estendida também para os seus laços familiares no país de origem.

Uma de minhas interlocutoras diz que chegou ao Brasil quando a economia estava boa, havia muitas oportunidades de emprego, *“um tempo que o Brasil estava muito bom”*, ela disse. Já a outra relatou que quando chegou ao país a situação estava um pouco melhor do que a situação atual, *“estava melhorzinho, mais ou menos, hoje o Brasil está quebrado”*. Diante desse contexto econômico e político de crise, ela afirmou não querer continuar aqui, *“quero sair do Brasil, o dólar está subindo e tenho que mandar dinheiro para a África”*, preferindo se deslocar para um país em que a situação econômica esteja melhor e que conseqüentemente ela possa continuar enviando dinheiro para a sua família. Ela me deu o exemplo de uma amiga que emigrou para o Canadá, há menos tempo que ela, e que já conseguiu construir uma casa para a mãe, *“estou pensando ir para o Canadá”*. O deslocamento é movido então pela busca de melhores situações econômicas e o encontro de pessoas, e é marcado por ser feminino e negro. Um movimento incerto, e às vezes infinito, em que as escolhas das futuras casas-cidades só pertencem ao futuro ou às oportunidades que melhor poderão ser aproveitadas.

Ainda é importante abordar que esse movimento também dá origem a outras estruturas familiares. Inicialmente durante o campo eu tinha compreendido que as

minhas interlocutoras eram irmãs, ao perguntar para afirmar essa suposição, me disseram que não. Fiquei confusa e perguntei o que elas eram, elas demoraram um pouco para me responder e disseram que uma era tia da outra. Em outra situação em campo elas reafirmaram serem irmãs. Foi quando então percebi que as práticas, noções e concepções de família ganham dimensões para além da consanguinidade. Constrói-se e se fazem famílias, surgindo redes de relações que parece ser proveniente de um parentesco alargado, que inclui parentes que nasceram e ainda estão na República Democrática do Congo, em Angola e outros que já imigraram, para o Brasil, Canadá e outros países da Europa.

Nascem estruturas familiares transnacionais, aquelas cujos membros vivem todo ou a maior parte do tempo separados, apesar deste fato, mantêm-se unidos e criam um sentimento de bem-estar coletivo e de unidade que atravessa fronteiras (RODRIGUES; MAISONAVE, 2013). A dimensão mais significativa dessa definição, segundo os autores, é que essas famílias passam a ter uma natureza relacional baseada na reconfiguração do conceito da presença física dos seus membros. Durante o campo é comum ver as mulheres com seus celulares, falando em suas línguas por vídeo chamada com outras mulheres durante horas, enquanto trançam e manipulam os cabelos das clientes. Com o contexto da pandemia a minha comunicação com elas têm sido através de conversas esporádicas pelo *Whatsapp*, e comecei a perceber o quanto elas utilizam os *stories*¹⁰ do aplicativo para veicular fotos dos seus filhos, de sua mãe e outros parentes que não estão no Brasil. Assim, apesar de *perto* e *longe* terem uma dimensão espacial, eles passam a não ter uma ligação estrita à distâncias ou à proximidade física. Como é elaborado por Trajano Filho (2010), os lugares perdem a necessidade de ter uma concretude e se transformam em redes imaginadas sob a forma de campos comunicativos cujo alcance é limitado pelas tecnologias de comunicação disponíveis [...] (TRAJANO, 2010, P.19).

Nesse contexto, salta aos olhos a importância das tecnologias da voz e da imagem (ou seja, o telefone, o celular, a fotografia e a internet), pois elas ajudam a criar uma simultaneidade espacial, por meio da criação de uma

¹⁰ *Story* é o nome dado a uma ferramenta de aplicativos como o *Whatsapp* e o *Instagram*, em que é possível postar fotos e vídeos que ficam visíveis para os seus contatos durante um tempo limite de 24 horas.

temporalidade comum, permitindo que pessoas ausentes fisicamente se façam presentes emocionalmente. (BONGIANINO, 2012, p. 268).

Em uma das entrevistas marcadas, me perguntaram se poderiam levar sua sobrinha, eu disse que não teria problema, que seria ótimo conhecê-la. A sua sobrinha tem 17 anos, mas veio para o Brasil quando tinha 7 anos para estudar. Sua outra tia, irmã da minha interlocutora, tem três filhas no Brasil e uma em Angola, e a buscou em uma das visitas ao país, a trazendo para o Brasil para ter uma melhor educação. Ela atualmente acabou decidindo morar com minha interlocutora, seus filhos e marido, por ser mais próxima a eles. Ela contou que tem contato constante com seus familiares, a mãe e os irmãos, já que não sabe onde o pai está, e que muito dos seus irmãos também não continuaram em Angola.

Há uma reorganização dos laços familiares e de cuidado, em um contexto que até mesmo a maternidade se torna transnacional, com um caráter à distância, podendo ser momentaneamente realocada e manejada para outros entes familiares próximos. Já que muitas mulheres que emigram deixam seus filhos no país de origem, ou são os seus filhos e filhas que resolvem emigrar tanto para trabalhar quanto para estudar.

Em todos estes casos encontramos-nos perante uma estratégia do grupo doméstico para assegurar a sua sobrevivência. Esta estratégia familiar assumida requer de todos os membros da família um ajustamento constante dos activos que presidem nas relações de intercâmbio e reciprocidade. (RODRIGUES; MAISONAVE, 2013, p. 9).

Mesmo com as estratégias de negociação e extensão dos laços familiares, a distância de outros entes pode resultar em sentimento de saudade. Entretanto a própria Galeria do Reggae e os seus salões de beleza, entre outros espaços, surgem não só como o local de trabalho, mas também um ponto de encontro, onde mesmo sem combinar previamente, se encontra e reúne com amigos, parentes e conhecidos. Os homens se aglomeram no quarto andar, onde estão localizados alguns bares e lojas com televisores que sempre estão ligados passando algum jogo de futebol ou clipes de músicas. Esse andar costuma ficar cheio aos finais de semana, com homens conversando, rindo, bebendo cerveja e comendo pratos típicos de alguns países do continente. Enquanto que as mulheres se encontram, conversam e riem nos salões e nas calçadas do entorno da

galeria. Aos finais de semana aparecem também adolescentes e crianças que correm, brincam e fofocam nos corredores.

Além da galeria, outro espaço de encontro e socialização é a Igreja evangélica frequentada por elas, local inclusive responsável pela oportunidade de emprego que elas tiveram. Durante um culto, a sua irmã conheceu a esposa do pastor que tinha um salão na galeria e ofereceu uma cadeira para ela trabalhar. A sua irmã a convidou e ela convidou a outra interlocutora, já que ambas haviam realizado um curso para serem trancista em Angola. A última se juntou às duas quando resolveu não mais trabalhar no seu primeiro emprego no Brasil, que era na cozinha de uma grande rede de restaurantes, local em que ela teve as suas primeiras experiências de xenofobia e racismo.

muito difícil, muito difícil, por que é muito trabalho, eles trabalham para caramba e não tem muito dinheiro. Eu tava trabalhando na cozinha. É puxado, o brasileiro, ficava falando: ah, êh, pega aqui, africana, pega aqui. Eu falei não, vou sair daqui. Eles tratam mal africano, é racista, é racista que fala né? (Trecho da entrevista realizada em novembro de 2019).

Considero fundamental refletir como as minhas interlocutoras vivenciam e identificam o racismo e a xenofobia. Questionar o lugar ocupado por elas na estrutura social e a inserção em uma sociedade historicamente situada, culturalmente específica e extremamente racializada, mas que dicotomicamente se afirma em um imaginário de igualdade e ausência de desigualdades raciais, mesmo possuindo estruturas extremamente racistas.

As fronteiras perpassadas pelas minhas interlocutoras vão além da entre países, são múltiplas e inclusive podem ganhar um caráter contextual e situacional. E o mercado social da diferença de raça, tal como as fronteiras, também possui significados móveis, ele não é fixo, é mutável de acordo com os lugares em que se desloca. É comum escutar de imigrantes de países africanos e do caribe que eles “se tornaram” negros ao chegar ao Brasil e se deparar com a sua classificação racial.

Joseph Handerson e Rose-Myrlie Joseph (2015) ao analisarem a presença de imigrantes haitianas na França, em trabalho relacionado ao cuidado, apresentam que as interlocutoras criticam o tratamento de suas patroas com as pessoas negras no contexto do trabalho doméstico.

Boa parte dessas mulheres migrantes negras criticava mais as relações raciais do que as relações sociais. Ademais, elas diziam que “se tornavam negras” na França, tendo em vista que os preconceitos de cor existentes, também no Haiti, são bem diferentes da maneira que se operacionaliza o racismo na França. Mesmo as pessoas que acreditavam serem claras no Haiti, as “mulâtresses” (mulatas), as sararás (grimêl), são chamadas de negras na França. (HANDERSON; JOSEPH, 2015, p.16).

Ou seja, reafirmando o que foi dito anteriormente, é fundamental pensar a racialização das dinâmicas migratórias, já que a raça é um fator determinante nas experiências de migrantes.

Os shoppings, principalmente, o shopping Tatuapé, no final da linha azul do metrô, é outro espaço que minhas interlocutoras costumam ir nos dias de folga, passear, encontrar outros amigos e frequentar os restaurantes e lanchonetes. São importantes espaços também para os jovens, assim como shows e festas organizadas por outros africanos imigrantes.

Em fevereiro de 2020 estive presente em uma delas, que tinha como público alvo os imigrantes africanos e a população negra da cidade. Ela foi organizada por um coletivo que chama Netos¹¹ de África, um grupo de homens jovens, provenientes de países lusófonos como a Angola e Cabo Verde, e se intitulam no *Instagram* como “ife de artistas africanos em São Paulo, referência africana na cidade, coletivo de dança, música e moda”. Além de ritmos e danças africanas como o kuduru, o kizomba, zouk, também se dançava e tocava o funk brasileiro. Foi uma festa com o predomínio de homens africanos, mulheres e homens negros brasileiros e poucas mulheres africanas. Ao conversar com um amigo negro brasileiro - que é amigo próximo dos integrantes do Coletivo e que já havia frequentado outras festas promovidas por eles - sobre o predomínio de homens africanos e o esvaziamento de mulheres africanas, ele confirmou que já havia percebido isso e que geralmente não há a presença dessas mulheres nas festas.

Não sei ao certo o motivo das mulheres mais jovens não terem frequentado esse espaço, nem outros espaços na capital paulista voltado para a população negra, como é feito pelos homens africanos, mas Ercílio Langa (LANGA 2014, 2016, 2020) nos trás

¹¹ A utilização de “netos” ao invés de “filhos” de África é justificado por serem a segunda geração de africanos que aqui chegaram, africanos que nasceram em África ou que nasceram na diáspora.

uma hipótese. O autor percebia que as festa não tinha mesmo significado para homens e mulheres africanos, pois, para as mulheres africanas continuava o fardo do cuidado, já que as suas posições estavam ligadas ao cozinhar, lavar as louças e organizar o espaço, ao passo que os homens africanos se divertiam e se relacionavam com as mulheres negras brasileiras, as quais acabavam levando vantagem nesse “mercado afetivo multinacional”. Assim, as mulheres africanas não mostravam o mesmo entusiasmo que os homens diante da festa, demonstrando certo mal-estar.

Nos relacionamentos afetivos das mulheres verificavam-se diversas formas de arranjos, desde namoros com africanos, seja do mesmo país e etnia e, algumas vezes como com homens brasileiros. [...] Nesse cenário, percebo que as mulheres negras, particularmente as africanas, ocupam o último lugar em termos de preferências afetivas em Fortaleza. Tal situação pode ser reflexo da representação histórica, existente sobre a mulher negra na estrutura social da sociedade brasileira que, por sua vez, parece ser incorporada pelos homens africanos e brasileiros. (LANGA, 2020, p.20).

Questiono então se para essas mulheres há uma preferência em se relacionarem e procurarem parceiros afetivos-sexuais dentro de sua comunidade. As minhas interlocutoras são casadas com homens africanos. Uma se casou quando ainda estava em Angola. Já a outra conheceu o seu marido aqui no Brasil, em uma festa. Ele é o proprietário de uma loja de roupas africanas também na República, é mulçumano e de Guiné Conacri. *“Ele é de outro povo e de outra língua”*, mas como ele já conhecia pessoas da República Democrática do Congo, ele também fala Lingala e os dois se comunicam pela língua. Ela parou de frequentar a Igreja evangélica e se converteu ao Islamismo para se casarem, o que parece ser um motivo de piada entre elas, dando a entender que, apesar de agora ser mulçumana, ela não segue os preceitos da religião.

Interlocutora: Conheci ele em uma festa, de africanos, um amigo me apresentou ele e me apaixonei (risos) Aí foi que foi (risos) e já tenho 3 filhos com ele. O primeiro filho tem 8, a menina 4, e o outro é bebe tem 7 meses. Os maiores estudam, falam português muito bem, e entendem Lingala, mas não falam Lingala, por que aí fica difícil neh.

Elisa: E você tem filhos?

Interlocutora2: Sim, sempre pensei em ter filhos, ser mãe.

Elisa: quantos filhos você tem?

Interlocutora2: Tenho dois, mas daqui a pouco vou fazer mais um (risos). A primeira é uma menina de dois anos, vai fazer 3 em fevereiro, e a segunda tem 9 meses.

Elisa: Eles são novinhos, e como você faz para tomar conta deles trabalhando aqui na Galeria?

Letícia: Deus ajuda.... Espera amiga.. a moça chegou para trançar o cabelo. (Trecho de Entrevista realizada em novembro de 2019).

Sobonfu Somé (2007), escritora e filósofa natural de Burkina Faso, reflete sobre relacionamentos, casamento e intimidade partindo do seu conhecimento ancestral, da nação Dagara, para pensar o ocidente. Sobre a importância de se formar comunidades, a autora afirma, se referindo à população africana diaspórica, que

Aqueles que moram no Ocidente podem criar uma noção de comunidade em sua cidade. Podem fazer isso apoiando, constantemente, uns aos outros. Cada um de nós precisa de algo para se segurar. É por isso que existem todas essas pequenas comunidades aqui e acolá – grupos de voluntários em questões sociais, grupos de apoio e todos esses pequenos grupos que perseguem um objetivo comum. São tentativas de recriar uma comunidade maior, que existia e foi destruída. (SOMÉ, 2007, p. 41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, as festas, encontros nos shoppings, na Igreja ou na própria Galeria tem como objetivo a diversão e parecem não ter um caráter organizacional para fins políticos ou de representação perante o Estado brasileiro, como muitas associações de imigrantes em países europeus, por exemplo. São espaços para fins culturais, sociais, beneficentes, religiosos, para o flerte e paquera, achar esposas e maridos. São importantes para que mantenham o contato com seus conterrâneos (mesmo de países diferentes), amigos e parentes, e manterem, de certo modo, uma ligação emocional com os seus países de origem. Apesar dessas redes construídas trazerem sensações lúdicas, prazerosas e amenas, essas pessoas enfrentam grandes dificuldades no país, as quais estão associadas à posição (socioeconômica, nacional e racial) ocupada por elas na estrutura social brasileira, fazendo com que sejam discriminadas ao serem reconhecidas e tratadas como não brasileiras. Com esse estudo de caso e toda a rede de cuidado, afetividade, laços familiares reconstruídos e ressignificados, procuro exemplificar como a experiência migratória é múltipla, complexa e contextual, reforçando a importância de um olhar multifacetado e interseccional ao analisar os fluxos migratórios.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SIMÕES, Júlio; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lília. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo et al. (Org.). **Marcadores Sociais da Diferença: Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. São Paulo: Terceiro Nome; Gamma, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n.1, p 229-236. 2000.

BERTOLDO, Jaqueline. **Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos**. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, May 2018.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2012.

BONGIANINO, Claudia Fioretti. **Malas de sonhos e saudades: família e mobilidade entre cabo-verdianos na Itália**. 2012. 233p. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

CARRARA, Sergio; SIMÕES, Júlio Assis. **Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.28, pp 65-99, 2007.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa. **Seguindo as tramas da beleza em Maputo**. 2012. 178p. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa. **Que leveza busca Vanda? Ensaio sobre cabelos no Brasil e em Moçambique**. 2017. 206p. Tese de doutorado, Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

CURIEL, Orchy. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. *Nômadias*, Universidad Central Bogotá, n.26, 92-101, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, [1981] 2016.

DIAS, Juliana. **Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde**. 2000. 211p. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

ÉVORA, Iolanda Maria Alves. **(Des)atando nós e (re)fazendo laços: aspectos psicossociais da imigração feminina cabo-verdiana em Itália**. 2003. 313p. Tese de doutorado, Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto.** Petrópolis, RJ: Vozes, [1983] 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano.** *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GRASSI, Marzia. Cabo Verde pelo mundo: O gênero na diáspora cabo-verdiana. In: GRASSI, Marzia; Évora, Iolanda. **Gênero e migrações cabo-verdianas.** Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, pp.23-61.

HANDERSON, Joseph; JOSEPH, Rose-Myrlie. **As relações de gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil,** *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v.9, n.2, 2015, p.1-33

hooks, bell. **Aint' I a woman.** Boston: South End, 1981.

hooks, bell. **Alisando o nosso cabelo.** 2005. *Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y Artista de Cuba*, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html [20 de março 2020]

LANGA, Ercilio. **Diáspora Africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivossexuais de estudantes africanos(as) em Fortaleza.** *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 2, n.1, p. 102-122, 2014.

LANGA, Ercilio. O lugar das mulheres e a questão dos direitos humanos: um olhar sobre experiências, dramas e interseccionalidades de mulheres africanas na cidade de Fortaleza-CE. In: ROCHA, Marcos (Org.). **Direitos Humanos, Sociedade e Política.** (Coleção Outros Olhares). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p. 129- 152, 2016.

LANGA, Ercilio. **Experiências de imigrantes africanas na cidade de Fortaleza-CE (2010-2017).** *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, Natal, v. 7, n. 12, p. 1-25, 4 fev. 2020.

LOBO, Andréa. **Tão Longe, Tão Perto: organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista – Cabo Verde.** 2007. 266p. Tese de doutorado, Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.

LOBO, Andréa. **Mobilidades e etnografias possíveis: entre migrações, refúgios e trânsitos diversos.** *Revista Textos Graduatedos*, Brasília, v.4, N. 1, Agosto, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1984] 2019.

MALOMALO, B.; FONSECA, J. D.; BADI, M. K. (Org.). **Diáspora africana e migração na era da globalização: experiências de refúgio, estudo, trabalho.** Curitiba: CRV, 2015.

MOUTINHO, Laura. **"Raça", sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul.** *Cad. Pagu*, Campinas, n.23, pp.55-88. 2004.

MOUTINHO, Laura. **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes.** *Cad. Pagu*, Campinas, n.42, 2014.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas).** 2019. 355p. tese de doutorado, Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Fernando Barbosa; MAISONAVE, Almudena Cortés. Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e o seu impacto nas famílias. Um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde, Relatório Final de Consultoria, In: **Strengthening the Capacity of the Ministry of Communities to Promote Effective Migration Management and Diaspora Outreach in Cape Verde (IDF – IOM Development Fund).** Cabo Verde, 2013.

SANSONE, Livio. **Da África ao afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX.** *Afro-Ásia*, Salvador, v. 27, pp. 249-269, 2002.

SCEGO, Igiaba. **Minha casa é onde estou.** São Paulo: Editora Nós, 2018.

SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre a maneira de se relacionar.** São Paulo: Odysseus, 2009.

TELMO ROMANO, Alice Queiroz; PIZZINATO, Adolfo. **Migração de mulheres para o Brasil: interseções de gênero, raça/etnia e classe.** *Trabajo social*, Bogotá, v. 21, n.2, p. 197-213, Dec.2019.

TRAJANO FILHO, Wilson. **Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional.** Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

VILLALOBOS, Wendy. **Direito à cidade: formas de apropriação de espaços públicos por senegaleses em São Paulo.** *Ponto Urbe [Online]*, v. 25, 2019.

A CONDIÇÃO EXÍLICA E A SUBVERSÃO DAS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS:

EVA LUNA DE ISABEL ALLENDE

Liz Basso Antunes de Oliveira¹²

RESUMO: Este artigo objetiva compreender a influência da condição exílica para a construção identitária subversiva da protagonista-narradora de *Eva Luna* (2014) de Isabel Allende, que rompe com os padrões comportamentais designados às mulheres nas sociedades patriarcais. Para tal fim, primeiramente apontou-se para as fronteiras simbólicas impostas a fim de perpetuar a dominação masculina, mais especificamente no Chile. Em seguida, encaminhou-se o olhar para a fronteira entre o espaço público e privado, que restringiu as mulheres ao confinamento doméstico durante séculos e, em consequência, as submeteu à diversas outras limitações. Para isso, as perspectivas do sociólogo Pierre Bourdieu (1998) e da socióloga chilena Julieta Kirkwood (1983) foram essenciais. Com fundamento no reconhecimento das demarcações de espaços diferenciados para desenvolvimento dos papéis sociais opostos entre os sexos e a divisão hierárquica que as restringe às características menos relevantes, parte-se para a análise da condição exílica na personagem Eva Luna. Compreende-se condição exílica como a sensação de estar fora do lugar, ou invadindo o território do Outro. Por fim, observou-se que os constantes deslocamentos realizados pela personagem, a partir da orfandade aos seis anos de idade, surtem efeitos subversivos sob sua identidade enquanto mulher.

Palavras-chave: Fronteiras Simbólicas; Literatura de Resistência; Mulheres.

EXILIC CONDITION AND SUBVERSION OF SYMBOLIC BORDERS: EVA

LUNA DE ISABEL ALLENDE

ABSTRACT: This work aims to understand the influence of the exile condition in the construction of the subversive identity of the protagonist-narrator of *Eva Luna* (2014) by Isabel Allende, that breaks with the behavioral patterns assigned to women in patriarchal societies. For this purpose, first were pointed out the symbolic boundaries imposed in order to perpetuate male domination, more specifically in Chile. Then, the look was directed towards the border between public and private space, that restricted women to domestic confinement for centuries and, as a result, subjected them to several other limitations. For this, the perspectives of the sociologist Pierre Bourdieu (1998) and the Chilean sociologist Julieta Kirkwood (1983) were essential. Based on the recognition of demarcation of differentiated spaces for the development of opposing social roles between the sexes and the hierarchical division that restricts women to less

¹² Mestranda no Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bolsista CAPES. Licenciada em Letras Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: liz.basso.oliveira@gmail.com

relevant characteristics, the research leads to the analysis of the exile condition in the character Eva Luna. Exile condition is understood as the feeling of being out of place, or invading the territory of the Other. Lastly, it was observed that the constant displacements performed by the character, since orphanhood at six years of age, causes subversive effects on her identity as a woman.

Keywords: Symbolic Borders; Resistance Literature; Women.

INTRODUÇÃO

Por meio da identificação dos processos de desterritorialização experienciados pela protagonista narradora da obra *Eva Luna* (2014) da chilena Isabel Allende, observou-se a subversão dos valores patriarcais que limitaram as mulheres durante séculos no âmbito doméstico. A personagem sofre opressões de gênero correlacionadas às opressões de classe social e, desta forma, ao contrário de apresentar aceitação do espaço aparentemente destinado a ela, atua resistindo. Desta forma, objetivou-se compreender a influência da condição exílica vivenciada pela protagonista, para o movimento de resistência que a leva a subverter valores das sociedades patriarcais.

Para isso, primeiramente buscou-se apresentar o conceito de patriarcado e, o instrumento de perpetuação do sistema hierárquico exercido através da fronteira simbólica imposta entre o público e o privado, que reserva às mulheres o âmbito familiar. Amparou-se principalmente nas perspectivas da socióloga chilena Julieta Kirkwood (1983), do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), da historiadora francesa Michelle Perrot (2007). A representação da fronteira simbólica entre o espaço privado e o espaço público em *Eva Luna*, indicam a percepção da profunda relação entre estas instituições sociais e a dominação masculina, abarcadas por Pierre Bourdieu, como um sistema simbólico de oposição no qual se ampara o argumento de subalternidade feminina como aspecto essencial das características das mulheres.

Em seguida, foi realizada a análise da personagem narradora Eva Luna, por meio das noções apresentadas anteriormente, dialogando com a ótica do historiador e crítico literário Alfredo Bosi em *Literatura e Resistência* (2002) e da pesquisadora e doutora em Letras Lúcia Osana Zolin (2018), essenciais para a compreensão da condição exílica e da resistência enquanto aspecto ético da literatura. Por fim, foi observado que os

constantes deslocamentos realizados pela protagonista, surtem efeitos subversivos sob sua identidade enquanto mulher.

AS FRONTEIRAS DO PATRIARCADO

Em seu livro de memórias, *Meu país inventado* (2003), Isabel Allende dedica-se a apresentar seu país de origem por meio de recordações. Confessa a presença da nostalgia pela pátria perdida em suas obras literárias, o caráter chileno e a história, no entanto no presente artigo, será utilizado para demonstrar a visão da autora a respeito do patriarcado no Chile, exposta principalmente no capítulo intitulado *Sereias olhando o mar* (2003, p. 69-79), no qual confessa ter inspirado quase todas as personagens femininas de seus romances em chilenas com as quais trabalhou, ou para as quais trabalhou durante os anos em que viveu no Chile.

Segundo ela (2003, p. 73-74), apesar da personalidade livre e organizada das mulheres chilenas, que atualmente competem em pé de igualdade com os homens no campo do trabalho, ao mesmo tempo em que dirigem suas famílias, o Chile continua sendo um país machista, no qual as mulheres precisam fazer o dobro do esforço dos homens para alcançar apenas metade do reconhecimento que a eles é destinado, desta forma, a grande maioria das mulheres continua sendo marginalizada.

A personagem-narradora da obra a ser analisada, parece representar a marginalização sofrida pelas mulheres das camadas sociais mais baixas do Chile, já que era filha da empregada doméstica, Consuelo, e que se tornando órfã precocemente, se vê desamparada, precisando trabalhar exercendo funções domésticas aos sete anos de idade e por vezes, chegando a morar na rua. Deste desamparo, repercutem diversas formas de dominação, demonstrados por meio das violências simbólicas que outros personagens aplicam em Eva. Mesmo assim, a personagem Eva, personificação de muitas das características femininas descritas por Allende em *Meu país inventado*, na adultidade consegue reverter a situação de desigualdade para si por meio da resistência.

Tais desigualdades entre os sexos não se restringem ao Chile, fazendo com que os instrumentos que mantêm o patriarcado vivo, sejam objetos de estudo para diversas áreas do conhecimento humano, bem como para o antropólogo e sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), que dedicou *A dominação masculina: a condição*

feminina e a violência simbólica (1998) a compreender como a estrutura social de dominação dos homens sobre as mulheres se estabelece, percorrendo práticas e métodos que resultam na incorporação da dominação masculina. Afirma que apesar da aparência de naturalidade, as divisões sexuais nada têm de biológicas, mas são reforçadas por meio das violências simbólicas. Dialogando com outras teóricas que possibilitam a aproximação com as características próprias do patriarcado chileno, as memórias de Allende em *Meu país inventado* (2003) e a teoria de Bourdieu (1998) auxiliam no aprofundamento dos aspectos que se referem ao patriarcado presentes na obra *Eva Luna* e que, por consequência, causaram os movimentos de resistência da personagem.

A socióloga e feminista chilena Julieta Kirkwood dizia “Somos malfeitas do patriarcado” (LARGO, 2017, p. 121), no intuito de iniciar o desmonte da hierarquia legitimada e convocar as mulheres para o abandono das limitações impostas pela máquina simbólica que as designa características inferiores e insatisfatórias comparadas às dos homens nas culturas patriarcais. Mas afinal, o que é o patriarcado? Este termo amplamente utilizado pelos estudos feministas de maneira heterogênea, é apontado por Morgante e Nader em *O patriarcado nos estudos feministas* (2014) como um conceito que abrange a dominação e a exploração das mulheres e se refere ao poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Segundo as autoras, o patriarcado é um termo capaz de visualizar a amplitude da dominação, que se espalha desde a esfera familiar, até o âmbito trabalhista, político e midiático, compondo, desta forma, a dinâmica social inculcada no inconsciente de ambos os sexos individualmente e, ao mesmo tempo, nas categorias sociais que compõe a consciência coletiva.

Para Thomas Bonnici (2007, p. 198), o patriarcado é definido na teoria feminista como “o controle e a repressão da mulher pela sociedade masculina e parece constituir a forma histórica mais importante da divisão e opressão social”. Nesta perspectiva, o poder e a agressão masculinos são legitimados e perpetuados por um conjunto universal de instituições.

As desigualdades inerentes às sociedades patriarcais, baseiam-se na ideia de inferioridade essencial das mulheres (objeto, instrumento), e, portanto, na superioridade essencial dos homens (sujeito, agente), justificando assim, as fronteiras entre os espaços femininos e masculinos, como aponta Bourdieu (1998, p. 76):

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do *sujeito* e do *objeto*, do *agente* e do *instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico.

Ainda segundo Bourdieu (1998), o patriarcado estrutura-se na divisão entre atividades e coisas masculinas e femininas, características sempre opostas que se assemelham apenas na diferença, partindo do princípio masculino como medida para todas as coisas, ou seja, toda característica engendrada ao simbolismo masculino é positiva, enquanto que na estrutura de oposição, tudo que simboliza o feminino é negativo. Para ele, esta ordem social funciona como uma *máquina simbólica*, que exerce o papel de distribuir as atividades, os locais, os momentos, os instrumentos atribuídos a cada um dos sexos, sendo o espaço público reservado aos homens, enquanto o espaço privado é reservado às mulheres.

Estes espaços que separam o que pertence ao universo masculino do que pertence ao universo feminino estão inscritos, ao mesmo tempo, na objetividade e na subjetividade, pelas quais os seres humanos apreendem o mundo social. É por meio de esquemas de pensamentos que permanecem registradas as diferenças inscritas na objetividade, dando-lhe caráter de naturalidade, à medida que as diferenças simbólicas são construídas justificadas na diferença biológica (BOURDIEU, 1998).

Esta lógica de naturalidade reproduzida por pensadores de linhas filosóficas e adiciona-se aqui, escritores de ficção, atribui legitimação aos esquemas simbolizados por meio da representação, por vezes não percebendo os mecanismos profundos nos quais está estruturado o patriarcado, mas que em outras os discursos e ideologias são intencionais (BOURDIEU, 1998, p. 23).

Segundo Bonnici (2007, p. 198) o patriarcado manifestado na literatura ocidental apresenta a predominância de autores masculinos, que representaram as mulheres em personagens relegadas aos “estereótipos tradicionais baseados na biologia e nas convenções tradicionais; na hierarquização do binarismo, onde o ser é o masculino localizado no centro, enquanto a mulher é o outro localizado na margem”.

A marginalização das mulheres, se reafirma por meio da incorporação de características que as propõe resumir a si próprias ao âmbito doméstico. Segundo

Kirkwood (1983, p. 12), às mulheres chilenas são atribuídas simbologias como *madre de la chilenidad, cauteladora de la gran familia que es la patria, defensora de sus hijos, mujer: levántate y lucha por los tuyos*. Tais simbologias evidenciam os efeitos pretendidos pelo patriarcado sobre a formação identitária das mulheres chilenas.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2006, p. 16-17) demonstra que a invisibilidade das mulheres, e, portanto, sua falta de participação nas atividades públicas e a sua ausência dos registros históricos, relacionam-se justamente com o confinamento e atuação em família: “Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente” e completa “Porque são pouco vistas, pouco se fala delas”, apontando também para o seu silêncio, já que seu acesso à escrita foi tardio e por isso, deixaram poucos vestígios diretos. Até a gramática contribui para ausência de registros da participação das mulheres na história: “Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: *elles* dissimula *elas*” (PERROT, 2006, p. 21).

Desta maneira, a seguir serão aprofundados os efeitos da *Fronteira entre o público e o privado*, para que seja possível compreender melhor o confinamento e o silêncio das mulheres relacionados aos traços identitários que as caracteriza como passivas e inferiores.

A FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Relacionando as dimensões política, feminista e popular, Julieta Kirkwood (1983) analisa aspectos que compõe a realidade das mulheres chilenas em meio à ditadura militar, revelando esquemas da lógica patriarcal que não impuseram o autoritarismo apenas por meio das forças militares, mas também através de todas as outras formas autoritárias presentes na sociedade civil, tornando as mulheres o grupo mais propenso ao conservadorismo social e ao autoritarismo. Um dos instrumentos apontados por ela, sobre o qual se baseava o patriarcado tradicional chileno, reforçado durante a ditadura (época em que a novela *Eva Luna* foi escrita), foi o confinamento feminino:

[...] a ideologia tradicional, conservadora, proporcionava um modelo coerente a situação real hierárquica, disciplinaria, limitante, que implicava a vivência dos papéis femininos no interior da família, para todas as classes sociais. A

ideologia tradicional autoritária, ‘imobilista’, cauteladora da ‘ordem’, corresponde com uma prática concreta rígida e fechada a mudanças (KIRKWOOD, 1983, p. 6) (tradução nossa).¹³

Tal como observado na perspectiva de Bourdieu (1998), Kirkwood (1983) destaca que os ‘obstáculos’ encontrados pelas mulheres para participar da vida pública são justificados em argumentos biológicos, nos quais se ampara a oposição entre afetividade (mulheres) e razão (homens). Enquanto que o privado é visto como lugar do domínio da afetividade e da individualidade - qualidades relacionadas a elas no sistema simbólico de oposição -, e, portanto, excluído do âmbito público. Qualidades como as citadas anteriormente, *de donas do poder do afeto, do poder da casa, da chantagem emocional*, as inserem inevitavelmente no espaço familiar. Além disso, Kirkwood (1983, p. 9), afirma que outro motivo para que elas se entediam daquilo que é público, é por terem consciência de que nunca poderão tomar o poder.

Outro instrumento do esquema patriarcal parece ser a falta de representatividade das mulheres participativas na ciência histórica. Assim, Perrot (2007, p. 16) relaciona a falta de registros da participação feminina na história com a sua ausência dos lugares públicos, que durante muito tempo foram os únicos relatados. Descreve-as como invisíveis: “Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranqüila” (PERROT, 2007, p. 17). Além disso, enquanto não tiveram acesso à palavra escrita, não tinham instrumentos para se incluírem na história, como fez Michelle Perrot e tantas outras historiadoras atuais, contribuindo durante muito tempo para que as mulheres não se identificassem com os espaços e características que interessavam à História, ou seja, enquanto não eram incluídas na história, não se identificavam com ela, se desinteressavam dos assuntos públicos, e aparentavam carregar as características essenciais engendradas a elas pelo patriarcado, formando um ciclo aparentemente inesgotável.

¹³ [...] la ideologia tradicional, conservadora, proporcionaba un modelo coherente a la situación real jerárquica, disciplinaria, constreñida, que implicaba la vivencia de los roles femeninos al interior de la familia, para todas las clases sociales. La ideologia tradicional autoritária, ‘inmovilista’, cauteladora del ‘orden’, se corresponde con una práctica croncreta rígida y cerrada al cambio (KIRKWOOD, 1983, p. 6) (texto original).

É claro, que este ciclo em parte foi rompido, mas para que isto ocorresse, foi necessário repensar diversos aspectos da sociedade. Kirkwood (1983, p. 16) expõe que a primeira pauta das feministas chilenas para o início da reformulação da sociedade foi justamente a negação do que separava o público do privado, a fim de recuperar e/ou buscar uma identidade renovada e mais ampla para as que estavam submersas nestes lugares invisíveis. Junto a isso, negavam sua situação de dependência, negavam sua condição de alteridade e de objeto, negavam a individualização dos problemas femininos e negavam a condição de improdutiva atribuída às mulheres (KIRKWOOD, 2007, p. 16-17).

Apesar das conquistas por espaços de atuação pública, Bourdieu (1998, p. 71) aponta para o instrumento simbólico da *vocação*, que parece substituir o papel da exclusão expressa, causando certa rejeição aos lugares e assuntos públicos, condenando-as à discriminação quando adentram espaços considerados masculinos, como as assembleias. Segundo ele, a *vocação* atua de maneira *quase igualmente eficaz* no distanciamento das mulheres dos espaços políticos, “por meio de uma espécie de agorafobia socialmente imposta, que pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais visíveis”. Observa-se a partir disso, os efeitos duradouros que as fronteiras entre o masculino e o feminino exercem sobre a sociedade, mesmo quando os instrumentos de dominação já não são explícitos. “As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos, assembleia, mercado, em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos de honra” (BOURDIEU, 1998, p. 86).

Concordante a isto, Isabel Allende (2003, p. 72) destaca que a maior parte das mulheres chilenas “tem vocação para mártir: são as primeiras a sair da cama a fim de servir à família e as últimas a deitar-se; sentem orgulho de sofrer e sacrificar-se”. Assim, o sentimento de orgulho pelos próprios sacrifícios, no caso das mulheres confinadas, relaciona-se ao aspecto da *vocação* citado por Bourdieu. Nesta perspectiva, a *vocação* trabalha para reafirmar a ideia de que é no ambiente familiar que as mulheres podem ser valorizadas, entretanto, os afazeres domésticos continuam sendo desvalorizados e invisíveis.

O reconhecimento da fronteira entre o público e o privado, encaminhou as mulheres ao rompimento das barreiras impostas, por meio da luta feminista, que se

impõe através de inúmeros instrumentos, buscando denunciar as práticas que as colocaram em uma posição inferiorizada, transformando e ampliando, desta maneira, as possibilidades da formação da identidade feminina. Ouvindo o eco dos gritos abafados de suas antepassadas e observando as estruturas que se perpetuavam, buscaram encontrar suas próprias vozes para romper o silêncio com êxito e sem violência.

Isto se deu também por meio da literatura escrita por mulheres, que a partir da conquista da cultura escrita, puderam inscrever a si próprias pela primeira vez e, assim, trataram de representar as mulheres por meio de personagens muito mais complexas do que as criadas por autores homens. Segundo Luiza Lobo (1997), retratando experiências afastadas “das atividades tradicionalmente consideradas ‘domésticas’ e ‘femininas’ e ainda de outros estereótipos do ‘feminino’ herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje” a *literatura feminista* é capaz de causar transformações sociais.

A SUBVERSÃO DE *EVA LUNA*

A escritora ou escritor que emprega na própria escrita o conceito ético da resistência, procura assinalar valores e antivalores do seu meio. Alfredo Bosi (2002, p. 120) aponta para aquele que pretende transformar a trama social conforme é motivado por valores. Entende-se valores como “objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação”. Segundo ele, o ser humano de ação, coloca os valores em prática necessariamente associados à verdade, enquanto que a escritora ou escritor utilizam-se também da liberdade inventiva para representar os valores que deseja. Desta maneira, as possibilidades para o romancista são ainda maiores, já que trabalha não apenas com a realidade, mas também com a criatividade:

Ele dispõe de um espaço amplo de liberdade inventiva. A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores ou antivalores do seu meio.

A partir do momento em que o romancista molda a personagem, dando-lhe aquele tanto de caráter que lhe confere alguma identidade no interior da trama, todo o esforço da escrita se voltará para conquistar a verdade da expressão. A exigência estética assume, no caso, uma genuína face ética (BOSI, 2002, p. 121-122).

Observa-se assim, a literatura como espaço possível para revelar tudo o que a ideologia dominante procura manter em território subterrâneo para que não ameace sua hegemonia, de forma que a escritora ou escritor encontrem em seu ofício uma maneira singular de resistir frente aos apagamentos da existência e cultura das minorias, ao silenciamento dos que enfrentaram o autoritarismo, à violência simbólica presente em todas as instituições sociais. A literatura exerce resistência quando desmascara injustiças sociais, revelando práticas e sujeitos culturais e políticos que são repelidos de uma vida digna, contribuindo para o questionamento das desigualdades que muitas vezes, nos passam despercebidas, de tão naturalizadas que estão. Por isso, a resistência em geral é engendrada à literatura, quando é realizada em lugares de crise intensa, como períodos de guerra, ditaduras, repetidas violências e recessões econômicas.

Eva Luna (2010) de Isabel Allende parece encaixar-se em vários destes impulsos criadores. Primeiramente, porque a obra foi escrita originalmente em 1987, período em que o país de onde se exilou, estava experienciando uma das ditaduras militares mais cruéis conhecidas pela América Latina, ao mesmo tempo em que a trama da obra se passa em período ditatorial. Além disso, a protagonista-narradora sofre repetidas violências de gênero e de classe, desmascarando por meio de outras personagens a face intolerante e preconceituosa da sociedade chilena, a qual Eva virá a resistir em busca de sobrevivência.

Eva Luna atravessa as fronteiras simbólicas em que aparentemente está presa, e que a inserem em um destino de opressão, tanto no que se refere às amarras de gênero quanto às recessões econômicas que enfrenta. Do desamparo a partir da morte da mãe, Eva é submetida à condição de desterritorialização, no ir e vir de sua trajetória desde os sete anos de idade.

Lúcia Osana Zolin (2018, p. 75) observando o fazer literário das mulheres contemporâneas no Brasil, observa a condição exílica como temática frequente e discorre sobre as consequências de tais desdobramentos para as personagens:

[...] a referida pulsão de errância funciona como estratégia de afirmação de si como sujeitos de suas histórias, de modo que o deslocar-se nos parece sinalizar autonomia, agência, bem como capacidade de repudiar os confinamentos compulsórios de certos sistemas políticos, ideológicos e/ou familiares que aprisionam em nome de seus valores e de seus afetos. Seja como for, a pulsão de errância, como sugere o sociólogo francês¹⁴ acima citado, tão recorrentemente representada nessas narrativas, parece implicar uma espécie de insurgência contra o compromisso de residência que prevaleceu durante toda a modernidade, em que as massas foram domesticadas, assentadas no trabalho e fixadas no seu devido lugar, de onde poderiam ser mais facilmente dominadas.

Apesar de Eva Luna não representar a condição exílica por vontade própria, motivada pela reconstrução identitária (como a maior parte dos exemplos citados por Zolin), mas sim e principalmente pela perda da proteção materna desde a infância, o desdobramento da trama envolvendo o deslocamento praticamente contínuo da personagem parece ter resultados parecidos com os descritos pela autora.

Aos seis anos a mãe de Eva morre e, a partir disso, fica aos cuidados de sua madrinha, a cozinheira da casa onde sua mãe trabalhava como empregada doméstica. Um ano depois, a madrinha julga que Eva já está madura o suficiente para começar a trabalhar e passa a explorá-la financeiramente enquanto a protagonista exerce funções domésticas na casa de dois irmãos *solteirões*, passando a viver com eles na casa. Nunca chega a ver a cor do mísero salário que deveria receber. Cada centavo era entregue diretamente para a madrinha, que desaparecia o restante do mês.

Em um determinado momento, Eva ainda criança está parada silenciosamente observando uma pintura fixada na parede, quando a dona da casa despeja toda a água suja que havia no balde, após a limpeza, para que Eva voltasse ao trabalho. Além disso, a solteirona a violenta fisicamente, no que Eva reage. Ao perceber que havia arrancado boa parte do couro cabeludo da patroa, a protagonista foge e passa sua primeira noite na rua (ALLENDE, 2014, p. 65).

A partir daí, Eva Luna inicia um percurso de idas e vindas, entre casas alheias e a rua. Poucos anos depois, de volta ao lar dos solteirões, a qual a madrinha exigiu que voltasse, reflete sobre a condição de confinamento em que se encontra e, percebe-se atraída pela rua:

¹⁴ O sociólogo francês mencionado é Michel Maffesoli.

A rua era bem mais atraente do que essa casa onde a vida transcorria tediosa, com rotinas repetidas sempre ao mesmo passo lento, os dias colados uns aos outros, todos da mesma cor, como o tempo dos hospitais. À noite, olhava para o céu e imaginava que conseguia transformar-me em fumaça, para deslizar entre as barras da grade muito unida. Brincava que um raio de lua me caía nas costas e me brotavam asas de pássaro, duas enormes asas emplumadas para empreender vôo (ALLENDE, 2014, p. 75).

Esta passagem demonstra o discernimento, já durante a infância, sobre a fronteira simbólica imposta entre o espaço público e o espaço doméstico, relacionando o espaço doméstico, reservado às mulheres, à rotina desestimulante, ao espaço dos acontecimentos ordinários. A personagem comparando sua experiência no espaço público com o cotidiano vivenciado no lar, no qual precisava comportar-se como adulta, e, principalmente, como submissa à sua patroa, instiga sua imaginação sonhando com a liberdade. Esta situação repete-se algumas vezes durante a juventude de Eva e, em várias delas, a personagem se depara com violências simbólicas aplicadas pelos diversos empregadores. Em alguns destes episódios, chega a escolher retornar ao desamparo da rua, a se submeter.

Exemplo disso, é quando a madrinha a coloca para trabalhar na casa de um ministro que já tem demasiados empregados. Assim, Eva exerce duas únicas funções: lustrar os sapatos e recolher o urinol do patrão todas as vezes que estivesse cheio, para descartar o conteúdo. Ao contrário do que se imagina, o patrão não tem nenhuma deficiência, apenas escolhe não se levantar para ir até o banheiro, tornando o ato de obrigar uma terceira pessoa a recolher os seus dejetos, um ato de humilhação. Eva Luna não demora a perceber a violência simbólica que aquela prática exercia sobre ela e novamente reage:

Da maneira mais tranquila, como se fosse um ato de todos os dias, ergui o recipiente e despejei seu conteúdo sobre o ministro de Estado, livrando-me da humilhação com um só movimento do pulso. Por um longo momento ele permaneceu imóvel, de olhos arregalados.

- Adeus, senhor! (ALLENDE, 2014, p. 114).

Eva retorna para a rua, decidida a nunca mais procurar acolhimento de sua madrinha, que na verdade nunca havia dado. Procura invocar a presença da mãe, para que ganhasse coragem perante o desamparo. Desta maneira, Eva Luna parece

representar a personagem que age conforme seus valores, demonstrando o teor subversivo da ordem natural, que a levaria a cumprir um destino de repressão, do qual tem consciência.

Assim, a condição de desterritorialização sofrida pela personagem, parece representar a ultrapassagem dos limites impostos por meio das fronteiras simbólicas que amparam a subalternidade feminina, que as confinou no âmbito familiar, restringindo suas experiências de vida, seus conhecimentos, aos afazeres ordinários e que, por consequência as silenciou e apagou da ciência histórica durante séculos, como apontado no tópico anterior por meio das reflexões de Michelle Perrot (2007). O sistema simbólico do qual fala Bourdieu (1998), transcorre todas estas e outras instituições sociais. Neste artigo, a fronteira entre o espaço privado e o espaço público foi enfatizada a fim de demonstrar como a condição exílica ou de desterritorialização parecem contribuir com a representação da resistência frente às amarras de gênero e de classe social sofridas por Eva Luna.

Enquanto a condição de desabrigada da personagem protagonista impulsiona consequências, a sua relação com a contação de histórias estimulada pela mãe antes da morte, a proporciona sobrevivência. É por meio da criação de histórias, que Eva Luna encontra saídas para as opressões que enfrenta, conquistando amizades e afetos, trocando narrações orais por abrigo, ao passo que permanece analfabeta quase até a adultidade. No desamparo, Eva Luna encontra-se diante de desafios que compõe sua construção identitária, tornando-se uma adulta independente e corajosa, subvertendo o estereótipo de mulher frágil e dependente, amplamente representado pela literatura canônica.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A obra ficcional *Eva Luna* (2014), escrita originalmente em 1987 por Isabel Allende durante seu exílio, devido ao regime autoritário chileno, aponta para a representação subversiva do comportamento feminino por meio da personagem narradora, que sofre diversas opressões de gênero correlacionadas às opressões de classe e, que atua resistindo. Um dos aspectos constatados, foi a interferência da problemática

que a encaminha para a condição exílica, implicando no rompimento da fronteira entre o público e o privado.

O confinamento feminino nas sociedades patriarcais, apresenta consequências identitárias e representacionais no espaço da literatura. Em *Eva Luna*, nota-se o movimento de subversão por meio da desterritorialização, que confere à personagem a percepção de sua própria coragem, enfrentamento e força, desconstruindo o estereótipo feminino recorrente nos escritos literários consagrados pelo cânone. Movimento de resistência que conduz Eva Luna para a construção de sua autonomia e a subversão das características limitantes, impostas por meio dos diversos instrumentos simbólicos que percorrem a estrutura das sociedades patriarcais, que indicam às mulheres o espaço do ordinário como o seu ambiente natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLENDE, I. **Meu país inventado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- ALLENDE, I. **Eva Luna**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- BONNICI, T. **Teoria e Crítica Literária Feminista: Conceitos e Tendências**. Maringá: Eduem, 2007.
- BOSI, A. **Literatura e Resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- KIRKWOOD, J. **El Feminismo como Negación Del Autoritarismo**. Santiago: Flacso, 1983.
- LARGO, E. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto. In: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Orgs.) **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.
- MORGANTE, M M. NADER, M. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **XVI Encontro Regional de História**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.
- LOBO, L. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. Registros do SEPLIC – Seminário Permanente de Literatura Comparada. Departamento de Ciência da Literatura, Faculdade de Letras, 1997.



PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ZOLIN, L. O. Estratégias de Subjetificação na Ficção Contemporânea de Mulheres: Exílio, Migração, Errância e Outros Deslocamentos. In: DALCASTAGNÈ, R.; LICARIÃO, B.; NAKAGONE, P.; (Orgs.) **Literatura e Resistência**. Porto Alegre: editora Zouk, 2018.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA TRÍPLICE FRONTEIRA AR-BR-PY: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS

Maria Aparecida Webber¹⁵

RESUMO: As problematizações de gênero são parte importante na complexa tarefa de apreensão das realidades sociais, inclusive nas pesquisas de/nos contextos fronteiriços. Neste trabalho apresenta-se a temática da violência contra as mulheres no espaço da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, onde se cruzam as respectivas cidades de Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. São expostos alguns dados sobre a incidência deste tipo de violência neste território, bem como são apresentadas de forma breve as principais ferramentas legais e entidades de ação civil e social que realizam o acolhimento e apoio dessas mulheres. Infelizmente a violência de gênero não conhece limites nacionais e as reflexões apresentadas também convidam a pensarmos enquanto pesquisadoras e pesquisadores, gestores públicos, e sociedade de forma geral, em iniciativas que busquem ampliar a proteção a essas mulheres e diminuição dos inúmeros tipos de violências também nos porosos espaços de fronteira.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira; Violência contra a mulher; Redes de Apoio.

VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN LA TRIPLE FRONTERA AR-BR- PY: NOTAS NECESARIAS

RESUMEN: Las cuestiones de género son una parte importante de la compleja tarea de aprehender las realidades sociales, incluida la investigación en contextos fronterizos. Este trabajo presenta el tema de la violencia contra las mujeres en el espacio de la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay, donde se cruzan las respectivas ciudades de Puerto Iguazú, Foz de Iguazú y Ciudad del Este. Se exponen algunos datos sobre la incidencia de este tipo de violencia en este territorio, así como una breve presentación de las principales herramientas legales y entidades de acción civil y social que realizan la acogida y apoyo a estas mujeres. Lamentablemente, la violencia de género no conoce límites nacionales y las reflexiones presentadas también nos invitan a pensar como investigadoras e investigadoras, gestoras públicas y sociedad en general, en iniciativas que buscan expandir la protección de estas mujeres y reducir los innumerables tipos de violencia también en los espacios porosos de la frontera.

Palabras-clave: Triple Frontera; Violencia contra las mujeres; Redes de apoyo.

INTRODUÇÃO

¹⁵ Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE) e servidora da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Compõe o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade da UNILA, colabora com o Observatório de Gênero e Diversidade da América Latina e Caribe da UNILA e participa da Rede Encontros pela Diversidade. É membra do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" (LAFRONT). E-mail para contato: webber.cidamaria@hotmail.com

Os espaços de fronteira são cenários de estudos acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento e, apesar de uma crescente percepção interdisciplinar sobre os estudos fronteiriços, as problemáticas e tensões sociais retratadas em publicações parece ainda estar bastante circunscrita a temáticas econômicas, políticas e legais.

Apesar de evidentes avanços nas últimas décadas, nos diferentes olhares aos contextos fronteiriços parece repetir-se uma mesma falta nas reflexões produzidas nas correntes pesquisas mundo a fora: uma abordagem que se atente e inclua as questões de gênero. A partir dessa reflexão, um universo de possibilidades se abre e complexifica a apreensão de qualquer evento ou realidade social. Não, nem todas as pesquisas precisam centrar-se nos temas de gênero, contudo, ignorá-los pode representar uma omissão sobre importantes marcadores que seguem presentes em uma sociedade patriarcal, heteronormativa e violenta.

Importantes organismos internacionais têm incluído em suas agendas o tema de gênero. A Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, por meio de um plano coletivo de ação global para melhorar as condições de vida em todo o mundo até o ano de 2030, traz uma das propostas talvez mais conhecidas atualmente – a Agenda 2030. Com 17 objetivos voltados para o desenvolvimento sustentável do planeta (e de todos nele presentes), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) traduzem preocupações planejadas em 169 metas mundiais.

Igualdade de gênero é um desses objetivos presentes na Agenda 2030 da ONU e, traz como uma das metas: “5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos” (ONU, 2018).

O combate à violência contra as mulheres é, pois, uma questão global, porém que depende do comprometimento e ação local para sua efetivação. Vale destacar que os tratados e acordos internacionais auxiliam sobremaneira na continuidade dos avanços sociais, visto que em casos de governos autoritários e conservadores há retrocessos em matérias de direitos humanos (entre outros), como é o atual caso do Brasil.

A negligência e omissão do poder público nos casos de violência contra as mulheres é de responsabilidade do Estado, e, em espaços fronteiriços essa problemática é atravessada por agravantes em razão dos fluxos não estarem circunscritos a uma única

nação. Ao pensarmos então nos espaços fronteiriços e levarmos em conta problemáticas de gênero relevantes para esse espaço, temos a violência de gênero como uma das mais urgentes temáticas para pesquisa e atuação do poder público.

O tema de violência de gênero pode abarcar outras nuances de identificação de gênero e, neste trabalho, escolhi abordar especificamente a violência contra as mulheres, Note-se que, por mulher, busco contemplar o termo em toda a sua expressão e pluralidade, tendo como entendimento de categoria a identificada auto identificada. Apesar de muitas vezes o termo violência de gênero ser usado como sinônimo para violência contra a mulher, entendo que o primeiro contempla um debate mais ampliado, que, apesar de necessário, não será abarcado nesse momento.

Neste breve artigo almejo contribuir as discussões na temática com alguns dados importantes sobre o tema da violência contra as mulheres na fronteira em que vivo e venho desenvolvendo minhas pesquisas – a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Como iguaçuense, antropóloga, pesquisadora e feminista, busco contar com espaços como este para compartilhar, além de reflexões de cunho teórico, informações e dados relevantes que compõe nossos universos de pesquisa e de vivência, colaborando na divulgação de espaços de acolhimento e apoio a companheiras que estejam em situações de violência e/ou outras vulnerabilidades, intensificados ainda mais neste período de pandemia em razão da Covid-19.

NAS MARGENS: CONTEXTOS E ÍNDICES DA TRÍPLICE FRONTEIRA

A violência é um fenômeno global e intersetorial, possuindo diferentes nuances, percepções e vivências acerca das características e tipificações. Dentre essas violências, a que se caracteriza como contra as mulheres (pela condição de ser mulher) possui historicamente índices tristes e assustadores. Segundo (SAFFIOTI,1999) a violência de gênero não está circunscrita em determinado grupo ou condição social, econômica ou cultural. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que uma a cada três mulheres do mundo tenha sofrido algum tipo de violência física ou sexual em algum momento da vida. Isso representa 35% da população global feminina (OMS, 2013). Em especial

A violência doméstica e os abusos cometidos na intimidade do lar entre pessoas relacionadas são as formas mais comuns e frequentes desses crimes e constituem, segundo as estatísticas conhecidas nas mais diversas localidades do Brasil e do exterior, cerca de setenta por cento dos casos. (SEGATO, 2003, p.22 – tradução nossa).

Apesar de avanços nas pautas de direitos humanos nas últimas décadas, aí incluída a mulher como um dos grupos com maior vulnerabilidade social, ainda estamos muito longe de alcançar uma situação de equidade social, econômica e política, visto o força do sistema patriarcal para se manter e perpetuar as estruturas existentes. A violência contra as mulheres, pois, fica inserida em um contexto brutal e excludente com relações de poder estabelecidas de acordo com o gênero, mas também raça e classe social.

Certos tratados e acordos internacionais tensionam o tema de gênero, porém cada país, estado, cidade, desenvolve políticas públicas (ou não desenvolvem) e posiciona essa discussão em diferentes balanças no sistema educacional e de segurança. Por esta razão, precisamos localizar, também neste caso, o contexto e as características locais dos espaços sobre onde se propõe o olhar. Os aspectos regionais subsidiam a apreensão mais bem informada dos cenários e dos atores que ali figuram.

Sobre a Tríplice Fronteira em que estou localizando as reflexões neste momento, temos realidades bastante distintas, tanto em disponibilidade de dados quanto em estrutura de suporte a mulheres em situação de violência – que será abordado mais detalhadamente na seção seguinte.

Considerando os dados estatísticos oficiais de cada país participante desta fronteira, temos uma população regional estimada em quase 650 mil habitantes – “846 mil se consideradas as adjacências de Ciudad del Este; e certamente maior do que isso se considerada população em trânsito” (WEBBER, 2018). Observa-se neste território uma grande circulação de pessoas que transitam entre os três países, sendo um fluxo cotidiano interrompido somente por situações extraordinárias, como ocorreu agora no ano de 2020. Pela primeira vez que se tenha registro, após a instituição dos regimes democráticos nacionais, as pontes que ligam as cidades delimitaram por um extenso período e de forma compulsória e controlada os limites dos Estados mediante a situação de pandemia de saúde pública gerada pela Covid-19. Em tempos “normais”, poderíamos

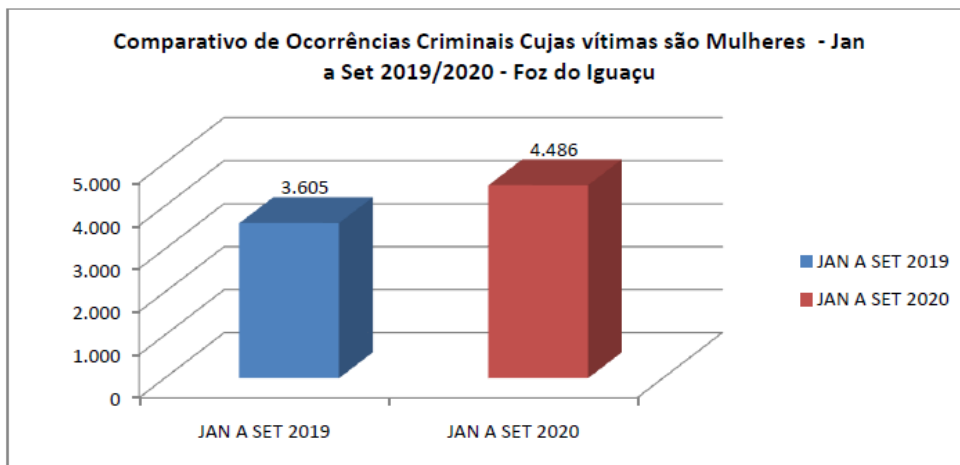
elencar neste fluxo mulheres brasileiras trabalhadoras no Paraguai e Argentina, as mulheres paraguaias que cruzam a ponte para trabalhar sobretudo em lares brasileiros, mulheres indígenas que transitam pelos espaços vendendo comidas e artesanatos, mulheres estudantes. Todas sujeitas às duras estatísticas de violência contabilizadas pelos órgãos de saúde, segurança e controle estatais.

Segundo dados oficiais do balanço anual da Central de Atendimento à Mulher, o Brasil registrou em 2019 cerca de 1,3 milhão de ligações pelo canal telefônico 180, considerando denúncias, pedidos de informação, ainda elogios, reclamações, entre outros (BRASIL, 2019). Apesar da manutenção do importante serviço do 180 com abrangência nacional, nos últimos anos houve uma diminuição nos investimentos federais nas políticas para as mulheres e os reflexos podem já ser sentidos nos relatos de violência e crimes de ódio.

Na margem brasileira da Tríplice fronteira, a cidade de Foz do Iguaçu traz consigo uma história de diferentes ciclos econômicos de desenvolvimento, tendo em todos eles certamente as mulheres como partícipes importantes nos processos de deslocamento, recepção e construção de um espaço urbano ampliado, muitas, vítimas de violências. Segundo relatório estatístico disponibilizado em outubro de 2020 pela Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico, da Secretaria de Segurança Pública Administração Penitenciária do Estado do Paraná (CAPE, 2020), a comparação dos dados de violência registrados pelo município nos meses de janeiro a setembro de 2019 e 2020 podemos vislumbrar o cenário brasileiro nesse contexto.

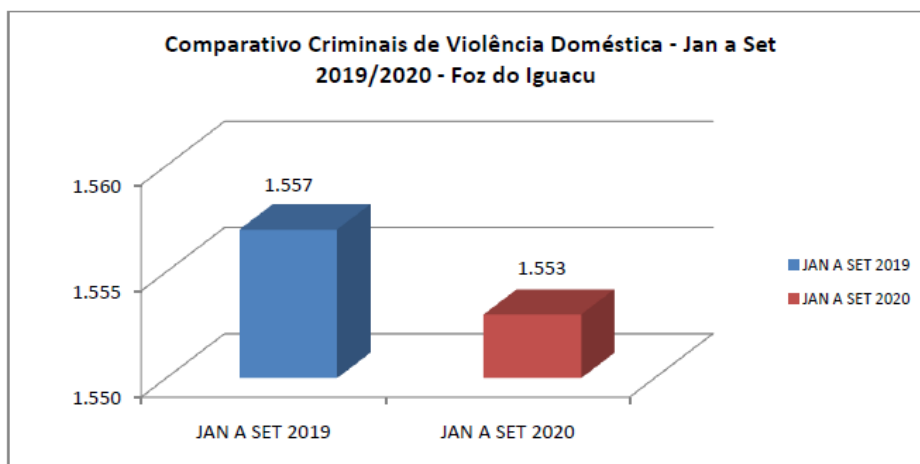
O Gráfico 1 (abaixo), contabiliza por meio dos registros de boletim de ocorrência, o número de mulheres notificantes tipificadas como vítimas de crimes no espaço de tempo estipulado no relatório, totalizando 4.486 ocorrências em 2020. Já no Gráfico 2, estão selecionadas as ocorrências enquadradas como violência doméstica, sendo 1.553 registros até setembro de 2020.

GRÁFICO 1 – Ocorrências criminais em que as vítimas são mulheres
(Foz do Iguaçu, Jan-Set 2019-2020)



Fonte: Relatório CAPE-PR

GRÁFICO 2 – Ocorrências criminais de violência doméstica (Foz do Iguaçu, Jan-Set 2019-2020)

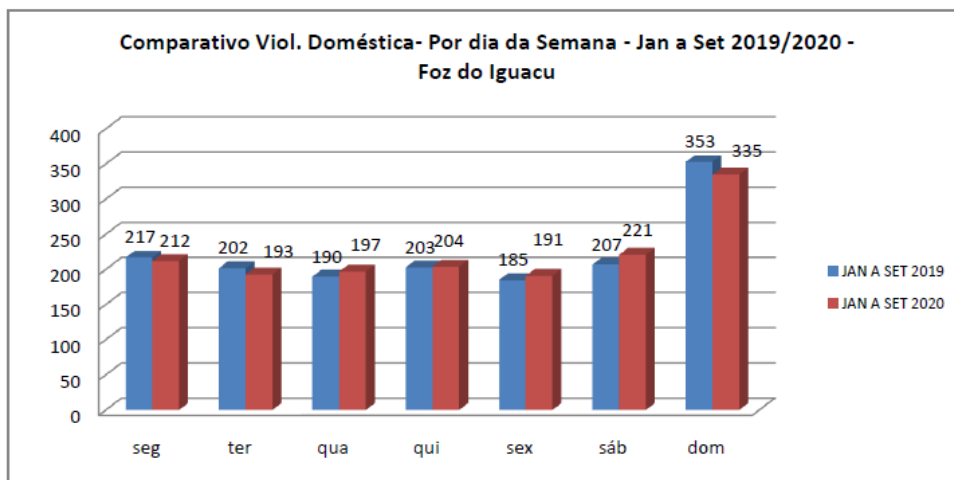


Fonte: Relatório CAPE-PR

Esses números refletem um alto índice de ocorrências envolvendo mulheres e, em especial os dados de violência doméstica nos trazem a triste constatação de uma média de 172 ocorrências ao mês, quase 6 ocorrências ao dia.

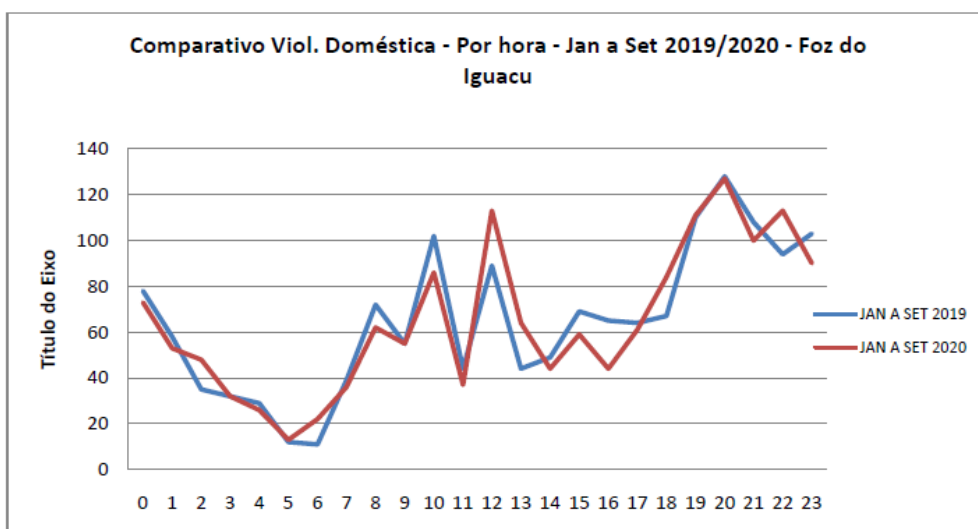
Faz-se de Extrema importância também, contextualizar os dias e horários em que as ocorrências são mais frequentemente relatadas. Os gráficos 3 e 4 trazem detalhes dos registros, ainda segundo o relatório estatístico da CAPE-PR.

GRÁFICO 3 – Ocorrências criminais de violência doméstica por dia da semana (Foz do Iguaçu, Jan-Set 2019-2020)



Fonte: Relatório CAPE-PR

GRÁFICO 4 – Ocorrências criminais de violência doméstica por hora (Foz do Iguacu, Jan-Set 2019-2020)



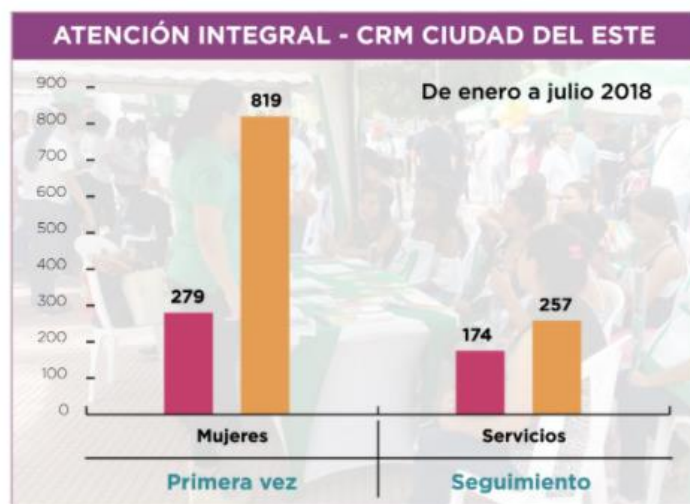
Fonte: Relatório CAPE-PR

Como se pode observar, há uma incidência significativa de notificação de violências nos finais de semana (domingo), e no período noturno (20h). Este é um grande indicador de orientação na implementação de serviços de apoio às mulheres vítimas de violência e deveria servir como instrumento balizador nas políticas públicas existentes. Infelizmente, como comentarei a seguir, há uma precarização nos serviços em razão da escassez de investimento do Poder Público, reduzindo o horário possível de atendimento sensibilizado, qualificado e comprometido.

Ainda sobre os gráficos, podemos verificar que, comparativamente, os anos de 2019 e 2020 parecem não trazer muitas diferenças numéricas, porém as condições de acesso aos órgãos de segurança durante o período de pandemia devido à Covid-19 ficam bastante prejudicadas, em especial nos casos de violência doméstica, quando a mulher reside sob o mesmo teto com o agressor e tem como agravante a dificuldade de acesso à privacidade em busca de ajuda.

No Paraguai, segundo dados divulgados pelo *Observatório de las Mujeres*, instância ligada ao *Ministerio de la Mujer*, o país registrou oficialmente 15 feminicídios de janeiro a julho de 2020 (PARAGUAI, 2020). *Ciudad del Este* registrou, pelo *Centro Regional de las Mujeres* (CRM), de janeiro a julho de 2018, o acompanhamento de 453 mulheres em 1076 tipos de serviços, tais como apoio psicológico, assistência jurídica e social, dado que nos aponta o volume de situações de violência ocorridas na cidade (PARAGUAI, 2020b). Dessas, 279 buscavam o primeiro atendimento.

GRAFICO 5 – Atendimentos CRM *Ciudad del Este*/PY



Fonte: Site CRM CDE/PY

Na Argentina, um importante canal de registros de violência de gênero está na Línea 144, que funciona como disque denúncia por todo país. Segundo dados divulgados no site oficial, somente em 2020 (de janeiro a setembro) foram comunicadas mais de 81 mil situações de violência de gênero, distribuídas ao longo do período de acordo com o gráfico abaixo:

GRAFICO 6 – Registros de atendimentos *Linea 144* Argentina (todo país)

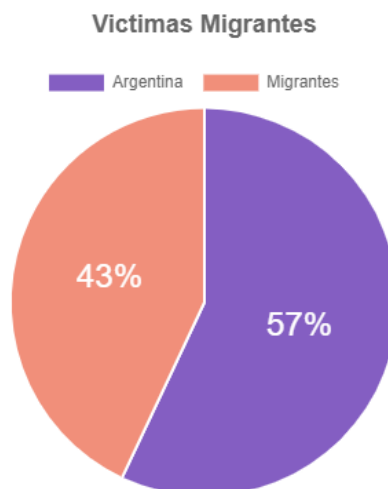


Fonte: Site *Ministério de las Mujeres, Género y Diversidad* AR.

Considerando os dados estatísticos divulgados pela UFEM (*Unidad Fiscal Especializada de Violencia contra las Mujeres*) entre 2015 e 2018 foram registrados na cidade de Buenos Aires 56 feminicídios, dentre os quais a maioria das vítimas estava na faixa etária entre 18 e 49 anos (ARGENTINA, 2019). Segundo detalhado pelo UFEM, dentre as vítimas foram identificadas 3 mulheres trans/travestis, 1 mulher lésbica e 2 mulheres que se encontravam grávidas quando foram assassinadas.

Outro aspecto relevante para compreensão dessas violências registradas na cidade de Buenos Aires – Argentina, diz respeito a origem das vítimas. Por tratar-se de uma grande capital, é notável a presença de pessoas vindas de diferentes lugares, contudo, o gráfico 7 (abaixo) nos ajuda a complexificar quem é essa mulher vítima de violência e quais outros marcadores podem se fazer presentes.

GRAFICO 7 – Nacionalidade das mulheres vítimas de feminicídio em Buenos Aires AR



Fonte: UFEM - *Ministério Público Fiscal AR*

Podemos observar que, das 56 mulheres vítimas de feminicídio, quase metade (43%) eram mulheres migrantes. Ainda segundo o relatado pela UFEM, a composição dessa parcela se deu por: 18% paraguaias, 4% italianas, 4% brasileiras; e ainda houve registro origem das vítimas de Alemanha, Colômbia, Equador, Espanha, Peru, Rússia e Uruguai.

Não foram encontrados relatórios emitidos pelas instituições oficiais de segurança ou saúde, específicos sobre violência contra a mulher em Puerto Iguazú. Segundo o Jornal “El Territorio”, a *Comisaría de la Mujer* presente na cidade de Puerto Iguazú, teria informado uma média diária de recebimento de 4 a 5 denúncias de situações de violência de gênero - dados de novembro de 2019 (EL TERRITORIO, 2019). Se tomarmos tais dados para uma projeção direta, teríamos aproximadamente 150 registros mensais de denúncia em razão de violência contra esse grupo.

Ao pensar a fronteira como um território que se expande do contexto nacional, temos cenários regional de fronteira bastante preocupantes quanto à violência contra as mulheres. Os números registrados em todas as margens indicam um importante problema de segurança e saúde pública para os 3 países. Vale destacar ainda que, às notificações registradas somam-se ainda muitas vítimas que não acessam os sistemas de apoio dos municípios/países, seja por desconhecimento, por medo, vergonha, dificuldades econômicas, ou ainda por estarem inseridas em contextos de violência que dificultem o acesso.

Alguns desses contextos demandam de um longo e complexo trabalho do Estado e sociedade civil, a médio e longo prazo, porém a existência de unidades de atendimento às mulheres em situação de violência e a ampla divulgação sobre esses canais pode ser um importante passo no combate à violência.

“VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA”: REDES DE APOIO NAS CIDADES DE FRONTEIRA

Reconhecer a situação de violência e buscar ajuda é um passo primordial na garantia da vida e do bem estar da mulher em situação de violência. Para isso faz-se necessária a existência de uma complexa rede de atendimento que combata a violência contra às mulheres. Além do enfrentamento, é imprescindível o comprometimento coletivo com a prevenção, assistência social e psicológica, bem como amparo para as questões legais e garantia de direitos. Os serviços oferecidos precisam estar interligados e compartilhar a responsabilidade tanto na esfera federal, quanto na estadual e municipal (ONU, 2018, p. 13).

Na região da Tríplice Fronteira não há, ainda, nenhum serviço articulado entre os 3 países de suporte ao combate à violência contra as mulheres que estejam inseridas nesse espaço. Existe o diálogo entre as instituições e iniciativas de monitoramento e apreensão dos dados para ampliação e melhoria da rede. O Observatório de Gênero e Diversidade da América Latina e Caribe da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é uma dessas iniciativas. Em julho de 2019 foi iniciado um trabalho de articulação entre entidades das três cidades que compõe a fronteira a fim de auxiliar no subsídio de dados para implantação de políticas públicas no tema.

No Brasil, a lei mais expressiva nessa luta é a Lei no. 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Vale lembrar que mulheres que se relacionam com outras mulheres também podem sofrer violências e acessar a lei. Segundo Hickmann (2019), “mulheres em relações homoafetivas também podem encontrar-se em situações de violência, e isso é previsto na Lei Maria da Penha” (p. 35). Um dos desdobramentos da Lei Maria da Penha foi a criação de unidades de suporte multidisciplinar de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de

Violência – CRAM. Estes espaços são pautados pelo respeito à diversidade e atuam com uma abordagem plural e inclusiva, podendo fornecer atendimento a qualquer mulher acima de 18 anos, independentemente de seu perfil ou características.

Em todo o estado do Paraná existem somente 10 unidades dessa tão importante materialização da política pública para a mulher. Foz do Iguaçu é uma das cidades que conta com o serviço do CRAM, hoje a cargo da administração municipal, vinculada à Secretaria de Assistência Social.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Rejane Marisa dal Bó, em Foz do Iguaçu, oferece atenção gratuita e trabalha “de maneira intra e multidisciplinar possibilita que o atendimento seja mais eficaz, além de evitar que a mulher tenha que repetir o relato mais de uma vez, afinal, isso seria mais uma violência contra a mesma” (HICKMANN, 2019). Sua equipe é composta por: 1 coordenadora, 1 psicóloga, 2 assistentes administrativas, 2 assistentes sociais, 1 professora de educação infantil, 1 servidora que presta serviços gerais, e estagiárias.

Além do CRAM – que pode ser acessado presencialmente ou pelo telefone 0800-6438111, outras instituições e espaços trabalham conjuntamente no combate à violência contra a mulher. Dentre eles, a Delegacia da Mulher (telefone 45 3521-2151), a Polícia Civil (45 3576-1400), Polícia Militar (190), Guarda Municipal – em especial a Patrulha Maria da Penha (45 98401-6287). Há também o telefone 180 para denúncias sobre violências contra a mulher, um serviço também gratuito e disponível em todo o país.

No Paraguai, a Lei Nº 5777 prevê a proteção integral às mulheres, contra toda forma de violência. Estruturalmente, o Ministério Público possui 3 unidades especializadas em violência, além da atuação da Defensoria Pública. O Observatório de la Mujer, ligado à Secretaria de la Mujer também desenvolve ações de combate à violência contra a mulher e feminicídio. O país conta com o serviço gratuito de denúncias por telefone – o SOS Mujer 137.

Várias outras iniciativas e movimentos poderiam ainda ser citados, como o projeto Ana Mete a Colher, o Coletivo Mulheres sem Fronteiras, a Rede pela Diversidade, entre outros, com perfis em redes sociais que ampliam o engajamento e difusão de informações e campanhas de combate à violência contra a mulher.

Em Ciudad del Este, há um Centro regional vinculados ao *Ministério de la Mujer*, que trabalha com uma equipe multidisciplinar e realiza atendimentos psicológicos, jurídicos e sociais. O Serviço pode ser acionado 24 horas pelo telefone 137, com ligação gratuita em todo o Paraguai. O Centro Regional de Ciudad del Este atende pelo telefone (061) 507531, e presencialmente no endereço Campo Vía casi América, Área 4.

A Argentina conta com a Lei Nº 26.485 de “Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres” (ARGENTINA, 2009). Além disso, conta também com a recente Lei Micaela, que estabelece capacitação obrigatória em gênero e violência de gênero a todas às pessoas com cargos públicos, tanto no Poder Executivo, como no Legislativo e Judiciário (ARGENTINA, 2019). Apesar de as políticas de gênero parecerem estar muito centradas na capital, o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad* da Argentina conta com Centros de Atenção para Mulheres e LGBTI+ em diversas regiões do país.

Recentemente foi aprovado um plano bianual para balizar as ações do país e subsidiar políticas sociais – o Plano 2020-2022 Violências por motivos de gênero. Há também dois serviços telefônicos gratuitos oferecidos: a Línea 137 e a Línea 144, com serviço de atenção 24h, além de atendimento via WhatsApp (1127716463), e por e-mail (linea144@mingeneros.gob.ar).

Na cidade de *Puerto Iguazú - AR*, existe a Comisaría de la Mujer, e em junho de 2020 foi criado o *Departamento de Coordinación de Políticas Sociales y Programas para Atención a Familias Víctimas de Violencia de Género*.

Além dos espaços citados, outras as unidades colaboram no fortalecimento da rede de enfrentamento à violência, a exemplo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), e instituições de educação presentes na fronteira. A UNIOESTE e UNILA desempenham um papel relevante na construção do enfrentamento à violência contra a mulher na cidade e na região. A UNILA, especificamente, além do Observatório de Gênero, já citado, conta com um Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade (CEEGED), que atua no acolhimento e apoio interno e na interlocução com a comunidade e colaboração na formulação de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a apresentar dados relativos à violência contra as mulheres no espaço da Tríplice Fronteira AR-BR-PY, e neste percurso convidar a todas, todos e todes à reflexão sobre tão importante problemática.

Todas as estatísticas apontam para a triste constatação da existência de altos índices de violência contra as mulheres nestes espaços e a necessidade primordial em um movimento coletivo e colaborativo no enfrentamento dessas violências. As instituições e espaços aqui nominados precisam estar inseridos em políticas nacionais e regionais articuladas, com consistente investimento dos Estados. Alcançar a redução e eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres – física, psicológica, simbólica, patrimonial – requer ações de curto, médio e longo prazo.

A quebra do Ciclo de violência é um processo bastante difícil e que não se encerra na denúncia. Apesar de legalmente haver algum amparo e preocupação legais por parte dos países, plasmadas em documentos e artigos, as condições de trabalho dos órgãos e as condições de acesso e manutenção de apoio a essas mulheres ainda precisa de muitas melhorias.

É salutar lembrar que a violência contra a mulher não deve ser observada e tratada como um fenômeno isolado, e sim de forma interseccional e sistêmica. Como nos convida Bell Hooks (2020) é preciso também conectar o pensamento feminista às problemáticas da violência. Muitos avanços são ainda necessários para a garantia da vida e dos direitos das mulheres e inserir tais reflexões em nossas pesquisas e debates certamente corrobora para um mundo menos machista, menos misógino, lgbtfóbico e desigual. Todes estão convidadxs a somar-se nessa luta.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARGENTINA, Ley N° 26.485. **Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres**, abril 2009.

ARGENTINA, Ley N° 27499. **Ley Micaela**: capacitación obligatoria en la tematica de genero y violencia contra las mujeres, janeiro 2019.

ARGENTINA, Ministério Público Fiscal, 2019. **Estadísticas sobre femicidios en la Ciudad de Buenos Aires 2015-2018**. Disponível em: <https://www.mpf.gov.ar/ufem/estadisticas/>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

BRASIL, Lei 11.340 (Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, **Balanco Anual**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/balanco-anual-ligue-180-registra-1-3-milhao-de-ligacoes-em-2019>. Acesso em: 20 set. de 2020.

CAPE. **Relatório estatístico 2019/2020 da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico**. Secretaria de Segurança Pública Administração Penitenciária do Estado do Paraná, 2020.

EL TERRITORIO, **Entre 4 y 5 mujeres denuncian violencia de género por día en Iguazú**. Disponível em: <https://www.elterritorio.com.ar/noticias/2019/11/25/644643-entre-4-y-5-mujeres-denuncian-violencia-de-genero-por-dia-en-iguazu>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

HICKMANN, Ana Luisa. **O CRAM no bairro: a atuação do centro de referência Rejane Marisa Dal Bó no combate à violência contra as mulheres**. (TCC) Graduação em Antropologia. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Estimativas globais e regionais de violência contra mulheres: Prevalência e efeitos na saúde da violência de parceiros íntimos e violência sexual não parceira**. 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018.

PARAGUAI, Ministério de la Mujer, **Feminicidios 2017 al 2020**, 2020. Disponível em: <http://ciudadmujer.gov.py/index.php/noticias/feminicidios-20107-al-2020>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

PARAGUAI, Ministério de la Mujer, **En CDE el Centro Regional de las Mujeres ofrece atención integral**, 2020b. Disponível em: <http://www.mujer.gov.py/index.php/noticias/en-cde-el-centro-regional-de-las-mujeres-ofrece-atencion-integral>. Acesso em: 12 de out. de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. *São Paulo em Perspectiva*, 13 (4), p. 82-91, 1999.

SEGATO, Rita. **Las Estructuras Elementares de La Violencia: Ensayos sobre el género, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Quilmes: Prometeo, 2003.



WEBBER, Maria Aparecida. **Estudantes brasileiros de Medicina em Presidente Franco (PY): motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço.** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2018.

TRABALHO E IMIGRAÇÃO: EXPERIÊNCIAS NAS NARRATIVAS DOS HAITIANOS/ HAITIANAS ACERCA DAS FRONTEIRAS

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho¹⁶

RESUMO: Este artigo é um recorte de minha tese de Doutorado da qual durante os anos de 2016 a 2020 entrevistei haitianos e haitianas que viviam na cidade de Cascavel, localizada na região Oeste do Paraná. Dentre as principais temáticas, elencadas em meu trabalho, as seguintes foram preponderantes: i) trajetórias de vida; ii) trajetórias de imigração; iii) trajetórias de trabalho e iv) trajetórias de luta. Ademais, especificamente para este texto, proponho analisar que para além das fronteiras físicas ultrapassadas pelos haitianos desde que saíram do Haiti para que chegassem até o Brasil, houve também as fronteiras do imaginário popular que mesmo após anos da imigração haitiana para o Brasil, parte da população brasileira insiste em lidar com os imigrantes como “os outros”. Deste modo, busco sintetizar alguns dos aspectos vivenciados pelos haitianos durante o processo de emigração do Haiti, as dificuldades do trajeto até a chegada no Acre e as condições vividas no acampamento e por fim, como interpretam intrinsecamente suas experiências de trabalho e imigração no Oeste do Paraná, região da qual no último levantamento realizado em 2019 condizia com aproximadamente dez mil imigrantes haitianos.

Palavras-chave: Imigração haitiana; Trabalhadores; Fronteiras;

WORK AND IMMIGRATION: EXPERIENCES IN NARRATIVES BY HAITIANS/ HAITIANS ABOUT BORDERS

ABSTRACT: This article is an excerpt from my Doctoral thesis, which during the years 2016 to 2020 I interviewed Haitians and Haitians who lived in the city of Cascavel, located in the western region of Paraná. Among the main themes, listed in my work, the following were preponderant: i) life trajectories; ii) immigration trajectories; iii) trajectories of work and iv) trajectories of struggle. In addition, specifically for this text, I propose to analyze that beyond the physical borders crossed by Haitians since they left Haiti to reach Brazil, there were also the boundaries of the popular imagination that even after years of Haitian immigration to Brazil, part of Brazilian population insists on dealing with immigrants as “the others”. In this way, I try to synthesize some of the aspects experienced by Haitians during the process of emigration from Haiti, the difficulties of the journey to their arrival in Acre and the conditions experienced at the camp and finally, how they intrinsically interpret their work and immigration experiences in Western Paraná, a region from which in the last survey carried out in 2019 it matched approximately ten thousand Haitian immigrants.

Keywords: Haitians immigration; Workers; Borders.

APRESENTAÇÃO

¹⁶ Doutora em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: jooiheda@hotmail.com

Em 2016 quando Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos, uma de suas pautas que infelizmente não ficou apenas no palanque, era a de fortalecer as políticas de imigração na fronteira entre o México e os Estados Unidos. No entanto, os discursos xenofóbicos não se restringiriam apenas a este país.

No caso brasileiro, desde 2010 até 2018 a principal nacionalidade de imigrantes que chegaram nos postos da Polícia Federal, foram os haitianos (OBMIGRA, 2014; OBMIGRA, 2018) que embora tenha sido fornecido o “visto por questões humanitárias”, não deixaram de serem entendidos como “caso de polícia”, sendo a “Lei do Estrangeiro” a principal legislação para a regularização destes sujeitos no Brasil (constituída durante o período da ditadura militar pela Lei de Segurança Nacional).

Após intensa luta dos setores de acolhimentos dos imigrantes, foi criada a Lei da Migração em 2017. Porém, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 divulgou que eram praticamente inexistentes as políticas públicas em âmbito municipais para os imigrantes no país.

A FRONTEIRA QUE PERDURA SÉCULOS

Durante o século XIX, mais especificamente entre 1791 a 1804 o Haiti foi palco de um dos eventos históricos mais importantes do mundo: o grito pela liberdade e independência conquistado pela população negra afro-caribenha na luta contra as amarras da escravidão.

Além disso, o professor Handerson Joseph destaca que:

No início do ano de 1830, judeus de todo o mundo, inclusive da Polônia, Líbano, Síria e Egito, encontraram refúgio no Haiti. Eles ouvem sobre a terra da Liberdade, leem artigos publicados pelos principais jornais da época, segundo os quais basta pisar o solo haitiano para ficar livre para sempre enquanto são perseguidos na Europa¹⁷.

O Haiti representava liberdade, liberdade da qual estava distante para alguns países em ser alcançada, como era o caso do Brasil que vivia o contexto da escravidão. Ademais, Joseph (2019) destaca que se hoje o mundo enxerga o Haiti como um lugar de

¹⁷ Disponível em: <https://profileayiti.blogspot.com/2019/11/comment-haiti-sauve-les-juifs.html?fbclid=IwAR2pnPZCq6yu-vmHWBYegYea0naCAPgy1DnjXyE8UFVCIxLwxODSvjNIRpY>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

emigração, durante o século XIX, este país acolhia com generosidade e solidariedade históricas pessoas do mundo inteiro, sem que existisse normas mundiais que exigissem tal acolhimento.

É importante destacar tais aspectos, pois, a visão que se tem do Haiti hoje é a de um país economicamente falido, sem que o Estado consiga fornecer o mínimo de condições dignas para a maioria da população. No entanto, ainda falta em uma perspectiva decolonial, compreender a partir do processo histórico da luta pela independência a fronteira iniciada por Napoleão Bonaparte e demais potências europeias à colônia de ex-escravizados que tornaram a ilha de São Domingos, a República do Haiti.

O Haiti durante o século XVIII e parte do XIX, destacava-se como uma das principais colônias de produção do açúcar da qual cerca de meio milhão de escravos eram responsáveis pelo trabalho nos engenhos. Essa população sofria as mais variadas formas de tortura e maus-tratos, de modo que qualquer reclamação era o suficiente para que fossem mortos.

Após organizar um exército de ex-escravos, Toussaint derrotou os franceses e os espanhóis que buscavam estabelecer um novo domínio no local. Este líder acreditava que Napoleão Bonaparte faria acordo com a população haitiana, pois, havia estudado os ideais iluministas de “liberdade, igualdade e fraternidade”, acreditando que a França aprovaria tais políticas para suas colônias. Toussaint foi preso e exilado e mesmo sem a sua liderança principal, os haitianos continuavam vitoriosos nas batalhas contra os franceses.

O que ocasionou, segundo Gorender (2004), uma fronteira de correlação de forças do Haiti com os demais países em uma escala mundial:

Quando exilado, Simon Bolívar encontrou abrigo no Haiti, onde recebeu de Pétion proteção, ajuda financeira, dinheiro, armas e até uma prensa tipográfica. No entanto, Simon Bolívar excluiu o Haiti dos países latino-americanos convidados à Conferência do Panamá, em 1826. O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas, após uma das mais heroicas lutas emancipadoras do hemisfério ocidental. (GORENDER, 2004, p.8)

A partir desta breve síntese sobre a fronteira construída em relação ao Haiti, devido sua própria história, é possível de compreendermos que as dificuldades vividas

pela população haitiana não são resultantes apenas de desastres naturais. Por isso, recuperar este aspecto histórico permite-nos pensar sobre como as relações de bloqueio econômico que perduraram séculos com o Haiti, fizeram com que de um país de economia próspera, ocupasse os piores índices de desenvolvimento humano (COGGIOLA, 2010).

Para além de um discurso de perdas físicas, Lahens destaca situações que não estiveram inertes para o povo haitiano.

Escrever para repatriar a desgraça ao lugar que lhe cabe. O centro. Porque o que se abateu sobre nós no dia 12 de janeiro não é uma desgraça de periferia, uma desgraça do “quarto mundo”. É uma desgraça de primeiro mundo, assim como o de todos os outros. (...) O mundo se debruçou, generoso, e balbuciou as primeiras palavras de uma solidariedade que anunciava nova. Bastou descerrar os olhos e ela já assumia os traços claros da antiga. Os grandes pássaros de rapina, tão ávidos pela morte que serve de repasto, já abriram as asas. A bela toalha branca dos festins já foi estendida por cima da falha. (LAHENS, 2012, p. 12).

O que Lahens chama atenção em seu texto está para além da ineficiência do Estado haitiano em se reerguer após o terremoto, a autora salienta a falta de colaboração de outros países que enalteciam discursos de ajuda humanitária, entendendo-os como falácias, visto que a desgraça haitiana é justamente o que possibilita que estruturalmente o Haiti se torne cada vez mais dependente de países imperialistas.

Deste modo, mesmo depois de anos após o terremoto o caos ainda permaneceu no Haiti. A autora discute em sua obra “Falhas” (2012) as dificuldades vivenciadas por aqueles que sobreviveram a tragédia e destaca o que sobrou do terremoto: sonhos destruídos, casas destróçadas, familiares e amigos mortos.

Semelhante aos aspectos que a autora narra, Wladimyr me contou sobre a dificuldade em prosseguir com sua vida de professor no Haiti. Por isso, após procurar saídas viáveis, entendeu que a imigração significaria uma nova chance não apenas para ele, mas para toda sua família que havia sobrevivido ao terremoto.

Eu decidi imigrar pela minha família né? Porque pra mim era muito difícil sair de lá, eu trabalhava e ajudava a ter comida em casa. Mas quando falei para os meus pais, eles acharam que isso era o melhor, aí eu me animei. Do resto da história, você já sabe... dificuldade e só dificuldade! (WLADIMYR, 2016).

A narrativa de Wladimy e de outros imigrantes haitianos me permitem afirmar que a decisão de imigrar para o Brasil não é uma escolha simples. Não se trata de dormir e ao acordar organizar as malas e esperar o próximo voo. Se a dificuldade em sobreviver no Haiti é corriqueira, conforme já pontuado neste texto, cabe-nos o questionamento acerca de como pessoas como Wladimy conseguiram imigrar.

Por não se tratar de aspectos homogêneos, existem diversas formas de realizar a imigração, elencarei três das que foram mais comuns nas entrevistas realizadas com estes imigrantes: a primeira trata-se da família no Haiti que se reúne e consegue juntar o dinheiro suficiente para a realização da viagem. Em casos como o de Jean, seu pai vendeu a casa em que morava para que fosse possível que seu filho imigrasse; a segunda maneira foi narrada por Mike, ainda corresponde as redes de sociabilidade familiares, seus irmãos mais velhos que já haviam imigrado para o Canadá e para os Estados Unidos, mandaram dinheiro suficiente para que Mike conseguisse sair do Haiti, mesmo que não fosse para encontra-los nos Estados Unidos e Canadá. E por terceiro, apresento a maneira considerada como mais perigosa, porém, comum aos imigrantes que são as redes ilegais de tráfico.

Sobre a vinda organizada pelas redes ilegais,

Raketè é um sujeito fundamental que age no contexto da *dyaspora*. É alguém contratado ou que se oferece para intermediar o processo de traslado de uma pessoa ou grupo de um país a outro. Um *raketè* sempre cobra por seus serviços e sempre recebe. É uma categoria em ação transnacional. Às vezes, *raketè* é chamado de *ajans*, pode ser uma agência de turismo ou de viagens, ou pessoa que presta serviços burocráticos, trabalha com venda de passagens, câmbio de moedas, agiotagem, serviços consulares para documentação em processos migratórios, emissão de documentos no país, venda de vistos falsos, etc. (CONTINGUIBA, COTINGUIBA, 2016, p.177).

O contexto detalhado por Wladimy corresponde ao de uma vida no Haiti em que mesmo antes do terremoto não conseguiria juntar dinheiro o suficiente para imigrar. Quando optou por seguir destino ao Brasil, foi porque não conseguia enxergar no Haiti uma condição de vida melhor para si e para seus familiares.

Assim como, Mamed (2016), Cotinguiba (2014), Bortoloto (2019) escreveram em seus trabalhos, para compreender a imigração haitiana para o Brasil, é necessário pensar além dos que partiram, mas também sobre os familiares que ficaram no Haiti.

Wladimy narrou que quando conversou com sua família sobre sua decisão, procurou um *raketè* direcionado por um amigo que já havia imigrado. Em menos de um

mês, Wladimyr estava com sua mochila pronta para vir ao Brasil. Disse-me que mesmo optando pela rede ilegal precisou fornecer uma parcela de dinheiro como “garantia” de pagamento do trajeto.

Este sistema de agiotagem já foi pesquisado por demais autores como Martins (2014) e constatado que os haitianos se endividavam entre U\$3000 à U\$6000 dólares norte-americanos para a viagem até o Brasil, o que chega a ser considerado como o dobro do que gastariam legalmente. No entanto, conforme pontuei acima, a vida que Wladimyr levava juntamente com sua família no Haiti, o impossibilitava de imigrar legalmente.

As inúmeras dificuldades que Wladimyr relatou foram alvo em 2012 da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que solicitou à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a investigação dos “coiotes” que atuavam desde a saída no Haiti, até a chegada dos haitianos tanto pelo Acre quanto pela Amazônia. Entre as considerações destacadas pela comissão, constavam que além de haitianos haviam brasileiros envolvidos nas redes ilegais.

Wladimyr contou que entre as situações que precisou viver na viagem, o sentimento de morte foi o mais presente. “Ainda hoje quando fecho os olhos, eu sinto como se há qualquer momento eu fosse morrer!”. Ao viajar à margem de países como Equador e o Peru, Wladimyr e demais haitianos que estavam em seu grupo dirigido por um coioite eram pressionados a passarem despercebidos pelos postos de fiscalização.

“Eu fiquei dois dias sem comer nada. Eu tinha medo de gastar o pouco de dinheiro que eu tinha trazido e encontrar um policial no Peru e não ter dinheiro pra dar pra ele”, segundo Wladimyr, o coioite que estava responsável por sua imigração já havia informado que se encontrassem a polícia, deveriam dar-lhes dinheiro para que fosse possível prosseguir a viagem.

O que dificultava segundo pontuou Wladimyr, era que o coioite não estava com o grupo de imigrantes todo o tempo, havia trechos que eram direcionados a percorrer sozinhos e o desespero aumentava ainda mais por saber que não havia como ter a certeza de que estavam no caminho certo, aliado ao fato de não saber se poderiam confiar em quem havia lhes dito o caminho.

Semelhante com a narrativa de Wladimyr, Benjamin me contou que “quando a gente chegou na cidade de Trujillo no Peru né? O cara do carro disse que como a gente

era em nove pessoas, ia cobrar mais caro. Eu tinha dinheiro pra pagar minha parte, mas tinha outros que não tinham mais”.

O contexto narrado por Benjamin, tratava-se do trajeto de Trujillo até Lima, aproximadamente 550 km de distância e cerca de oito horas e vinte minutos de carro. Se Benjamin tivesse que percorrer esse trecho a pé, aumentava para 747 km dos quais gastaria cerca de cento e sessenta e duas horas! Benjamin me disse que não fazia ideia da dificuldade de ter que percorrer um trecho desta distância, mas que se não tivesse conseguido uma carona com um grupo de ônibus de haitianos, “eu teria que fazer! Não tinha pra onde ir! Podia morrer, mas ia ter que tentar!”

Estes são alguns dos embates vividos pelos haitianos para conseguir chegar até o Brasil, dos quais suas vidas estiveram em constante ameaça. Ao questionar Wladimyr e Benjamin sobre o que impossibilitou que conseguissem adquirir o visto humanitário no Haiti, me disseram que dentre as exigências, poucas eram as que se tornavam possíveis no contexto em que viviam no país.

Ao pesquisar sobre as regras, encontrei que:

Para se candidatar à permissão, o postulante deve ter passaporte em dia, ser residente no Haiti (o que deve ser comprovado por atestado de residência) e apresentar atestado de bons antecedentes. Com todos os documentos em mãos, deve ainda pagar U\$200 dólares para a emissão do visto. Segundo dados da Embaixada brasileira em Porto Príncipe, em fevereiro de 2012 foram concedidos apenas 30% dos 100 vistos mensais permitidos pela resolução. (FERNANDES, FARIA, 2016, p.102).

Wladimyr me disse que ao procurar na embaixada quais eram os documentos necessários parou de ler quando uma das primeiras exigências era ter residência comprovada no Haiti, “como vou provar isso? Eu morava com meu pai que perdeu tudo, até a casa com o terremoto!”

Deste modo, a vinda para o Brasil em busca de conseguir retirar o visto humanitário nas fronteiras brasileiras foi constante nas narrativas dos haitianos. No entanto, as fronteiras não deixaram de ser vividas, pelo contrário, ao atravessar as dificuldades narradas acima, chegar ao Brasil exigiu lidar com demais adversidades, além das físicas as do imaginário popular dos brasileiros.

A FRONTEIRA BRASILEIRA NO ACRE

“Que eu me lembre, tem duas vezes em que mais me senti feliz, a primeira foi quando nasceu minha filha e a segunda, foi quando atravessei a fronteira do Peru com o Brasil”, recordou Benjamin, enquanto tinha os olhos cheios de lágrimas por ter me narrado a dificuldade não apenas em chegar até o Brasil, mas depois da fronteira, buscar cotidianamente romper os demais problemas.

“A gente sente muito medo das fronteiras né?” continuou narrando quando relembrou que mesmo ao sentir medo, se sentia feliz por ter sobrevivido para encontrar os taxistas brasileiros que os levariam até a cidade de Assis Brasil no Acre.

Segundo Mamed:

No Posto Alfandegário de Assis Brasil, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, os imigrantes se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal para registrar em seus passaportes a data de ingresso em território brasileiro. Após isso, pela mesma rodovia Interoceânica, seguiam até as cidades gêmeas de Epitaciolândia e Brasileia, onde existe a delegacia de Polícia Federal responsável pela região de fronteira, unidade na qual davam entrada à solicitação de refúgio. Até abril de 2014, estava sediado na cidade de Brasileia o acampamento público de acolhida aos imigrantes. Entretanto, após a mudança dessa estrutura de serviço para a capital do estado, depois de passarem pela Polícia Federal, eles se dirigiam até o novo endereço do abrigo, localizado na cidade de Rio Branco. (MAMED, 2016, p.12).

Assim como Benjamin narrou, Wladimyr me disse que se sentia vitorioso em ter conseguido chegar ao Brasil depois de passar por tantas dificuldades. “Era a luz no fim do túnel né? Pelo menos eu pensava que era (risos)”. O relato de Wladimyr permite evidenciar que mesmo após a travessia, houveram desafios tão difíceis quanto os vividos durante a viagem.

As fronteiras são representativas, pois, mesmo quando deixam de existir fisicamente, persistiram nas relações com os brasileiros. Essas separações se tornaram uma construção do Estado moderno em busca de segregar aquilo que é diferente. Além disso, Stuart Hall (2005) chama atenção para a implicação que as fronteiras têm acerca da identidade das pessoas, surgem para construir uma ideia de nação que parece ser natural, mas que é construída historicamente e sustenta-se no pressuposto de “nós, somos diferentes deles”.

Na última década as fronteiras em relação aos haitianos, venezuelanos, senegaleses, bolivianos, têm se tornado cada dia mais presentes e difíceis de serem corrompidas no Brasil. O historiador camaronês Achille Mbembe¹⁸ destacou que a fronteira é sobretudo como “controlar os corpos, mas também o movimento”, e no caso dos grupos citados, recebe um caráter ainda mais controlador, pois, são estigmatizados e, portanto, não se tornam apenas invisíveis, mas contestados.

Segundo Mamed (2016) a fronteira do Acre foi a que registou mais entrada de imigrantes haitianos entre 2010 e 2015. Por isso, devido o grande fluxo de imigração, fez com que o governo acreano tivesse que organizar um acampamento de acolhimento.

Wladimyr relembra sua trajetória no acampamento em 2012 e destaca “fiquei alegre por encontrar tantos haitianos, mas depois fiquei desesperado. Pra onde íamos todos nós? Será que tinha passado por tudo isso pra ficar dependendo de ajuda?” Wladimyr destacou que havia dificuldade em torno do acampamento acreano, pois, a quantidade de haitianos que ali estavam era muito maior do que o local poderia suportar. Além disso, há relatos de pesquisadores que estiveram no acampamento que destacaram:

A noite vimos que a acomodação no local era impossível, dado o número de pessoas e a capacidade do lugar, e por isso, revezavam-se nos poucos colchões e os demais pelos bancos da praça para dormirem, ou (...) esperavam para descansarem durante o dia (CONTIGUIBA, 2016, p. 180).

Wladimyr me disse que “quando não havia mais o que fazer, quando eu estava morrendo de vontade de comer e não tinha nada disponível no acampamento, eu resolvi bater palma e pedir pra uma moradora do Acre uma banana, alguma coisa assim, só pra esconder a fome”, como Wladimyr não sabia o português, pediu que outro colega o acompanhasse, pois, já sabia se comunicar. Para o espanto de Wladimyr “era uma senhora de idade, ela apareceu na porta com uma vassoura e xingou a gente, xingou o povo haitiano! Disse que éramos macacos, que íamos roubar o lugar dos brasileiros. Eu nunca quis isso!”.

¹⁸ Disponível em: https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/?fbclid=IwAR2UMA4_1mZ1_g_HBRDIRTehp2tpSbItFNqy_1V576yV4H1gjbJyagapWX4
Acesso em: 10 de out de 2020.

Wladimyr me contou que a partir dessa experiência traumática em que foi inclusive chamado de “macaco”, percebeu que as fronteiras do imaginário popular seriam difíceis de se corromper. Embora haja apoio de setores como das igrejas católica e evangélicas em recepcionar estes imigrantes, o que se tem percebido é que poucos são os incentivos do governo federal para auxiliá-los, o que os coloca em uma situação deplorável, sem saber onde recorrer.

Depois de seis dias que estava no acampamento, Wladimyr me disse que foi avisado de que representantes de um frigorífico do Paraná iriam fazer uma seleção de trabalhadores no outro dia. “Eu fiquei muito feliz! Era uma grande oportunidade de sair do acampamento e de encontrar um trabalho que ia mudar não só a minha vida, mas a da minha família!”.

Wladimyr contou que no dia seguinte, antes de amanhecer acordou para tomar banho e aprender com seu colega algumas palavras no português para tentar impressionar o representante do frigorífico. “Pra quê né? Eles chegaram, a gente fez uma fila indiana, olhavam as mãos e as pernas, pra alguns pediram até pra tirar as camisas, perguntavam se a gente era acostumado a trabalho forte e se tinha família que esperava a gente no Haiti”.

Wladimyr narrou o processo de triagem ocorrido no século XXI, mas que remete ao Brasil Colônia, período da escravidão no Brasil. Wladimyr me disse ter se surpreendido, pois, não imaginava que a seleção seria deste modo. Após terem escolhido mais de sessenta haitianos, pediram que se organizassem para deixar o acampamento o mais rápido possível e seguissem de ônibus até a cidade de Cascavel no Paraná, onde iriam trabalhar.

Wladimyr narrou que se por um lado estava feliz por ter sido escolhido, por outro, havia se sentido em uma espécie de “feira”, pois, não interessou ao contratante saber sobre suas experiências de vida, apenas sobre o quão poderia aguentar no trabalho, do qual Wladimyr já sabia que seria desgastante.

Em relação ao questionamento dos representantes do frigorífico sobre os familiares dos haitianos, tratava-se de um mecanismo capaz de identificar quais seriam os sujeitos que permaneceriam nos piores cargos, como na desossa de frango, onde teriam que efetuar movimentos repetitivos e extenuantes por minutos. Saber que há uma

família que espera por ajuda financeira, fez com que muitos, como Wladimy, persistissem no trabalho ainda que sob muitas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos são os elementos possíveis de serem discutidos acerca da imigração haitiana para o Brasil. As fronteiras das quais propus elencar, são alguns dos embates vividos cotidianamente, desde a emigração, o percurso da viagem e posteriormente, na condição de imigrantes no Brasil.

Há fatores que também merecem destaque que perpetuam as fronteiras físicas e imaginárias, como os bairros periféricos em que vivem nas cidades; as péssimas condições de trabalho em que são submetidos e por falta de opções, aceitam; o convívio cotidiano em relação “aos outros”, entre demais aspectos.

O Brasil conforme salientou Schwarcz (2019) carrega em sua história a escravidão estruturada em suas raízes. Deste modo, há um pensamento segregacionista em relação aos negros e pobres, no caso dos haitianos vivenciam experiências ainda mais intensas, pois além de serem negros e pobres, são considerados “os outros” por se tratar de imigrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLOTTI, Claudimara. **Migração e trabalho na contemporaneidade: os haitianos no Oeste do Paraná**. São Paulo, 2019. 351 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

COGGIOLA, Osvaldo. **Haiti: terremoto, colonização e resistência**. *O olho da História*. Salvador. v.2, n.14, pp.7, junho de 2010.

COTINGUIBA, Marília; COTINGUIBA, Geraldo. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transacional no Brasil. BAENINGER, Rosana et. al. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016.

FERNANDES, Duval. FARIA, Andressa. **O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos**. *Revista brasileira de Estudos Populares*. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2016.

GORENDER, Jacob. **O épico e o trágico na história do Haiti**. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n.50, pp. 295-302.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAHENS, Yanick. *Falhas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MAMED, Letícia. **Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil**. *Ruris*. Campinas, v. 10. n. 1., pp.73-111, março- 2016.

MARTINS, José Renato et. al. **Diáspora haitiana: da utopia à realidade**. Foz do Iguaçu- PR: Gráfica Grapel, 2014.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Entrevistas

- 1) Benjamin, tinha 34 anos quando o entrevistei e estava trabalhando na construção civil na cidade de Cascavel. No Haiti também trabalhava na construção civil. Foi entrevistado em Julho de 2018.
- 2) Jean tinha 25 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava de repositor no Atacadão Liderança. No Haiti trabalhava na agricultura com sua família, trabalhou na Argentina de garçom. Foi entrevistado em junho de 2016.
- 3) Wladimyr tinha 35 anos quando o entrevistei em Cascavel e trabalhava no frigorífico da Copavel. No Haiti trabalhava de professor de matemática em escolas públicas. Foi entrevistado em julho de 2018.

**AS FRONTEIRAS INSULARES NO CONTEXTO DA
MOBILIDADE/MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: O CASO DE CABO VERDE
(ÁFRICA)**

Paulino Oliveira do Canto¹⁹

RESUMO: As constantes mudanças que afetam a mobilidade de pessoas, bens, serviços e capitais nas fronteiras dos Estados africanos, sobretudo no contexto das Comunidades Económicas Regionais, têm provocado abordagens diferenciadas, com destaque para estudos específicos sobre as relações entre as mobilidades e as dinâmicas sociais n(d)as fronteiras. Este trabalho, fruto da reflexão da tese de dissertação, propõe refletir sobre como se construiu a concepção e/ou representação das fronteiras cabo-verdianas e foi evoluindo, implicando em novas dinâmicas sociais no contexto das mobilidades/migrações internacionais, com enfoque especial sobre os cidadãos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para/em Cabo Verde. Para o efeito, o presente estudo baseia-se em análise qualitativa com base em entrevistas privilegiando como foco de análise as narrativas dos cidadãos da CEDEAO sobre suas experiências de mobilidade e travessia de fronteiras africanas bem como das dos agentes de fronteira. Percebeu-se que as fronteiras cabo-verdianas são instituições complexas de produção essencialmente de subjetividades que, em dinâmicas, condicionam a mobilidade dos cidadãos da CEDEAO para Cabo Verde.

Palavras-chave: fronteiras cabo-verdianas; migrações; africanos.

**FRONTERAS INSULARES EN EL CONTEXTO DE MOVILIDAD /
MIGRACIONES INTERNACIONALES: EL CASO DE CABO VERDE
(ÁFRICA)**

RESUMEN: Los constantes cambios que afectan la movilidad de personas, bienes, servicios y capitales en las fronteras de los Estados africanos, especialmente en el contexto de las Comunidades Económicas Regionales, han dado lugar a diferentes enfoques, con énfasis en estudios específicos sobre las relaciones entre movilidad y dinámica n (d) fronteras. Este trabajo, fruto de la reflexión de la tesis de disertación, propone reflexionar sobre cómo se construyó y ha evolucionado la concepción y / o representación de las fronteras caboverdianas, implicando nuevas dinámicas sociales en el contexto de la movilidad / migración internacional, con especial atención centrarse en los ciudadanos de la Comunidad Económica de los Estados de África Occidental (CEDEAO) a / en Cabo Verde. Para ello, el presente estudio se basa en un análisis cualitativo basado en entrevistas centradas en las narrativas de los ciudadanos de la

¹⁹ Licenciado em Ciências Sociais vertente Ciência Política e Mestre em Integração Regional Africana pela Universidade de Cabo Verde. Investigador do projeto “Reconhecer e Mudar Praia” da Câmara Municipal da Praia, parceira do projeto “Recognize and Change” - EuropeAid CSO-LA/2017/388053 e, atualmente, é coordenador nacional do projeto empoderamento económico e participação política do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG). E-mail: oliveirapoc@gmail.com

CEDEAO sobre sus experiencias de movilidad y cruce de fronteras africanas, así como las de los agentes fronterizos como foco de análisis. Se notó que las fronteras caboverdianas son instituciones complejas de producción esencialmente de subjetividades que, en dinámica, condicionan la movilidad de los ciudadanos de la CEDEAO hacia Cabo Verde.

Keywords: fronteras de Cabo Verde; migraciones; Africanos.

INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um país arquipelágico que fica situado na Costa Ocidental Africana, acerca de 500km do Senegal. Formado por nove ilhas habitadas e uma despovoada, que se divide em dois grupos: o de Barlavento (Ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boa Vista) e o de Sotavento (ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava). Desde 1462, aquando do povoamento do Arquipélago, Cabo Verde vem desempenhando um papel crucial na migração/mobilidade das pessoas. A sua importância para o fenómeno migratório despontou ainda cedo, aquando do comércio triangular de comercialização de escravos, servindo de ponto estratégico que ligava os três continentes, África, América e Europa. Aliás, em Ribeira Grande de Santiago fazia-se a “ladinização” de escravos para essencialmente serem vendidos e enviados a Europa e, de seguida, para as Antilhas e Brasil (Carreira, 1983). Dir-se-ia que desde essa altura, há uma relação histórica implícita entre a migração/mobilidade e a visão economicista do governo para - no sentido foucaultiano da economia política - controlar e disciplinar a imigração africana através das técnicas de governamentalidade que têm dado sentido específico às dinâmicas sociais n(d)as fronteiras cabo-verdianas (Foucault, 1979).

A mobilidade é um fenómeno omnipresente na vida dos cidadãos africanos que dão corpos, sentidos e vida às suas trajetórias e inscrevem-se nas dinâmicas sociais²⁰ n(d)as fronteiras, neste trabalho, com ênfase para as fronteiras cabo-verdianas no contexto das mobilidades internacionais. As mobilidades para/em Cabo Verde, em

²⁰ Dinâmicas sociais n(d)as fronteiras traduzem-se em um conjunto de práticas e lógicas de procedimentos administrativos/normativos e subjetivos que se manifestam através das relações de poder entre os(as) agentes de fronteiras e os cidadãos da CEDEAO e, no geral, os *africanos*, e, também, outros atores que se envolvem em dinâmicas de mobilidade a partir da fronteira do Aeroporto Internacional Nelson Mandela, na cidade da Praia. Essas dinâmicas vão dando sentido às ações administrativas que configuram uma certa ideologia migratória provida do Estado/Governo para um certo tipo de (i)migrante ou pessoa em mobilidade; neste caso, os *africanos*.

particular no contexto da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental (CEDEAO), têm tomado configurações diversas, registando novas dinâmicas sociais n(d)as fronteiras cabo-verdianas. Atualmente, como país de origem, destino e trânsito, as políticas de migração/mobilidade ganharam outros desafios para o Estado/Governo com destaque para o processo da (in)admissibilidade de pessoas no território nacional.

Neste estudo busca-se refletir sobre a conceção e/ou representação das fronteiras cabo-verdianas, que de acordo com a sua evolução foi-se implicando em novas dinâmicas sociais no contexto das mobilidades/migrações internacionais da CEDEAO para/em Cabo Verde. Para a sua materialização, recorreu-se a metodologia qualitativa com base em entrevistas privilegiando como foco de análise as narrativas dos cidadãos da CEDEAO sobre suas experiências de mobilidade e travessia de fronteiras africanas bem como das dos agentes de fronteira, realizadas entre 2018 a 2020, aquando da pesquisa de campo para a dissertação de mestrado.

A escolha de se entender a pertinência das dimensões migratórias/mobilidades internacionais a partir das fronteiras cabo-verdianas no contexto CEDEAO deve-se pela razão histórica da sua formação na base do fenómeno migratório, onde atualmente a vida diária das pessoas depende de múltiplas e constantes interconexões através de fronteiras, além de Cabo Verde ser considerado um país de destino, origem e de trânsito (MARCELINO, 2013).

FRONTEIRAS CABO-VERDIANAS: UM CONCEITO POR DISCUTIR

Desde o século XIV, aquando das descobertas da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde, as ilhas do Atlântico foram fronteiras do desconhecido e conhecido e, sobretudo, espaços de distinção (VIEIRA, 2015, p. 3). No geral, Cabo Verde vem desempenhando o papel da fronteira do (des)conhecido e produzido essencialmente um espaço de distinção da alteridade, da “ladinização”, da transformação do homem em principal atividade comercial e, atualmente, representado como “zona-tampão” da Europa (CARREIRA, 1983; ROCHA, 2013; MARCELINO, 2013; VIEIRA, 2015). Dir-se-ia que nos espaços atlânticos, o arquipélago foi sendo representado pela sua condição de espaço-fronteira que simultaneamente afigura-se como o fim e o início de algum projeto identitário (VIEIRA, 2015).

A característica insular das ilhas apresenta um espaço onde o limite físico da fronteira é relativamente bem definido graças à descontinuidade geográfica e a inexistência de fronteira terrestre. Isto é, a condição natural do espaço-fronteira do arquipélago extrapola a simples dimensão física da fronteira e ganha um significado maior pela dimensão simbólica que desempenha um papel extremamente importante na reconfiguração da identidade cultural e política de um povo. Portanto,

A fronteira das ilhas é distinta daquela traçada no espaço continental, e que divide dois Estados ou regiões. [...] Nas ilhas, para os insulares, ela quase sempre enuncia a distância, o isolamento, a preservação clara da sua identidade, alheia a qualquer intervenção do Homem. Mas trata-se, acima de tudo, de uma divisão entre o contorno da ilha e o mar que os separa de outras ilhas ou continentes. O Outro aparece quase sempre sob a forma fugaz do pirata ou corsário (VIEIRA, 2015, p.5).

Desta forma, vê-se que a ocupação europeia do arquipélago de Cabo Verde permitiu a extensão de suas fronteiras no além-mar, particularmente na zona Alta Costa da Guiné, o que implicou a sua inscrição no processo histórico do povoamento e do seu papel na institucionalização da escravidão (GREEN, 2011; SHABAKA, 2013). E, é neste quadro que se propõe refletir sobre a concepção e/ou representação das fronteiras a partir de Cabo Verde, levando em consideração o seu processo socio-histórico e a sua especificidade na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) devido à sua condição insular grifado no artigo 68.º do Tratado Revisto de 1993. Pois, isso constitui um ponto relevante para percebermos que a pertinência desta questão não está em torno da fronteira ser aberta ou fechada, mas como se construiu a sua concepção e/ou representação e foi evoluindo, implicando em novas dinâmicas n(d)as fronteiras, sobretudo, a partir dos anos noventa do século passado, década da era contemporânea em que se regista uma entrada mais visível dos cidadãos da CEDEAO (ROCHA, 2009).

Por conseguinte, tentar compreender a concepção e/ou representação das fronteiras num país insular como Cabo Verde afigura-se uma tarefa difícil. Isto porque, por ter naturalmente essa condição de insularidade, Cabo Verde tem apenas fronteiras marítimas e aéreas definidas pela Lei n.º 66/VIII/2014 (Decreto-lei n.º 2/2015, art.º 2). Obviamente, por estar isolado no meio do Atlântico, os desafios que se impõem a nível de condições técnicas e de governamentalidade na gestão das fronteiras exigem esforços maiores e, particularmente, por ser um país de migração e, também, de trânsito. Não

obstante, acredita-se que este isolamento tem as suas consequências que, por um lado, limita os cabo-verdianos de estarem em contato mais frequente com os outros povos e, por outro lado, influencia a forma como veem o “Outro” - alteridade - e de estarem sensivelmente mais cientes dos trâmites legais e subjetivos por que passam os cidadãos da CEDEAO nas fronteiras cabo-verdianas²¹.

Cabo Verde é muito fechado. O problema é que aqui não tem fronteira com nenhum outro país. Apenas ‘nós ku nós [...] nu ka rotxa e nem nu ka pindra na otu’²². Pois, se as pessoas diferenciam um do outro, imagina nós, os imigrantes? Vivi na ilha do Fogo e vi que as pessoas são mais abertas, já em Santiago, vives ao lado de um(a) vizinho(a) e nem sequer o/a conhece (Maria, Sucupira, 2019).

As fronteiras terrestres tendem a ser mais dinâmicas, por serem zonas de contatos permanentes e suscetíveis de criar espaços de sociabilidade diversas. No caso de Cabo Verde, entende-se que a conceção e/ou representação das fronteiras, tanto físicas como simbólicas, têm ganho conjuntura própria por ter apenas fronteiras marítimas e aéreas, na qual as dinâmicas sociais dos cidadãos, quando comparados com os outros países da CEDEAO não se fazem tão presentes nesses espaços que são vistos mais como espaços essencialmente de controlos administrativos, de separação e de diferenciação do que espaços de ligação e de contatos socioculturais fluentes.

Trabalhar na fronteira é frustrante, uma vez que estamos em contato permanente com as pessoas, avaliando-as e depois se houver qualquer falha, o(a) agente terá um processo a contar sobre a sua pessoa. Portanto, é difícil sobretudo pela parte de avaliação da pessoa (Agente2, ASA, 2019).

²¹ Destacam-se os casos de uma boa parte dos cidadãos da CEDEAO (sujeitos entrevistados) que apontam para uma discriminação relativamente mais visível socialmente nos anos anteriores do que nos dias atuais. Pois, a percepção que se regista de uma sensibilidade relativamente maior do contato com o “Outro” – dos cabo-verdianos com os *africanos* - é devido, grosso modo, às respostas institucionais, maior contato com os *africanos* pela via do negócio especialmente no Senegal impulsionada, ainda que de modo insuficiente, pelo protocolo da livre circulação de pessoas da CEDEAO. Protocolo que também vai permitindo intercâmbios culturais entre os povos da Comunidade e, sobretudo, maior conhecimento das diversidades culturais e linguísticas do continente, que uma boa parte dos cabo-verdianos desconhecem.

²² Expressão nativa em língua materna, chamada Crioulo de Cabo Verde. Portanto, essa frase expressa Cabo Verde como um arquipélago isolado, que não faz fronteiras com nenhum outro país. Portanto, numa tradução literal ficaria assim: “Estamos sozinhos. Nós não estamos ligados a ninguém, não penduramos em ninguém” [Tradução do Autor].

À vista disso, esse processo está intimamente arraigado no contexto histórico das fronteiras cabo-verdianas que emergiram a partir de um espaço de diferenciação²³, influenciada pela sua condição geográfica estratégica que faz engendrar a singularidade da sua conceção e/ou representação e, atualmente, a omnipresença de técnicas de governamentalidade com o papel exclusivo de identificar, diferenciar e avaliar o “Outro”.

Neste contexto, é fundamental perceber que as outras linhas de demarcação, como as fronteiras simbólicas, oportunamente construídas no quotidiano dos cabo-verdianos e pelas diferentes posições que têm aparecido nos discursos políticos, devem ser criticamente analisadas para entender como, por vezes, se sobrepõem, se conectam e entram, inclusive, em choque com as tradicionalmente delineadas por uma linha sedentária muito mais previsível, implicando a reconfiguração das formas de controlo ou da seleção restrita dos cidadãos da CEDEAO ou, no geral, um *africano* que esteja em situação de mobilidade (MEZZADRA, 2015).

Já testemunhei muitos casos de pessoas que não entraram e isso é triste. Pois, vens com tudo a posto, na posse da quantia do dinheiro, reserva de hotel e o termo de responsabilidade, entretanto, não lhe deixa atravessar a fronteira cabo-verdiana. Ainda que vens de fêria, não lhe deixa entrar em Cabo Verde. É lamentável, porque sabem o preço do bilhete de ida e volta e, logo, para lhe mandarem de volta isso dói e é lamentável. Não sei porquê isso acontece, mesmo tendo todos os documentos. Acho que deveriam perguntar isso para aquelas pessoas que estão no DEF e na fronteira: porquê? Não sei. Agora, os africanos estão com medo de comprar passagem para vir a Cabo Verde e perguntamos porquê? Porquê? Isso também acontece com os brancos, mas por aquilo que eu vi, a maioria acontece com os africanos, sobretudo os guineenses, nigerianos e ganenses. Cidadãos desses países quando chegam aqui, muitos, são mandados para trás (Lucas, Sucupira, 2019).

As fronteiras cabo-verdianas apresentam-se como instituições sociais complexas, muitas vezes, marcadas como lugar privilegiado da produção de

²³ É de recordar que no tempo da colonização fazia-se a “ladinização” dos escravos em Ribeira Grande de Santiago para essencialmente serem vendidos e enviados a Europa e, de seguida, para as Antilhas e Brasil. Cabo Verde era visto como laboratório de distinção e de diferenciação, isto é, “base de ladinização (catequese, batismo, aprendizagem rudimentar do Português)” (CARREIRA, 1983, p. 27). Portanto, dir-se-ia que há uma relação histórica implícita entre a migração/mobilidade e a visão economicista do governo para - no sentido foucaultiano da economia política - controlar e disciplinar a *imigração africana* através das técnicas de governamentalidade que têm dado sentido específico às dinâmicas sociais n(d)as fronteiras cabo-verdianas (FOUCAULT, 1979).

subjetividades, especialmente quando os cidadãos da CEDEAO ficam retidos no centro de instalação temporária.

Antes de ficar no espaço [centro de instalação temporária], procede à revista das pessoas e os seus pertences ficam na posse dos agentes da polícia. Perguntamos se tem algum problema de saúde e se estão a tomar medicamentos. Contudo, já tivemos vários casos de pessoas que negaram ficar ali retidas, sobretudo, os nigerianos que são os mais burros. Os cidadãos das outras nacionalidades sempre perguntam a razão de ficarem ali retidas, depois de explicar-lhes ficam a chorar, mostrando o nível de condições das suas terras e ficam a pedir para os deixar entrar (Agente4, Palmarejo, 2019).

As fronteiras cabo-verdianas oferecem oportunidades visíveis para compreender as relações de poder e de saber e extrair as subjetividades que ali se jogam, sobretudo, por constituírem espaços que reúnem as diferenças que se cruzam e se articulam através das relações sociais em e com movimentos (BHABHA, 1998; ROCHA, 2013).

Nas fronteiras, as dinâmicas sociais funcionam em função da disposição das coisas. Aqui não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada (FOUCAULT, 2008, p.132).

Após a independência, em 1975, as fronteiras em Cabo Verde foram representadas como algo óbvio, palpável e a sua estabilidade funcionou como pressuposto institucional e ferramentas de delimitação da soberania do Estado cabo-verdiano (MEZZADRA, 2015). Isto é, as fronteiras cabo-verdianas estiveram até à década de 90 à margem da política e da esfera pública.

Desde os anos 70 eu fazia negócios entre Mali e Dakar/Senegal. Num certo dia, cruzei com alguns cabo-verdianos no mercado a fazerem compras e perguntei-lhes se entendiam francês. Só que não entendiam francês e chamaram um amigo que estava logo ao lado para falar comigo. Perguntei então se conheciam meu irmão que vivia em Cabo Verde e responderam que sim. Logo, enviei um recado: 'diz-lhe que o irmão dele está no Senegal e que desejaria falar com ele'. Era assim, porque ele não dava ninguém o contato do telemóvel. Entre idas e voltas, encontro e desencontro, resolveu escrever-me uma carta com a seguinte recomendação: 'se quiser vir para Cabo Verde não compra bilhete de passagem, pois, eu que devo comprar para te enviar, porque senão não vão te deixar entrar. Encontramos e depois vim para Cabo Verde, em dezembro de 1984. Quando cheguei no aeroporto que vi essa terra, passando em Lém Ferreira, Várzea e Paiol, disse a mim mesmo: 'aqui que é

Cabo Verde? Haaaaaaaaa. Tinha porcos por todo o lado na rua e disse que não ficaria mais que um dia (José, Sucupira, 2019).

O estigma sobre o “Outro” e as outras lógicas, como a desconfiança e a discriminação, aplicadas sobre esse segmento, - *os africanos* - já se faziam presentes nas fronteiras cabo-verdianas já nos anos 80 como se verifica na narrativa acima citada, em que o imigrante deixa a recomendação para o seu irmão para não comprar o bilhete de viagem para Cabo Verde, porque correria o risco de ser inadmissível. Da mesma maneira em que se constatava uma certa invisibilidade dos *africanos* imigrantes que residiam em Cabo Verde.

Um certo dia um agente da polícia veio à nossa procura no Sucupira, onde estávamos eu e o meu irmão, e perguntou-nos se o Governo sabia da nossa existência e respondemos que não. Depois disse-nos para ir pedir um documento de casa no rendeiro, recibo de renda e um papel do Conselho de Zona para levar na polícia de fronteira para emitir o cartão de residência. Fizemos isso e depois pagamos duzentos e cinquenta escudos (250\$00) cabo-verdianos e tomamos o papel de residência. Na altura, não tinha ninguém aqui, nem nigerianos, nem senegaleses e ninguém, éramos apenas nós, os imigrantes. Depois disso, ficamos amigo de polícia e de todo o mundo e o meu irmão ficou a falar com as pessoas e muito feliz. Em 1989, faleceu. Eu fiquei aqui, casei, tive sete filhos e estou preso aqui [risos], filhos no Canadá, França, América, no Mali, aqui e outro na ilha do Sal (José, Sucupira, 2019).

Adicionalmente, perceber como este aspeto ligado ao estigma social que lhes é atribuído, persegue-lhes no seu dia-a-dia, apresentando como fronteiras sociais e/ou simbólicas como as que são contínuas nas suas vidas e, quiçá, as mais difíceis de enfrentar.

Em 1985, fui para Sucupira ficar com o meu irmão, que era o único imigrante que vendia aqui. Os cabo-verdianos também eram poucos aqui e depois diziam: ‘*é bó preto, nhos sai di nós mercado, nhos é único africano li, nhos sai di li!*’²⁴. Não nos chamavam de mandjaku²⁵, porque não existia mandjaku, apenas pretu. Meu irmão era pouco simpático e ficava com raiva, mas não dizia nada. Eu sou simpático ficava apenas a rir e depois conquistei muitas

²⁴ Expressão nativa. “Hei, preto! Saem do nosso mercado. Vocês são os únicos africanos aqui, saem daqui!” [Tradução do Autor].

²⁵ *Mandjako* é uma etnia da Guiné-Bissau e que concorreu com outras no povoamento de Cabo Verde, em cujo contexto, atualmente, *mandjaku* foi transformado numa categoria de estigmatização para definir todos os imigrantes africanos de cor negra, independentemente de sua efetiva origem étnica e, por vezes, racial. Um conceito desenvolvido pela Rocha (2009) na sua dissertação de mestrado intitulado “*Mandjakus* são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde”.

amizadas. Muitos diziam para ele: ‘tu és feio, mas tens um irmão lindo’ (José, Sucupira, 2019).

Porém, a partir dos anos 90, com o fluxo crescente dos africanos no território nacional que provocou na altura alguma preocupação na classe política com um discurso bastante pejorativo e, conseqüentemente, a sua reprodução no quotidiano dos cabo-verdianos, a representação, o funcionamento e as dinâmicas n(d)as fronteiras alteraram-se profundamente e entraram na agenda pública cabo-verdiana (ROCHA, 2013).

Pese embora as nuances que já marcavam a *imigração africana*²⁶ para Cabo Verde, desde a época da colonização aos anos 2000, os cidadãos da CEDEAO entrevistados datam uma época em que houve uma alteração profunda no processo da (in)admissibilidade destes no país e em que as fronteiras ganharam novas dinâmicas no contexto da migração/mobilidade internacional.

Foi no segundo mandato de Governo de José Maria Neves como Primeiro-Ministro, mais ou menos em 2003. Tudo começou a partir de uma confusão no bairro da Fazenda, entre um guineense e um cabo-verdiano natural da ilha de Santiago e um outro assassinato que tinha acontecido na semana anterior. Isto provocou revoltas e manifestações à frente do Palácio do Governo. Revoltas que desobedeceram várias ordens das autoridades e dizendo: ‘não [...] nu ta mata tudo cabo-verdiano hoji’²⁷. Neste sentido, muitos foram detidos e repatriados. Tudo começou a partir desse acontecimento e a fronteira começou a ficar um pouco rígida para os africanos (José, Sucupira, 2019).

Tudo leva a crer que a partir dos finais da VIª Legislatura do Governo (2001-2005) intensificou-se um novo ciclo de dinâmicas n(d)as fronteiras cabo-verdianas no âmbito da migração/mobilidade internacional no contexto da CEDEAO. Se, porventura, foi pela razão acima mencionada não se sabe ao certo, mas as estatísticas oficiais apontam-nos para alguma aproximação das narrativas. Portanto, os dados do

²⁶ O uso dessa categoria analítica, ao longo desse trabalho, expressa a diferença entre a ideia do politicamente correto de Cabo Verde ser um país africano e o sentido próprio que lhe é dado pelos sujeitos da pesquisa, isto é, o de ver Cabo Verde fora dessa dinâmica migratória oeste-africana. Por isso, quando se utiliza essa categoria ao longo do trabalho não quer dizer que se está a excluir Cabo Verde do seu continente, mas se quer evidenciar o sentido próprio que é dado às dinâmicas de mobilidade/migração dos cidadãos da CEDEAO e, no geral, dos *africanos* para/em Cabo Verde. Essa expressão aparecerá sempre em itálico ao longo do trabalho com o intuito de dar o realce necessário ao seu entendimento.

²⁷ Expressão nativa. “Não [...] hoje, vamos matar todos os cabo-verdianos” [Tradução do Autor].

Departamento de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia Nacional mostram que, de facto, as recusas aumentaram entre 2006-2010.

As recusas de entrada aumentaram. Só em 2006 foram 250. Em 2007 este número aumentou para 665, (aproximadamente 2,5 vezes superior). Este valor aumentou para 759 em 2008, (cresceu 5%). Em 2008, as recusas no Aeroporto da Praia (ADP), o aeroporto mais crítico, representaram cerca de 97% (733 casos) (FURTADO, 2016, p.112).

Contudo, entre 2011-2015, os números de inadmissíveis tenderam a diminuir, tendo uma queda mais significativa de 2012 a 2015. No quadro que se segue é possível perceber que as recusas são mais significativas nos meses de janeiro, fevereiro, junho, julho e agosto.

Tabela 1 Movimentos de pessoas nas fronteiras aéreas cabo-verdianas entre 2011-2015

Movimento de Pessoas nas Fronteiras	Mês	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Nº de passageiros inadmissíveis	Janeiro	60	34	25	36	14	169
Nº de passageiros inadmissíveis	Fevereiro	64	35	33	25	9	166
Nº de passageiros inadmissíveis	Março	46	34	22	26	10	138
Nº de passageiros inadmissíveis	Abril	43	27	36	17	9	132
Nº de passageiros inadmissíveis	Maiο	51	41	20	19	13	144
Nº de passageiros inadmissíveis	Junho	64	40	15	27	20	166
Nº de passageiros inadmissíveis	Julho	62	37	14	24	17	154
Nº de passageiros inadmissíveis	Agosto	57	18	25	14	47	161
Nº de passageiros inadmissíveis	Setembro	45	19	22	15	24	125
Nº de passageiros inadmissíveis	Outubro	39	26	18	5	16	104
Nº de passageiros inadmissíveis	Novembro	38	37	20	5	22	122
Nº de passageiros inadmissíveis	Dezembro	30	33	31	11	18	123
Total		599	381	281	224	219	1704

Fonte: adaptação do autor do Open Data Africa & DEF, 2017²⁸

Portanto, conforme o quadro acima, a partir de 2012 as recusas foram diminuindo paulatinamente. Os dados mostram que no período de 2015 a 2017 foram recusadas entradas de 839 pessoas²⁹. Porém, não foi possível a obtenção dos dados a partir de 2017 até hoje para analisar se efetivamente essa tendência manteve-se ou se alterou.

²⁸ Consultado em, 03/05/2018, de: <http://caboverde.opendataforafrica.org/dahlyre/estat%C3%ADsticas-estrangeiros-e-fronteiras-2010-a-2015>

²⁹ Vide o relatório do Governo de Cabo Verde sobre a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias: Relatório Combinado Inicial a Terceiro da República de Cabo Verde (27 de junho de 2018). Consultado em 10/12/2019, de: http://www.cndhc.org.cv/images/download/Relatorio-do-Governo--Conveno-Internacional-sobre-a-Proteo-dos-Direitos-de-Todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-dos-Membros-das-suas-Famlias_2018.pdf

Por conseguinte, entende-se que as fronteiras nacionais dos países insulares tendem a ser sensivelmente mais duras, uma vez que possibilitam a ligação entre os continentes e, efetivamente servem de plataformas indispensáveis para antecipadamente alertar dos riscos migratórios que, mais tarde, podem chegar aos países continentais, como é caso de Cabo Verde visto como “zona-tampão” da Europa e das Canárias que liga rapidamente o Norte da África - marcada pela saída desesperada dos refugiados/deslocados em direção à Europa - e o continente Europeu (MARCELINO, 2013). Por isso, são, muitas vezes, vigiados pelos países reféns de grande fluxo migratório que, entretanto, esforçam-se por externalizar suas fronteiras³⁰ e apoiar fervorosamente os países no contexto da migração, influenciando-os na adoção de medidas ou políticas protecionistas de seleção restrita de pessoas em mobilidade ou imigrantes (MEZZADRA, 2015).

No início, no tempo do antigo aeroporto, os africanos podiam entrar aqui sem problema. Contudo, fazíamos o controlo de forma mais dura sobre os cidadãos nigerianos, ganenses e os outros que são traficantes. Os senegaleses e guineenses nem nos preocupavam. Mas, depois com a promoção de formações nas áreas de fronteiras, sobretudo, a partir de 2005, ficamos mais rigorosos com o controlo dos africanos. Portanto, as formações ficaram de forma contínua - reciclagem, especialmente, a partir de cooperações afirmadas com países como a Espanha, a França e, sobretudo, Portugal. Com os países africanos tivemos formação apenas na área de narcotráfico e, recordo-me, até foi criada Central de Investigação Antidroga (CAT) na fronteira Nelson Mandela, cujo objetivo é para controlar os traficantes de drogas (Agente6, Palmarejo, 2019).

O continente africano até hoje tem sido o palco preferencial de atuação da externalização das fronteiras por parte da União Europeia que desenha programas de apoio para os países que estrategicamente podem ajudar na redução do fluxo de

³⁰ “A externalização das fronteiras como um novo tipo de estratégia de gestão da migração que não se concentra apenas na linha de fronteira, mas nos locais de origem e trânsito das rotas migratórias. Caracteriza-se por duas práticas fronteiriças: primeiro, “terceirizar” ou subcontratar responsabilidades fronteiriças a países terceiros e, segundo, as intervenções são desenvolvidas pelos Estados recetores da migração em países terceiros onde se percebe que os fluxos migratórios se originam ou transitam” (CASAS-CORTES; COBARRUBIAS; PICKLES 2015, p. 48). Vide a citação original: “the externalization of borders as a new kind of migration management strategy that not only focuses on the frontier line, but in the places of origin and transit of migratory routes. It is characterized by two border practices: first, to ‘outsource’ or subcontract border responsibilities to third countries and secondly, interventions are developed by the receiving states of migration in third countries where it is perceived that migration flows originate or transit” (CASAS-CORTES; COBARRUBIAS; PICKLES 2015, p. 48).

imigrantes africanos que chegam a Europa. Esta iniciativa começou a se fazer presente a partir de 2005 com a Abordagem Global da Migração e se instalaram na região intra-africana, particularmente nos países como Senegal, Marrocos, Mauritânia e Cabo Verde, com o intuito de desenvolver operações conjuntas de controlo da mobilidade africana, essencialmente, através do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD) e da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) (CASAS-CORTES; COBARRUBIAS; PICKLES, 2015).

Nesta lógica, Cabo Verde tem tido destaque preferencial no treinamento de agentes consulares e agentes de fronteiras da Polícia Nacional, marítimos e aéreos, por forma a reforçar o controlo de saída dos africanos para a Europa. Trata-se de uma situação que, talvez por efeitos inesperados, também vai sobrando para os cabo-verdianos e até cidadãos europeus em situações menos favoráveis que vivem em Cabo Verde e que têm constituído objeto de discussão política e de críticas por parte dos cidadãos. Por isso, *“agora, estamos a verificar com mais cuidado a saída dos africanos e até dos cabo-verdianos para essencialmente a Europa”* (Agente5, Tira Chapéu, 2019).

Porém, ainda assim, a diferença entre o “eu” - cabo-verdianos - e o “Outro” - africanos continua a marcar as próprias dinâmicas n(d)as fronteiras cabo-verdianas.

Quando um cidadão da CEDEAO faz voo de escala Praia / Lisboa / Angola isso não se concretiza, porque é considerado um voo de risco por suspeitarmos fortemente que poderão ficar na Europa, logo, não lhe deixamos viajar. Em termos legais, um africano devia fazer isso sem problema, porque está em escala e não precisa ter visto, desde que não está a fazer escala em dois países europeus que requer um visto de trânsito ou não ultrapassa mais de 24h no país de trânsito que exige visto de admissão no espaço Schengen, e, nesse caso, se eventualmente resolver ficar, deveria ser um caso de migração do país em trânsito onde ficaria a pessoa. Para os Europeus é tranquilo e válido, mas para um africano não. Ainda que tenha visto, as desconfianças começam a se fazer presentes. Mandam-nos verificar se o visto é falso ou não. Teremos de fazer uma análise mais profunda e pormenorizada sobre os documentos. Muitas vezes, o visto é genuíno no passaporte, mas os chefes incitam-nos a verificar, alegando que existem países africanos que emitam vistos falsos e tal [...] logo, a tendência é de impedir a entrada na Europa, entrando na categoria de inadmissível, comumente chamado pelos agentes de fronteira de inad (Agente1, ASA, 2019).

Essas práticas emergentes da multiplicação e diversificação das fronteiras têm vindo a implicar uma nova conceção de políticas da mobilidade africana intrarregional, na qual as fronteiras aparecem basicamente como uma barreira que separa e distingue o “Outro”, com a pertinência de questionar além da essência do protocolo da livre circulação das pessoas, afinal, onde é que começam e terminam as fronteiras africanas, neste caso, as cabo-verdianas.

ONDE É QUE COMEÇAM E TERMINAM AS FRONTEIRAS CABO-VERDIANAS?

Muitos *africanos* que cruzam as fronteiras cabo-verdianas de forma legal, antes, têm de se confrontar e escapar das condições de saída no seu país de origem, até mesmo ao nível administrativo. O controlo dos cidadãos da CEDEAO que desejam sair se inicia no país de origem.

Emigrei para Cabo Verde por causa de problemas familiares e queria buscar uma vida. Estava cansado. Cheguei aqui, através da Guiné-Bissau e tinha apenas cinquenta (50\$00) euros no bolso. Tinha mil (1.000\$00) euros, mas foi com esse dinheiro que comprei a passagem e tirei os documentos necessários, tendo reservado hotel aqui. Não tinha dinheiro sequer para pagar um táxi. Então, levantei cedo, coloquei a minha mochila nas costas e andei até chegar ao aeroporto em Bissau. Arrisquei tudo e quando cheguei na fronteira aqui, viram no passaporte que tinha viajado por muitos países africanos e, logo, perguntaram-me da reserva e bilhete de volta e os entreguei. Uma agente passou o meu passaporte a um outro agente que viu e abanou a cabeça. De seguida, deu carimbo e disse-me para passar. Foi sorte, porque não tinha dinheiro suficiente (Odaïr, Sucupira, 2019).

De facto, as fronteiras são múltiplas e omnipresentes no percurso da migração de um cidadão da CEDEAO e, no geral, de um *africano*. Assim como existem espaços que quando em situação de trânsito, depois de ter recebido o carimbo da saída no passaporte, de imediato confronta-se com a proibição da saída da sala - comumente conhecida nos aeroportos como sala de trânsito ou de conexão. Isto é, parte-se do princípio de que

teoricamente a pessoa encontra-se fora do seu país ainda que esteja a pisar o seu território nacional³¹. Sem dúvida de que

[...] encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isto porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no “além”: um movimento exploratório incessante [...] (BHABHA, 1998, p.19).

As fronteiras não são pontos onde algo termina, mas os pontos de encontro a partir do qual algo começa a se fazer presente (BHABHA, 1998). Os primeiros contatos que se fazem presentes nas fronteiras se iniciam no país de origem e a travessia não se encerra nos postos fronteiriços de controlo administrativo para admissão dos *africanos* em Cabo Verde e “*não é para deixar somente a fronteira agir. Devemos agir todos juntos, especialmente o Governo. Temos um fraco controlo interno o que obriga, muitas vezes, a fronteira a agir por desconfiança*” (Agente4, Palmarejo, 2019). Ora,

Para muitos, a passagem de fronteira não é apenas um momento, ou uma hora, ou meio-dia, que é preciso para cruzar o ponto que, em mapas internacionalmente reconhecidos, indica o fim do território de um Estado e o início de outro³² (PICKERING, 2011, p.30).

Deve-se ter em conta que, às vezes, as travessias das fronteiras cabo-verdianas não se encerram exclusivamente nos postos de controlo devidamente reconhecidos pela legislação nacional, mas acompanham a vida de um *africano*.

³¹ Experiência vivida na primeira pessoa: partia da ilha de Santiago, com escala na ilha do Sal, em direção às Canárias e, por razões alheias à minha vontade, só tinha a oportunidade de levantar o dinheiro (escudo cabo-verdiano) para efetuar o câmbio (em euros) na ilha do Sal. Como estávamos em grupo de estudantes para o intercâmbio na Universidade La Laguna, em Tenerife, seguimos em protocolo, de imediato, para a sala de ligação, a espera do horário exato do voo. Passando cinco minutos, recebi uma chamada de que poderia efetuar o levantamento do dinheiro. Quando ia sair da sala de ligação para ter que fazer a operação fora da sala, fui impedido por um agente de fronteira, explicando que já não podia sair da sala, uma vez que tenho direito somente a uma entrada na Europa e que, por isso, se saísse do espaço no momento perderia automaticamente esse único direito de entrada, o que me impediria consequentemente de viajar para o espaço *Schengen*. Portanto, fiquei sem a oportunidade para levantar o dinheiro e assim prossegui para as Canárias (Aeroporto Amílcar Cabral, ilha do Sal, 10/05/2018).

³² Vide a citação original: “For many, border crossing is not just a moment, or an hour, or half a day that it takes to cross the point which on internationally recognized maps indicates the end of one state’s territory and the beginning of another” (PICKERING, 2011, p. 30).

As coisas complicaram com as pessoas aqui, com requisitos novos de entrada e estadia. Não temos condições de conseguir ter alguns documentos que exigem para a estadia aqui num período de três meses. Alguns até podem, mas a maioria não pode. Mas, se facilitassem para conseguirmos a residência, seria melhor. Pelos documentos que exigem neste preciso momento, a maioria de nós aqui estamos em situação ilegal no país, porque não temos condições. Imagina gastar mais de trinta mil escudos cabo-verdianos para tirar os documentos para a residência, pois, é melhor ficar ilegal e na hora de sair pagarás uma multa e, assim, quando pretendes entrar de novo, entras sem problema. Problema é hora de entrada. Meu colega pagou todos os documentos, tirou todos os documentos, foi à DEF e na fronteira, mas não lhe deram residência (Lucas, Sucupira, 2019).

Portanto, a fronteira projeta-se para dentro do território perseguindo os cidadãos da CEDEAO. Os *africanos*, neste caso, convivem com as fronteiras culturais, linguísticas e, também, administrativas, marcados frequentemente pela restrição de acesso a alguns programas de apoio e ao cargo de emprego, com destaque para o programa de habitação social “Casa para Todos” do Governo de Cabo Verde que foi lançada no ano 2009 cujos imigrantes foram automaticamente excluídos de participar no processo de candidatura (CANTO, 2016). Muitas vezes, para contornar esses obstáculos sentem a necessidade de seguir outras vias, como a mudança de identidade: “*tenho vários colegas que mudam bilhetes de identidade para Senegalês e depois conseguem legalizar rapidamente em Cabo Verde, mas eu não faço isso, não, eu amo a minha terra*” (Odair, Sucupira, 2019).

No dia-a-dia, os cidadãos da CEDEAO esbarram, também, nas fronteiras simbólicas que os remetem para a condição de “estrangeiros”. Por outras palavras, para a condição de inferiorização, apelidados de *africanos*, burros, *mandjakus*, criminosos, ladrões, animais, coitados e pretos.

Os imigrantes têm um grave problema simplesmente pelo facto de serem imigrantes, porque são pessoas que deslocam dos seus países, que saem do seu habitat natural vêm-se adaptar a uma realidade que é desconhecida para eles, às vezes até com algumas alterações culturais que dificultam logo à primeira, logo à entrada (sua admissão) e a inserção no país (Personalidade1, Várzea, 2019).

Em outras ocasiões, estes são interpelados a provar que estão aptos, isto é, que já assimilam um conjunto de condutas ou padrões sociais específicos desta sociedade para conviverem no ambiente onde se encontram.

Inicialmente, quando um africano se manifestasse culturalmente, como dançar num lugar público, apontavam o dedo e falavam: 'odja la, odja mandjaku la, odja mo es ta badja, sima animal [risos]'³³. São coisas que até dá graça, por causa da ignorância, as pessoas começam a agredir violentamente a moral dos imigrantes e isso, às vezes, traz alguma dificuldade de inclusão social dos imigrantes (Personalidade1, Várzea, 2019).

É pertinente analisar como as fronteiras se vão multiplicar e se afiguram cada vez mais complexas, nas quais os *africanos* são excluídos e discriminados. Pois,

Não podemos negar que as fronteiras se replicam continuamente em sua trajetória, não somente as fronteiras internacionais, mas as fronteiras do acesso à documentação e à incorporação de um conjunto de valores morais e éticos partilhado pelos naturais [...] que os tornam (in)visíveis nos lugares de acolhimento (JARDIM, 2017, p.243, grifo nosso).

Esta problemática é melhor percebida a partir do conceito de fronteira proposto neste trabalho, aquele que vai além de espaços geográficos, e entendida, também, como construções sociais, culturais, políticas e simbólicas sobre uma linha visível ou imaginária que define não só o limite devidamente assinalado da soberania de um Estado (BRUNET-JAILLY, 2010), mas, sobretudo “[...] que definem a identidade, características e limites dos grupos³⁴” (AGUILAR-IDÁÑEZ & BURASCHI, 2017, p.108).

Nem sempre as fronteiras são visíveis, pois além das fronteiras físicas ou territoriais e sedentárias que são orientadas pela legislação política e administrativa localizada geograficamente e que, geralmente, define a soberania de um Estado, pode-se pensar identicamente em fronteiras imaginárias que são “linhas imaginárias que se articulam através de imagens, ações, formas discursivas, esquemas mentais, emoções, sentimentos e símbolos que constituem representações sociais compartilhadas³⁵” (AGUILAR-IDÁÑEZ & BURASCHI, 2017, p. 108). Até porque, as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. Ora, podem ser vistas como

³³ “Veja isso! olha o *mandjaku*, olha só como eles dançam, parecem animais [risos]” [Tradução do Autor].

³⁴ Vide a citação original: “que definen la identidad, las características y los límites de los grupos” (AGUILAR-IDÁÑEZ & BURASCHI, 2017, p. 108).

³⁵ Vide citação original: “líneas imaginarias que se articulan a través de imágenes, acciones, formas discursivas, esquemas mentales, emociones, sentimientos y símbolos que constituyen representaciones sociales compartidas” (AGUILAR-IDÁÑEZ & BURASCHI, 2017, p. 108).

espaços de encontro entre sujeitos diferentes dentro ou fora dos Estados e não exclusivamente em suas bordas físicas.

Às vezes, os cidadãos da CEDEAO vêm com todas as condições para a sua entrada, os mil euros, os bilhetes de ida e volta, vacina internacional, reserva de hotel, mas depois vem a onda de desconfiança, com interrogações do gênero: 'ah, ele é de Guiné-Bissau, um guineense como pode vir passar férias em Cabo Verde? Tu és o quê em Guiné? És agricultor, como podes ter condições de vir passar férias em Cabo Verde'? Conversa que é feita particularmente numa sala entre os africanos e o subchefe ou chefe do turno (Agente1, ASA, 2019).

Talvez, espera-se que os cidadãos da CEDEAO, neste caso, os guineenses não apareçam como indivíduos com condições efetivamente de admissibilidade, mas como uma coletividade de “coitados” em que suas vidas dependem da seleção dos(as) agentes da fronteira Nelson Mandela.

A maioria são persona non grata. Portanto, o quê essas pessoas vêm fazer em Cabo Verde? Não vêm investir nem nada, só querem vir aqui para aumentar a população, a criminalidade, mais pobreza, saúde enfraquece, são um conjunto de fatores que condicionam as suas entradas (Agente6, Palmarejo, 2019).

Este tipo de discurso só pode encontrar seu fundamento em opções de ordem estética presente nessas dinâmicas (FOUCAULT, 2008). As fronteiras cabo-verdianas não são apenas espaços físicos criados pelo Estado e materializados pelos agentes através dos dispositivos dispostos pelo governo. Igualmente, são espaços de contatos culturais, económicos, políticos e jurídicos destinados essencialmente ao controlo dos bens, serviços, capitais e pessoas. Também, são espaços de contatos que distinguem as pessoas em mobilidade conforme as suas origens e o *status quo*, onde os cidadãos da CEDEAO são vistos como imigrantes e os Europeus e Americanos são vistos como não-imigrantes ou “estrangeiros³⁶” (ROCHA, 2013). Como aponta um dos interlocutores, “*não lembro de, pessoalmente, ter recusado um europeu, mas na*

³⁶ “Aquele que veio por um tempo determinado é um visitante a colaborar e, vantajosamente, identifica-se com um quadro científico que tem um nível de formação elevado cuja estadia não se percebe como ameaça à coesão social” (ROCHA, 2013: 14). Enquanto imigrante é visto, no geral, atrelado a uma posição socialmente dominada, calcada na figura do trabalhador e, em especial, com baixa ou nenhuma qualificação, ou seja, o migrante económico que depois se percebe que veio para ficar mais tempo do que previa (ROCHA, 2013).

fronteira sei que recusam os Europeus. Os africanos já recusei tantas vezes que nem sequer recordo-me dos números exatos” (Agente4, Palmarejo, 2019). Daí a relevância de perceber e, neste sentido,

Analisar criticamente tanto a multiplicação de *status* e posições que (a partir dos regimes de vistos e autorizações de residência) estão fragmentando o mundo das migrações – a flexibilização das políticas migratórias com o objetivo de produzir uma migração *just-in-time* e *to-the-point* (GEIGER & PÉCOUD 2012 *apud* MEZZADRA 2015, p.21).

Evidentemente, o *status* e posições influenciam o processo da (in)admissibilidade das pessoas em mobilidade nas fronteiras internacionais SAYAD, 1979). Igualmente, o fluxo e o tempo que têm implicado mudanças de dinâmicas n(d)as fronteiras cabo-verdianas, influenciam até a forma como se vê o “Outro”, pois, “às vezes, damos-lhes uma oportunidade, caso tiver família aqui em situação legal que os ajude; isto porque, na minha época, falhavam mais com os meios de subsistência. Hoje, muitas coisas mudaram” (Agente4, Palmarejo, 2019). Todavia, esse elemento de ter uma família que reside em Cabo Verde, ao que consta, atualmente, tornou-se num verdadeiro obstáculo.

Geralmente, dizem que vêm para passar férias e que têm familiar aqui. Basta dizer que tem familiar aqui já não entra, dizem [chefes e subchefes]: ‘ele veio para ficar’ [risos]. Portanto, não gostamos de dizer isso, mas é uma discriminação pura” (Agente1, ASA, 2019).

Acredita-se que esse assunto está intimamente ligado à falta de compreensão do que efetivamente significa a livre mobilidade de pessoas num bloco regional (FURTADO, 2016). Esta falta de compreensão é constatada em Cabo Verde, onde os atores/instituições responsáveis agem mais no controlo rigoroso de fluxos migratórios, essencialmente de origem africana, do que na sua gestão propriamente dita (CANTO, 2016). Talvez, seja o motivo para interrogar o quão distante afigura-se a identidade cabo-verdiana no contexto das migrações da sua região e do seu continente e o quanto internamente esta questão é pouca debatida.

Entendo-lhes perfeitamente, são estratégias de migração com o objetivo de ter melhores condições de vida. Nós também temos as nossas estratégias para

entrar e viver nos Estados Unidos de América, também para Portugal, e não fazemos diferente. Nós casamos com os nossos primos, familiares para lhes fazer chegar a esses destinos, no sentido de ter melhores condições de vida. Só que, por outro lado, é como receber um amigo ou familiar na sua casa. No início recebes com alegria e tranquilamente, depois vais enfadar e vais querer ficar só no teu espaço e ter privacidade. Se, porventura, a pessoa não trabalha e atrapalha vais expulsá-la da tua casa (Agente3, ASA, 2019).

Dessa forma, vê-se que as fronteiras simbólicas, nas quais se jogam as subjetividades, constituem efetivamente um dos principais obstáculos para a livre mobilidade dos cidadãos da CEDEAO para Cabo Verde. Portanto, estes cidadãos são sujeitos indispensáveis das narrativas fundamentais n(d)a história de Cabo Verde, sobretudo, quando compreendida no contexto da migração ou mobilidade a partir n(d)as dinâmicas fronteiriças, como espaços favoritos de sociabilidade e, também, de desencontros que envolvem as diversidades socioculturais (CARREIRA, 1983; BHABHA, 1998).

CONSIDERAÇÃO FINAL

Os cidadãos da CEDEAO estão submetidos a inúmeras dinâmicas n(d)as fronteiras cabo-verdianas que regulam suas possibilidades de mobilidade. Portanto, percebe-se que as nuances e as complexidades sobre os modos como as dinâmicas sociais são (re)produzidas nas fronteiras interferem na mobilidade dos cidadãos da CEDEAO para Cabo Verde influenciam a forma como encaram cada momento dos seus percursos migratórios. Desta forma, pode-se constatar que com as experiências da mobilidade/migração dos cidadãos da CEDEAO ter-se-á oportunidade de olhar com maior atenção o não funcionamento, as fraturas e as retóricas que perfazem a seletividade e as zonas de distinção do “Outro” e da exclusão de rotinas presentes no cotidiano dos cabo-verdianos, particularmente no atendimento público (JARDIM, 2017). Aliás, trata-se de cidadãos que são sujeitos indispensáveis no quadro de narrativas fundamentais n(d)a história de Cabo Verde, sobretudo, quando compreendida no contexto da migração/mobilidade a partir n(d)as dinâmicas fronteiriças.

Pode-se dizer que, na atualidade, as fronteiras cabo-verdianas se apresentam restritas a uma (i)migração/mobilidade de pessoas, neste caso os cidadãos da CEDEAO, com perfis que não satisfazem a ideologia migratória cabo-verdiana. As fronteiras cabo-

verdianas são espaços favoritos de sociabilidade e, também, de (des)encontros que envolvem as diversidades socioculturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR-IDÁÑEZ, María-josé; BURASCHI, Daniel. Migrantes y refugiados: apuntes clave para un nuevo relato. **Revista Lusófona de Educação**. nº 37. p. 103-116, 2017. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6233/3803>>. Acesso em: 10 de ago. de 2018.

BHABHA, Homi K. The Location of Culture. In ÁVILA, Miriam; REIS, Eliana Lourenço Lima de; GONÇALVES, Gláucia Renate (Trad.). **O Local da Cultura**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 19-43, 2013.

BRUNET-JAILLY, Emmanuel. **The State of Borders and Borderlands Studies 2009: A Historical View and a View from the Journal of Borderlands Studies**. *Eurasia Border Review*. Volume 1. Nº. 1, 2010. Consultado em 14/08/20108, de: <<https://www.files.ethz.ch/isn/132748/op2.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. de 2018.

CANTO, Paulino Oliveira Do. **Imigrantes Oeste-africanos, Emprego e Habitação: Uma Política d(e) Integração Coerente(s) em Cabo Verde?**. 2016. 78 f. Monografia (Licenciado em Ciências Sociais) - Universidade de Cabo Verde, Praia, 2016.

CASAS-CORTES, Maribel; COBARRUBIAS, Sebastian And PICKLES, John. **Changing borders, rethinking sovereignty: towards a right to migrate**. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XXIII. N.º 44. p. 47-60, 2015. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/502/409>>. Acesso em: 15 de ago. de 2018.

CARREIRA, António. **Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (2460-1878)**. 3ª Ed. Praia: IPC, 2000.

DIREÇÃO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS DE CABO VERDE. Disponível em: <<http://caboverde.opendataforafrica.org/dahlyre/estat%C3%ADsticas-estrangeiros-e-fronteiras-2010-a-2015>>. Acesso em: 05 de maio de 2018.

DECRETO-LEI N.º 2/2015. **Regulamenta o regime jurídico da entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros no território nacional cabo-verdiano**, aprovado pela Lei nº 66/VIII/2014, de 17 de julho, 2015. Disponível em: <http://def.policianacional.cv/dnn/Portals/0/Images/REGEXTRAORDINARIA/bo_06-01-2015_1.pdf>. Acesso em: 23 de ago. de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, p. 163-172, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes. p. 117-181, 2008.

FURTADO, Clementina. Mobilidade na CEDEAO. As condições de entrada e de regularização dos cidadãos comunitários em Cabo Verde. ÉVORA, Iolanda (org.). **Díaspóra Cabo-Verdiana: Temas em Debate**. CEsa/ISEG. p. 106-128, 2016.

JARDIM, Denise F. **Imigrantes e Refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

LEI DO ESTRANGEIRO 66/VIII/2014, **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, n.º 43, I Série, de 17 de julho, 2014. Disponível em: 18/06/2018, de: <<https://sniac.cv/wp-content/uploads/2018/03/Lei-n%C2%BA-66-VIII-2014-de-17-de-julho-Regime-Juridico-de-Entrada-Permanencia-e-Saida-de-Estrangeiros.pdf>>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

MARCELINO, Pedro F. **O novo paradigma migratório dos espaços de trânsito africanos - inclusão, exclusão, vidas precárias e competição por recursos escassos em países tampões: o caso de Cabo Verde**. Cabo Verde: Ilhéu Editora, 2013.

MEZZADRA, Sandro. **Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade**. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XXIII. n.º 44. p. 11-30, 2015. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/500/407>> Acesso em 08 de ago. de 2018.

MBEMBE, Achile. **At the edge of the World: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa**. *Public Culture*. vol. 12. N.º 1. p. 259-284, 2000.

PICKERING, Sharon. **Women, Borders, and Violence: Current Issues in Asylum, Forced Migration and Trafficking**. London: Springer, 2011.

RELATÓRIO DO GOVERNO DE CABO VERDE. **Sobre Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias: Relatório Combinado Inicial a Terceiro da República de Cabo Verde**, junho, 2018. Disponível em: <http://www.cndhc.org.cv/images/download/Relatorio-do-Governo--Conveno-Internacional-sobre-a-Proteo-dos-Direitos-de-Todos-os-Trabalhadores-Migrantes-e-dos-Membros-das-suas-Famlias_2018.pdf> Acesso em: 10 de dez. de 2019.

ROCHA, Eufémia V. **Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde**. 2009. 122 f. Praia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.

ROCHA, Eufémia V. **Migração na África Ocidental e Cabo Verde: uma relação recente?** *Ciências Sociais Unisinos*, n.º 49. vol. 1. p. 12-19, 2013. Disponível em: Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2013.49.1.02 /> Acesso em: 23 de ago. de 2018.

SAYAD, ABDELMALEK. **O que é imigrante.** *Peuples méditerranéens*. N.º 7. p. 3-23, 1979. Disponível em: <https://datenpdf.com/download/abdelmalek-sayad-a-imigraao-ou-os-paradoxos-da-alteridade_pdf> Acesso em: 23 de ago. de 2018.

SHABAKA, Lumumba H. **Transformation of “old” slavery into Atlantic slavery: Cape Verde Islands, c. 1500–1879.** EUA: Michigan State University. p. 31-46, 2013.

VIEIRA, Alberto. **As ilhas atlânticas (Canárias, Madeira, Açores) como espaços de fronteira Funchal.** *Cadernos de divulgação do Centro de Estudos de História do Atlântico*. N.º 7, 2015. Disponível em: <http://www.cham.fesh.unl.pt/ac_actividade.aspx?ActId=327> Acesso em: 10 de dez. de 2018.

“EU SOU DE TODOS OS LUGARES”: MIGRANTES CARIBENHAS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

Lívia Verena Cunha do Rosário³⁷

RESUMO: O objetivo deste artigo é destacar a origem de duas mulheres, o Caribe, e como a mobilidade enquanto elemento constitutivo da história dessa região reflete-se nas experiências dessas mulheres migrantes em suas vivências no estado do Amapá e na fronteira franco-brasileira. Michelle e Samantha, naturais de Guadalupe, departamento ultramarino francês, respaldam a ideia de que os motivos que levam a maior parte dos moradores de países caribenhos a deixar seus países estão ligados a uma familiaridade com a mobilidade no espaço que os faz afrontar mais facilmente as dificuldades inerentes à experiência migratória. Considerando as múltiplas perspectivas sobre a fronteira, este estudo considera também as fronteiras simbólicas de gênero, raça e classe nas trajetórias pessoais de duas migrantes caribenhas. A partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas nas cidades de Macapá e Oiapoque, foi possível relacionar as histórias das duas migrantes, e discutir sobre diáspora caribenha (HALL, 2003), criouldade (GLISSANT, 1981), transnacionalidade (SCHNAPPER, 2001) e pertencimento (OLWIG, 2007).

Palavras-chave: Mulheres; Migração; Caribe; Fronteira.

“I AM FROM EVERYWHERE”: CARIBBEAN MIGRANTS ON THE FRANCO-BRAZILIAN FRONTIER

ABSTRACT: The purpose of this article is to highlight the origin of two women, the Caribbean, and how mobility as a constitutive element of the history of this region is reflected in the experiences of these migrant women in their experiences in the state of Amapá and on the Franco-Brazilian border. Michelle and Samantha, natives of Guadalupe, French overseas department, support the idea that the reasons that lead most Caribbean residents to leave their countries are linked to a familiarity with mobility in space that makes them more easily face difficulties inherent to the migratory experience. Considering the multiple perspectives on the border, this study also considers the symbolic borders of gender, race and class in the personal trajectories of two Caribbean migrants. From semi-structured interviews, conducted in the cities of Macapá and Oiapoque, it was possible to relate the stories of the two migrants, and discuss Caribbean diaspora (HALL, 2003), creolity (GLISSANT, 1981), transnationality (SCHNAPPER, 2001) and belonging (OLWIG, 2007).

Keywords: Women; Migration; Caribbean; Border.

³⁷ Mestra em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (PPGEF/UNIFAP). Professora substituta no curso de Letras da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). E-mail: liviaverenac@gmail.com

INTRODUÇÃO

A feminização da migração trata não só do crescimento da quantidade de mulheres migrando, mas principalmente da diversificação das estratégias de mobilidade feminina. Mulheres em movimento estabelecem diversas formas de pertencimento e através de seus processos migratórios tornam-se agentes de mudança no país de residência e de origem, por outro lado, enfrentam, também, novos problemas familiares, identitários, intergeracionais, de saúde, discriminação e violência.

Considerando a tendência da feminização dos fluxos migratórios, esta pesquisa considera as articulações das categorias raça, gênero, classe e nacionalidade com base nas trajetórias de vida de duas mulheres migrantes no Amapá, contribuindo para capturar as consequências estruturais e dinâmicas da feminização da migração na fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), além de proporcionar reconhecimento e protagonismo a esses sujeitos historicamente marginalizados nos estudos migratórios.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira seção são evidenciadas as características da diáspora caribenha; na segunda seção, é apresentada a professora Michele, que vive em Macapá e a questão da criouliização em sua perspectiva; na terceira parte do trabalho, o foco é a trajetória da professora Samantha, que na época da entrevista morava na cidade Oiapoque, na fronteira com a cidade *Saint-Georges*, na Guiana Francesa, nesta última seção é analisado o papel da fronteira nas noções de pertencimento e transnacionalidade.

DIÁSPORA CARIBENHA: NEGOCIANDO IDENTIDADES

“A migração tem sido um tema constante na história do Caribe”, afirma Stuart Hall (2003) em *Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior*. Foi a partir da experiência caribenha que o autor teorizou sobre Estudos Culturais, Identidade e Diáspora. Hall, caribenho da Jamaica, migrou para a Inglaterra aos dezenove anos e lá viveu até sua morte. Esse deslocamento constituiu o que Stuart Hall denominou de experiência desenraizadora, sentimento que muito frequentemente acompanha os

migrantes em sua vivência diaspórica: distanciamento e estranhamento em relação aos dois espaços (a nação de origem e a nação de residência):

Conheço intimamente os dois lugares, mas não pertenço completamente a nenhum deles. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma 'chegada' sempre adiada. (HALL, 2013, p. 410).

O conceito clássico de diáspora está atrelado à ideia de dispersão de povos por motivos políticos ou religiosos, em virtude da perseguição de grupos dominadores e intolerantes. Indivíduos pertencentes a períodos históricos diferenciados presenciaram situações de diáspora. É o caso do movimento dos judeus ao longo de vários séculos na história do mundo. Contudo, a virada dos anos 2000, inaugura o momento corrente em que o conceito de diáspora passa por um momento de revisão e consolidação (SCHNAPPER, 2001). Por isso, é importante considerar a constante mutação das acepções de diáspora, tendo em vista a constância da reformulação dos aspectos da dispersão de pessoas pelo mundo.

Os processos diaspóricos apresentam conexões e semelhanças entre eles, além do mais, a situação dos migrantes intervém na formação da identidade cultural e na organização social pós diáspora. Além do mais, o sujeito diaspórico, o sujeito híbrido, não se refere a uma composição racial mista da população, mas a um processo de tradução cultural que nunca se completa, uma vez que está em constante negociação, perturbando modelos fixos de identidade cultural. De acordo com Khachig Tölölyan (2011), atualmente o termo diáspora é apenas um dos utilizados para designar as várias formas de dispersão e mobilidade de sujeitos e comunidades entre territórios:

Outras formas de mobilidade e dispersão incluem a migração na intenção de conseguir educação, empregos, terra, acomodação, nova cidadania ou uma combinação destes; há ainda comerciantes móveis e trabalhadores itinerantes que circulam entre a pátria e oportunidades extraterritoriais; há as vítimas de deportação em massa, refugiados e quem procure asilo – alguns escolhem a mobilidade, outros a têm imposta a si; alguns são arrancados, outros são arrancam a si mesmos. Alguns eventualmente voltam para casa, muitos são assimilados, e o restante pode se consolidar nas comunidades diaspóricas. (TOLÖLYAN, 2011, p. 44).

Mesmo que a identidade esteja ligada ao nascimento e ao parentesco; é necessário adotar a consideração de que qualquer forma de dispersão abala a origem reconhecível do sujeito, cujo deslocamento permeia a sensação de desconforto e possibilitará a impureza, a amalgamação e variações novas. É desse aparato teórico que Hall (2003) se utiliza para explicar a diáspora e a sincretização da identidade cultural caribenha. O autor assinala que a condição dispersa e fragmentada do migrante se torna, na pós-modernidade, a condição mais estabilizadora na experiência contemporânea. A fragmentação, o entre lugar, passa a ser como estar em casa.

O sentimento de pertencer é algo móvel, não estanque, construído, segundo Benedict Anderson (2003), a partir de um “sujeito imaginado”, que por sua vez faz parte de uma “comunidade imaginada”, que está sempre em jogo. Ademais, a diáspora implica na construção da identidade cultural, pois as “identidades tornam-se múltiplas” (HALL, 2003) na medida em que uma série de identificações e reidentificações criam um panorama de identidades caribenhas mutantes, ainda que resistentes.

Sendo assim, Hall (2003) percebe a diáspora como elemento constitutivo da história caribenha, marcada “por uma concepção identitária que vive pela e não a despeito da diferença, e fundamentalmente pelo hibridismo” (HALL, 2003, p. 197). As questões levantadas pelo autor jamaicano: estranhamento, hibridização, entre lugar, atravessam, neste trabalho, as experiências de duas mulheres, caribenhas como ele, que migraram para o extremo norte do Brasil: Michelle e Samantha.

Michelle, através da migração permanente, naturalizada e vivendo há 18 anos em Macapá, não conheceu Samantha, que através da migração temporária, de 1 ano, morou em Macapá e Oiapoque, porém os caminhos de ambas possuem pontos em comum: elas são naturais de Guadalupe, viveram na Guiana Francesa e na França, possuem alta escolaridade, chegaram ao Brasil pelo Amapá, atualmente são professoras de língua francesa e estão na mesma faixa etária.

MICHELE: DE GUADALUPE AO BRASIL

Em 2000, Michelle, natural de Guadalupe (ver Mapa 01) estava de volta à sua terra natal, após concluir a Escola Politécnica, em Paris. Guadalupe é um departamento ultramarino da República Francesa no Caribe, portanto, Michelle é cidadã francesa, o

que, aliado ao fato de já possuir uma irmã morando em Paris, propiciou que ela estudasse na Europa. Michelle saiu de Guadalupe para estudar em Paris já adulta, mas desde cedo pensava em partir: “Eu queria ver outras coisas”. A França é tradicionalmente o destino principal dos guadalupenses e, no caso de Michelle, a irmã que até hoje vive em Paris exemplifica a migração como elemento constitutivo das relações familiares, já que é rara a família caribenha que não tenha alguém que esteja no exterior.

Após concluir seus estudos na França, Michelle conseguiu um emprego em Caiena, na Guiana Francesa, e foi lá que recebeu o convite de uma amiga macapaense para conhecer o Amapá. Sem nunca ter estado no Brasil, Michelle aceitou o convite da amiga e acabou retornando mais duas vezes, até que resolveu ficar. Brasil, Amazônia, Amapá não faziam parte dos seus planos: “O Brasil era um país longe. Se ouvia pouco falar do Brasil. Nem de longe me passava na cabeça um dia falar português. Brasil foi um acaso total”. Michelle reside há 17 anos em Macapá, trabalha como professora universitária e naturalizou-se brasileira.

Alta escolarização e motivação de ordem não-econômica são aspectos que caracterizam fluxos migratórios contemporâneos de mulheres, demonstrando a necessidade de se lançar um olhar para as migrações que não apenas ressalte a sua participação, mas que contemple a perspectiva de gênero. Nos fluxos contemporâneos, as mulheres tendem a migrar sozinhas, quebrando a imagem daquelas que esperam, ou que seguem os passos dos homens. É o caso de Michelle que já havia experimentado a vida fora de sua terra natal e queria fazê-lo novamente, encontrando na repentina oportunidade de vir para o Amapá uma nova chance de sair de sua ilha. Já morando em Macapá, Michelle ainda retornou à França para cursar um mestrado, o que contribuiu na sua carreira acadêmica no Brasil. Michelle visita Guadalupe todos os anos e futuramente pretende voltar. Aqueles que passam pela diáspora mantêm consigo o desejo do retorno, da volta ao local do nascimento. Muitos conseguem esse feito, outros constroem a vida mantendo essa esperança. De fato, parece que uma das implicações da diáspora está, além da hibridização cultural pelo efeito da zona de contato (BHABHA, 2013), no desejo de querer regressar ao ponto zero, por um processo consciente ou inconsciente. Michelle deseja retornar, mas também já criou raízes no Amapá: “Gostaria de voltar, não sei se ia passar seis meses para lá, seis meses para cá, seria o ideal”.

A intersecção cultural e identitária provocada no plano físico-geográfico pela diáspora, pela dispersão dos povos que saem de sua terra natal e passam a viver em outra, não faz com que haja o abandono das origens. A origem se mantém, mas também se mistura na nova situação de vida apresentada, sendo também modelada pelo desejo de um dia retornar ao seu lugar de nascimento. No caso de Michelle, que pode visitar anualmente Guadalupe, esse retorno envolve um novo olhar sobre a terra natal, aguçado pela vivência no exterior: “É aquela coisa, você achava que a sua casa não era boa o suficiente, só quando você viaja você começa a dar valor”.

Stuart Hall (1997) frisa as trocas de experiências como necessidade de negociação social para o migrante, pois, as pessoas em mobilidade necessitam negociar com as novas culturas em que vivem, “sem simplesmente serem assimiladas por elas e perder completamente a sua identidade, devem aprender a habitar no mínimo duas identidades” (HALL, 1997, p. 05). Assim, migrar comporta sempre uma experiência de redefinição identitária, Michelle exemplifica ao pontuar que: “O problema de identidade a gente sente quando sai”.

A identidade mencionada por Michelle é a negritude, em sua trajetória pessoal é notório como ser negra no Brasil tem sido tão ou mais impactante do que ser propriamente estrangeira. Michelle pode “passar” por brasileira em diversas situações, mas o fato de ser negra em um país onde a questão racial “é totalmente diferente” do que ocorre em Guadalupe, provocou-lhe novas reflexões, já que “Vindo [para o Brasil], eu não sabia que existia esse problema tão grave aqui [racismo], não imaginava”. (Michelle, Macapá, janeiro de 2018).

Dessa forma, Michelle passa pelas mesmas situações de micro racismos que uma mulher negra brasileira. O termo micro racismo é uma adaptação de micromachismos (BONINO, 1998), esse último corresponde ao machismo que persiste ao longo do tempo, não é agressivo ou premeditado e é uma consequência da internalização de preconceitos, comportamentos sexistas e sociais, assim, os micro racismos são os comportamentos, comentários e uma série de gestos nas relações cotidianas carregados de estereótipos raciais em detrimento das minorias étnicas.

Há no Brasil um imaginário de que existem trabalhos para negros e outros para brancos, entrar em uma loja e perguntar a uma pessoa negra o preço de um produto, associar pessoas negras a trabalhos precarizados, por exemplo, é uma configuração

resultante do racismo. Michelle levou um casal de amigos paulistas para conhecer Guadalupe. Os amigos brancos e de classe média, “não estavam acostumados a ver negros em determinados lugares. De alguma maneira ficaram surpresos. Isso teve um impacto neles. O negro que eles veem aqui é da favela. Lá viram negros com mais dinheiro que eles”. (Michelle, Macapá, janeiro de 2018).

CRIOLIZAÇÃO CARIBENHA: “UMA JUNÇÃO DE VÁRIAS COISAS”

Ainda se mantêm como *Départements d’Outre-Mer* (DOM) da França, as Ilhas de Guadalupe, São Martinho, São Bartolomeu e Martinica, nas Antilhas; e a Guiana Francesa, na América do Sul. Guadalupe e Martinica foram colônias francesas de 1635 a 1946, tendo recebido mão de obra escrava para o trabalho de produção de mercadorias tropicais como cana de açúcar, rum, cacau, café e frutas, principalmente a banana. Em 1946, as ilhas se tornam departamentos ultramarinos franceses, conquistam alguma autonomia, mas permanecem territórios franceses regidos pelas leis da antiga metrópole.

Durante o processo de colonização, o termo crioulo passou a fazer menção às novas línguas surgidas do convívio entre senhores e escravos, a língua intermediária usada no dia-a-dia da lavoura e da casa grande. O termo crioulo designava alguém que é do país, logo uma criança branca nascida nas colônias europeias era chamada de crioulo independente de sua etnia. Só depois é que seu emprego foi usado para designar a população negra, estendendo-se aos animais, objetos e conseqüentemente à língua desta população, o Crioulo: “Você nasce, teus pais falam crioulo contigo, teus tios falam crioulo, você fala crioulo, aí você é escolarizado na língua francesa” (Michelle, Macapá, janeiro de 2018).

No processo pós-abolição da escravidão nos departamentos ultramarinos, as escolas abriram suas portas para os filhos dos ex-escravos, mas nestas instituições o crioulo não era aceito e a língua francesa prevalecia, isto é, para conseguir uma colocação digna na sociedade, era preciso falar francês:

o negro tentará falar francês porque o crioulo, apesar de ser sua língua materna, língua das canções de ninar e dos contos ouvidos à noite, nas festas e nos velórios, é considerado como um *patois*, um dialeto que se ama e se despreza ao mesmo tempo. (FIGUEIREDO, 1998, p. 20).

A própria diversidade das línguas crioulas, constituídas a partir da base espanhola, portuguesa, inglesa e francesa está intimamente relacionada ao processo sócio histórico e político do Caribe. A realidade caribenha tem no crioulo elemento central da identidade cultural, evidenciando o diálogo entre o mundo europeu da escrita, da alfabetização e das tradições literárias, por um lado e o mundo da oralidade, do crioulo, do contador de histórias e das festas populares, por outro lado:

Falar crioulo, em outras palavras, consiste em exercer plenamente os encontros que forjam o mosaico identitário das Américas, espaço marcado pela alteridade, pela mestiçagem e pelo encontro dos mais diversos elementos culturais que se crioulizam para compor algo “absolutamente imprevisível, absolutamente novo que é a realidade crioula” (GLISSANT, 1997, p. 15).

Professora de língua francesa, Michelle já ouviu comentários entre os alunos como: “Mas, em Guadalupe não falam francês”, com a intenção de alegar que por ter como língua materna o crioulo e não o francês, Michelle estivesse menos apta para ensinar a língua francesa. Pensamentos que entrecruzam vários preconceitos, como o linguístico, que assim é contestado por Michelle:

Eu pergunto: “Por que não falam francês? Por que os guadalupenses não são brancos? “A língua francesa não é minha língua materna mas para alguém que fala só uma língua que sempre aprendeu só uma língua, como o brasileiro, é muito complicado entender isso. Quando você é bilíngue, crioulo-francês, você passa de uma língua para outra facilmente. Alguém de fora que ouve, pergunta: eles não estão falando francês? O que eles estão falando? (Michelle, Macapá, janeiro de 2018).

Portanto, mesmo dominando tanto a língua crioula quanto a língua francesa e com formação acadêmica no ensino de língua francesa, Michelle, de certa forma, no início de seu trabalho como professora no Amapá, passou pelo questionamento dos discentes em relação ao seu domínio do idioma, já que supostamente não estaria ensinando a língua francesa falada no continente europeu, pois sendo caribenha, também maneja a língua crioula. Fato é que as dúvidas dos alunos foram dissipadas conforme Michelle seguiu de maneira exitosa e reconhecida na Academia, no entanto, os questionamentos dos discentes revelam um pensamento muito comum demonstrando como a ideia sobre as variantes linguísticas também sofre resquícios da colonização.

Em *Pele negra, máscaras brancas* (2008), no capítulo “O negro e a linguagem”, Frantz Fanon considera que o negro se situa de modo característico diante da linguagem europeia. O autor martinicano reflete a relação dos antilhanos e africanos com a língua francesa, que por muito tempo atribuíram ao crioulo e nas variantes do francês o status de “dialeto” e não de língua. Fanon observa então que o negro antilhano será tanto mais branco, isto é, se aproximará mais do homem verdadeiro, na medida em que adotar a língua francesa.

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34).

Dessa forma, o pensamento dos alunos que acreditavam que a professora guadalupense poderia ensiná-los o francês do Caribe e não francês europeu reflete a colonialidade do pensamento abordada por Fanon (2008), que contesta o “complexo de inferioridade” em considerar a língua francesa, e a França/Europa superiores em relação às línguas crioulas/caribenhas/América. Para Fanon (2008, p. 13), “falar é existir completamente para o outro” e entre os mecanismos da colonização, o Negro é “dito” e assim alienado, mas, mesmo quando ele toma a palavra, não o pode fazer sem a língua do Outro, o francês, língua do Branco.

Aproximando-se das ideias de Fanon sobre a alienação do negro antilhano, uma nova geração de escritores passou a refletir sobre o conceito de criouldade, pensando o Caribe através da intersecção de múltiplas heranças culturais. O manifesto *Elogio da Crioulidade*, publicado em 1989 pelo linguista Jean Bernabé e pelos escritores Patrick Chamoiseau e Raphaël Confiant, tornou-se um marco nos debates acerca da diglossia linguística nas ilhas francesas no 47 Caribe; a diglossia refere-se à situação linguística em que duas línguas coexistem, sendo que o uso de uma está sujeito à condição comunicativa da outra, adicionada ao valor de hierarquia e dominação:

Nem europeus, nem africanos, nem asiáticos, nós nos proclamamos crioulos. Declaramos que a Crioulidade é o cimento da nossa cultura e deve reger as fundações da nossa antilhanidade. A Crioulidade é a interação de elementos

caribenhos, europeus, africanos, asiáticos que o jugo da história reuniu no mesmo solo. (BERNABÉ, CHAMOISEAU, CONFIANT, 2015, p.26-27).

Ao investigar a questão identitária antilhana, em *Le Discours Antillais* (1981), o autor martinicano Edouard Glissant defende que as Antilhas representam a “crioulização”, compreendida como a hibridização de elementos culturais, étnicos e linguísticos entre as coletividades: “Eu nomeio crioulização o encontro, a interferência, o choque, as harmonias e as desarmonias entre as culturas, na totalidade realizada do mundo-terra. Minha proposição é que hoje o mundo inteiro se criouliza e arquipeliza”. (GLISSANT, 1997, p. 194) A alegoria de “pensamento-arquipélago” seria a oposição ao “pensamento continental”, hegemônico e universalista. Essa ideia converge com o processo de negociação de identidades que caracteriza o sujeito pós-moderno, apontado por Hall (2005), além da reafirmação da crioulização por Michelle:

Eu sou crioula, e esse termo não é muito bem aceito aqui. Inclusive falamos em brancos crioulos. Crioulo é essa junção de várias coisas. Eu não sou nem europeu, nem africano, nem indígena, nem asiático, eu sou a mistura de tudo isso. Eu existo, então não tentem me colocar só aqui, ou só ali, eu estou no meio de vocês, eu existo. Não estou dizendo que eu não sou negra, eu sou negra, mas dentro de mim, culturalmente, eu tenho outras coisas e eu não posso negar tudo isso; meu corpo não deixa, minha mente não deixa. Morando no Brasil, eu sou um pouco brasileira. (Michelle, Macapá, janeiro de 2018).

A trajetória de Michelle demonstra o pertencimento a múltiplas identidades nacionais, sociais, culturais, linguísticas e étnicorraciais. A professora é francesa de Guadalupe, mas também se sente brasileira; tem o crioulo como língua materna, o francês como segunda língua, o português como terceira, além de ensinar a língua francesa para falantes de português; em sua terra natal definia-se como crioula, no Brasil é chamada de mulata, morena, negra.

Desde que saiu de Guadalupe para estudar na Guiana Francesa, Michelle está em constante mobilidade, ainda que resida em Macapá, e anualmente retorne à sua terra natal. Em 2018, por exemplo, esteve também no Canadá para um curso de aperfeiçoamento para professores de língua francesa, seu trabalho como professora de língua estrangeira em uma Universidade Federal, respaldado por uma condição financeira favorável, são fatores que impulsionam essa circulação. Michelle, ao dizer

“Eu existo, então não tentem me colocar só aqui, ou só ali, eu estou no meio de vocês, eu existo” exemplifica o “Eu” relacional e móvel apontado por Bauman (2001) e Hall (2005), como aquele cujo processo de identificação ocorre em meio à complexidade e à diversidade de possibilidades de escolha. Ao afirmar ser “a junção de várias coisas”, Michelle exalta um discurso em que a diversidade cultural é percebida no processo de descolonização ou de pós-colonização (BHABHA, 2003), considerando a sua característica transnacional e transcultural. Francesa de Ultramar, Michelle reforça que não é “europeia, nem africana, nem indígena, nem asiática, é a mistura de tudo isso”, sintetizando assim a ideia de desconstrução de binarismos e metanarrativas do discurso colonial. Autores como Quijano (2014), Memmi (2007), Fanon (2008) defendem esse confronto das relações transversais que se estabelecem no universo colonial na ressignificação das categorias de colonizador/colonizado.

Ao orgulhar-se de ser crioula, Michelle manifesta a desalienação intelectual almejada por Fanon (2008), e ao declarar “Eu existo” simboliza o ser, quando a colonização relegou o negro à zona do “não-ser”, pois o que o autor martinicano chamou de “epidermização do racismo”, introjetou no negro um complexo de inferioridade que o fazia buscar falar, pensar e agir como branco. Conterrânea de Michelle, Samantha também manifesta essa consciência e orgulho de ser crioula e de “ser de todos os lugares”, como será mostrado no item a seguir.

SAMANTHA: MUITAS FORMAS DE SER FRANCESA

Assim como Michelle, Samantha nasceu em Guadalupe, contudo, seu caminho até chegar ao Amapá foi mais longo. Samantha morou nove meses em Macapá e nove meses em Oiapoque, entre 2016 e 2018, lecionando língua francesa nos respectivos campi dos IFAP (Instituto Federal do Amapá). A entrevista com Samantha ocorreu em maio de 2018, em Oiapoque, onde ela findava sua estadia no Brasil e preparava-se para retornar a Paris, onde morava há dez anos. Aos 40 anos, Samantha já morou em Guadalupe, na Guiana Francesa, em Portugal e na França.

A mãe de Samantha saiu de Guadalupe adolescente para estudar em Paris, retornou anos mais tarde a Guadalupe para ter sua primeira filha, Samantha, em sua terra natal. Os pais de Samantha, ambos guadalupenses, mudaram-se para Paris quando

ela tinha apenas um ano de idade; ao completar sete anos, sua família retornou a Guadalupe já com uma segunda filha nascida na França, a terceira filha do casal nasceu em Guadalupe. Assim, Samantha permaneceu em Guadalupe dos sete aos dezoito anos, quando a família se mudou para Guiana Francesa, em 1998, onde ela cursou o ensino superior em Licenciatura em Língua, Literatura e Civilização Lusófona; em 2002, ela estudou um semestre da graduação em Portugal e em 2004 partiu para França para cursar o mestrado na sua área de atuação.

Diante desse quadro de constante mobilidade, Samantha, “joga com suas identidades” ao explicar sua origem e pertencimento. Identifica-se como francesa, porém, estando no Amapá, onde “sendo negra e francesa já pensam que você é da Guiana”, ela precisou reaver sua identidade:

Eu sou francesa. Na verdade, eu me senti francesa por muito tempo, mas hoje eu já me sinto mais internacional, eu sou de todos os lugares, mas eu falo primeiro que eu sou francesa, mas aí perguntam francesa de onde? Aqui no Amapá as pessoas têm esse hábito de me etiquetar de guianense, então eu sempre tenho que dizer, “Mas não sou da Guiana, eu sou francesa, mas de Guadalupe”. Eu sempre tenho que reivindicar o meu lado guadalupense para as pessoas daqui. (Samantha, Oiapoque, maio de 2018).

A identidade é construída a partir das relações sociais e se inscrevem tanto nos sujeitos sociais quanto do ponto de vista dos grupos e dos próprios sujeitos constituintes destes grupos. No caso de Samantha, ela utiliza o que Cuche (2012) chama de “estratégia de identidade”, isto é, busca a autoafirmação perante determinado grupo de indivíduos, para este autor, a identidade serve para que nos localizemos como indivíduo e localizemos pessoas ou grupos simbólicos ao nosso padrão, motivo pelo qual a identidade só pode ser entendida num contexto relacional.

Em *Grupos étnicos e suas fronteiras*, Barth (2011) explora o conceito de etnicidade, segundo o qual os atores sociais identificam-se e são identificados pelos outros através da dicotomização Nós/Eles, estabelecida a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais. Segundo Samantha, alguns amapaenses com quem conviveu a identificavam como guianense, com base na cor de sua pele, de seu sotaque francês e pela proximidade geográfica do estado com a Guiana Francesa.

Tanto em Cuche (2012), quanto em Barth (2011), a identidade é compreendida em um contexto relacional, quando indivíduos de culturas diferentes interagem, esta relação surge por meios de processo de rotulação mútua, no decurso dos quais os grupos atribuem-se e impõem-se aos outros nomes étnicos.

“A existência e a realidade de um grupo étnico não podem ser atestadas por outra coisa senão pelo fato de que ele próprio se designa e é designado por seus vizinhos” (BARTH, 2011, p. 186). Dessa maneira, a dicotomização entre Nós (amapaenses) e o outro (Samantha) caracteriza uma atribuição categorial equivocada, de guianense, e tem como efeito o resgate por parte de Samantha das fronteiras que a identificam como guadalupense.

Samantha nasceu em um DOM (departamento de ultramar) logo, é francesa, mas diante do fato da França manter vários territórios além da Europa, é pertinente a pergunta: francesa de onde? Pessoas como Samantha, nascidas em departamentos ultramarinos franceses – espalhados pela América, África, Oceania e Antártica – mesmo antes de residirem no exterior, possuem essa característica peculiar relativa à cidadania francesa. Os habitantes dos departamentos ultramarinos franceses na América: Guiana Francesa, São Pedro e Miquelão, São Martinho e São Bartolomeu, Guadalupe e Martinica são cidadãos franceses mesmo que nunca tenham pisado no que chamam de França hexagonal, o território francês na Europa, mas em geral é a Metrópole, ou França Continental, o destino mais comum daqueles que partem das Antilhas Francesas.

A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA COMO OPÇÃO: TRANSNACIONALIDADE E PERTENCIMENTO

Samantha cursou a faculdade de Licenciatura em Língua, Literatura e Civilização Lusófona na Guiana Francesa, e durante esse período pôde cruzar a fronteira franco-brasileira e conhecer a cidade brasileira de Oiapoque. Por isso, diferente de Michelle que aprendeu português após mudar-se para o Amapá, Samantha estudou o idioma na Academia e aperfeiçoou o conhecimento ao cursar uma Especialização em Portugal, depois mudou-se para Paris.

Após oito anos vivendo em Paris, Samantha recebeu o convite do Programa Leitores Franceses, parceria entre a Embaixada da França no Brasil e o Conselho

Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), que estava recrutando professores nativos, coincidindo com o desejo antigo dela de visitar o Brasil para imersão cultural, pois estava há anos sem praticar a língua portuguesa.

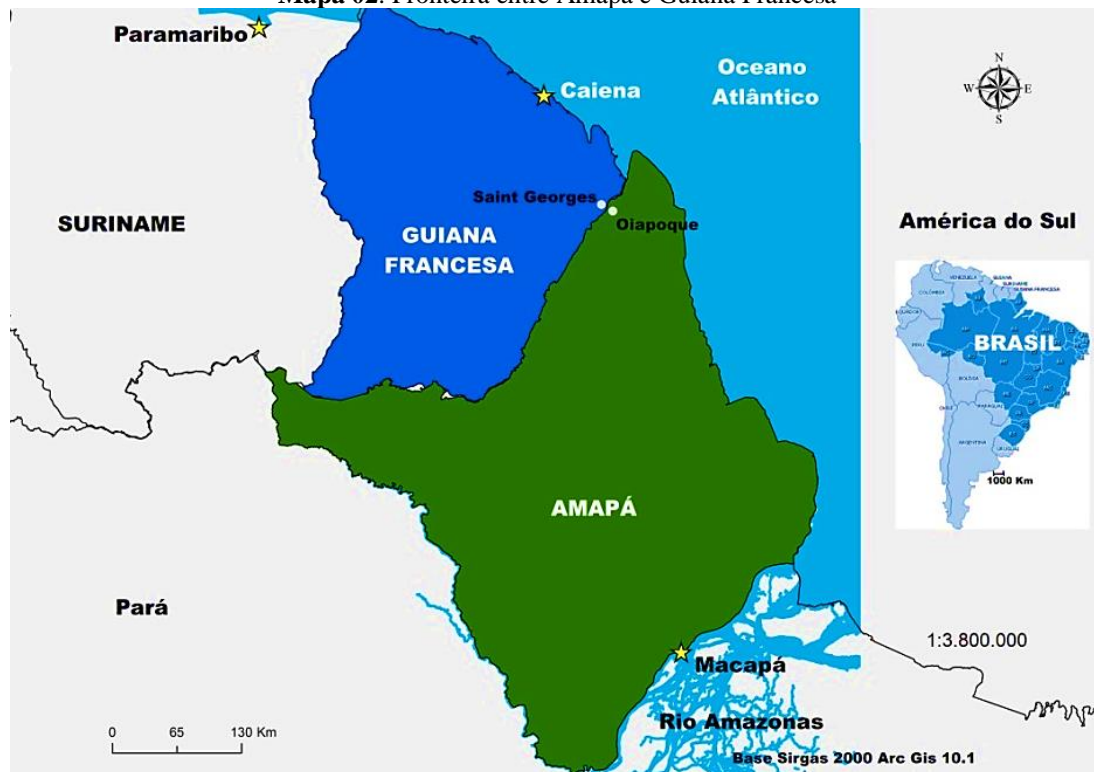
Ao aceitar lecionar língua francesa no Brasil, Samantha poderia optar para qual estado gostaria de ir, pois o Programa Leitores Franceses ocorre nos Institutos Federais espalhados pelo país. Ao descartar o sul e sudeste do Brasil para trabalhar no Programa Leitores Franceses, Samantha deliberou que não queria mudar-se para uma região semelhante a Paris: invernos rigorosos, constante e intensa movimentação:

Em Paris eu tinha uma vida corrida, correr para pegar o ônibus, correr para pegar o trem, demorava para fazer tudo, uma vida estressada e no sul ia ser a mesma coisa, transporte público, essas coisas. No Rio, tem a violência, não vou para o Brasil para ter uma vida fechada, com medo, não quero viver com medo de receber uma bala perdida. (Samantha, Oiapoque, maio de 2018).

Portanto, não foi o acaso que trouxe Samantha, ela literalmente olhou o mapa do Brasil e elegeu o estado do Amapá, porém, ao elencar as razões, destaca como a fronteira franco-brasileira (Ver Mapa 01) foi preponderante nessa escolha:

O Amapá tem um laço muito estreito com a Guiana, que é o país do meu coração, hoje quase me sinto mais guianense, é onde eu também gostaria de morar. França, Guadalupe ou Guiana, eu escolheria Guiana, sem duvidar, por isso também escolhi o Amapá, faz fronteira com a Guiana, dá pra viajar pra lá e voltar. Então eu escolhi o Amapá mesmo pela fronteira com a Guiana. Por exemplo, deu pra passar as férias de Natal lá, já que eu sabia que não daria para ir à França. Natal é festa de família, não imagino passar o natal longe das pessoas que eu amo. (Samantha, Oiapoque, maio de 2018).

Mapa 02. Fronteira entre Amapá e Guiana Francesa



Fonte: Base Cartográfica Sirgas, 2017.

Apesar da forte relação afetiva também com a França, onde residiu por mais de dez anos, o retorno almejado por Samantha não está vinculado a Guadalupe, onde nasceu e onde possui muitos familiares, mas à Guiana Francesa, onde viveu parte da infância e adolescência e onde vivem seus pais, uma de suas irmãs e sobrinhos, a outra irmã ainda vive em Paris. Assim, a família de Samantha tem um caráter transnacional, o qual desestrutura as acepções de família que associam a co-residência e a presença como elementos fundamentais para sua compreensão, já que as relações que se constroem entre seus membros transcendem a espacialidade e as fronteiras físicas, gerando novas modalidades de cuidado e diferentes formas de relações pessoais e pertencimento. Cabe ressaltar que nem todos os migrantes e seus descendentes desenvolvem práticas sociais de caráter transnacional:

Definimos o transnacionalismo como os processos pelos quais imigrantes constroem campos sociais que conectam seu país de origem-gene e seu país de assentamento. Os imigrantes que constroem campos e sociais são designados “transmigrantes”. Transmigrantes desenvolvem e mantêm relacionamentos múltiplos – familiar, econômico, social, organizacional, religioso, política – que vai além das fronteiras. Os transmigrantes agem, tomam decisões e se

sentem envolvidos, eles desenvolvem identidades dentro de redes sociais que os conectam a duas ou mais sociedades simultaneamente. (GLICK – SCHILLER, BACH, SZANTON- BLANC, 1992, p. 04).

Ao argumentar sobre as condições de transnacionalidade, Bryceson e Vuorella (2002) sugerem que o pertencimento a uma família é semelhante ao pertencimento a uma nacionalidade, no sentido de que ambos são como “comunidades imaginadas”, realizadas no estabelecimento de algumas fronteiras e condicionalidades (vistas), além do mais, essas famílias geralmente possuem um histórico migratório que facilita a continuidade das relações à distância.

Nessa perspectiva, o parentesco afeta e é afetado nos sistemas migratórios. Para a antropóloga Janet Carsten (2000), em *Culture of Relatedness*, a ideia de parentesco pode também ser construída e não apenas reflexo das lógicas biológicas, isto é, fenômenos como a adoção transnacional, o casamento homoafetivo, o poliamor, relações de amizade, e muitos outros passam a ter uma dimensão relativa ao que tradicionalmente chamamos de parentesco.

O conceito de *relatedness* (conectividade ou relacionalidade) discutido por Carsten (2000) é utilizado também pela antropóloga dinamarquesa Karen Olwig ao tratar das relações entre parentesco, migração e espaço no Caribe. Particularmente em *Caribbean Journeys: An Ethnography of Migration and Home in Three Family Network*, Olwig (2007) analisa três redes familiares marcadas pela migração, visto que essa população foi historicamente forçada a delinear novos padrões de vida, sendo em sua maior parte migrante ou descendente de migrante e vivendo, frequentemente, em um ambiente estrangeiro, por isso:

A raça é apenas uma faceta no complexo de fatores econômicos, de classe, de gênero e étnicos que moldam as experiências migratórias no Caribe. A interpretação desse complexo em qualquer contexto depende dos prismas teóricos e metodológicos por meio dos quais se olha. As questões raciais são representadas e significadas dentro de uma estrutura mais ampla de família, migração e pertencimento. (OLWIG, 2007, p. 16).

Nascida em Guadalupe, residindo em Paris, moradora do Amapá por mais de um ano, mas com fortes laços familiares com a Guiana Francesa, onde sua família de origem guadalupense mora, Samantha possui identidades dentro de redes sociais que a

conectam a duas ou mais sociedades simultaneamente, assim como Michelle, que também transita e identifica-se com mais de um lugar. Migrações transnacionais superam o “nacionalismo metodológico” (GLICK – SCHILLER, BACH, SZANTON-BLANC, 1992), isto é, o Estado-nação como unidade de análise por excelência, o receptáculo natural e lógico dentro do qual transcorrem processos sociais.

Contudo, é fundamental evitar a homogeneização das experiências de movimentação, para que não se perca a significativa complexidade das vidas em movimento. Conforme adverte Machado (2014), há movimentos, deslocamentos e sentidos particulares a cada experiência, pois as mobilidades dificilmente podem ser imobilizadas em quadros teóricos abrangentes. Mas ao olharmos para determinadas histórias de vida é possível pensar em conexões produtivas para refletir sobre o trânsito humano. Os exemplos de Michelle e Samantha relacionam movimento a transnacionalidade, parentesco e pertencimento, mas isso não permite uma unificação, pois:

as formas de relacionalidade (ou parentesco, para os mais tradicionais) são elas próprias particulares, gerando relações ainda mais específicas com as movimentações. Às teorias gerais escapa o fato de que relações de parentesco fazem movimentações acontecer, sustentam fluxos, constroem justificativas, propõem alternativas de deslocamento. Por outro lado, essas mesmas movimentações colocam em risco as relações que as engendraram. (MACHADO, 2014, p. 38).

Conforme Carsten (2000), o parentesco está nas relações de afeto e lealdade duradoura entre duas ou mais pessoas, por vezes incluindo e por vezes extrapolando os temas da consanguinidade e do matrimônio. A relacionalidade foi fator fundamental na escolha do Amapá, no caso de Samantha, que optou pela região fronteira em virtude da facilidade para visitar a família, ao mesmo tempo em que encontrou no Amapá amigos que hoje considera irmãos, inclusive morou na casa deles nos primeiros meses em Macapá. Enquanto Michelle, que também morou na casa de amigos logo que chegou a Macapá, não possui familiares morando tão próximo, contudo, diferente de Samantha, Michelle já possui uma maior relação de pertencimento ao Brasil, pois é naturalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michelle e Samantha, caribenhas, nascidas em um DOM (*departamento ultramarino*), são mulheres que antes mesmo de tornarem-se sujeitos diaspóricos, já carregavam essa dualidade: cidadã francesa/guadalupense; suas trajetórias permitem iluminar a dimensão do “entre lugar”, além do mais, para ambas, o Amapá como destino não precedeu a saída do país natal, são migrantes transnacionais. Michelle partiu da Guiana Francesa e Samantha partiu da França, esta última, portanto, caracterizando uma migração norte-sul.

Dessa maneira, a partir das trajetórias de Michele e Samantha, foi possível discutir questões associadas à transnacionalidade, parentesco e pertencimento, sobretudo pelo fato de a mobilidade ser uma marca constitutiva no horizonte de possibilidade dessas mulheres, pois Michelle reside há quase 20 anos em Macapá, mas sempre visita Guadalupe e, apesar do desejo de retornar a morar em sua terra natal, não descarta a possibilidade de ainda morar em outro país; já Samantha residiu um ano no Amapá, retornou a Paris e está pela segunda vez residindo temporariamente em uma cidade amapaense, por ora pretende voltar para Paris quando acabar seu contrato no Brasil, mas também não descarta a possibilidade de morar em outro país.

Apesar de familiarizadas ao atravessamento de fronteiras geográficas e à constante readaptação que a mobilidade implica, Michelle e Samantha encontraram, ao cruzar a fronteira da Amazônia Franco-Brasileira, questões raciais distintas das quais haviam vivenciado até então. As professoras guadalupenses depararam-se com a experiência concreta da relação entre a migração negra e o racismo no Brasil, e de como essa vinculação se manifesta no repertório de ideias que se reproduz sobre população negra no país independentemente da classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERNABE, J., CHAMOISEAU, P., CONFIANT R. **Éloge de la créolité**. Paris: Gallimard, 2015.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BONINO, Luis. **Micromachismos: la violencia invisible en la pareja**. Madrid: Paidós, 1998.

BRYCESON, Deborah; VUORELLA, Ulla. **The transnational family: new European frontiers and global networkings**. New York: Berg, 2002.

CARSTEN, Janet. **Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship**. Cambridge University Press, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Eurídice (org). **Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1998.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, L.; SZANTON-BLANC, C. **Towards a definition of transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered**. New York: New York Academy of Sciences, 1992. Disponível em: <<https://nyaspubs.onlinelibrary.wiley.com/toc/17496632/1992/645/1>>.

GLISSANT, Edouard. **Traité du Tout-monde**. Poétique IV. Paris: Gallimard, 1997.

_____. **Le Discours antillais**. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

HALL, Stuart. **Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior**. In: SOVIK, L. (Org.). **Da diáspora: Identity and cultural mediations**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 25-50.

MACHADO, Igor José Renó. **Movimento e parentesco: sobre as especificidades dos deslocamentos**. Curitiba: Campos - Revista de Antropologia Social.n.15, 2014, p.27-42. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/campos.v15i2.46040>>.

MEMMI, Alberto. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

OLWIG, Karen Fog. **Caribbean Journeys: An Ethnography of Migration and Home in Three Family Network**. Duke University Press, 2007.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Colección Antologías. Consejo Americano de Ciencias Sociales, 2014, p. 285-327. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>>.

SCHNAPPER, Dominique. **De l'État-nation au monde transnational**. Du sens et de l'utilité du concept de diáspora. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 2001 (17) 2 p. 9-36 Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/remi_0765-0752_2001_num_17_2_1777>.

TÖLÖLYAN, Khachig. **Diáspora studies**: past, present and promise. IMI Working Paper Series, 2011, n. 55, p.1-14. Disponível em: <<https://www.migrationinstitute.org/publications/wp-55-12>>.

**PARADIPLOMACIA Y FRONTERA TRASANDINA. DESAFÍOS DEL COMITÉ
DE INTEGRACION AGUA NEGRA: COQUIMBO (CHILE) Y SAN JUAN
(ARGENTINA). 2015-2021**

Sergio Gustavo Astorga³⁸

Celia Romina Brúculo³⁹

RESUMEN: Las relaciones vecinales trasandinas avanzaron hacia amplios escenarios de cooperación considerando como hito el Tratado de Paz y Amistad de 1984. La cooperación fronteriza integra múltiples dimensiones: geográficas, históricas, políticas, culturales, económicas, de infraestructura, entre otras, y también a múltiples escalas: regional, nacional, subnacional y locales. La articulación de las relaciones internacionales asumidas por los Estados se ha visto fortalecida por el rol de las provincias argentinas y regiones chilenas, vertebradas en los Comités de Integración como instancias que institucionalizan la cooperación transfronteriza en el marco de la paradiplomacia. En el presente trabajo se propone caracterizar los vínculos transfronterizos entre la Provincia de San Juan- Argentina y la Región chilena de Coquimbo en el marco del Comité de Integración Agua Negra con eje en su proceso histórico de consolidación a partir de una nutrida agenda de cooperación y sus proyecciones recientes marcadas por ambivalencias tras los cambios de gobiernos nacionales en la región.

Palabras-clave: Paradiplomacia; Relaciones trasandinas; San Juan - Coquimbo

**PARADIPLOMACIA E FRONTEIRA TRANSANDINA. DESAFIOS DO
COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA ÁGUA NEGRA: COQUIMBO (CHILE) E SAN
JUAN (ARGENTINA). 2015-2021**

RESUMO: As relações transandinas de vizinhança avançaram rumo a amplos cenários de cooperação tendo como marco o Tratado de Paz e Amizade de 1984. A cooperação fronteiriça integra múltiplas dimensões: geográfica, histórica, política, cultural, econômica, infraestrutura, entre outras, e também múltiplas escalas: regional, nacional, subnacional e local. A articulação das relações internacionais assumidas pelos Estados foi fortalecida pelo papel das províncias argentinas e regiões chilenas, estruturadas nos Comitês de Integração como órgãos que institucionalizam a cooperação transfronteiriça no âmbito da paradiplomacia. Neste trabalho, propõe-se caracterizar os vínculos transfronteiriços entre a Província de San Juan-Argentina e a Região Chilena de Coquimbo no marco do Comitê de Integração de Água Negra, a partir de seu processo

³⁸ Magíster en Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional de Cuyo / Universidad Nacional de La Pampa / Universidad de Congreso, Argentina. E-mail: sastorga@fcp.uncu.edu.ar

³⁹ Doctora en Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Chilecito / Universidad Nacional de La Rioja, Argentina. E-mail: cbruculo@unlar.edu.ar

histórico de consolidação a partir de uma rica agenda. de cooperação e suas projeções recentes marcadas pela ambivalência após mudanças nos governos nacionais da região.

Palavras-chave: Paradiplomacy; Relações transandinas; San Juan - Coquimbo

INTRODUCCIÓN

Argentina y Chile poseen un consolidado trabajo en materia de cooperación y facilitación fronteriza en las últimas décadas y mantienen vigentes los desafíos por mejorar su conectividad física bajo una impronta que reconoce en la extensa frontera compartida, un territorio de integración y complementación.

El proceso de integración binacional argentino-chileno, posee una vasta historia enmarcada en causas geográficas, histórico-identitarias, socio-políticas y culturales, y resalta un hito en las relaciones diplomáticas considerado a partir del Tratado de Paz y Amistad (1984) ⁴⁰ a raíz de la restauración democrática regional y superación de tensiones, clima que incentivó la creación de diversos mecanismos de cooperación, entre estos los Comités de Fronteras (Maira, 2011: 40) ⁴¹. Para el caso de análisis, los antecedentes se remontan al “Plan Maestro de los 12 pasos” (1996) priorizados en los noventa por las presidencias de Carlos Menem y Eduardo Frei (Lacoste, 2002, 2012).

El contexto de cambio que el mundo vive desde el inicio del Siglo XXI, se caracteriza por el crecimiento de la demanda asiática (China e India), que está generando para América Latina un cambio hacia al Oeste de los flujos comerciales, reposicionando en la geopolítica mundial el océano Pacífico como nueva plataforma de comercio, con un impacto a prever en el Sur de nuestro hemisferio, que ha estado históricamente más inclinado hacia el Este y el Atlántico, excepto Chile (Navarro, 2015). Su impacto se orientó a los territorios de la zona de influencia de los diversos corredores transversales, donde destaca por su importancia geoestratégica el Paralelo

⁴⁰ Tratado de Paz y Amistad de 1984, firmado entre Argentina y Chile, determina «la solución completa y definitiva de las cuestiones a que él se refiere», esto es, la fijación del límite entre los dos desde el Canal del Beagle hasta el Pasaje de Drake al sur del Cabo de Hornos.

⁴¹ Los Comités de Integración (CI) argentino- chilenos, fueron establecidos a partir del Acta de Entendimiento, de Buenos Aires, 1984, con la referencia del Tratado de Paz y Amistad. En sus comienzos se denominaron Comités de Frontera, pero desde 1997 pasaron a llamarse Comités de Integración y tal como los define el Tratado: "foros de encuentro y colaboración entre los sectores público y privado de las provincias argentinas y regiones chilenas para promover la integración en el ámbito subnacional". Fueron ratificados por el Tratado de Maipú en el año 2009.

30°, involucrando a la meso región central chileno-argentina, Mesopotamia, el sudeste brasileño y el Uruguay.

Se resaltan las implicancias de estos procesos en el nuevo institucionalismo regional que otorgan un rol protagónico a la IIRSA (Escalante, 2019). Además, las diversas cumbres presidenciales, en particular la XLIX Cumbre de Jefas y Jefes de Estados Partes del Mercosur y Estados Asociados, realizada en Paraguay (2015) donde se firmó la Declaración de Asunción sobre Corredores Bioceánicos en la cual reiteran su decidido compromiso con el proceso de integración regional, por medio de las actividades en el marco de IIRSA y el COSIPLAN (aunque éstas últimas redes han sufrido un proceso de desmantelamiento reciente desde el retorno de gobiernos neoliberales a la región).

El marco que permitió un salto cualitativo en las relaciones bilaterales Argentina y Chile es el Tratado de Maipú de Integración y Cooperación firmado en octubre del 2009. En líneas generales, institucionaliza la red de 57 mecanismos de trabajo que se han desarrollado entre ambos países. El acuerdo reconoce la importancia de los Comités de Integración, estimulando la actividad productiva conjunta entre regiones y provincias de los dos países. Los procesos de desarrollo nacionales debieran compartir el compromiso de políticas públicas que promuevan la creación de condiciones sociales que posibiliten el desarrollo territorial equilibrado de las regiones, mediante el reforzamiento de las capacidades, que deben tener los territorios para insertarse en un mundo cada vez más interdependiente y globalizado (Paikin, 2010).

PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Desde el campo de las relaciones internacionales, se pueden analizar las recientes estrategias de regionalización desde una mirada multidimensional. La dimensión histórica en la integración regional, como la geográfica, ambiental, demográfica y cultural, deben ser considerados como factores relevantes a la hora de pensar el carácter de las relaciones que se establecen en las propuestas integracionistas (Cavieres, 2001: 182). Así “el proceso por el cual unidades políticas diferenciadas van organizando estructuras comunes y unificadas de decisión. Cuando hablamos de

proceso consideramos implícito el camino de construcción-deconstrucción-síntesis por el cual transita la historia (macro y micro) del esfuerzo integrador” (Seitz: 2008).

Estos procesos no sólo incluyen relaciones diplomáticas-interestatales sino también relaciones paradiplomáticas- intergubernamentales- transnacionales-subestatales. Desde los aportes de Duchacek (1984), Keohane y Nye (1988), Soldatos (1993) y Colacrai (1998) hasta los más recientes de Brúculo (2015), Zeraoui (2016), Oddone (2016), Clemente (2018) y Safarov (2019), reconocen la paradiplomacia como la imbricación de “los gobiernos no centrales en las relaciones internacionales, a través del establecimiento de contactos formales e informales, permanentes o *ad hoc* con entidades extranjeras, públicas o privadas, con el propósito de promover asuntos de carácter socioeconómicos, políticos o culturales, así como cualquier otra dimensión externa de sus competencias constitucionales” (Cornago, 2000:66).

La cooperación entre unidades subnacionales se dinamiza mayormente en áreas de frontera, pero no de manera excluyente: “La transformación de la cooperación transfronteriza y las nuevas formas de cooperación interregional, constituye una de las formas más características del fenómeno al que nos referimos” (Cornago, 2010). Para Keating (2000), las propuestas transfronterizas son las formas más comunes de cooperación interregional. Según ese autor tales iniciativas se constituyen sobre la base de problemas y oportunidades comunes y abarcan temas muy diversos para su tratamiento.

El interés por estudiar casos inscriptos en las relaciones internacionales de gobiernos no centrales es bastante reciente, y surge como cierta “moda” en cierta parte de la academia, sin embargo es menos visible en los medios de comunicación y en la opinión pública (Zeraoui, 2009: 23).

A finales del siglo XX, en el Cono Sur se instaló el *Regionalismo Abierto*, con preeminencia de las dimensiones comerciales económicas: “el antiguo paradigma cepalino vigente desde la década del sesenta fue reemplazado por ciertos aspectos del Consenso de Washington, que privilegiaba a los mercados globales a los regionales” (Llairó, 2009, 12). Años siguientes llegarían gobiernos posneoliberales que definieron en sus políticas exteriores la reivindicación de propuestas integracionistas y cooperativas. Un resorte más de estas alianzas y vínculos integracionistas serán los Comités de Integración transfronterizas. Sin embargo, han sufrido cierto estancamiento

en los últimos años, después del retorno de gobiernos neoliberales en la región (Macri en Argentina, Bolsonaro en Brasil, entre otros).

Los Comités de Integración binacional, convergen en temas diversos: conexión fronteriza, aduana, comercio, cultura, entre otros, pero cuya amplitud y diversidad se enfocó de modo particular la agenda de las comisiones y sub-comisiones mineras, atendiendo a que surgen casi de manera concomitante al proceso de instalación y luego sanción del Tratado sobre Integración y Complementación Minera entre Chile y Argentina suscrito a fines de 1997 (Infanti Caffi, 2001). A la luz de cómo evolucionaba la interacción bilateral, este tema acompañó y fomentó una serie de medidas comunes tendientes a incentivar la actividad minera en el seno de estas instituciones comunes.

ANTECEDENTES PARADIPLOMÁTICOS: PROVINCIA DE SAN JUAN (ARGENTINA) Y REGIÓN DE COQUIMBO (CHILE)

Ubicada al centro-oeste de Argentina, la Provincia de San Juan pertenece a la Región de Cuyo en Argentina, junto a las provincias Mendoza y San Luis, con las que comparte ciertos rasgos geográficos e identitarios. Además de pertenecer y limitar con las provincias cuyanas, San Juan limita al norte con La Rioja y al oeste con el vecino país Chile. Su territorio 89.651 km² es predominantemente montañoso, clima seco desértico que alcanza el 89,3% del territorio centro-este sanjuanino, “incluye los principales centros poblacionales u oasis como el valle del Tulum, Jáchal, Ullum-Zonda, Iglesia-Rodeo y Calingasta-Barreal” (FAO, 2015). Caracterizado por una escasez de recursos hídricos es en la zona de valles y oasis donde se concentra la población que según el censo 2010 es de 681.055 habitantes, siendo el oasis Tulum el mayor asentamiento poblacional urbano. Sus dos ríos más importantes son el San Juan y el Jáchal “alimentados por los procesos nivo-glaciales de cordillera” (FAO, 2015).

La Región de Coquimbo es una de las 15 regiones de chilenas. Se ubica en una zona semiárida al sur del Desierto de Atacama y ocupa 40.462 km², equivalentes al 5,3% del territorio nacional. Las principales cuencas corresponden a los ríos Elqui, Limarí y Choapa de las provincias homónimas y 15 comunas. Su clima es mediterráneo desértico y semi-desértico, y la población se calcula en más de 700.00 habitantes.

Por las condiciones cordilleranas se puede observar actividades económicas productivas similares. En Coquimbo se destacan la minería, principalmente hierro, cobre, oro, agricultura, vino, pisco, pesca, servicios portuarios y turismo (Silva M. y Morán I., 2010: 288); en San Juan, agricultura, vinos, olivo, frutas y un desarrollo en alza de la minería de oro, minerales industriales, cobre y turismo.

La Provincia de San Juan y la Región de Coquimbo poseen una fluida interacción fronteriza en el marco del Comité de Integración Agua Negra. Este fue constituido en diciembre de 1996, año en el que celebrara su primera reunión plenaria.

Los Comités de Integración y/o de Frontera entre Chile y Argentina (y sus otros vecinos), son instancias comunes que tanto Argentina como Chile despliegan con los países limítrofes, promoviendo la cooperación entre los gobiernos no centrales de las áreas fronterizas, los cuales actúan como foros que reúnen a representantes de las cancillerías, autoridades subnacionales, sector privado, sociedad civil, quienes tratan una agenda variada de temas políticos, sociales, culturales, económicos-comerciales, productivos, entre otros.

La Dirección Nacional de Cooperación Internacional de la Cancillería argentina los reconoce como elementos que consolidan y dinamizan los procesos de integración con el propósito de concertar acciones de complementación para un desarrollo sostenible y sustentable mediante la coordinación de políticas de inversión pública, de infraestructura, de formación de recursos humanos, de apoyo tecnológico y de cooperación técnica, entre otras medidas⁵.

Por parte de Chile, la Dirección de Fronteras y Límites de la Cancillería chilena (DIFROL), define a los Comités de Frontera y/o Integración como espacios de respuesta a una política de trabajo directo sobre temas de interés regional, local y vecinal, que se insertan con las políticas y orientaciones generales del Estado. Su dinámica se ajusta a reglamentos de funcionamiento acordados por los países y se reúnen alternadamente en uno y otro país en la provincia o región que corresponda, previa elaboración de un programa consensuado por las partes, autorizado por ambas cancillerías. Las reuniones plenarias cuentan con la participación de representantes de embajadas, consulados, direcciones de las cancillerías, autoridades y funcionarios de gobiernos y otras agencias descentralizadas, representantes del sector privado, asociaciones y sociedad civil.

Todas las reuniones se encuentran coordinadas por responsables de los ministerios de relaciones exteriores y las propuestas como temas tratados no son de carácter vinculante, sino corresponden a sugerencias, solicitudes, necesidades acordadas en el seno de comisiones, subcomisiones, grupos especiales, mesas de trabajo, (según cada caso) que trabajan en cada comité año a año sobre el temario propuesto.

El 31 de mayo y 1 de junio de 2018 se celebraron las últimas reuniones plenarias del Comité de Integración Agua Negra, realizadas en La Serena- Chile y fue el número XXVII. Estas fueron suspendidas en 2019 y 2020. Los grupos de trabajo organizados en comisiones y subcomisiones cubren amplias y diversas temáticas que se fueron agregando durante el devenir del comité en cuestión. A instancias de la última plenaria fueron las siguientes:

COMISIÓN DE FACILITACIÓN FRONTERIZA

- Plenario de Facilitación Fronteriza
- Subcomisión de Aduanas
- Subcomisión de Migraciones
- Subcomisión de Temas Fito y Zoonosanitario
- Subcomisión de Coordinación y Cooperación Policial
- Subcomisión de Cooperación Judicial

COMISIÓN DE INFRAESTRUCTURA Y TRANSPORTE

- Subcomisión de Vialidad
- Subcomisión de Transporte y Telecomunicaciones
- Subcomisión de Planificación y Ordenamiento Territorial
- Subcomisión de Protección Civil

COMISIÓN DE COMERCIO, PRODUCCIÓN Y TURISMO

- Subcomisión de Comercio y Producción
- Subcomisión de Turismo
- Subcomisión de Minería
- Subcomisión de Defensa al Consumidor

COMISIÓN DE EDUCACIÓN, CULTURA, SALUD, GÉNERO, JUVENTUD Y DISCAPACIDAD

- Subcomisión de Educación
- Subcomisión de Salud
- Subcomisión de Cultura
- Subcomisión de Género
- Subcomisión de Juventud
- Subcomisión de Discapacidad

COMISIÓN DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR

- Mesa de Investigación y Posgrado
- Mesa Académica
- Mesa de Extensión y Vinculación

MESA DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA (Vecinalismo)

COMISIÓN DE MEDIO AMBIENTE

COMISIÓN DE DIÁLOGO POLÍTICO

COMISIÓN DE ALCALDES E INTENDENTES

MESA DE DEPORTES

A través de estos mecanismos se han consolidado estrategias de integración como el proyecto Túnel de Agua Negra⁴², la segunda obra más relevante de la ingeniería en América Latina, después del Canal de Panamá, animado por la promoción de una integración territorial, transversal y transfronteriza (Rodríguez Ortiz, 2020: 34), en los territorios atravesados por la Ruta Nacional 150 en el nuevo eje del sistema bioceánico central y el sistema vial incaico *Qhapaq Ñan*⁴³. Sin embargo, se observan instancias de auge así como momentos de estancamiento, según la caracterización política e ideológica de los gobiernos en turno. Las características de la Bi-Región Agua Negra de San Juan y Coquimbo, la posiciona como la zona logística sub-hemisférica por excelencia (SIMAAS, 2018) que se proyecta en una zona de irradiación más amplia: Corredor Bioceánico Porto Alegre-Coquimbo.

Cabe considerar que los Comités de Integración fortalecieron el rol del Grupo Técnico Mixto de Infraestructura, que desde 1992 identificaron pasos fronterizos prioritarios, entre estos Agua Negra. Se han llevado a cabo diversos estudios técnicos asociados al Proyecto Túnel Binacional Agua Negra desde el año 2003: de prefactibilidad; de impacto económico; de prefactibilidad económica y rentabilidad

⁴² El Proyecto Túnel de Agua Negra consiste en dos túneles semiparalelos para el tránsito vehicular de dos carriles cada uno, con una longitud de 13,9 km y 3800 m, s.n.m., que unirán la Provincia de San Juan (Argentina) y la Región de Coquimbo (Chile). El proyecto apunta a mejorar la conectividad entre Chile y Argentina y generar condiciones para el transporte de pasajeros, el intercambio comercial y el desarrollo turístico (UNASUR / COSIPLAN, 2017).

⁴³ La UNESCO declaró Patrimonio Mundial al Qhapaq Ñan, el sistema vial andino que es herencia del Imperio Inca, recorre seis países: Argentina, Chile, Perú, Bolivia, Ecuador y Colombia. Tras presentación conjunta recibió el apoyo unánime de los integrantes del Comité de Patrimonio de la UNESCO.

social; geológicos, geotécnicos e hidrogeológicos; ambientales; ingenieriles; etc. (UNASUR / COSIPLAN, 2017). Diversos actores socio políticos en ambos países resaltan la relevancia de la mega obra; sin embargo, también se han evidenciado tensiones y disyuntivas que han impedido la agilidad en la toma de decisiones estratégicas.

A instancias del Tratado de Maipú (30 de octubre de 2009) se suscribió el Protocolo Complementario que creaba La Entidad Binacional para el Proyecto de Túnel de Baja Altura del Paso de Agua Negra, EBITAN (con carácter de entidad jurídica bilateral a los fines de dicha obra), constituido en 2010. En 2013 EBITAN realiza un llamado a empresas y consorcios para la construcción del Túnel de Agua Negra, no obstante, en 2014 el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) se dispone a financiar el proyecto (EBITAN.ORG). Desde el anuncio del BID, en los años sucesivos se produce cierto letargo en el proceso de avance del megaproyecto que recae en diversos motivos que atraviesan todos los acuerdos bilaterales sobre conectividad e infraestructura, y manifiestan debilidades a la hora de cristalizar grandes obras que comprometen múltiples aspectos de ambos lados de la cordillera: financiamiento, impactos socioterritoriales, consensos políticos entre otros. En febrero de 2019 tras la visita de la intendenta de Coquimbo a la provincia de San Juan, se justificó la demora de avances en el proceso de obra por razón a partir de una solicitud de revisión profunda y estudios pormenorizados solicitados por el presidente chileno (Diario de Cuyo).

A MODO DE CONCLUSIÓN: ¿NUEVAS PROBLEMÁTICAS, NUEVAS AGENDAS?

Las dinámicas de los Comités de Integración argentino-chilenos en general y el de Agua Negra en particular los mantiene a lo largo del tiempo como instituciones fundamentales de las relaciones transfronterizas. Si bien se evidencian períodos de amesetamiento, su continuidad y espacios de diálogo y propuestas los mantienen necesariamente vigentes en el marco de las políticas exteriores de sendos gobiernos.

Durante la gestión de Mauricio Macri (2015-2019) se produjo un marcado descenso de las actividades desarrolladas en los Comités de Integración, sobre todo, producto de los recortes presupuestarios y la promoción de agendas de libre comercio

con poca participación de la sociedad civil y las entidades subnacionales en el contexto de un débil vínculo entre la presidenta Bachelet y el mandatario argentino. Si bien en 2018 las coincidencias con Sebastián Piñera fueron muy marcadas, la agenda común preconizaba acuerdos comerciales desde la convergencia de visiones político e ideológicas afines entre ambos empresarios devenidos en presidentes. Mientras que Argentina se acercaba a la Alianza del Pacífico (bloque conformado por Chile, Colombia, México y Perú) y a la Brasil de Bolsonaro, no hubo margen para retomar una agenda más diversa y profunda. En 2019 el encuentro plenario previsto entre San Juan y Coquimbo fue reprogramado tres veces hasta finalmente cancelar el plenario anual. Fue el primer año desde 1996 en que el Comité Agua Negra suspendió una reunión anual y cuentan entre los diversos motivos, la crisis social-política chilena. Esto replicaría en 2020 por motivos de la pandemia.

El cambio de gobierno nacional en el caso de Argentina en diciembre del 2019 ha reflatado la idea de fortalecimiento de la integración latinoamericana de la mano del presidente Alberto Fernández, el cual es uno de los fundadores del Grupo de Puebla⁴⁴. En tiempos de pandemia de Covid-19 si bien se ha impuesto una agenda centrada en la problemática sanitaria mundial, los debates y la búsqueda de consensos al respecto de la integración latinoamericana, evidencia aun más una nueva resignificación de las relaciones Sur-Sur.

Consolidar las estrategias emprendidas acerca de los corredores bioceánicos lleva necesariamente a analizar las posibilidades de mejora en la infraestructura en las fronteras, pero además requiere considerar aspectos vinculados al impacto ambiental y sus proyecciones en el desarrollo territorial micro y macro escalar. Aquí, las entidades locales juegan roles esenciales de diálogo y construcción de agendas. Esto explica que la reactivación de los Comités de Integración es un elemento imprescindible que lleva a discutir acerca de las relaciones entre la territorialidad, las diversidades culturales y la protección del ambiente.

En el primer mes de 2021, el presidente argentino Fernández inauguró una agenda de visitas internacionales en Chile donde manifestó su propuesta de plan

⁴⁴ El Grupo de Puebla conforma un foro político y académico integrado por representantes del progresismo político iberoamericano. Fue fundado el 12 de julio de 2019 en la ciudad mexicana de [Puebla](#). Su objetivo principal es articular ideas, modelos productivos, programas de desarrollo y políticas de Estado de carácter [progresista](#)

estratégico regional para el fortalecimiento geopolítico latinoamericano. Si bien las diferencias políticas entre ambos mandatarios son pronunciadas, la conjunción de voluntades refleja la base de concordancia heredada por la institucionalización de las relaciones en el marco de la paz y la colaboración en democracia.

Ante una caída económica global que rememora las crisis mundiales más estrepitosas, Argentina y Chile tendrán un margen condicionado en materia de inversión material a los fines de retomar los proyectos pendientes de fortalecimiento de la integración regional (infraestructura y conectividad física), más aún ante un clima de fronteras cerradas o muy retraídas como lo viene definiendo el contexto de pandemia mundial.

La consideración de un desarrollo inclusivo y sustentable lleva a rediscutir las ideas extractivistas, deslocalizadas y globalizadoras. Por tanto, las entidades subnacionales vienen a fijar agendas de trabajo conducentes al reconocimiento de sus identidades y replanteo de los mecanismos impuestos precedentemente.

La nueva agenda aspira a retomar la centralidad del Estado nuevamente como un actor clave del desarrollo, a partir de sus acciones y de sus capacidades estatales, lo cual la construcción de dichas agendas va indisolublemente en diálogo con los actores locales, directa e indirectamente involucrados. Los interrogantes que surgen están determinados por los límites y las diversidades ideológicas de los gobiernos, que deberán lidiar para la proyección de estos proyectos transfronterizos en el marco de ese desarrollo inclusivo y sustentable deseable y en construcción.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, A. **China y América del Sur. El Consenso de Beijing y las redes materiales del extractivismo.** *Revista Izquierdas*. Una mirada histórica desde América Latina N° 49, abril 2020. p. 2684-2709. 2020.

ALVAREZ, M. **El rol de la paradiplomacia en las entidades binacionales: análisis del accionar de las provincias argentinas y regiones chilenas en los casos de EBITAN y EBIFETRA.** *Si Somos Americanos*. vol.17, n.2, pp.77-95. 2017.

Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, Región de Coquimbo. Disponible en <<http://siit2.bcn.cl/nuestropais/region4>>.

BORÓN, A. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**, Ediciones Luxemburgo. 2012.

BRUCULO, R. **Integración trasandina: los Comités de Integración ATACALAR y Agua Negra en perspectiva comparada (1996-2012)**. 2015. Tesis de Doctorado en Relaciones Internacionales, Buenos Aires: Universidad del Salvador. 2015.

CAFFI, M. T. **Tratado minero entre Chile y Argentina: una visión global**. *Revista de Estudios Internacionales*, Vol. 34 N° 135, Julio – Septiembre, Instituto de Estudios Internacionales, Universidad de Chile. p. 22. 2001.

CALVENTO, M. **La Política Internacional Subnacional: una propuesta para el abordaje del accionar contemporáneo en Argentina**. *Desafíos*, 28(I), 297-334. 2015.

CAVIERES, F. **Estudios Trasandinos**. *Revista de la Asociación Chileno-Argentina de Estudios e Integración Cultural*, Santiago de Chile, II Semestre de 2001, N°6, pp.181-198.

CLEMENTE, I. **Paradiplomacia y relaciones transfronterizas**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 319-331. 2018.

COLACRAI, M. **Las provincias y sus relaciones externas**, Rosario: CERIR. 1998;

_____. **Las “nuevas diplomacias” en las relaciones argentino-chilenas. Transgubernamentalismo y acción subnacional**. *Encrucijada Americana - Año 7 - N° 2*. Santiago de Chile: Universidad Alberto Hurtado. 115-130. 2015.

COLACRAI, M. y ZUBELZÚ, G. “Las vinculaciones externas y la capacidad de gestión internacional desplegadas por las provincias argentinas en la última década. Una lectura desde las relaciones internacionales”. En.: Wanderley Vigevani (ed.) **A dimensao subnacional e as relações internacionais**. Sao Paulo: UNESP /EDUC /EDUSC, 313-344. 2004.

COMITÉS DE INTEGRACION AGUA NEGRA, recuperado en: <<https://integracionfronteriza.cancilleria.gob.ar/chile/agua-negra>>.

CORNAGO, N. Diplomacia, paradiplomacia y redefinición de la seguridad mundial: dimensiones de conflicto y cooperación. En.: **Paradiplomacia: las relaciones internacionales de las regiones**, F. Aldecoa y M. Keating (eds.), Madrid, Ed. Marcial Pons. 2000.

CORPAN (2020) Corporación para la Integración y el Desarrollo Paso Agua Negra: Documento Túnel de Agua Negra, Esperanza de Desarrollo para La Región de Coquimbo, La Serena.

CROCE F. y MILANA J. Desarrollo de Sistemas Geocriogénicos en la Zona del Paso Agua Negra y su importancia en Geología Aplicada. **Actas de XV Congreso Geológico Argentino**. El Calafate, 2002.

DAVIRE DE MUSRI, D. y LÓPEZ DANERI, M. Una vía para la integración argentino-chilena: el camino de agua negra. **XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche. 2009.

DIARIO DE CUYO. disponible en: <<https://www.diariodecuyo.com.ar/>>.

DUCHACEK, I. **The International Dimension of Subnational Self-Government**. *The Journal of Federalism*, Volume 14, Issue 4, Fall 1984, Pages 5–31. 1984.

ENTIDAD BINACIONAL ARGENTINO. CHILENA TÚNEL INTERNACIONAL PASO DE AGUA NEGRA (EBITAN). Disponible en: <<http://ebitan.org/index.php>>. Protocolos. Resoluciones. Actas de reuniones. Consultado en: 06 de set. de 2020.

ESCALANTE MORENO, H. **Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN): neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina**. *De La Solcha*, 9(1), 77-113. 2019.

GOBIERNO REGIONAL DE COQUIMBO. **"Estudio de Complementariedad del Corredor Bioceánico Central con Coquimbo"**. Universidad Católica del Norte (Coquimbo) y la Universidad Católica de Cuyo (San Juan). 2008.

GRUPO DE PUEBLA. disponible en: <<https://www.grupodepuebla.org/>>.

JIMÉNEZ CORTÉS E. **Dilemas ecoterritoriales de la integración regional: IIRSA en las sociedades de Bolivia y Chile**. Informe Proyecto Becas de Investigación CLACSO-Asdi. CLACSO. 2014.

KEOHANE, R. y NYE, J. **Poder e interdependencia: la política mundial en transición**. Buenos Aires: GEL. 1988.

LACOSTE P. **La imagen del otro en las relaciones de la Argentina y Chile (1534-2000)**. Instituto de Estudios Avanzados. Universidad de Santiago de Chile. 2002.

_____. El retorno del Paso Pehuenche. En: **Diario Los Andes, Sección Opinión**. Mendoza, 28-12-2012.

LECHINI, G. y MORASSO, C. **La cooperación Sur-Sur en el Siglo XXI**. Reflexiones desde América Latina. Anuario de Integración 11, pp. 114-133. 2015.

LLAIRO, M. **Venezuela en el Mercosur. Tres miradas, tres interpretaciones**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CEINLADI, Universidad de Buenos Aires. 2008.

MAIRA L. En BORBÓN, J y BRALEY T (Eds), **El tema de las fronteras en América Latina**. La experiencia de la frontera entre Argentina y Chile, p. 40.

_____. **La política internacional subnacional en América**, Buenos Aires: Editorial LIBROS DEL ZORZAL, 2010.

MARTINEZ, M. **Corredor Bioceánico Central: Situación de la legislación y las inversiones para su concreción**. *Kairos, Revista de Temas Sociales*, Universidad Nacional de San Luis. Disponible en: <<https://www.revistakairos.org/>>. 2017.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO DE LA REPUBLICA ARGENTINA. **Comités de Integración**. Disponible en: <<https://integrac-fronteriza.cancilleria.gob.ar/>>. 2020.

MORALES LETZKUS, C. **Potencialidades Económicas y de Negocios del Corredor Bioceánico Central Coquimbo - Porto Alegre**. La Serena: Universidad Católica del Norte. 2014.

NAVARRO, D. (Coord.) **Argentina y sus relaciones con países del Este Asiático**. Mendoza: Universidad del Aconcagua. 2015.

ODDONE, N. **La paradiplomacia desde cinco perspectivas: reflexiones teóricas para la construcción de una comunidad epistémica en América Latina**. *Relaciones Internacionales* N° 89.2 Costa Rica: Universidad Nacional de Costa Rica.

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). **Informe sobre áreas de riego en la Provincia de San Juan, 2015**. Disponible en: <<http://www.fao.org/3/a-i5183s.pdf>>. 2015.

ORTIZ ANDINO, J. **Corredor Bioceánico Central Túnel Internacional Paso de Agua Negra**. La Serena: EBITAN. 2014.

OSZLAK, O. **El Estado en la era exponencial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de la Administración Pública - INAP, 2020.

PAIKIN D. **Integración Regional y nuevos pactos federales. El rol de los gobiernos sub-nacionales en el MERCOSUR**. BUENOS AIRES, 2010.

_____. **Redefiniendo las lógicas de la soberanía: La participación de los gobiernos subnacionales en el ámbito del MERCOSUR**. Soberanía, Año 1. No. 3. Agosto. Pp. 115-132. 2012.

RODRÍGUEZ ORTIZ, R. Los estudios sobre fronteras internacionales desde una perspectiva comparativa. En: CORAZA DE LOS SANTOS, E. y LASTRA, M. **Miradas a las migraciones, las fronteras y los exilios**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. p. 34. 2020.

SAFAROV, A. **La paradiplomacia del Noroeste argentino: el caso ZICOSUR.** *Rev. secr. Trib. perm. revis.* Agosto 2019, año 7, nº 14, p. 283-294. 2019.

SEITZ, A. **Pensamiento Situado: significados y percepciones en términos de identidad latinoamericana,** *Diplomacia* N°. 104. Octubre-Noviembre de 2008.

SILVA MOURA, V. y MORÁN LEÓN, C. Relaciones subnacionales, el caso de Chile y Argentina. En: MAIRA, L. (Ed.) **La política internacional subnacional en América Latina.** Buenos Aires: Libros del Zorzal. 2010.

SIMAAS. **Sistema Intermunicipal de Cooperación e Solidaridade Tecnológica, América Área Sul.** Documento de trabajo. RJ. 2008.

SOLDATOS, P. “Cascading Subnational Paradiplomacy in an Interdependent and Transnational World”; en Brown, Douglas y Fry, Earl (eds.). **States and Provinces in the International Economy.** Berkeley, Institute of Governmental Studies Press - University of California e Institute of Intergovernmental Relations, Queen’s University, 1993.

Tratado de Maipú de Integración y Cooperación entre la República Argentina y la República de Chile. **Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de la República Argentina.** Disponible en: <<https://tratados.cancilleria.gob.ar/>>. 2009.

UNASUR / COSIPLAN. **Ficha de proyecto: TÚNEL BINACIONAL AGUA NEGRA.** Disponible en: <http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=1102>. 2017.

URKIDI AZKARRAGA. **Movimientos anti-mineros: el caso de Pascua-Lama en Chile.** *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, Vol. 8: 63-77. Barcelona, España. 2008.

VALDEBENITO E. **Documento de trabajo: Túnel de Agua Negra.** La Serena: Casa de San Juan en la Región de Coquimbo. 2019.

ZERAOUI, Z. **Para entender la paradiplomacia.** *Desafíos*, Bogotá (Colombia), (28-I): 15-34. 2016.

PARADIPLOMACIA COMO FERRAMENTA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA BRASILEIRA

Deise Baumgratz⁴⁵

Peterson Eduardo Souza Gherlandi⁴⁶

RESUMO: O artigo a seguir analisa as condições de desenvolvimento das cidades de fronteiras, numa perspectiva comparativa à média nacional de indicadores como mortalidade infantil, renda, educação, esgotamento sanitário e IDH. A hipótese apresentada é de que as cidades fronteiriças apresentam indicadores inferiores à média nacional. Na sequência é discutido as teorias recentes sobre paradiplomacia, indicando as possibilidades de utilizar destes mecanismos para melhorar o desenvolvimento sustentável e a cooperação transnacional nas cidades de fronteira. Por fim, apresenta-se dois estudos de caso de cidades fronteiriças que se utilizam da paradiplomacia para promover a integração e o desenvolvimento regional. A metodologia utilizada envolve análise de dados secundários, essencialmente do IBGE, análise bibliográfica e estudo de caso. Os resultados apontam para a paradiplomacia como alternativa para promover o desenvolvimento e a cooperação transfronteiriça.

Palavras-chave: Paradiplomacia; Cooperação Transfronteiriça; Fronteira.

PARADIPLOMACY AS A TOOL FOR THE DEVELOPMENT OF TWIN CITIES ON THE BRAZILIAN FRONTIER

ABSTRACT: The following article analyzes the development conditions of border cities, in a perspective comparative to the national average of indicators such as infant mortality, income, education, sanitation and HDI. The hypothesis presented is that border cities have indicators below the national average. Following, the recent theories on paradiplomacy are discussed, indicating the possibilities of using these mechanisms to improve sustainable development and transnational cooperation in border cities. Finally, two case studies of border cities that use the paradiplomacy to promote regional integration and development are presented. The methodology used involves analysis of secondary data, essentially from IBGE, bibliographic analysis and case study. The results point to paradiplomacy as an alternative to promote development and cross-border cooperation.

Keywords: Paradiplomacy; Cross-border cooperation; Border.

INTRODUÇÃO

⁴⁵ Doutoranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, especialista em Relações Internacionais e graduada em administração. baumgratz9@gmail.com

⁴⁶ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. gherlandi@gmail.com

O artigo a seguir analisa o panorama das cidades fronteiriças brasileiras, visando identificar possibilidades de atuação da paradiplomacia no desenvolvimento dessas localidades. Desse modo, o objetivo do estudo é identificar em que âmbitos a atuação paradiplomática transfronteiriça no Brasil logrou resultados concretos e se esses resultados contribuíram para um aumento do desenvolvimento nessas regiões. A hipótese é de que a paradiplomacia facilita processos de cooperação transfronteiriça contribuindo para o desenvolvimento de regiões transfronteiriças.

Nesses termos, inicia-se o estudo comparando indicadores de educação, renda, mortalidade, saneamento entre outros, das cidades de fronteira no Brasil, com a média nacional, a fim de demonstrar que os municípios de fronteira apresentam indicadores inferiores à média nacional. A pesquisa demonstrou que a razão para a marginalidade das regiões fronteiriças no processo de desenvolvimento nacional, se insere no contexto histórico, onde fronteira foi considerada limite divisório entre dois Estados, portanto, foi protegida e securitizada, concebida como espaço de segurança nacional e periférica nos processos decisórios e nas políticas públicas centrais.

Houve uma mudança de perspectiva com a ascensão global das discussões em torno da integração regional, dentro das Relações Internacionais a paz positiva passou a ser almejada, mudando a visão realista conflitiva para uma abertura cooperativa e de integração. Nesse contexto surge em 1991 o Mercosul e, principalmente a partir dos anos 2000, com uma guinada à esquerda vivenciada na América Latina, houve o fortalecimento do bloco e uma tentativa de inclusão das fronteiras no processo de desenvolvimento nacional, no caso do Brasil.

Destarte, na primeira seção serão discutidos os dados das fronteiras brasileiras, com fonte do IBGE, plataforma “cidades”, comparando com os indicadores nacionais, representado na Tabela I e nos gráficos subsequentes. Ao longo da primeira seção, será realizado um breve apanhado referente às mudanças de políticas públicas para as regiões de fronteira.

Dando continuidade à pesquisa, a segunda seção tem como objetivo debater e apresentar o conceito de paradiplomacia defendido pelos autores, definido como: a interação de governos não-centrais – compreendidos aqui como o conjunto de entidades que extrapolam as estruturas formais do estado na formulação de políticas públicas,

incluindo portanto não apenas o setor público, mas podendo também conter o setor privado, o terceiro setor e sociedade civil – com atores submetidos a jurisdições distintas da sua (provenientes de outro Estado ou economia) com o objetivo de promover questões diversas de forma a mediar realidades distintas convergentes ou não. Além disso, também é abordada a aplicabilidade da paradiplomacia em regiões de fronteira. Para tanto, será apresentado um debate entre conceitos a partir de revisão bibliográfica.

Por fim, apresentam-se os estudos de caso sobre o Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF), conformado pelas cidades de Barracão – PR, Bom Jesus do Sul – PR, Dionísio Cerqueira – SC e extraoficialmente pelo município de Bernardo de Irigoyen/Misiones na Argentina; e o Conselho de Desenvolvimento Trinacional, composto por entidades das cidades de Foz do Iguaçu - BR, Ciudad del Este - PY, e Puerto Iguazu - AR, como exemplos de aplicação da paradiplomacia no desenvolvimento regional transfronteiriço. Observado, se, e como, a paradiplomacia pode ser conveniente para essas regiões. Os dados utilizados nesta seção são dos sites oficiais dos processos de cooperação, assim como de revisão bibliográfica sobre o assunto.

FRONTEIRAS BRASILEIRAS, UM PANORAMA GERAL

Conforme a Constituição Federal de 1988, constitui-se como fronteira o limite de 150 km da linha divisória de dois países. Neste contexto, o Brasil apresenta mais de 15 mil quilômetros de fronteira com 10 países, cerca de 30% do território nacional está dentro do limite de fronteira (CDIF, 2012. p.6).

Historicamente a fronteira marca-se como um espaço estratégico para a segurança nacional e, portanto, é severamente protegido. Os governos investem na proteção de suas divisas, é frequente a presença do exército e de outras forças de Estado para demarcar a soberania e proteção do espaço nacional, conforme ilustrado pelo secretário de desenvolvimento Sérgio Castro em 2012 “à região da fronteira, historicamente não [é] tratada na perspectiva da aproximação e integração, mas a partir da concepção da defesa e do isolamento” (CDIF, 2012.p. 13).

Entretanto, após o fim da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, também houve uma queda nos conceitos de separação e militarização das fronteiras, lentamente encaminhou-se um movimento global para a integração regional. Foi assim que, em 1991, surgiu o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em sua criação, o alinhamento do Mercosul foi essencialmente econômico, preservando as bases do neoliberalismo tão presente no contexto latino americano na década de 1990, através do Consenso de Washington. Contudo, o passar dos anos, transformaram o perfil de cooperação no Mercosul, para uma visão mais abrangente, envolvendo fluxo de mercadorias, pessoas, profissionais e inclusive a cooperação educacional. Essa mudança se acentua a partir dos anos 2000, quando concomitantemente, observa-se uma ascensão de governos de esquerda nos países membros, os quais convergem nos objetivos para o bloco, facilitando a integração em contextos mais amplos.

A marginalidade das fronteiras nacionais, no sentido de estar na margem geográfica e também política, coloca as regiões de fronteira em situação vulnerável. Nosso objetivo nesta seção é analisar os indicadores econômicos, de analfabetismo, mortalidade infantil, renda e saúde das cidades de fronteira em comparação com a média nacional. Para tanto, elencamos como limitação de pesquisa as cidades gêmeas, de acordo com a definição do Ministério da Integração na Portaria No - 125, DE 21 DE MARÇO DE 2014⁴⁷.

⁴⁷ Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (BRASIL, 2014, p.45), disponível em: [//pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014). Acesso em 08/10/2020

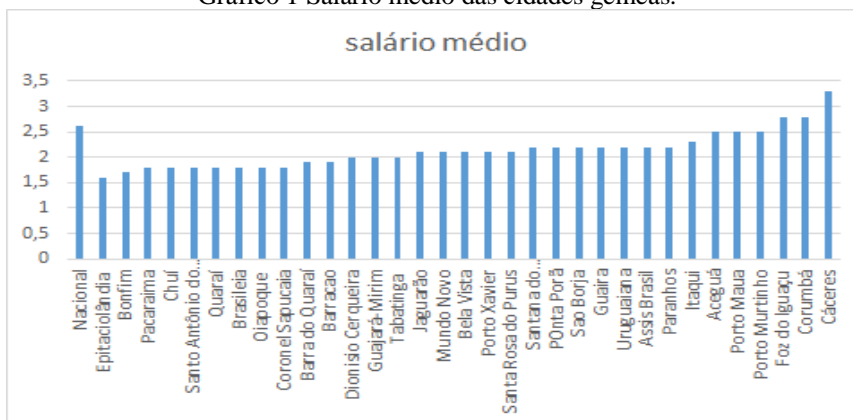
	PIB per capita 2017	IDH 2010	Mortalidade Infantil 2017	Escolarização (6 a 14 anos)	população Estimada em 2020	salário médio 2018 ⁴⁸	Rendimento mensal de até salário mínimo (%) 2018	Esgotamento sanitário adequado do 2010
Nacional	31.833,50	0,726	12,35	99,7	211.755.692	2,63	30	88,29
Bonfim	22.359,75	0,626	31,83	91,9	12.557	1,7	47,7	35,9
Pacaraima	13.880,70	0,650	39,47	93	18.913	1,8	46,5	21,4
Aceguá	55.081,87	0,687	20,41	93,9	4394	2,5	36,3	82,2
Barra do Quaraí	47.852,46	0,662	18,87	97,7	4227	1,9	41,3	66,3
Chuí	37.264,87	0,706	27,73	97,7	6770	1,8	35	83,4
Itaqui	34.314,16	0,713	18,15	98,7	37489	2,3	35,7	68,5
Jaguarão	25.658,02	0,707	24,62	97,1	26500	2,1	32,8	61,9
Porto Xavier	14.556,10	0,723	8,7	99,5	10.194	2,1	35	49,3
Quaraí	18.918,34	0,704	24,69	99,4	22607	1,8	34,6	85,7
Santana do Livramento	31.288,14	0,727	15,47	97,6	76321	2,2	33,9	79,5
Sao Borja	28.405,45	0,736	10,94	97,5	60019	2,2	37	62,2
Uruguaiana	21.633,17	0,744	12,26	97,6	126.866	2,2	35,6	81,2
Dionísio Cerqueira	25.916,36	0,706	9,48	96,6	15.545	2,0	36,3	41,2
Porto Mauá	21.436,67	0,698	55,56	100	2352	2,5	37	54
Barracão	22.298,89	0,706	6,71	95,3	10312	1,9	34,2	52,9
Santo Antônio do Sudoeste	25.160,40	0,671	3,27	96,6	20.261	1,8	36,2	74,4
Foz do Iguaçu	50.9990,89	0,751	12,04	96,4	258248	2,8	33,4	75,3
Guaíra	26.591,39	0,724	14,11	95,9	33310	2,2	33	51
Bela Vista	21.192,63	0,698	20,55	96	24735	2,1	40,6	22,7

⁴⁸ Dado obtido pelo rendimento médio nacional em 2010 (1345) dividido pelo salário da época R\$510,00 fonte:http://prattein.com.br/home/images/stories/Direitos_da_Criana_e_do_Adolescente/resultados_gerais_amostra.pdf

Corumbá	26.107,73	0,700	17,48	94,7	112058	2,8	37,6	19,3
Mundo Novo	25.597,35	0,686	20,34	97	18473	2,1	32,3	1,1
Paranhos	11.524	0,588	21,2	91,6	14404	2,2	46,6	1,4
Ponta Porã	29.484,92	0,701	11,72	96,9	93937	2,2	38,1	22,4
Coronel Sapucaia	12.840,71	0,589	18,29	84	15352	1,8	46	32,2
Porto Murinho	19.037,10	0,666	7,84	94,1	17298	2,5	40,4	84,4
Assis Brasil	13.132,06	0,588	8,03	85,1	7534	2,2	47,1	23,1
Brasiléia	15.663,67	0,614	17,54	90,2	26702	1,8	45	28,4
Epitaciolândia	25.139,04	0,653	10,31	93,7	18696	1,6	42,9	21,4
Santa Rosa do Purus	11.439,99	0,517	25,25	63,8	6717	2,1	48,3	2,5
Cácere	19.896,86	0,708	16,59	97,8	94861	3,3	37,7	59,6
Oiapoque	15.462,09	0,658	25,13	96	27906	1,8	42,5	24,8
Guajará-Mirim	16.955,80	0,657	21,38	93,1	46556	2,0	41,4	20,5
Tabatinga	7.255,96	0,616	22,93	91,2	67182	2,0	48,2	21,6

Fitando os dados disponíveis, identificamos variação expressiva entre as cidades de fronteira em comparação com a média nacional, quando observamos o salário médio, com exceção de Foz do Iguaçu, Cáceres e Corumbá, as demais cidades estão abaixo da média nacional, conforme gráfico 1.

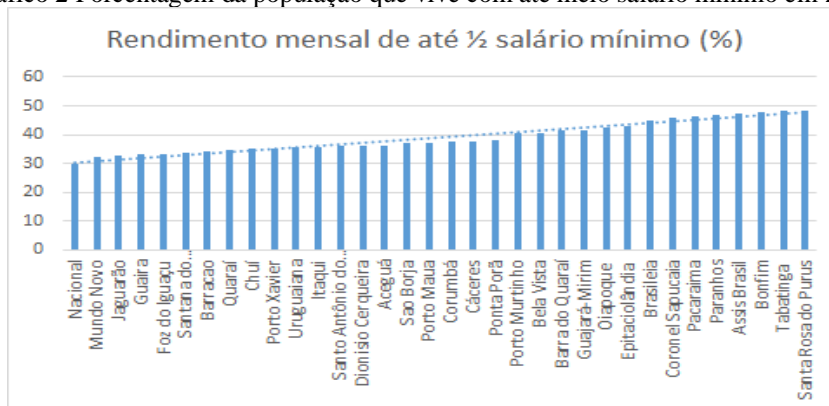
Gráfico 1 Salário médio das cidades gêmeas.



Fonte: Elaboração própria com dados IBGE, 2020.

Entretanto, cabe salientar que este dado por si pode ser um indicador falho, uma vez que a distribuição de renda frequentemente é desigual. Em função disso, trazemos luz ao indicador referente a porcentagem de pessoas que vivem com até meio salário mínimo, neste item todas as cidades gêmeas ficaram acima da média nacional, ou seja, uma grande parcela da população vive em situação de vulnerabilidade, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 Porcentagem da população que vive com até meio salário mínimo em 2010.

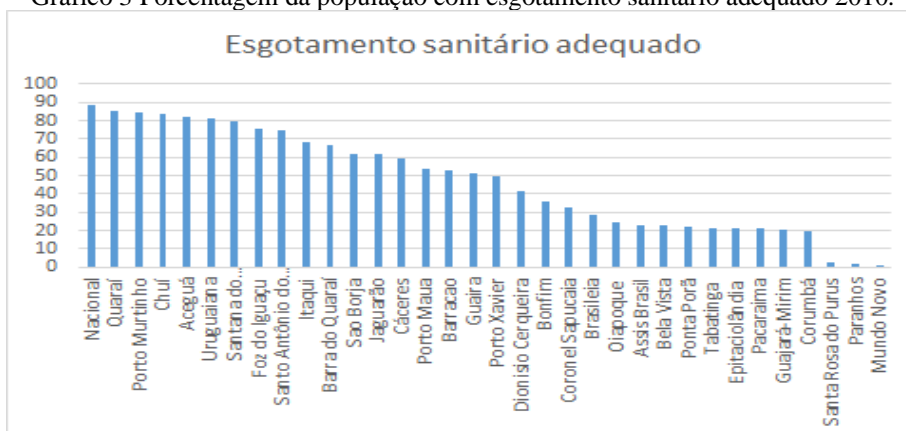


Fonte: Elaboração própria com dados IBGE, 2020.

No tangente a desenvolvimento, um conceito importante de considerar é o de Amartya Sen (2000), ele realiza uma análise crítica do desenvolvimento econômico, alertando para o aumento das desigualdades originados no processo. Do mesmo modo, aponta que desenvolvimento deveria ser o processo de ampliação das liberdades constitutivas dos indivíduos, tais como acesso a saúde, educação, alimentação digna e emprego.

De modo geral, o desenvolvimento amplo, como descrito por Sen (2000), é limitado nos países periféricos, o caso do Brasil está incluído nesta situação, entretanto, quando observamos os dados das cidades de fronteira, é possível notar um processo de desenvolvimento aquém do obtido a nível nacional. Ao focar em alguns fatores essa diferença é alarmante, que é o caso do indicador de esgotamento sanitário adequado, todas as cidades estão abaixo da média nacional, e alguns municípios apresentam valores próximo a zero, vejamos o gráfico 3. Ressaltamos a diferença conforme a região, o arco sul possui valores melhores se comparados ao eixo central e norte do país.

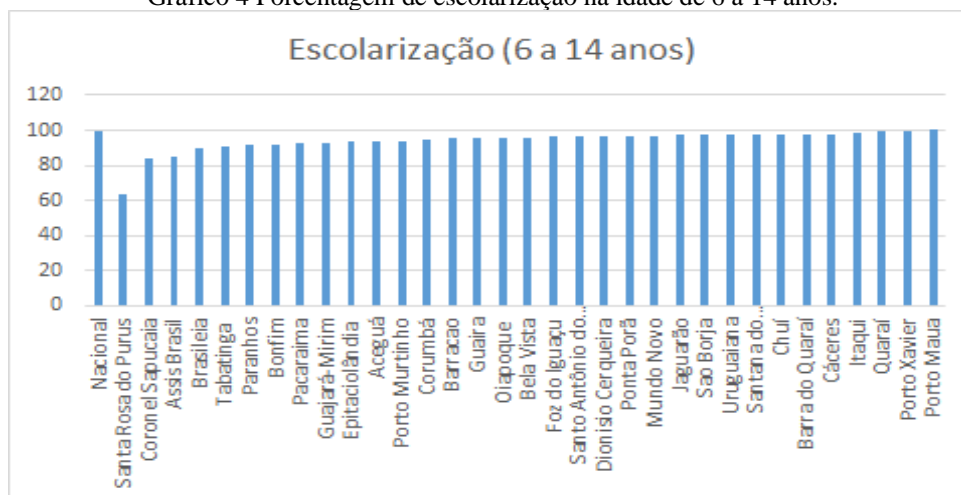
Gráfico 3 Porcentagem da população com esgotamento sanitário adequado 2010.



Fonte: Elaboração própria com dados IBGE, 2020.

No âmbito educacional, apenas a cidade de Porto Mauá, possui indicador de 100% de escolarização na idade de 06 a 14 anos, os outros municípios apresentam valores inferiores à média nacional, ainda que próximos. Assis Brasil (85,1%), Coronel Sapucaia (84%) e Santa Rosa do Purus (63,8%) são os piores índices entre os dados analisados.

Gráfico 4 Porcentagem de escolarização na idade de 6 a 14 anos.



Fonte: Elaboração própria com dados IBGE, 2020.

O índice de mortalidade infantil chama atenção, apesar de haver 11 municípios abaixo do nível nacional, outros 20 municípios estão acima e alguns com números bem elevados, como Porto Mauá, com 55,56 mortes por 1000 nascidos vivos, um contraste com o indicador de educação, onde a cidade atingiu 100% de escolarização.

Gráfico 5 Mortalidade infantil a cada 1000 nascidos vivos.

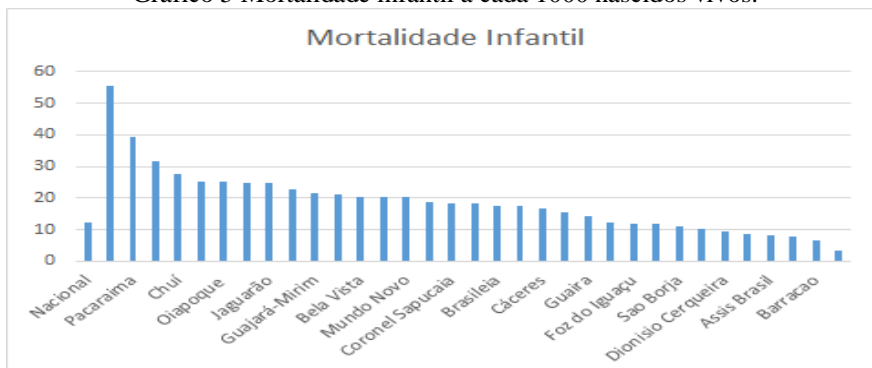
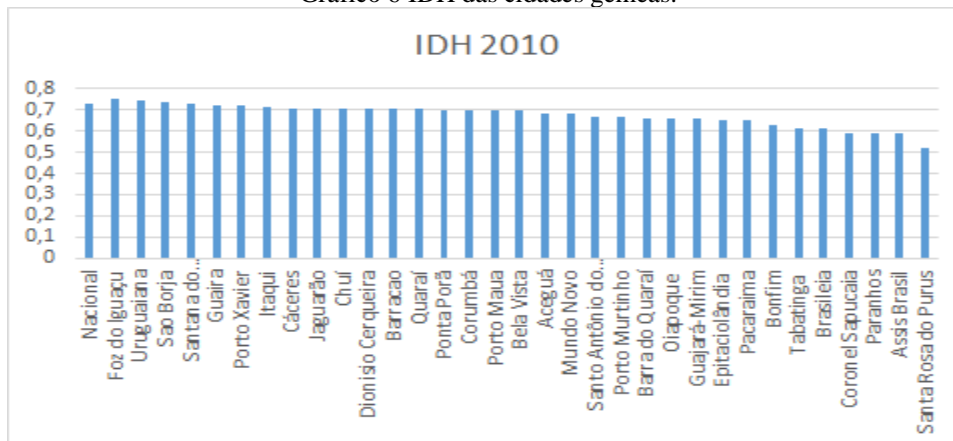


Gráfico 5 Mortalidade infantil a cada 1000 nascidos vivos. Fonte: elaboração própria, com dados IBGE, 2020.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, como reflexo dos outros dados já citados é menor à média nacional na maioria dos municípios pesquisados, Foz do Iguaçu, Uruguaiana, São Borja e Santana do Livramento estão acima da média. Destaca-se quatro municípios com IDH baixo (menor que 600), Coronel Sapucaia, Paranhos, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus.

Gráfico 6 IDH das cidades gêmeas.



Fonte: elaboração própria, com dados IBGE, 2020.

Até aqui identificamos o cenário das cidades gêmeas por meio dos dados socioeconômicos, evidenciamos que, apesar de algumas cidades possuírem IDH ligeiramente superior à média nacional, a maioria dos municípios se encontra abaixo da média. Sobressai o fato de alguns lugares possuírem péssimas condições de saneamento, assim como uma percentagem elevada de pessoas viverem com menos de meio salário

mínimo nestas cidades. Isso indica que o processo de desenvolvimento das regiões de fronteira serem deficitários se comparadas no nível nacional.

Os dados apresentados, confirmam a hipótese levantada no início desta seção, de que as fronteiras ocupam uma posição marginal, tanto geograficamente, como politicamente e no processo de desenvolvimento. As decisões e leis são formuladas a nível central, considerando uma pretensa homogeneidade entre as regiões e aplicadas a todos os estados, sem considerar as particularidades de cada espaço.

Contudo, durante o governo petista no Brasil, houve um espaço de aproximação e de visibilização das fronteiras, o então Ministério da Integração, junto com o MEC, solicitaram estudos ao Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre o panorama de fronteiras. Neste período houve uma série de políticas voltadas para o desenvolvimento da faixa de fronteira, através de órgãos criados como o Programa de desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira (PDFF) organizado pela Comissão permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF).

Camilo Pereira Carneiro Filho e Lisa Belmiro Camara (2019), realizam um estudo com o mapeamento das “Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa”, onde elencam as diferentes estratégias para promover o desenvolvimento destas regiões periféricas. Essa estratégia faz parte, como mencionado brevemente na introdução a essa seção, de uma política de Estado que vislumbrava o fortalecimento da integração regional e de organismos interestaduais e supranacionais como o Mercosul, a partir da interação direta do governo central nas regiões fronteiriças. Entretanto, conforme indicado pelos dados acima, as ações não foram suficientes para promover o desenvolvimento sustentável das fronteiras.

Frente a isso, a hipótese que apresentamos neste estudo, é que outra forma de promover o desenvolvimento destas regiões seja através da paradiplomacia, conceito a ser trabalhado na próxima seção. Deste modo, para finalizar iremos lançar luz à algumas práticas de paradiplomacia em municípios específicos para demonstrar como a cooperação transfronteiriça e a paradiplomacia podem contribuir para o desenvolvimento regional fronteiriço.

PARADIPLOMACIA E FRONTEIRAS

A discussão a respeito da paradiplomacia aparece na academia das relações internacionais durante a década de 1980 a partir das contribuições de Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos. Segundo Aguirre (1999), esses autores, atentos ao aumento do envolvimento de governos não-centrais (GNC), principalmente estados federativos, passam a conceitualizar a inserção internacional desses atores verificando suas relações com a atuação dos governos centrais.

Nesse momento, o conceito de paradiplomacia, ainda em fase de formulação, conjuntamente com outros conceitos similares, tais como protodiplomacia e microdiplomacia, aparecia atrelado à projeção de regiões transfronteiriças que, por serem geograficamente contíguas, passaram a interagir de forma conjunta e intencional no plano internacional a fim de se fortalecerem (Aguirre, 1999). Nesse sentido, é importante destacar que o conceito, facilmente associado a uma ideia de diplomacia paralela a um único Estado, podendo ainda ser interpretado como uma diplomacia acessória a diplomacia central, surge mais atrelado às intenções de cooperativismo transfronteiriço não-institucionalizado, do que como projeção de atores sub-nacionais ou sub-estatais individualmente.

Além dessas constatações, é importante dizer que o conceito vai sendo delineado de forma a oferecer uma alternativa a ideia de protodiplomacia também desenvolvida por Duchacek e Soldatos (1990 apud. Aguirre, 1999) a qual se referiria ao posicionamento de regiões subnacionais, podendo ser transfronteiriças ou não, almejando estabelecer-se como região soberana. Dessa forma, a paradiplomacia, ao contrário, representaria para esses autores o contato direto de governos não-centrais com suas contrapartes também não-centrais nas mais diversas áreas a fim de, assim como na diplomacia “formal”, estabelecer negociações e implementar acordos mútuos.

Ainda nessa época, década de 1980, outro autor que se dedicou ao tema foi James Der Derian (1987). O teórico desenvolve sua análise a respeito das práticas paradiplomáticas por meio da compreensão histórica do que a diplomacia (central, formal) representou desde o início das Relações Internacionais: um processo de

mediação de unidades-estatais afastadas por um contexto internacional hobbesiano⁴⁹ (AGUIRRE, 1999).

A partir disso, compreendendo a atividade diplomática como uma mediação entre realidades mutuamente estranhas em alguma medida, para o autor a paradiplomacia poderia significar “qualquer tipo de atividade internacional não governamental de atores não-estatais [...] que poderiam ser amplamente rotulados de “diplomáticos” porque realmente operam, [...], uma “mediação” entre realidades mutuamente “estranhas” ou “alienadas”. (AGUIRRE, 1999, p.196-197). Para Derian, (apud. AGUIRRE, 1999 a etimologia do conceito revela a prática paradiplomática como uma atividade lateral à diplomacia do governo central, “é uma ‘diplomacia’ politicamente ‘excêntrica’, democraticamente não controlada, privada ou corporativa, religiosa ou mediática, estritamente não governamental” (AGUIRRE, 1999, p. 195)

Em contraposição, Noé Conargo (1999), propõe uma definição mais restritiva quanto ao ator preponderante da atuação paradiplomática. Para o autor a paradiplomacia se refere diretamente ao envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais:

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos permanentes ou ad hoc com entidades estrangeiras, públicos ou privados, com o objetivo de promover questões socioeconômicas ou culturais, bem como qualquer outra dimensão estrangeira das suas competências constitucionais. (CONARGO, 1999 In KEATING; ALDECOA, 1999, tradução nossa).

Desse modo, observa-se que, embora o conceito de Conargo seja amplamente utilizado, não há consenso sobre a participação governamental ser determinante para caracterizar a atuação paradiplomática. Contudo, verifica-se na literatura sobre o tema a existência de autores que defendem uma visão ampliada de governo, o que pode solucionar essa questão.

⁴⁹ Perspectiva tradicional das teorias Realistas de Relações Internacionais que argumentava que os Estados interagiam em um sistema anárquico composto por atores soberanos (os Estados) em um estado de guerra de todos contra todos.

Michael Keating (2001) compreende o conceito de governo como algo a “mais do que as estruturas formais do Estado” (KEATING, 2001, p.9, tradução nossa). Para ele o governo já incluiu o setor privado e a sociedade civil, atuando em vários níveis territoriais de ação, dispensando dessa forma o conceito de governança, normalmente utilizado para se referir a sistemas de formulação de políticas que vão além do Estado (KEATING, 2001).

Nessa medida, a visão de governo defendida por Keating, corrobora tanto à definição de paradiplomacia defendida por Conargo, que tem como centralidade o envolvimento de um governo não-central nas relações internacionais, quanto à definição de Der Derian, que trata da pluralidade de entidades que podem se envolver com a paradiplomacia. Além do que, para Keating “A paradiplomacia também se caracteriza por um alto grau de envolvimento da sociedade civil e do setor privado. Isso varia de acordo com fatores políticos e institucionais”. (KEATING; ALDECOA; 1999, p. 9, tradução nossa).

Diante disso, outro complemento à definição de paradiplomacia que se pretende defender neste estudo é a visão de Brian Hocking (1993 apud. AGUIRRE, 1999) sobre o assunto. Sua principal contribuição para nossa argumentação diz respeito à relevância do contexto histórico e político de cada local para a constituição de suas práticas paradiplomáticas.

Para o autor, a paradiplomacia é um neologismo dispensável pois representa nada mais que uma dimensão doméstica de um fenômeno tradicional da política internacional (a diplomacia), que vem ocorrendo de forma descentralizada em decorrência dos processos de globalização que torna cada vez mais complexas as relações internacionais (HOCKING, 1993 apud. AGUIRRE, 1999). E é justamente devido a esta visão - de que as relações internacionais, cada vez perpassam mais pelas localidades e não apenas pelo governo central, representante do Estado – que o autor defende que as formas de atuação internacional de cada localidade são heterogêneas entre si, pois estão imbricadas em uma rede de interações multinível, na qual questões domésticas e internacionais se comunicam e variam conforme os contextos em que cada região está inserida. (AGUIRRE, 1999).

Os Governos Não-centrais estão localizados em um meio diplomático complexo que não reconhece os territórios exclusivos do doméstico e do internacional, mas combina os dois de várias maneiras a pedido de uma gama de forças localizadas em diferentes níveis políticos. Aqui, a diplomacia internacional não é considerada um processo segmentado presidido por guardiões indiscutíveis, mas como uma teia de interações com um elenco variável de jogadores que irão interagir de maneiras diferentes dependendo da questão, de seus interesses e da capacidade de atuar em um ambiente político multinível. (HOCKING, 1993, p. 36 apud AGUIRRE, 1999, p. 200, tradução nossa).

Para o autor, nesse ambiente complexo da política internacional multinível, a atuação internacional dos governos não-centrais (GNC) não tem que ser analisada a partir de suas relações com os governos centrais, como inicialmente Duchacek (1986 apud. AGUIRRE, 1999) e Soldatos (1990 apud. AGUIRRE, 1999) trataram o tema. Para Hocking (apud. AGUIRRE, 1999) as atividades internacionais dos GNC devem ser estudadas a partir de suas próprias posições. “No quadro abrangente da diplomacia ‘multicamadas’ ou ‘catalítica’ de Hocking, os GNCs são na verdade ‘atores’ totalmente internacionais, tão complexos e ‘plurais’ quanto o ‘Estado’ a que pertencem.” (AGUIRRE, 1999, p. 201, tradução nossa).

Nesses termos, em resumo, a interpretação de paradiplomacia utilizada neste estudo é: a interação de governos não-centrais – compreendidos aqui como o conjunto de entidades que extrapolam as estruturas formais do estado na formulação de políticas públicas, incluindo portanto não apenas o setor público, mas podendo também conter o setor privado, o terceiro setor e sociedade civil – com atores submetidos a jurisdições distintas da sua (provenientes de outro Estado ou economia) com o objetivo de promover questões diversas de forma a mediar realidades distintas convergentes ou não. Dessa forma, damos sequência ao estudo, verificando como a paradiplomacia ocorre nas regiões de fronteira, a fim de verificar seu potencial para o desenvolvimento dessas localidades muitas vezes marginalizadas.

Como viu-se até aqui, as cidades-gêmeas brasileiras, de forma geral, apresentam baixos índices de desenvolvimento em comparação a média nacional. As dificuldades apresentadas no início deste artigo, muitas vezes, são acompanhadas de uma realidade particular às localidades fronteiriças que amplia a quantidade de questões a serem abordadas nessas regiões ao se pensar em desenvolvimento, quando comparadas a outras localidades. Isso inclui, por exemplo, práticas, legais e irregulares, relativas ao

trânsito fronteiriço tais como descaminho de mercadorias, contrabando e a migração cotidiana - de forma regular ou irregular - de pessoas que cruzam os limites internacionais a trabalho, para acessar sistemas de saúde, fazer compras, etc.

Nesse aspecto, é importante destacar que as conurbações urbanas em regiões de fronteira ocorrem justamente pela existência dos limites internacionais. São as diferenças econômicas, cambiais, e culturais entre os países de fronteira que propiciam as trocas e os trânsitos. Se a região de fronteira fosse uma unidade coesa, as interações seriam, provavelmente, menos intensas. Devido a essa intensidade das interações, na maioria das vezes essas localidades são co-dependentes: os trabalhadores de uma cidade, muitas vezes são residentes da cidade vizinha do outro país; o comércio local depende do consumo da população da cidade vizinha; o sistema de saúde de uma cidade atende a população do outro país, etc. Assim, se pensarmos que o associativismo intermunicipal ocorre normalmente entre cidades pequenas no interior dos países, a tendência nessas localidades fronteiriças marginalizadas e co-dependentes é de associar-se para atingir objetivos de forma mais eficiente.

Esse tipo de cooperação, por ser realizada entre cidades de países diferentes (logo com legislações distintas) e em zona de fronteira, é chamada de cooperação descentralizada⁵⁰ tranfronteiriça (ODDONE, 2008; SAUSI; ODDONE, 2010). É importante comentar esse conceito porque a cooperação e paradiplomacia, apesar de caminharem juntas nesses casos, não são a mesma coisa. O que acontece é que, para que haja cooperação internacional local, é essencial que cada localidade haja de forma paradiplomática, ou seja, buscando se projetar internacionalmente (mesmo que a nível local) a fim de mediar interesses ou conflitos a serem sanados com as demais localidades.

Além disso, a paradiplomacia aparece como ferramenta essencial para o desenvolvimento de políticas comuns nas regiões de fronteira porque, devido a diversos fatores, a institucionalização de processos de cooperação local nem sempre ocorre. Assim, por ser caracteristicamente adaptável, relacional e majoritariamente informal -

⁵⁰ O fato de ser descentralizada remete a atuação direta de entes não-centrais, tais como municípios ou estados. Nesse sentido, cidades que não estão na fronteira podem fazer parte de projetos de cooperação descentralizada. Já quanto a cooperação tranfronteiriça, ela pode ocorrer a partir do governo central, como de instâncias locais. Dessa forma, projetos de cooperação descentralizada e tranfronteiriça são exclusividade de localidades subnacionais fronteiriças.

haja vista que não há regulamentação prevista no Direito Internacional Público e não há consenso entre as legislações dos países sobre a atuação internacional das unidades subnacionais (SAUSI; ODDONE, 2010) a paradiplomacia figura como uma opção para superar os obstáculos referentes ao desenvolvimento de regiões fronteiriças que os governos centrais não logram superar.

Como citado no início do artigo, a partir da criação do Mercosul e de seus avanços ao longo da primeira década do século XXI houveram iniciativas que visaram o desenvolvimento e integração das regiões fronteiriças. A esse respeito, Sausi e Oddone (2010), destacam a criação do Grupo *Ad Hoc* sobre Integração Fronteiriça (GAHIF) em 2002 e do Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça após 2007. Também, já há mais de três décadas, ocorrem os Comitês de Integração Fronteiriça, que visam aproximações bilaterais entre cidades de fronteira vizinhas dentro do Mercosul (CHIANI, 2019). Além disso, foram institucionalizados pelo Mercosul projetos que visaram fortalecer o protagonismo e a cooperação das cidades e outras unidades subnacionais (estados, províncias e departamentos) tais como o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados e Províncias e o Mercocidades (ODDONE, 2008). Esses espaços podem ser considerados promotores da paradiplomacia e da interação entre os governos subnacionais dentro do processo de integração regional do Mercosul

Contudo, como os dados apresentados na primeira seção revelam, essas iniciativas não foram capazes de superar as adversidades das regiões fronteiriças. Vários fatores podem ser levantados para justificar isso. Porém, nossa principal hipótese é de que só por meio de interação local, condizente com a realidade de cada localidade será possível o desenvolvimento dessas regiões.

CASOS DE SUCESSO EM COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA TRANSFRONTEIRIÇA POR MEIO DA PARADIPLOMACIA

Como visto até aqui, além de deslocados do processo de desenvolvimento nacional, as regiões fronteiriças contam com problemáticas transnacionais comuns e nossa argumentação é de que uma alternativa frente a esses problemas é a utilização da paradiplomacia, por parte dos governos não-centrais, como ferramenta de facilitação para a cooperação regional e internacional respondendo às demandas locais. Nesse

aspecto, elencamos dois exemplos de utilização da paradiplomacia na superação dos obstáculos de cooperação para o desenvolvimento de regiões transfronteiriças: o caso do Consórcio Intermunicipal de Fronteiras e do Conselho de Desenvolvimento Trinacional.

O Consórcio Intermunicipal de Fronteira - CIF, foi constituído em 2009 pelos municípios brasileiros de Barracão – PR, Bom Jesus do Sul – PR, Dionísio Cerqueira – SC e Bernardo de Irigoyen/Misiones na Argentina. O CIF se caracteriza oficialmente como um consórcio público intermunicipal previsto na constituição federal brasileira, tendo, em território brasileiro, personalidade jurídica e documentos normativos definidores de sua estrutura (ANDREATTA, 2016). Nessas condições, apenas os municípios brasileiros listados anteriormente constam oficialmente no consórcio a cidade argentina, ainda que participe ativamente das discussões no contexto do CIF, não o integra efetivamente. Isso se dá em função da inexistência de mecanismos legais, tanto no Brasil como na Argentina, que permitam a inclusão de municípios estrangeiros em consórcios nacionais.

Dessa forma, a solução encontrada pela região foi o estabelecimento do consórcio oficialmente em apenas um lado da fronteira, mas com a inclusão paradiplomática da cidade argentina nas agendas do CIF. Nessa localidade, a separação entre os dois países se dá por uma linha imaginária que divide uma rua, que hora é Brasil e logo Argentina. Assim, pensar o desenvolvimento apenas de um lado do limite internacional é praticamente impossível.

Não obstante a incompleta formalização da cooperação internacional, ela tem mostrado bons resultados e pretensos objetivos nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento regional, turismo, infraestrutura, entre outras. Um artigo publicado em 2016, intitulado “A contribuição dos consórcios públicos intermunicipais para o desenvolvimento regional transfronteiriço: atuação do Consórcio Intermunicipal da Fronteira” (Henrichs; Silva; Meza, 2016) aponta as principais ações planejadas e executadas pelo CIF até 2013, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Ações planejadas e executadas pelo CIF.

Ação	Resultado	Situação
Planejamento e desenvolvimento regional		
Lançamento do Programa Líder (SEBRAE)	Mobilizar, integrar e capacitar lideranças para elaboração de um plano conjunto para o desenvolvimento regional.	Realizada (2009)
Proposta Caminhos da Fronteira	Promover o desenvolvimento sustentável integrado dos municípios da região de fronteira a partir de quatro eixos estratégicos: educação, turismo, agroecologia e produtos locais.	Realizada (2009)
EXPOCIF	Foco na divulgação do comércio, indústria, turismo, agropecuária, produtos locais, esportes, lazer e cultura.	Realizada anualmente
Infraestrutura para o desenvolvimento econômico		
Nova aduana integrada de cargas Brasil/Argentina	Ampliação da capacidade de operacionalização do comércio transnacional.	Realizada (2014)
Definir o traçado da Ferrovia da Integração Dionísio Cerqueira-Itajaí	Escoamento da produção de bens da região de fronteira até o porto e vice-versa.	Planejada (em 2015 iniciou a fase de elaboração do projeto)
Ferrovia entre Bernardo de Irigoyen e Posadas	Escoamento de bens da região da fronteira até a capital da Província de Misiones (Arg.).	Planejada
Construção da Ruta 14 entre Bernardo de Irigoyen e San Pedro Seco.	Ligação do centro da Argentina até a fronteira, facilitando o transporte de cargas pelo Porto Seco.	Em execução (início 2010)
Instrumentalização do aeroporto de Dionísio Cerqueira	Operacionalizar voos comerciais e de cargas no aeroporto de Dionísio Cerqueira.	Planejada
Turismo		
Parque Turístico Integração	Urbanismo e meio ambiente	
Construção e atendimento ao Projeto de urbanismo integrado	Melhoramento das vias públicas e identificação transfronteiriça padronizada.	Malha asfáltica executada em 2012. Iluminação e calçadas planejamento para 2016
Implantação de Construção de integrada Brasil/Argentina		
Reforma e ampliação de Dionísio Cerqueira	Coleta seletiva e reciclagem do lixo	Redução de custos e preservação ambiental. Em execução (desde 2011, ação contínua)
Habitação		
Transporte integrado de fronteira	Zerar o déficit habitacional na fronteira.	Construção de 930 populares
Custeio de atendimento hospitalar	Planejada	
Governo Federal e Estadual.		
Educação		
Implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Oferta de ensino superior e profissionalizante gratuito e de qualidade.	Realizada (2015)
Escola bilíngue	Formação de cidadãos bilíngues e interativos social e culturalmente.	Realizada (2009)

Fonte (HENRICHES; SILVA; MEZA, 2016, p. 20-21).

Como se pode observar, os dados da tabela revelam execução de projetos nas áreas de educação, incluindo uma escola bilíngue; saúde, incluindo atendimento hospitalar integrado Paraná/ Santa Catarina/Misiones, promoção da integração regional por meio de feiras dos produtores rurais, dentre outros. Além dos itens descritos nessa tabela, outro estudo sobre o CIF também de 2016 relata a execução do fortalecimento da associação e da cantina de vitivinicultores, bem como da Fábrica do Produtor de Bom Jesus do Sul, indicando o comprometimento do CIF com a questão de emprego e renda da região (ANDREATTA, 2016).

Além do CIF, outro exemplo de utilização da paradiplomacia a favor da cooperação transfronteiriça é o Conselho de Desenvolvimento Trinacional. Composto por entidades privadas e da sociedade civil das cidades de Foz do Iguazu (BR), Puerto Iguazu (AR) e Ciudad del Este (PY), o CODETRI, como é conhecido, foi proposto em

2018 no marco do plano de “Avaliação de Vulnerabilidade e estratégias de adaptação na região trinacional” relativo a construção de resiliência climática a partir da cooperação triangular entre as cidades.

Apesar desse marco oficial, de acordo com Linda Tayen⁵¹, o processo de formação da rede que compõe o atual CODETRI é anterior e teve início a partir de uma ação estimulada pelo SEBRAE, chamada Fronteiras Cooperativas, que visou a aproximação de tomadores de decisão de cidades fronteiras em diversas localidades brasileiras. Contudo, é de fato apenas em 2018 que o CODETRI é proposto, a partir dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento das três cidades (CODEFOZ, CODESPI e CODELESTE).

Os Conselhos de Desenvolvimento municipais são conselhos deliberativos, consultivos e de assessoramento que foram implementados entre 2012 e 2015 pelos respectivos municípios da fronteira conforme legislação municipal de cada cidade. O primeiro deles foi o de Foz do Iguaçu, que por meio da paradiplomacia influenciou a criação dos outros dois conselhos no mesmo modelo. Assim, em 2018, a criação do CODETRI foi pensada a partir da confluência dos três conselhos com a ideia inicial de se criar “[...]Câmaras Trinacionais, onde poderiam ser elaborados planejamentos integrados entre as cidades” (SAKAI; et.al. 2018).

Na ocasião, o CODETRI foi proposto com as mesmas características dos demais conselhos, sendo consultivo e deliberativo. Porém, como ainda não foi institucionalizado, o que é deliberado em Assembleia Trinacional, passa posteriormente pelos Conselhos Municipais.

Exemplo de ação propostas pelo CODETRI é o projeto “#AquiCuidamos” voltado para a educação ambiental integrada sobre resíduos sólidos na região trinacional. Além dele, outras frentes de atuação do Conselho até o momento foram reivindicação de representação no Parlasul; a criação de câmaras técnicas de Turismo e Logística, além da já existente câmara de Meio Ambiente; e a participação em projetos como o Concurso de Experiências Iguassu - realizado em parceria com o projeto Innovact, financiado pela União Europeia. (CIDADES, 2019).

⁵¹ Informação verbal proferida em apresentação realizada no dia 30/09/2020 durante encontro do grupo “Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação Trinacional” (NAPI).

Observando os dois casos apresentados, verifica-se que apesar de ambos fazerem uso da paradiplomacia em seus processos de cooperação e ambos obterem êxitos nesse trâmite há uma divergência crucial que corrobora com o argumento de a paradiplomacia ser um estilo de mediação muito adaptável. No caso do CIF, os principais atores envolvidos são as prefeituras das cidades que se organizaram em torno de uma entidade institucionalizada e de forma paradiplomática agregaram o município argentino. Porém no caso do CODETRI, os atores da cooperação são os Conselhos de Desenvolvimento, compostos pela sociedade civil (majoritariamente entidades privadas e do terceiro setor) organizados em uma entidade não institucionalizada, porém ainda assim deliberativa e operante por sua ordinaryidade e intenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo visamos apresentar o cenário de baixo desenvolvimento no qual se inserem as cidades-gêmeas de fronteira brasileiras e debater a paradiplomacia como uma ferramenta viável para a promoção de cooperação transfronteiriça visando o desenvolvimento dessas regiões marginalizadas. Na primeira seção evidenciamos os baixos índices de desenvolvimento dessas localidades em comparação à média nacional e pudemos identificar déficits nas áreas de saneamento básico (esgotamento); escolarização; mortalidade infantil e rendimento mensal. Os dados corroboram à contextualização inicial de marginalidade dessas regiões.

Dessa forma, na segunda seção realizamos o debate conceitual sobre paradiplomacia, pretendendo levantar pontos de convergência entre essa, relativamente, recente prática internacional e a possibilidade de utilizá-la como ferramenta de promoção do desenvolvimento cooperativo em regiões transfronteiriças. Aqui defendemos que a noção de governo sub-nacional deve ser entendida de forma ampla, abrangendo não apenas as estruturas formais do Estado representadas pelos poderes públicos municipais, mas também a sociedade civil. Além disso, identificamos a paradiplomacia como uma atitude de projeção internacional de interesses públicos desses atores sub-nacionais visando a mediação de interesses com outros atores, e localizamos essa prática como um mecanismo facilitador da cooperação internacional.

Por fim, trouxemos dois casos de cooperação transfronteiriça com resultados de desenvolvimento regional transfronteiriço que ocorreram com base na paradiplomacia. De forma a aprofundar a comparação entre os dados apresentados na primeira seção e na última, pode-se dizer que faltam dados quantitativos que nos permitam verificar a efetividade, ou não, da atuação paradiplomática na superação dos obstáculos apresentados. Contudo, as avaliações qualitativas dos casos elencados ao final do estudo apontam para o sucesso na implementação de mudanças em regiões que apostaram na paradiplomacia nas mesmas esferas apresentadas como déficit na primeira parte.

A questão do saneamento básico e meio ambiente tem sido pauta de implementação do projeto “#Aquicuidamos”, e na verdade funcionou como impulso de formação do CODETRI. Com relação à escolarização, o CIF é exemplo de cooperação regional transfronteiriça pela implementação da escola de fronteira bilíngue, assim como na movimentação para instalação de um campus do IFPR, concretizado em 2015. E quanto a questão de renda o CIF também se apresenta com boas práticas ao promover o fortalecimento de cooperativas de produtores locais.

Deste modo, evidenciamos como a paradiplomacia pode ser estratégia importante para promover o desenvolvimento sustentável de cidades fronteiriças independentemente de institucionalização formal desses processos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, I. **Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition.** *Regional & Federal Studies*. Londres, v. 9, n. 1, p. 158-208. fev. 1999.

ALDECOA, F.; KEATING, M. (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments.** Nova Yorke: Taylor & Francis, 1999.

BRASIL. Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Ministério da Integração Nacional (org.). **Relatório II Encontro Anual de Núcleos Regionais de Fronteira.** Tabatinga: Diálogos Setoriais, 2012. 117 p. Disponível em: <http://www.sectordialogues.org/sites/default/files/acoes/documentos/dpir0001__perita_local_-_produto_final.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2020.

CARNEIRO FILHO, C. P.; CAMARA, L. B. **Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa.** *Confins* [Online], 41, 2019, posto online no dia 17 setembro 2019. Disponível em:

<<http://journals.openedition.org/confins/22262>>. DOI: 10.4000/confins.22262. Acesso em: 30 de set. de 2020.

CHIANI, A. M. ¿Qué rol cumplen los Comités de Integración en el proceso de integración regional? In: XVII CONGRESSO INTERNACIONAL DO FOMERCO, 17., 2019, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos**. Foz do Iguaçu: Fórum Universitário Mercosul, 2019. p. 1-11. Disponível em: https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1568766529_ARQUIVO_e16babe4d0a34bd9a9f357bb001401bb.pdf. Acesso em: 07 de out. de 2020.

CIDADES das três fronteiras poderão ter projeto integrado de educação ambiental sobre resíduos sólidos. **CODEFOZ**, Foz do Iguaçu, 11 nov. 2019. Disponível em: <<http://www.codefoz.org.br/2019/11/cidades-das-tres-fronteiras-poderao-ter-projeto-integrado-de-educacao-ambiental-sobre-residuos-solidos/>> Acesso em: 08 de out. de 2020.

CONARGO, N. **Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: dimensions of conflict and cooperation**. *Regional & Federal Studies*. Londres, v. 9, n. 1, p. 40-57. fev. 1999.

DORFMAN, A. **A cultura do contrabando e a fronteira com um lugar de memória**. *Estudios Historicos*, n.º 01, 2009.

HENRICHES, J.; SILVA, C.; MEZA, M. L. A contribuição dos consórcios públicos intermunicipais para o desenvolvimento regional transfronteiriço: atuação do Consórcio Intermunicipal da Fronteira. In: **Informe Gepec**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 8-25, jan./jun. 2016.

KEATING, M. Governing cities and regions: territorial restructuring in a global age. In: SCOTT; A. J. (ed.), **Global City-Regions: Trends, Theory, Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 371-390.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

ODDONE, C. N. **La Red de Mercociudades: Globalización, integración regional y desarrollo local**. Ugarit, 2008.

SAKAI, P.; SAKAI, M.; SCHNEIDER, T.; OBERLING, D. F.; OREGGIONI, F.; LÓPEZ, L.; FRANZINI, A. C.; AQUINO, C.; TISCHNER, A.; CABALLERO, N.; PENAGOS, J. **Vulnerability Assessment and Adaptation Strategies of the Triangle-City Region**. Foz do Iguaçu: The Climate Resilient Cities in Latin America initiative, Climate and Development Knowledge Network (CDKN) and Canada's International Development Research Centre (IDRC), 2017, 238 p.



SAUSI, J L; ODDONE, N. Cooperación e integración transfronteriza en el Mercosur: el caso de la triple frontera argentina-brasil-paraguay. In: GARCIA, J M; PACHECO, A V (org.). **Governanza y Prevención Transversal en la Frontera Norte de México**. Cidade do México: Marisa Pacheco López, 2013. p. 157-204. Disponível em: https://www.casede.org/BibliotecaCasede/GOBERNANZA_PREVENCION_TRANSVERSAL_FRONTERANORTE_MEXICO.pdf#page=158. Acesso em: 30 de set. de 2020.

INSTITUTO POLOIGUASSU: ATOR PARADIPLOMÁTICO DA REGIÃO TRINACIONAL DO IGUASSU

Alfredo Brito Aguiar⁵²

Andressa Szekut⁵³

Pettersson Eduardo S Gherlandi⁵⁴

RESUMO: O Instituto Polo Internacional Iguassu é uma entidade do terceiro setor que desde 1996 atua de diferentes formas na Região Trinacional do Iguassu. O Poloiguassu, como é chamado, nasce a partir da mobilização de empresários dos três países em busca de integração das cidades fronteiriças para o desenvolvimento de forma conjunta. Reflexo do contexto vivido, o instituto objetiva atuar de diferentes formas para o desenvolvimento integrado do turismo na região fronteiriça, o que o aproxima da concepção de paradiplomacia. Assim, a pergunta que conduziu essa pesquisa foi: como se dá a atuação internacional do Poloiguassu? A partir dela objetiva-se levantar e analisar as atividades internacionais do Instituto Polo Iguassu a fim de problematizar teoria e prática da paradiplomacia por parte do instituto. Para a execução deste estudo utilizamos uma abordagem qualitativa cruzando métodos da história oral e do levantamento documental direto e indireto a respeito do histórico de atuação do instituto. Com isso, identificou-se que suas atuações internacionais ao longo dos anos permitem visualizar a complexidade das relações interinstitucionais fronteiriças e nota-se nesse contexto o potencial articulador do instituto. Sendo que, nos primeiros anos teve uma atuação mais de projeção externa e nos últimos anos mais de mediação (a partir da experiência técnica, de captação de recursos e etc), sempre internacional e voltada para o turismo, o que se entende diretamente relacionado ao que se concebe como paradiplomacia.

Palavras-chave: Paradiplomacia; PoloIguassu; trinacional.

INSTITUTE POLO IGUASSU: PARADIPLOMATIC ACTOR IN THE IGUASSU TRINATIONAL REGION

⁵² Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Assistente de Projetos do setor de Gestão de Pesquisas e Inovação do Instituto Polo Internacional Iguassu. E-mail: alfredobaguier@hotmail.com

⁵³ Bolsista de pós-doutorado CAPES no programa de pós-graduação em Sociedade Cultural e Fronteiras – UNIOESTE. Docente do curso de Turismo – UNIOESTE. Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPEL, Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras; Especialista em Gestão e Projetos em Turismo; e Bacharel em Turismo. E-mail: andressaszekut@gmail.com

⁵⁴ Mestrando em Relações Internacionais - Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Assistente de Projetos do setor de Gestão de Pesquisas e Inovação do Instituto Polo Internacional Iguassu. E-mail: gherlandi@gmail.com

ABSTRACT: The Institute Polo Internacional Iguassu is a third sector entity that since 1996 has been operating in different ways in the Iguassu Trinational Region. Poloiguassu, as it is called, is born from the mobilization of entrepreneurs from the three countries in search of integration of border cities for joint development. Reflecting the context experienced, the institute aims to act in different ways for the integrated development of tourism in the border region, which brings it closer to the concept of paradiplomacy. Thus, the question that led this research was: how does Poloiguassu's international performance take place? Based on it, the objective is to survey and analyze the international activities of the Institute Polo Iguassu to problematize theory and practice of paradiplomacy by the institute. For the execution of this study, we used a qualitative approach crossing methods of oral history and direct and indirect documentary survey regarding the history of the institute. With that, it was identified that its international actions over the years allow to visualize the complexity of border interinstitutional relations and in this context, it is noted the potential articulator of the institute. Being that, in the first years it had more of an external projection and in the last years more of mediation (based on technical experience, fundraising and etc.), always international and focused on tourism, which is understood directly related to what is conceived as paradiplomacy.

Keywords: Paradiplomacy; PoloIguassu; trinational.

INTRODUÇÃO

Este estudo parte da experiência de atuação do Instituto Polo Internacional Iguassu (Poloiguassu) na Região Trinacional do Iguassu, entre Brasil, Paraguai e Argentina. Entidade do 3º setor que surge em 1996 por meio da articulação de lideranças do setor turístico da região, o Poloiguassu tem uma trajetória de atuação internacional que remete a sua inicial constituição composta por presidentes advindos dos três países que compõem a região. Identificando suas principais atuações para esta localidade, acreditamos que o instituto possa ser considerado um ator paradiplomático por atuar como mediador e articulador dos interesses coletivos da região, bem como por defendê-los em espaços externos à localidade.

Esse interesse de pesquisa surge de nossa experiência cotidiana que revela que, embora não falem iniciativas e espaços de interação internacional na região, falta sistematização de informações sobre esses espaços, bem como sobre quem os compõe, como se dão, quais suas agendas, objetivos e resultados. Pensando nisso, nos propusemos a identificar esses aspectos partindo inicialmente de um dos atores internacionais da região, o Poloiguassu.

A escolha deveu-se ao fato de os autores deste estudo fazerem parte da instituição como colaboradores ou prestadores de serviço. Além do que, atuando na região desde 1996, o instituto completará vinte e cinco (25) anos em 2021 e, apesar de contar com amplo arquivo, ainda não possuía um levantamento sistemático e contextualizado de suas ações, possuindo apenas um mini-currículo institucional.

Partindo desse recorte, a pergunta que passou a conduzir nossa pesquisa foi: como se dá a atuação internacional do Polo Iguassu? A partir dela delimitamos nosso objetivo como sendo: levantar e analisar as atividades internacionais do Instituto Polo Iguassu a fim de problematizar teoria e prática da paradiplomacia por parte do instituto. O conceito de paradiplomacia aparece aqui devido a capacidade que tal concepção tem em descrever determinadas atividades características da Região Trinacional do Iguassu, principalmente no que diz respeito às relações internacionais e a projeção internacional da região, bem como sobre a participação de atores não-estatais nesse processo.

Dito isso, para a execução deste estudo utilizamos uma abordagem qualitativa cruzando métodos da história oral e do levantamento documental direto e indireto a respeito do histórico de atuação do instituto. Fizemos essa opção visando preencher lacunas ora não registradas na documentação, ora não acessadas pela memória da entrevistada.

Para o levantamento bibliográfico, inicialmente foi feita uma pesquisa com a palavras “Poloiguassu”; “Polo Iguassu” e “Polo Internacional Iguassu” na plataforma *Google Acadêmico*. Esgotadas as fontes desse buscador, realizou-se a mesma pesquisa nos repositórios institucionais da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) e da Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE). Posteriormente ainda serviram como fonte de busca dos mesmos termos os anais dos Festivais Internacionais de Turismo (FIT - Festival das Cataratas). Ao longo da pesquisa, após realização da entrevista, também foram feitas buscas no *Google* relativas aos projetos e pessoas mencionadas pela entrevistada.

Quanto ao levantamento documental, a principal fonte de informações foi o site do instituto (poloiguassu.org), bem como o servidor online e o arquivo físico da instituição. Tanto o servidor quanto o arquivo são privados, porém como os autores do estudo são também funcionários da instituição tiveram acesso autorizado para a pesquisa. O método de coleta das informações foi causalístico: realizou-se um

levantamento geral dos projetos executados ao longo dos anos a partir de um documento de referência chamado “mini-currículo institucional” e da seção “nossa história” no site do instituto. Nesse sentido, a pesquisa no servidor e nos arquivos físicos serviram para verificação de possíveis projetos ou iniciativas que pudessem não ter sido informadas nos documentos de referência, bem como para certificação das informações constantes naqueles arquivos e na entrevista.

Por fim, quanto à entrevista realizada, a escolha da entrevistada se deu pela facilidade de contato com a mesma e pela identificação dela como uma primeira ponta para a rede de contatos que se pretende entrevistar a fim de, posteriormente, aprofundar a pesquisa. Além disso, à frente da instituição há 10 anos (primeiramente como presidente e atualmente como coordenadora geral) e colaboradora do instituto há 14 anos, a escolhida é a pessoa que esteve há mais tempo atuando na entidade. Sabíamos dessa informação por conhecê-la pessoalmente e por conta dos registros arquivados. Dessa forma, apesar da vontade em entrevistar outros atores, como os sócios-fundadores do instituto e outros associados, acreditamos que ela seria a melhor opção diante do tempo para execução do estudo.

Quanto a análise dos resultados, buscamos realizar uma descrição qualitativa dos projetos levantados, identificando a área de inserção do projeto, principais atores envolvidos e contexto de execução. Dessa forma, pudemos compor o cenário de atuação do Poloiguassu identificando parte de sua rede de trabalho, seus principais temas de interesse, e qual papel assumiu em cada ação (gestão técnica, articulação política-institucional, ambos etc.).

PARADIPLOMACIA NA TEORIA

Também referida como Diplomacia Descentralizada (Keating, 2001), Pós-diplomacia (Aguirre, 1999) ou Diplomacia Multinível (Hocking, 1993 apud. Aguirre, 1999), a paradiplomacia é um conceito em discussão que ganha cada vez mais espaço na academia das relações internacionais. Suas origens remetem a década de 1980 no contexto de ampliação da participação de entes federados no cenário internacional. Naquele primeiro momento, o conceito serviu para abordar a projeção de regiões

transfronteiriças que se articularam a partir dos governos não-centrais (GNCs) locais para lançarem-se no plano internacional (Aguirre, 1999).

Foram Duchacek e Soldatos (apud. Aguirre, 1999) os primeiros a se preocuparem com as interações desses novos atores com seus respectivos governos centrais, até então detentores exclusivos das atividades diplomáticas. Nesse cenário, o conceito de paradiplomacia se definiria pelo contato direto de GNCs com seus referentes nas mais diversas áreas a fim de estabelecer acordos mútuos, sem necessariamente passar pelo crivo dos governos centrais.

A partir dessa visão, observa-se que a paradiplomacia surge fortemente atrelada às intenções de cooperativismo transfronteiriço, configurada por interações locais (entre as localidades fronteiriças) e projeção conjunta da região para o exterior. A partir dessas primeiras definições, procurando compreender o que essa nova forma de inserção internacional representaria (para além de suas articulações com os governos centrais) Der Derian (apud. Aguirre, 2001) é outro autor que contribui para a definição do termo.

Para o autor (apud. Aguirre, 2001) a paradiplomacia poderia significar “qualquer tipo de atividade internacional não governamental [incluindo] de atores não-estatais [...] que poderiam ser [...] rotulados de ‘diplomáticos’ porque realmente operam, [...], uma ‘mediação’ entre realidades mutuamente ‘estranhas’ ou ‘alienadas’”. (AGUIRRE, 1999, p.196-197). Segundo essa lógica, por ser uma atividade diretamente relacionada com a diplomacia, a paradiplomacia representaria, tal qual sua antecessora, sobretudo um processo de mediação.

Ocorre que a Diplomacia estatal surge com o advento da modernidade europeia no contexto de formação dos primeiros Estados-nação, e se perpetua como uma tradição mantida até hoje. Todos os Estados possuem seus representantes diplomáticos, normalmente vinculados ao governo central. No Brasil, por exemplo, a diplomacia está vinculada a um ministério, que como sabemos está diretamente vinculado à Presidência da República.

Porém, o processo de globalização a partir da década de 1980 impõe novas lógicas às relações internacionais. Dentre elas, as cidades e regiões passam a ganhar muito mais peso no plano internacional. E, sendo assim, continuar atribuindo exclusivamente ao governo central o poder de realizar mediações com realidades distintas passa a fazer menos sentido.

Dessa forma, quando Der Derian (apud. Aguirre, 2001) diz que qualquer atividade internacional que opere mediações entre realidades distintas seria paradiplomacia, é porque para o autor, verificando a etimologia do conceito diplomacia e sua trajetória até tornar-se paradiplomacia, não faria sentido seguir restringindo esse processo as estruturas formais do Estado. A esse respeito, o autor completa: “[a paradiplomacia] é uma 'diplomacia' politicamente 'excêntrica', democraticamente não controlada, privada ou corporativa, religiosa ou mediática, estritamente não governamental” (AGUIRRE, 1999, p. 195).

Como se pode observar, nessa perspectiva, a centralidade do conceito não está no ator, mas sim no ato de se promover mediações. Contudo, tal interpretação incorre na possibilidade de se compreender qualquer tipo de negociação internacional como uma atividade paradiplomática, o que seria problemático, afinal, quando duas multinacionais estão mediando interesses para o desenvolvimento de um produto, isso também seria paradiplomacia? Certamente não.

Nesse caso, é a definição de Noé Conargo (1999), com toques críticos de Michael Keating (2001), que nos ajuda a melhor conceitualizar a paradiplomacia. Segundo Conargo:

A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governos não centrais nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos permanentes ou ad hoc com entidades estrangeiras, públicos ou privados, com o objetivo de promover questões socioeconômicas ou culturais, bem como qualquer outra dimensão estrangeira das suas competências constitucionais. (CONARGO, 1999 In KEATING; ALDECOA, 1999, tradução nossa).

Fica evidente que para o autor, diferentemente do que para Der Derian, é importante sim definir o agente paradiplomático. Em sua visão essa posição seria ocupada pelos GNCs. Além disso, também entram na definição: os meios pelos quais se exerce a paradiplomacia, bem como as contrapartes e os objetivos. Nota-se que, também se diferenciando de Duchacek e Soldatos, Conargo identifica possibilidade de interação com atores diversos, não apenas GNCs. Ainda assim, a presença de ao menos um GNC na interação seria indispensável para caracterizar a paradiplomacia como tal. Por fim, verifica-se que os objetivos são amplos e precisam apenas respeitar as competências constitucionais dos GNCs.

O problema dessa definição, em nossa opinião, é que, ao definir os GNCs como os agentes a priori da paradiplomacia, ela pode desconsiderar os demais atores que compõem o governo de determinada localidade, tais como a sociedade civil, o setor privado e o terceiro setor, podendo dar a entender que o exercício da paradiplomacia seria exclusividade da administração pública. Assim, para evitar maiores transformações no que tange o conceito, concordamos com Keating (2001) ao dizer que é preciso compreender o governo como algo que vai além das estruturas do Estado.

O autor entende, desse modo, que conceitos como o de governança não deveriam ter um espaço distinto, já que a concepção de governo em si deve abarcar os demais setores nas tomadas de decisão. Complementando essa argumentação Keating e Aldecoa (1999, p. 9, tradução nossa) continuam: “A paradiplomacia [...] se caracteriza por um alto grau de envolvimento da sociedade civil e do setor privado. Isso varia de acordo com fatores políticos e institucionais”.

Nesses termos, acrescentamos ainda uma perspectiva própria com base nessas leituras de que, mais do que entender o governo local como um conjunto de atores, a partir da realidade que nos cerca na Região Trinacional do Iguassu, é necessário compreender que diferentes entidades da sociedade civil atuam de forma diplomática quando representam interesses públicos ou coletivos da localidade em âmbito internacional. Para corroborar essa perspectiva acreditamos que a contribuição teórica de Brian Hocking (1993 apud. AGUIRRE, 1999) ajuda a incorporar essa perspectiva.

Para esse autor, diferentemente dos anteriores, a própria concepção de paradiplomacia não se faz necessária já que, para ele, o conceito representaria nada mais que uma “domesticação” de um fenômeno tradicionalmente vinculado à política internacional (dos Estados). A partir dessa percepção o autor argumenta que os GNCs, diferentemente dos governos centrais:

[...] estão **localizados em um meio diplomático complexo** que **não reconhece os territórios exclusivos do doméstico e do internacional**, mas combina os dois de várias maneiras a pedido de uma gama de forças localizadas em diferentes níveis políticos. Aqui, a **diplomacia internacional** não é considerada um processo segmentado presidido por guardiões indiscutíveis, mas como **uma teia de interações com um elenco variável de jogadores que irão interagir de maneiras diferentes dependendo da questão**, de seus interesses e da capacidade de atuar em um ambiente político multinível. (HOCKING, 1993, p. 36 apud AGUIRRE, 1999, p. 200, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a paradiplomacia é apresentada de forma menos simplista revelando seu potencial de atuação não apenas em diferentes temas, mas em diferentes esferas e hierarquias de interação. Essa visão é cara para o intuito deste estudo pois destaca a complexidade da atuação paradiplomática bem como sua multiplicidade de aplicação. Além do que, segundo Aguirre (1999) Hockign, ao conceitualizar essa diplomacia multinível, define que os GNCs são na verdade “atores totalmente internacionais, tão complexos e plurais quanto o Estado a que pertencem.” (AGUIRRE, 1999, p. 201, tradução nossa). Sendo assim, o autor contribui para uma visão de que, diante dessa completa capacidade de atuar internacionalmente de forma até mais complexa que os governos centrais, a atuação dos GNCs será sempre heterogênea e condizente com o contexto no qual está inserido (HOCKING apud. AGUIRRE, 1999).

Nessa medida, a partir de uma interpretação combinada entre as diferentes abordagens elencadas até aqui e atentos a realidade a qual se aplica esse estudo, a Região Trinacional do Iguaçu, a interpretação de paradiplomacia utilizada neste artigo é: o envolvimento de entidades - sejam elas públicas, privadas, da sociedade civil ou do terceiro setor -, comprometidas com o interesse público de uma localidade ou região, com atores de jurisdições distintas da sua (provenientes de outro Estado ou economia) ou organizações internacionais, com o objetivo de promover questões diversas de forma a mediar realidades distintas convergentes ou não. Tais mediações podem se dar entre localidades, ou seja, entre as entidades de uma localidade e outra, ou entre localidades e OI's, bem como entre localidades e o governo central de determinados países.

Tendo apresentado tal definição partimos para a apresentação de nosso objeto de estudo: o Instituto Polo Internacional Iguassu. Na próxima seção apresentamos o histórico de atuação da instituição para servir de base para análise final a respeito de como se dá a atuação internacional do instituto.

POLOIGUASSU, O INSTITUTO E SUA ATUAÇÃO

O Instituto Polo Internacional Iguassu (Poloiguassu), de acordo com sua Ata de constituição, foi criado em 09 de julho de 1996, por meio da Comissão de Integração ao Polo Internacional Iguaçu, constituída com a finalidade específica de elaborar o estatuto

para a criação da entidade. É importante salientar que o comerciante Névio Morello Rafagnin começou a mobilizar empresários dos três países e formar grupos de trabalho em 1995. Dessa forma, com a primeira assembleia, Sr. Névio foi intitulado como presidente do instituto com três Vice-presidentes, sendo eles, Gustavo Arralba, representando a Argentina, Faisal Saleh, representando o Brasil e Ramón Alderete, representando o Paraguai. Além disso, foram criadas bases de atuação nos três países, com indicação de responsável para cada base e um Conselho Diretor Trinacional também com representantes de cada país. Este documento, redigido em português e espanhol, institucionaliza uma mobilização entre empresários locais dos três países.

Conforme atas das primeiras reuniões promovidas ainda em 1995, o grupo se mobilizou em torno da necessidade de melhorar a imagem da região fronteiriça, e para isso propuseram a contratação de uma agência para a realização de uma pesquisa de opinião, com fim de ter um diagnóstico sobre as cidades fronteiriças dos três países, e posteriormente desenvolver um planejamento de forma integrada e agir em conjunto para a formação de uma imagem positiva para o Polo Internacional Iguassu. Esta mobilização entre empresários foi impulsionada pela crise sofrida pelo setor na região em meados da década de 1990. “Ao final dos anos 1990, [...] em função da crise econômica no Brasil e da crise política e econômica iniciada na Argentina, abriu-se espaço para a edição de algumas decisões mais voltadas para o campo político na integração regional.” (PENHA; DESIDERÁ NETO, 2017, p.204).

Nesse contexto, também se tem, em 1991, a fundação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção. Esta iniciativa de integração regional da América Latina, surgiu no contexto da redemocratização e reaproximação dos países da região ao final da década de 80. O Tratado de Assunção, instrumento fundacional do MERCOSUL, estabeleceu um modelo de integração profunda, com os objetivos centrais de conformação de um mercado comum - com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos - o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum (MERCOSUL. s.d).

Dessa forma, o mercado do turismo estava em baixa, existia a percepção de interdependência do setor entre as cidades e o cenário apresentava-se favorável para iniciativas de integração, principalmente comercial. Com isso, desde a primeira reunião

de articulação entre os empresários locais menciona-se a aproximação ao MERCOSUL para benefício da região. Por ser uma zona de fronteira de três países membros do MERCOSUL, as cidades representavam um núcleo logístico importante. “Historicamente à criação do MERCOSUL o turismo está na pauta, focalizando a fronteira trinacional como localidade de destinos turísticos de grande destaque no cenário nacional e internacional” (BIANCHIN, 2018, p 13). E em 1997, o bloco reconheceu a atividade turística na região ao criar o recorte: Pólo Turístico Internacional Iguassu, através da Resolução MERCOSUL/GMC. 41/97.

A criação do Polo Turístico está diretamente relacionada com as iniciativas do Poloiguassu, que com a articulação entre os empresários e entidades, oficializaram a criação do instituto e investiram na realização da pesquisa, que deu origem ao 1º Diagnóstico Turístico de infraestrutura industrial, comercial e de serviços da Região Trinacional do Iguassu (1996). Esta formalização do interesse turístico da região compunha as estratégias de mudança de imagem do destino, que entendia-se que era negativa.

A pesquisa sobre o instituto e sua atuação na região ainda está em andamento, então os seus documentos estão em fase de catalogação e fichamento. Contudo, já foi possível identificar que a atuação inicial do instituto foi fortemente política, atuando como articulador para a integração regional e visualizando um “lobby” para fortalecer a imagem da região junto a entidades públicas e privadas. Aspecto que está registrado nos arquivos da instituição e é retratado pela fala de Fernanda Helena Fedrigo quando aborda a atuação político e institucional do Poloiguassu nos seus primeiros anos e complementa sobre as atividades da época:

[...] participar das reuniões especializadas do Mercosul e lutar dentro do Mercosul pra melhorar nossa condição de fronteira. Então, isso que regeu o Polo nos seus primeiros anos de vida, foi a essência do, do porquê que o Polo nasceu. Foi pra isso, melhorar nossas condições aqui na fronteira, de trânsito fronteiriço, de relacionamento e tudo mais. Mas como o Mercosul, né, não é, não existiu, não se consolidou, é, poucas coisas aconteceram. (FEDRIGO, informação verbal, 2020).

Fernanda, como já mencionamos, não fez parte deste momento da instituição. Para aprofundar essas questões o projeto ainda prevê entrevista com os diretores da época. Contudo, mesmo assim, já é possível ter uma referência de como atuava o

instituto nos seus primeiros anos. E retrata-se dessa forma, como suas iniciativas políticas estavam diretamente relacionadas com o MERCOSUL, e com a não consolidação das ações propostas pelo Bloco, o próprio instituto alcança parcialmente seus objetivos iniciais.

Isso pode ser observado pela transformação de atuação percebida tanto nos documentos administrativos como também nos projetos desenvolvidos pelo instituto. Levantou-se até o momento 6 estatutos do Poloiguassu de 2005 até 2019. Nesses documentos é possível identificar as transformações passadas pelo instituto, sendo elas principalmente, de estrutura de funcionamentos, pois a ideia inicial era ter representação nos três países, o que com o tempo foi dissolvido, restando apenas a base de atuação no Brasil; e de forma de atuação, sendo que seus primeiros objetivos posicionava o instituto como uma instituição articuladora e que passou a ser articuladora e executora, ampliando suas perspectivas com a adesão dos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Região Trinacional do Iguassu.

No estatuto de 2005, destaca-se que o Poloiguassu, tinha base operacional no Brasil (Foz do Iguazu) e bases institucionais na Argentina (Puerto Iguazu) e no Paraguai (Ciudad del Este), e caracterizava-se como entidade trinacional, obedecendo às legislações das respectivas localidades de atuação. No artigo primeiro deste Estatuto consta que o Poloiguassu foi:

[...] Criado para apoiar as iniciativas, instituições e movimentos – e a executar ações – orientadas para a integração, estruturação e desenvolvimento: a) regional; b) departamental, estadual e provincial; c) do Mercosul e d) da ALCA; atuará nas áreas científico-tecnológica, cultural, ecológica e do meio ambiente, educacional, esportiva, de desenvolvimento institucional e socioeconômica, sendo regido pelo presente estatuto e pela legislação específica de cada país onde atue. (POLOIGUASSU, 2005).

O que permite perceber que buscava atuar em escala internacional e diretamente relacionada com os Blocos de Integração Regional. A partir das atividades propostas no estatuto, percebe-se que a busca de status de entidade trinacional do Mercosul segue até o estatuto de 2012, quando se tem a principal mudança de objetivo e atuação propostos, e que se segue com poucas alterações até 2019. A partir da entrevista com a Sra. Fernanda (informação verbal, 2020), levantou-se que, por falta de resultado nas

articulações com o Mercosul, o instituto transformou sua atuação. Com isso, desde então o Estatuto trabalha então com o seguinte objetivo⁵⁵:

Artigo 4º - O POLOIGUASSU tem como objetivo atuar por meio de ações integradoras nas áreas de gestão, educação e pesquisa em turismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor, em âmbito nacional e internacional, especialmente na Região Trinacional do Iguassu. (POLOIGUASSU, 2014).

Desde 2012 mantém-se a mesma essência dos primeiros anos do instituto, de apoio e promoção de atividades para o desenvolvimento do turismo na região, articulação interinstitucional internacional, apoio a iniciativas, estímulo a integração, fomento ao desenvolvimento. Mas não se tem mais registro de bases operacionais nos três países e são ampliadas as previsões de atuação social, com projetos culturais, educacionais, com jovens e adolescentes, e promoção de estudos, pesquisas (alguns já incluídos no Estatuto em 2008).

Percebe-se a mudança gradual e contínua da instituição em seus documentos. Dessa forma, pode-se dizer que o Poloiguassu atuou por alguns anos com projetos políticos e institucionais internacionais. As necessidades da região estavam no foco da atuação. Por exemplo, em 1999 realizou o Fórum Comunitário com a implantação do IQVI - Indicadores de Qualidade de Vida do Iguassu, para medição de índice do desenvolvimento humano com posterior encaminhamento às instituições Públicas e Privadas, de recomendações para tratamento e acompanhamento de questões essenciais da comunidade.

Nesse mesmo contexto, em 2001, concebeu o GUIA IGUASSU – Um Destino Turístico Para o Mundo – diagnóstico técnico e científico sobre a região; sugeriu para a região a palavra Trinacional, que apresenta uma região integrada e de desenvolvimento conjunto e harmônico, substituindo Tríplice Fronteira, cujo conceito reforça a ideia de separação e conflito; participou do Comitê Gestor que definiu o modelo do PTI - Parque Tecnológico Itaipu, com o qual firmou parceria para o desenvolvimento conjunto de ações, programas e projetos de interesse e objetivos comuns, focado na Integração Trinacional. Atuações que reforçam sua missão de desenvolvimento regional integrado,

⁵⁵ Texto pouco alterado do Estatuto de 2012 e com nenhuma alteração para o Estatuto de 2019.

e o coloca cada vez mais como instituição parceira para articulação e execução de projetos que visam o benefício da região.

Nesse cenário o Poloiguassu se reestrutura e passa a executar cada vez mais ações técnicas, além das políticas inicialmente idealizadas. Como pode ser exemplificado com a execução em 2003 por parte do instituto do projeto Eirete Eirui – Educação para o Turismo na Região Trinacional, com crianças de 45 escolas públicas, mobilizando 250 educadores e 17 mil alunos do Brasil e Paraguai e Argentina. Este projeto, executado em conjunto com o PTI, e apoio de Itaipu Binacional e outras instituições, mostra a mudança de atuação e ação técnica pelo instituto.

Nesse mesmo sentido, a partir de 2006 o instituto começa a realizar o Projeto Trilha Jovem Iguassu - Turismo e Inclusão Social. O projeto tem como objetivo fomentar oportunidades de trabalho no setor de turismo e áreas afins para jovens que estejam em situação de risco e vulnerabilidade social. Fernanda (informação verbal, 2020), que entrou no Poloiguassu em 2006 para ser educadora base deste projeto, indicou em sua entrevista que ao longo dos anos houveram algumas tentativas de levar o projeto também para a Argentina e o Paraguai, mas que não houve êxito. Dessa forma, este é o primeiro grande projeto executado apenas no Brasil pelo instituto.

A partir do ano de 2012 o Poloiguassu começou a executar, em Foz do Iguaçu, o Programa Integrado de Educação Turística (PIET), com objetivo de promover o processo de educação e inclusão da comunidade na atividade turística. Por meio de oficinas, campanhas publicitárias, produção de material didático, entre outras atividades, mostra o turismo como força da economia e do desenvolvimento da cidade, a importância da hospitalidade e do bem receber aos turistas e buscar fortalecer em aluno e cidadão, o sentimento de pertencimento a cidade.

No que tange o desenvolvimento acadêmico, científico e para entender as dinâmicas da região trinacional, a partir de 2007 realizou, em parceria Fundação Parque Tecnológico Itaipu, três edições do Fórum Internacional de Turismo, com objetivo de promover a produção científica e o debate entre acadêmicos e empresários do turismo, reunindo mais de 1700 profissionais e pesquisadores. No ano de 2008 realizou o projeto Diálogos de Fronteira: Ciclo de Debates e Palestras, em que coordenou 40 eventos e mobilizou 10.000 estudiosos, pesquisadores, empresários e pessoas da sociedade civil.

Demonstrando reconhecimento nacional, em 2009, tornou-se conveniado com o Ministério do Turismo para a qualificação de profissionais do setor turístico de Foz do Iguaçu. O convênio, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços voltados à cultura da hospitalidade, qualificou 94 profissionais e elaborou 235 planos de atividades a serem desenvolvidas no destino. Em 2010, firmou outro convênio com o Ministério do Turismo, para a execução do Projeto de Fortalecimento do Turismo Sustentável e de Base Comunitária, voltado a pequenos produtores rurais e artesãos.

A nível internacional, em 2010, o Poloiguassu foi efetivado como Membro Afiliado da Organização Mundial do Turismo (OMT), esse departamento da OMT reúne empresas e instituições pesquisadoras e educacionais a fim de engajar o diálogo e a troca de informações para a tomada de decisão e promoção do desenvolvimento sustentável do turismo com abrangência mundial (OMT, s/d). Ainda em 2010, o Instituto organizou e coordenou a 1ª reunião dos Membros Afiliados Latino-Americanos da OMT, em que reuniu 10 países para debater sobre temas relevantes no desenvolvimento do turismo na América Latina. Estreitando ainda mais sua relação com a Organização Mundial do Turismo, em 2012 integrou a vice-presidência da organização, compondo a Junta Diretiva – órgão de assessoramento da Secretaria Geral da OMT. Tendo como principal função definir o programa geral de trabalho da OMT junto com outras entidades representantes (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012).

Em 2011, o Poloiguassu implantou o Núcleo de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos para o Turismo no Destino Iguaçu em parceria com o Fundo de Promoção e Desenvolvimento Turístico do Iguaçu. Em 2013 implantou o Núcleo Integrado de Gerenciamento de Projetos (PROFOZ), dando continuidade ao trabalho do Núcleo que havia sido criado em 2011, trabalhado fortemente com a Secretaria Municipal de Turismo e pautado pelos projetos prioritários da Gestão Integrada do Turismo de Foz do Iguaçu. Esse, então, recebeu o Prêmio de “Boas Práticas em Turismo” pelo Ministério do Turismo e Sebrae, considerado uma ferramenta de grande importância para o desenvolvimento turístico de Foz do Iguaçu e região.

Estas são algumas das principais atuações do instituto, as quais utilizamos para exemplificar a transformação e extensão das ações desenvolvidas. Contudo, ressalta-se que estas são ações documentadas por meio de convênios, parcerias, contratos, prêmios, entre outros. Diante disso, percebe-se por meio da entrevista e também dos documentos

levantados, que essas ações são envoltas por uma série de iniciativas e ações paralelas, que não necessariamente são formalizadas, mas que fomentam constantemente o trabalho em prol do desenvolvimento de forma integrada na região.

Por exemplo, em 2013 o Poloiguassu foi parceiro da Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu na construção do projeto para constituição do Observatório de Turismo de Foz do Iguaçu, que foi inserido na Política Municipal de Turismo com aprovação no dia 21 de Outubro de 2014 pelo Projeto de Lei 85/2014, na Seção IV e Art 13 e 14. Como desdobramento, nos anos seguintes foram realizadas inúmeras reuniões entre diferentes instituições das cidades fronteiriças para a constituição de um Observatório de Turismo Trinacional. Ação fomentada pelo Poloiguassu, entre outras coisas, com a assinatura de uma carta de intenções com a Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2016⁵⁶, com apoio de Itaipu Binacional, para aproximar as instituições e permitir que a região fronteiriça integre a rede internacional de observatórios de turismo sustentável. Nos anos seguintes uma série de ações, como pesquisas, formações e inúmeras reuniões foram desenvolvidas em conjunto por entidades dos três países, contudo não se alcançou a institucionalização desse observatório até o momento, mas mesmo assim mantém-se a relação de colaboração.

Este é apenas um exemplo de muitos projetos e negociações que o Poloiguassu acompanhou e estimulou nos últimos anos. O Poloiguassu faz parte do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu (ADETUR), possui envolvimento com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ) e serve como instituição de apoio técnico do Conselho de Desenvolvimento Trinacional - CODETRI (projeto integrador que reúne os conselhos de desenvolvimento das três cidades da fronteira, Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú).

De acordo com Sra. Fernanda (informação verbal, 2020), as relações locais são norteadas pelas necessidades e problemas comuns, mas que carecem de um planejamento de forma estruturada. Então surgem as demandas e as redes trinacionais se

⁵⁶ Matéria sobre a assinatura disponível em: <<https://www.itaipu.gov.py/sala-de-imprensa/noticia/observatorio-de-turismo-da-regiao-de-foz-sera-integrado-rede-da-omt>> Acesso em: 10 de out. de 2020.

mobilizam para solucionar, mas não necessariamente amparadas por uma iniciativa formal, mas sim por diferentes arranjos de cooperação não formais que envolvem iniciativa pública, privada e instituições do terceiro setor.

Nesse sentido, Fernanda aponta o Poloiguassu como pioneiro da articulação para a integração fronteiriça, indicando que as principais fragilidades do instituto são: a falta de força política e econômica necessária para desenvolver as ações previstas como objetivos. Para ela, isso decorre principalmente porque o Mercosul não se efetivou com relação às facilitações de fronteira. Já sobre as forças do instituto, Fernanda Menciona a independência para trabalhar pelo território o conhecimento técnico e o legado trinacional, como instituição de longa e profunda atuação internacional.

O Poloiguassu realiza e apoia iniciativas de instituições e movimentos orientados para a integração, estruturação e desenvolvimento turístico da Região Trinacional do Iguassu. Mas além disso também executa trabalhos técnicos, como avaliação da qualidade de serviços turísticos, e treinamentos focados no setor turístico. Atividades realizadas ao longo dos anos como prestação de serviço, contratos e convênio com diferentes empresas da região, o que reforça sua atuação técnica e fortalece o seu reconhecimento. Por exemplo, desde 2008 faz avaliação da qualidade dos serviços turísticos do Complexo turístico de Itaipu, aplicando metodologias da ABNT e desenvolvendo metodologias específicas para as necessidades locais, a partir de teorias reconhecidas no mercado.

Por sua atuação integrada na região trinacional, o Poloiguassu, traz grande contribuição no levantamento de dados da região, e na produção científica. Utilizado como fonte primária de coleta de informações por pesquisadores da academia (CURY, 2007; CURY, 2008; DE SOUZA, 2010; BIANCHIN, 2017; PACHECO, 2019; KUERTEN et.al, 2013; PDITS, 2011); reconhecido por sua atuação em espaços de governança turística, gestão integrada do turismo e promoção do turismo sustentável (ROSSI, et al. 2014; TOMIO, et. al. 2014; HENZ, et. al, 2016; CORREA, et. al, 2008; ANJOS, et. al. 2012; MELGAREJO, et. al. 2019; MARIO et. al. 2017); pela participação e atuação em eventos de integração turística (VIEIRA et. al. 2014) e pela realização de projetos voltados à educação e inserção social, como o projeto Trilha Jovem Iguassu (CORREA, et. al, 2008; GOMES, 2018).

Caracterizado como incentivador do turismo regional e do empreendedorismo coletivo, como apontam Rossi et. al. (2014) e Tomio et. al. (2014), ressaltando a participação do Poloiguassu na coordenação do projeto Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná, em parceria com o Educare. Ainda, estimula o envolvimento com a comunidade, através de projetos como o Trilha Jovem Iguassu, indicado por Correa et. al. (2008), como boa prática de Política Pública, e segundo Gomes et. al. (2018), o projeto contribui para a dinâmica do mercado de trabalho turístico por meio da qualificação e integração sócio profissional dos jovens com o trade turístico.

Reconhecido como parte da estrutura de gestão do destino de Foz do Iguaçu (FONTANA et. al. 2018), segundo Anjos et. al. (2012), o Polo Iguassu fez parte do processo de reestruturação da Secretaria Municipal de Turismo, em que foi determinada a gestão integrada (caracterizada pela colaboração entre a gestão pública, privada e o terceiro setor). Apontado como uma das principais instituições de turismo do município (MARIO et. al. 2017) e como ator importante no desenvolvimento turístico, Henz et. al. (2016) acentua o instituto como uma das instituições com quem a prefeitura firmou mais convênios em prol da atividade turística até o ano de 2016. Chim-Miki et. al. (2016), ainda demonstra a importância do instituto na rede de cooperação entre os agentes envolvidos no desenvolvimento sustentável do setor turístico na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

Ao longo de sua história, o instituto buscou integrar a região por meio do turismo, realizando projetos voltados à valorização da cultura dos três países, o respeito com os povos e a potencialização dos atrativos turísticos existentes, promovendo um destino turístico trinacional. Hoje, o instituto direciona seu caminho nas áreas de gestão, pesquisa e educação para o turismo, entendendo a importância e a necessidade da geração de conhecimento para o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, também está envolvido com o Concurso de Experiências Iguassu, um projeto de cooperação INNOVACT entre a União Europeia (UE) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) para promover a coesão territorial e o desenvolvimento do turismo sustentável na Tríplice Fronteira Argentina - Brasil - Paraguai. Cujo objetivo é incentivar, valorizar e reconhecer as ofertas e atividades turísticas existentes na região trinacional. O concurso é uma iniciativa dos

atores locais do Destino Iguaçu, realizada pelo Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu (CODEFOZ), pelo Conselho de Desenvolvimento de Ciudad del Este (CODELESTE) e o pelo Conselho de Desenvolvimento de Econômico, Social e Ambiental de Puerto Iguazú (CODESPI), mas executado pelo Poloiguassu.

O Instituto está ligado, desde 2019, à Rede de Destinos Turísticos Inteligentes da *Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de La Innovación y las Tecnologías Turísticas, S.A.M.P* (SEGITTUR). Esta, busca a inovação, a tecnologia e a promoção do desenvolvimento sustentável do setor turístico através da troca de conhecimento entre seus membros (SEGITTUR, s.d). A participação do Poloiguassu em uma atividade sobre Metodología e ferramentas de gestão de Destinos Turísticos Inteligentes organizada pela SEGITTUR - Sociedad Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas, S.A (España), e a AECID - Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, coloca o instituto em mais uma rede internacional de cooperação e intercâmbio promovida para a integração colaboração entre destinos da América Latina e Caribe.

A experiência adquirida em sua trajetória e o reconhecimento da vocação técnica do instituto pelo *trade*, parceiros e comunidade o destacam no cenário local, regional, nacional e internacional. Nessa parte do texto mostramos principalmente aspectos que se relacionam e evidenciam a reflexão proposta como objetivo, contudo o instituto e suas diferentes frentes de atuação pode ser estudado e analisado sob inúmeras perspectivas. Por exemplo, a participação em diferentes redes, de diferentes escalas, como regionais, nacionais e internacionais, em cada uma de suas frentes de atuação, permite outras inúmeras análises sobre governança, educação, atuação do terceiro setor, entre outras.

Dessa forma, retrata-se brevemente como se dá a atuação internacional do Poloiguassu à luz da teoria da paradiplomacia, pois a partir dessa concepção foram levantadas e analisadas as atuações que se consideram pertinentes à discussão. Seus objetivos e atuações internacionais ao longo dos anos permitem visualizar a complexidade das relações interinstitucionais fronteiriças e nota-se nesse contexto o potencial articulador do instituto. Sendo que, a princípio teve uma atuação mais de projeção externa e nos últimos anos mais de mediação (a partir da experiência técnica,

de captação de recursos e etc), sempre internacional e voltada para o turismo, mostra-se diretamente relacionado ao que se entende como paradiplomacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde observar ao longo do trabalho, o Instituto Polo Iguassu surge de uma iniciativa da sociedade civil da Região Trinacional do Iguassu como proposta institucional para fortalecimento da integração local principalmente pautada na atividade turística da região. Naquele momento, meados da década de 1990, o contexto sulamericano estava marcado por agenda neoliberal que visava recompor os países avassalados pelas crises dos anos 1980 (crise da dívida) que ainda reverberavam no continente em forma de crises cambiais severas. Neste cenário, o Mercosul despontava como uma esperança para o desenvolvimento do continente de forma integrada, a partir de perspectivas que incluíam mercados pouco explorados anteriormente, como por exemplo o turismo.

Na região trinacional, esse conjunto de fatores, atrelado ao *boom* do mercado de fronteira liderado pelo comércio de Ciudad del Este (PY), que impulsionou a rede hoteleira do município vizinho, Foz do Iguaçu (BR), bem como a cadeia turística vinculada ao Parque Nacional do Iguaçu - localizado na interseção entre Foz do Iguaçu(BR) e Puerto Iguazu (AR), (BIANCHIN, 2017) propiciou uma mobilização para identificação do potencial turístico da região. E foi a partir da proposta de uma pesquisa que suprisse essa demanda, que surge o Instituto Polo Internacional Iguassu.

Como trabalhado ao longo do estudo - de forma arbitrária, para fins didáticos - pode-se dividir a atuação do instituto em dois grandes momentos: um primeiro momento voltado para a representação da região, visando projetá-la internacionalmente e na articulação da localidade com os governos centrais de cada país; e um segundo momento voltado para a gestão de projetos com necessidade de articulação entre os diferentes países a nível local/regional. É interessante ressaltar que em ambos os momentos houve atuação do instituto em ambas as esferas (local/regional e externa), mas com mais preponderância em um ou outra conforme a fase de atuação.

Dessa forma, de modo a responder a pergunta de pesquisa que visou identificar como se dá a atuação internacional do Instituto Poloiguassu na região fronteira do

Iguaçu, pode-se dizer que atualmente o principal papel do instituto no âmbito internacional é de articulador dos interesses fronteiriços como referência técnica e de gestão de projetos, funcionando como captador e administrador de recursos e tarefas. Exemplos desse papel são: 1) a execução do concurso de experiências do Iguassu, produto de um projeto de cooperação INNOVACT entre a União Europeia (UE) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), realizado pelos Conselhos de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*, mas executado pelo Poloiguassu; 2) a gestão do projeto de pesquisa Triangle Cities, com execução técnica do observatório de Meio Ambiente Moema Vizzer, da Universidade Federal da Integração Latino-americana, com recursos e parceria com a universidade de Leads, mas administrados pelo Poloiguassu; e 3) a coparticipação como gestor técnico do observatório municipal de turismo de Foz do Iguaçu, que embora não seja um observatório de abrangência trinacional, produz publicações com levantamentos de dados trinacionais devido a rede de contato estabelecida pelo Instituto Poloiguassu. Contudo, há de se afirmar que inicialmente sua atuação se deu mais no âmbito da articulação política local e projeção da região enquanto bloco. Exemplos disso são: 1) a normativa de interesse turístico do Mercosul de 1997; e 2) a associação do instituto à Organização Mundial de Turismo.

Por fim, cabe ainda destacar que, independentemente do momento, o que não foi alterado ao longo dos vinte e quatro (24) anos de atuação do instituto é: 1) seu reconhecimento como referência de informações sobre a região, o que fica explícito tanto pelas pesquisas acadêmicas que o citam, como na fala da Fernanda sobre os convites feitos ao instituto para participar das mais diversas instâncias; e 2) sua participação nas redes de cooperação nacionais e internacionais, sendo elas fronteiriças, transfronteiriças, ou não, estando atualmente vinculado ao CODETRI, ao CODEFOZ, ao COMTUR, a ADETUR, a rede Brasileira de Observatórios de Turismo, a Singetur, aos encontros de localidades fronteiriças vinculadas do Mercosul, ao NAPI Trinacional, dentre outros.

Assim, pode-se dizer que o Instituto Polo Internacional Iguassu é um ator paradiplomático da região trinacional do Iguassu tanto a nível local, atuando como articulador técnico na implementação de projetos de interesse comum dos três países,

como no âmbito da projeção externa da região participando ativamente como representante da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, I. **Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition.** *Regional & Federal Studies*. Londres, v. 9, n. 1, p. 158-208. fev. 1999.

BIANCHIN, Aracelli. **O turismo na região trinacional do Iguassu como fator de integração e fragmentação do território da fronteira.** 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5562/BIANCHIN_A._DISSE_RTAO_ICAL_COM_FICHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

BRASIL. Mercosul. **Saiba mais sobre o MERCOSUL.** s.d. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 04 de out. de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Entidade brasileira na vice-presidência da OMT.** 2012. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/ultimas-noticias/1105-entidade-brasileira-na-vice-presidencia-da-omt.html>>. Acesso em: 04 de out. de 2020.

BRASIL. **Plano De Desenvolvimento Integrado Do Turismo Polo Turístico De Foz Do Iguaçu.** Ministério do Turismo. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/PARANA/PDITS_POLO_DE_FOZ_DO_IGUACU.pdf>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

CHIM-MIKI, Adriana Fumi; BATISTA-CANINO, Rosa María; MEDINA-BRITO, Pino. **Coopetición en un destino turístico de frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: el caso Poloiguassu.** *Semestre Económico*, v. 19, n. 40, p. 145-174, 2016.

CONARGO, N. **Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: dimensions of conflict and cooperation.** *Regional & Federal Studies*. Londres, v. 9, n. 1, p. 40-57. fev. 1999.

CORREA, R. A.; GODOY, A. M. G. **Políticas públicas e turismo sustentável em Foz do Iguaçu.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.115, p.149-172, jul./dez. 2008.

CURY, Mauro José Ferreira. **A região do iguassu: centro estratégico da américa do sul, o turismo e o vencer as fronteiras.** 2007 Disponível em: <<https://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/17.-A-REGI%C3%83O-DO-IGUASSU-CENTRO-ESTRAT%C3%89GICO-DA-AM%C3%89RICA-DO-SUL-O-TURISMO-E-O-VENCER-AS-FRONTEIRAS.pdf>>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

CURY, Mauro José Ferreira; DINIZ FILHO, Luis Lopes; FRAGA, Nilson César. **TERRITORIO TRANSFRONTEIRIÇO DO IGUASSU: as redes e o desenvolvimento populacional.** 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/45.pdf>>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

DE FÁTIMA FONTANA, Rosislene; DOS ANJOS, Sara Joana Gadotti; PINTO, Patrícia Susana Lopes Guerrilha Santos. **Gestão Turística: Estrutura de Gestão dos Destinos Algarve-Portugal e Foz do Iguaçu-Brasil/Tourist Management.** Destinations Management Structure in Algarve-Portugal and Foz do Iguaçu-Brazil. *ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade*, v. 10, n. 4, 2018.

DE SOUZA, Edson Belo Clemente. **Estudo da Região de Fronteira do Brasil com o Paraguai: O turismo nas margens do Lago de Itaipu.** 2010. Disponível em: <https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/07/Estudo%20da%20Regiao%20de%20Fronteira%20do%20Brasil%20com%20o%20Paraguai%2000%20turismo%20nas.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2020.

GOMES, E. C.; VALE, J. A. S. **Trilha Jovem Iguassu – Turismo como “porta de entrada” na qualificação profissional de jovens.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Foz do Iguaçu. 2019.

KEATING, M. Governing cities and regions: territorial restructuring in a global age. In: SCOTT; A. J. (ed.), **Global City-Regions: Trends, Theory, Policy.** Oxford: Oxford University Press, p. 371-390. 2001.

KUERTEN, Edinaldo; STOECKL, Karl; NETO, Eduardo Hack. **Investigação sobre a qualidade do serviço de transporte no passeio panorâmico da Itaipu Binacional.** 2013 Disponível em: <<https://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2014/01/7.-INVESTIGA%C3%87%C3%83O-SOBRE-A-QUALIDADE-DO-SERVI%C3%87O-DE-TRANSPORTE-NO-PASSEIO-PANOR%C3%82MICO-DA-ITAIPU-BINACIONAL.pdf>>. Acesso em: 19 de set. de 2020.

MARIO, F. A. de. **Redes de relacionamentos interorganizacionais no processo de internacionalização em casa: um estudo de caso no Recanto Park Hotel.** Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2017

MELGAREJO, J. R. **Elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) de Foz do Iguaçu: balanço de um processo.** International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS). *Revista Internacional Resiliência Ambiental Pesquisa e Ciência*. ISSN 2675-3456 n1. v1. 2019.

OMT. **Membros afiliados.** s/d. Disponível em: <<https://www.unwto.org/affiliate-members>>. Acesso em: 04 de out. de 2020.

Pacheco, A., & PACHECO, C. **A pesquisa qualitativa como ferramenta de desenvolvimento no turismo: Um estudo de caso do Complexo Turístico da Itaipu - 2014 a 2016.** Biental Científica Internacional UNICAN. 2019.

PENHA, W.B; DESIDERÁNETO, A. As regiões de fronteira como laboratório da integração Regional no Mercosul. (org.). Bruna Penha, Walter Antonio Desiderá Neto, Rodrigo Fracalossi de Moraes. In: **O Mercosul e as regiões de fronteira.** Rio de Janeiro: Ipea, p. 258, 2017.

ROSSI, F.; SCHMIDT, C. M.; ALVES, J. K. D.; DREHER, M. T. **Empreendedorismo Coletivo: a Experiência da Região Oeste do Paraná no Contexto do Turismo Sustentável.** Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE). Goiânia. 2014.

SAKAI, P.; SAKAI, M.; SCHNEIDER, T.; OBERLING, D. F.; OREGGIONI, F.; LÓPEZ, L.; FRANZINI, A. C.; AQUINO, C.; TISCHNER, A.; CABALLERO, N.; PENAGOS, J. **Vulnerability Assessment and Adaptation Strategies of the Triangle-City Region.** Foz do Iguaçu: the Climate Resilient Cities in Latin America initiative, Climate and Development Knowledge Network (CDKN) and Canada's International Development Research Centre (IDRC), p. 238, 2017.

SEGITTUR. **Red de Destinos Turísticos Inteligentes en España.** s.d. Disponível em: <<https://www.segittur.es/destinos-turisticos-inteligentes/proyectos-destinos/red-dti/>>. Acesso em: 10 de out. de 2020.

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. **Governança e ações coletivas no turismo regional: a experiência dos empreendedores da região oeste do Paraná.** *Turismo - Visão e Ação*, vol. 16, núm. 3, setembro-dezembro, 2014, pp. 710-739. Universidade do Vale do Itajaí. Camboriú, Brasil.

VIEIRA, I. K. R.; KNUPP, M. E. C. G.; COSTA, M. R. **Gestão integrada e descentralizada: desenvolvimento social e turístico no Destino Iguassu.** Fórum Internacional de Turismo. Foz do Iguaçu. 2014

WALTER, A. L. W.; CORRÊA, Ronaldo de Oliveira. Reflexões sobre a perspectiva da identidade em propostas para o artesanato. In: ESOCITE, 2016, Curitiba - PR. **XI Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia**, 2016.

OS ESTADOS E OS ILEGALISMOS FRONTEIRIÇOS: UM ESTUDO SOBRE A FRONTEIRA DA PAZ

Leticia Almeida Núñez⁵⁷

RESUMO: O presente estudo se insere na temática envolvendo as fronteiras internacionais e suas dinâmicas sociais e tem como objetivo analisar alguns fenômenos no encontro do Brasil com o Uruguai. Buscando investigar alguns cruzamentos entre a gestão dos Estados na fronteira formada pelos municípios de Sant'Ana do Livramento e Rivera por meio das construções foucaultianas de ilegalismos. Para tanto, utilizou-se da observação participante e da pesquisa bibliográfica como principais recursos metodológicos.

Palavras-chave: Fronteira de Sant'Ana do Livramento e Rivera; Ilegalismos; Mercado fronteiro.

THE STATES AND BORDER ILLEGALISMS: A STUDY ON THE PEACE BORDER

ABSTRACT: This study is inserted into the subject that involves international borders and their social dynamics and aims to analyze some phenomena in the encounter of Brazil and Uruguay. Seeking to investigate some intersections between the management of the States on the border formed by the municipalities of Sant'Ana do Livramento and Rivera through Foucault's constructions of illegalism. For that, participant observation and bibliographic research were used as main methodological resources

Keywords: Sant'Ana do Livramento and Rivera's border; Illegalisms; Border trade.

INTRODUÇÃO

Partindo da hipótese de que a presença dos Estados nas fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, por meio dos mecanismos pelos quais eles operam, criam outras fronteiras, o presente artigo busca evidenciar alguns elementos que caracterizam o distanciamento entre a ficção de fronteira, operada pelo Estado, e a confluência de situações assimétricas e heterogêneas da realidade.

São cidades peculiares na sua morfologia, pois convivem com continuidades e discontinuidades entre os países de forma intermitente, uma sensação de trânsito

⁵⁷ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP, com pós-doutorado no PPGEEI/UFRGS. Mestra em Sociologia pela UFRGS e graduada em Direito pela UCPEL. Atualmente é docente e pesquisadora da Universidad de la República del Uruguay e investigadora da Asociación Nacional de Investigación e Innovación del Uruguay/ANII. E-mail: leticia.nunez@cur.edu.uy

permanente por meio de limites que em alguns momentos são rígidos e em outros permeáveis. Entende Albuquerque (2009) que as pequenas localidades de fronteira são geralmente vistas como lugares de passagem, caracterizados pela mobilidade do comércio ilegal, de esperança, de desigualdade e exclusão social. Os limites imprecisos das zonas de fronteira marcam tanto as identidades do indivíduo como as étnicas, nacionais, etc. A ideia de que é o limite e a soberania que determinam uma população se estende à compreensão de que os fluxos e trocas também podem constituir um sentimento de pertencimento nacional.

Acredita-se que as cidades-gêmeas possuem inúmeras potencialidades de análise que as diferenciam de outras fronteiras internacionais, por estabelecerem vínculos transfronteiriços intensos e cotidianos; o compartilhamento do centro urbano; a ausência de ascendência de uma cidade sobre a outra (como é o caso da fronteira México-EUA); e o entrelaçamento - em diferentes níveis - da infraestrutura (estradas, aeroporto, esgotos, saúde, educação, controle de fronteiras).

Com todas essas características, a fronteira viva das cidades de Sant'Ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), apelidada pelos seus habitantes de *Fronteira da Paz*, é o recorte empírico deste trabalho, onde realizou-se observação participante e entrevistas durante seis meses. É um espaço de livre circulação de pessoas, animais e mercadorias onde não existem barreiras físicas, muros, cercas, arames farpados, postos de controle aduaneiro ou algo do gênero sem qualquer menção ao fato de se estar atravessando uma linha divisória.

A FRONTEIRA DA PAZ E OS ILEGALISMOS DE BENS E DE DIREITO

A proposta deste trabalho é analisar as *margens* por meio dos atores sociais, da paisagem da linha divisória e das dinâmicas e sociabilidades deste espaço pós-nacional, investigando as fronteiras entre o que é legal e ilegal entre Sant'Ana do Livramento e Rivera (ALMEIDA, 2016). Nessa fronteira, em muitas ocasiões, não se sabe se está no lado uruguaio ou no brasileiro, tendo em vista que são mais de 100 quilômetros de faixa de fronteira seca entre as duas cidades. Entretanto, há um centro comercial, chamado de *a linha*, que todos sabem onde fica, mesmo sem nunca ter havido uma demarcação material e continuada do limite. É onde está o Prédio da Receita Federal e o da Aduana,

onde começam as ruas principais dos dois municípios: a Rua dos Andradas e a Av. Sarandi. Onde há *free shops*, barracas de camelôs, *trailers* vendendo *panchos*⁵⁸ de um lado e cachorro quente do outro, cambistas, vendedores ambulantes, *quinieleros*⁵⁹ etc. Pode-se trocar dinheiro, comprar drogas, armas e/ou eletrônicos sem descer o carro, em atendimento *drive thru* que funciona dos dois lados dos marcos da fronteira. É o ponto de união entre os dois municípios, onde está o Parque Internacional, espaço que não é nem brasileiro nem uruguaio, possuindo um *ethos* próprio construído a partir do encontro entre os Estados, como pode ser observado na foto abaixo:

Figura 1- Barracas de câmbio e o marco, delimitando os dois lados da fronteira, o Uruguai está a esquerda e o Brasil à direita do marco.



⁵⁸cachorros quentes.

⁵⁹Equivale ao jogo do bicho brasileiro.

Fontes: <http://santana-do-livramento.blogspot.com.br/2010/10/os-cambistas.html> e Marquette (2009).

Nessa paisagem, a separação e a defesa de território não fazem sentido, tendo em vista que as pessoas circulam livremente entre os dois países, vivendo na e da fronteira com o apoio do Estado, que regulariza situações irregulares de vendedores ambulantes e articula melhorias nos espaços físicos dos dois lados da fronteira. Da mesma forma como acontece em outras fronteiras brasileiras, como a de Ponta Porã (Brasil) com Pedro Juan Caballero (Paraguai), as prefeituras liberam alvarás, fazem cadastros e negociam espaços, etc., a despeito das mercadorias vendidas pelos camelôs. Como descreve Junior (2012), em seu estudo sobre o mercado informal na fronteira do Brasil com o Paraguai:

No Shopping Calçadão Mercosul os lojistas são cadastrados, possuem alvará da Prefeitura, pagam taxas e impostos municipais. Os produtos que comercializam, no entanto, transitam constantemente na linha tênue entre a legalidade e a ilegalidade. As mercadorias importadas do Brasil, como vestuário adquiridos em confecções nacionais, são legais, porém, as bugigangas originárias do Paraguai, constituem, em sua maior parte, contrabando. (JUNIOR, 2012, p.16).

Na fronteira de Livramento e Rivera, também ocorre essa tolerância pelas autoridades locais no que diz respeito aos ilegalismos, ou seja, uma mesma atividade comercial, como a venda de produtos provenientes de atividades ilícitas, pode estar formalizada por alvarás e cadastros dos órgãos locais competentes. São negociações que se dão em vários planos, envolvendo o Estado, o poder municipal e a opinião pública, gestionando, assim, os ilegalismos, de forma a diferenciá-los em um conjunto de tolerâncias. Conforme Foucault (2007):

(...) é todo um conjunto de tolerâncias: algumas valem como espécie de bens adquiridos (direito, por exemplo, de recolher em torno do navio os pedaços de ferro e as pontas de corda ou de revender as varreduras de açúcar); outras são da ordem da aceitação moral: a analogia que essa pilhagem mantém, no espírito de seus autores, com o contrabando “familiariza com essa espécie de delitos cuja enormidade não sentem. (FOUCAULT, 2007, p. 83).

Segundo o autor, a economia dos ilegalismos se reestruturou com o

desenvolvimento da sociedade capitalista, quando os ilegalismos dos bens foram separados dos ilegalismos dos direitos. Os primeiros, relativos aos bens, caracterizam-se pelo roubo de propriedades e afins, e terão como contrapartida os julgamentos dos tribunais ordinários e seus castigos; são os ilegalismos mais acessíveis às classes populares. De outra ordem estão os ilegalismos dos direitos, os reservados à burguesia, mais tolerados pelos Estados nos espaços fronteiriços: fraudes, evasões fiscais, operações fiscais irregulares e equivalentes. Para estes estão as transações, as acomodações, as multas atenuadas, etc.

Nas palavras de Foucault:

(...); de outro a burguesia, então, se reservará a ilegalidade dos direitos: a possibilidade de desviar seus próprios regulamentos e suas próprias leis; de fazer funcionar todo um imenso setor da circulação econômica por um jogo que se desenrola nas margens da legislação – margens previstas por seus silêncios ou liberadas por uma tolerância de fato. (FOUCAULT, 2007, p. 84).

Nessa economia de ilegalismos, um mesmo contexto pode ser gerenciado de diferentes formas, nas quais as escalas são modificadas de acordo com os interesses políticos que estão em jogo no exercício do poder disciplinar, que tem como complemento a lei e a soberania. Esses poderes exercidos na forma de disciplina, segundo Foucault (2012), não se limitam à lei soberana, criando mecânicas de poder heterogêneas, aparelhos que produzem saber e conhecimento. Na fronteira de Livramento e Rivera, os mecanismos disciplinares revelam-se na gestão local de ambos os países, os quais estabelecem um conjunto de tolerâncias das quais a soberania e seus sistemas de direito são parte. Como, por exemplo, em um episódio, do lado brasileiro, envolvendo a sociedade “burguesa” organizada, a Prefeitura Municipal de Livramento, a Polícia Federal e a sociedade organizada popular.

A história começou em 2011, quando um grupo de santanenses da elite econômica da cidade organizou um abaixo-assinado visando remover os vendedores ambulantes da Praça Flores da Cunha, conhecida como Praça dos Cachorros, por possuir esculturas de cães no seu interior. Situada na linha divisória a poucos metros do Parque Internacional, é geminada ao Boulevard 33 Orientales do lado uruguaio, ambos, na época, tomados por barracas de camelôs e vendedores ambulantes de todos os tipos

de mercadorias e alguns serviços como câmbio de moeda, alimentação, etc., como pode ser visualizado na foto abaixo:

Figura 2 - Praça Flores da Cunha e Boulevard Treinta e Três Orientales.



Fonte: http://ducana.zip.net/arch2009-11-01_2009-11-07.html.

O “movimento” “Quero a Praça!” começou com o abaixo-assinado e expandiu-se para as redes virtuais na Internet, com vídeo e fotos sobre o local. A proposta, depoimentos de seus entusiastas, era “limpar” a praça que outrora, segundo o argumento, foi um local de lazer da sociedade fronteiriça, e hoje é um antro de contrabando, sujeira e criminalidade, degradando a imagem das duas cidades. A campanha articulou politicamente, perante a Prefeitura Municipal e a Polícia Federal, a retirada dos camelôs para um outro local, transformando-se em uma disputa de interesses políticos, financeiros e morais entre as autoridades.

Um ano depois, o “Quero a Praça!” foi vitorioso, conseguiram tirar os comerciantes para alguns metros longe das estátuas dos galgos. Segundo a Polícia Federal, havia nesse local atividades que envolviam o crime organizado como tráfico de drogas, o contrabando de armas, a produção de bebidas falsificadas, a prostituição infantil etc. Tal situação que foi incorporada ao discurso do Movimento, argumentava a preocupação com a segurança pública da cidade, e era um tema, na perspectiva proposta

por Foucault (2007), de ilegalismos de bens, que demandava uma resposta urgente do Estado em diferentes níveis, sob a alegação de que a praça deveria ser limpa para que “as famílias” pudessem voltar a transitar por ali.

Nesse contexto, evidenciou-se que esse espaço popular onde muitas pessoas ganhavam o seu sustento, outras compravam mercadorias baratas que não poderiam comprar nos *free shops*, comendo comidas de rua, como *panchos*, *choripans*, *milanezas*, etc., transformou-se em um centro de ilegalismos de bens, que deveria ser tratado pela polícia como um perigo à Fronteira da Paz. E assim foi: em uma operação disciplinar, os atores estatais das duas esferas, nacional e local, retiram os ambulantes dali, “limparam” a praça e instalaram cerca de cento e dez barracas cadastradas pelos órgãos competentes, em um terreno a alguns metros da Praça dos Cachorros, cujo uso foi negociado entre a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

Nesse segundo momento, os camelôs passaram a ser comerciantes, suas atividades foram regularizadas e, conseqüentemente, as ilegalidades praticadas, que são as mesmas de antes, retomaram ao seu *status* original de ilegalismos de direitos, nos quais, segundo Foucault (2007), os regulamentos podem ser desviados e as penas resolvidas em transações e penas atenuadas. Desde a sua constituição, as comunidades dos dois lados da linha divisória aderiram à prática de uma economia solidária e complementar, o “contrabando”, hostilizado pelos governos (nem sempre com muita sinceridade e coerência) sobrevive nas diferentes estratégias de exercício do poder soberano sobre o indivíduo nas fronteiras.

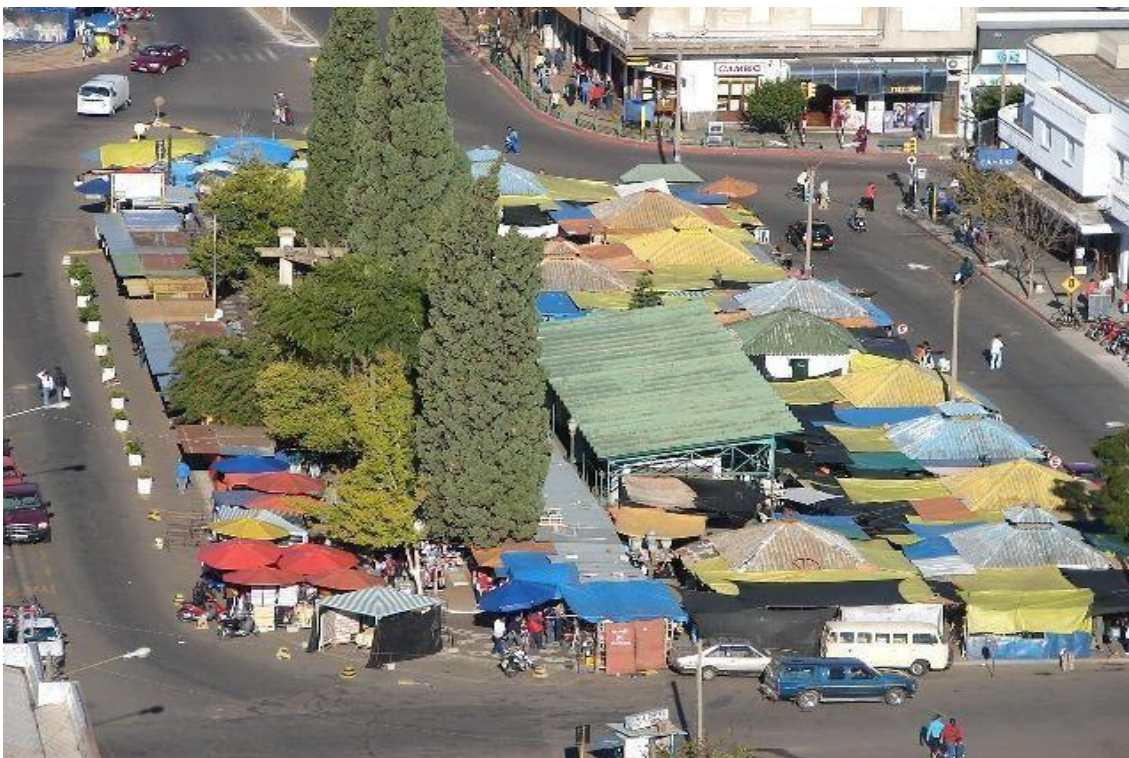
Nesse processo que durou em torno de dois anos, no qual a Praça passou por uma obra de paisagismo, do lado uruguaio, continuidade da Praça do Cachorros, foi construído um camelódromo batizado de *Boulevard Treinta e Tres Orientales*, no qual os vendedores receberam uma estrutura da *Intendencia* de Rivera para continuar suas atividades, e onde foi reconstruída uma rua entre a Praça brasileira e a estrutura uruguaia, mostrado nas fotos abaixo, o depois e o antes:

Figura 3 - À esquerda do boulevard está a Praça dos Cachorros e à direita o Camelódromo, o prédio cinza ao fundo é a sede da Receita Federal.



Fonte: <http://www.panoramio.com/user/614863/tags/rivera>.

Figura 4 - À esquerda das árvores está a Praça dos Cachorros e à direita o Camelódromo uruguaio antes das reformas.



Fonte: <<http://wp.clicrbs.com.br/livramento/tag/cidade/page/4/>>.

Nesse período, não foram encontradas manifestações públicas dos gestores e da população riverense acerca da impossibilidade de transitar nesse espaço por causa do perigo, da criminalidade ou da “sujeira”, da mesma forma tampouco se encontraram declarações em redes sociais, por parte de grupos políticos da elite que manifestassem algum tipo de preconceito ou moralismo acerca do que se passava ali. Consequentemente, ao longo desses arranjos, obras e debates políticos, as atividades dos camelôs uruguaios não foram disciplinadas como ilegalismos “de bens”, de modo que as negociações e “acomodações” não foram substituídas por punição, desalojamento etc.

Entende-se que o poder disciplinar desloca as concepções de ilegalismos de acordo com a utilidade do castigo, tendo em vista que este, como defende Foucault (2007), não se destina a suprimir as infrações, mas sim distingui-las, distribuí-las e utilizá-las, objetivando organizar a transgressão das leis disciplinarmente. No caso “dos camelôs” de Livramento, não faria sentido aplicar punições pela prática de ilegalismos de direito, por estes serem negociáveis historicamente junto dos agentes estatais em todos os níveis. Por isso mesmo, a estratégia usada foi acomodar a transgressão das leis e adequá-la a um conjunto de procedimentos no qual a verdade coerente para o jogo de poder instalado estava nos bastidores das atividades dos camelôs, nos crimes “reais” de contrabando e tráfico, escondidos em ilegalismos de direito. A operação de diferenciação se dá em favor de um grupo e funciona: ao terem os seus objetivos alcançados, os camelôs retomaram o *status* e o que estava por trás, a verdadeira criminalidade, deixou de ser figura, para continuar nos bastidores, como acontece nos *free shops* em Rivera. Ali os ilegalismos estão em outro patamar, com aroma de perfume francês, são protegidos pela “estratégia global de ilegalidades”. Nas palavras de Foucault (2007):

(...) e se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades. (FOUCAULT, 2007, p.258).

Nesse contexto, depois de um longo processo envolvendo a Polícia Federal e o Exército na defesa da soberania, que retiraram os camelôs da Praça dos Cachorros,

quando os comerciantes voltaram a estar no âmbito dos ilegalismos de direito, a gestão ficou a cargo dos fiscais municipais da Secretaria da Fazenda do município de Livramento. Conforme é relatado por Fiscal Municipal no estudo de Dorfman (2012), sobre as estratégias dos fiscais municipais em Sant'Ana do Livramento:

Agora mesmo, são oitenta camelôs ali, mas devem ter cento e quarenta ali. Aí deram uma missão pra nós, nós somos cinco fiscais e três colegas que estão ali que não são fiscais e estão nos dando um suporte ali dentro. Que condições nós vamos ter, nós, cinco fiscais, de tomar conta de cento e quarenta camelôs? Em cima da linha divisória. Aí, quando houve, se montou essa operação aí, tinha 87 policiais federais, 38 policiais da Brigada Militar, não sei quantos agentes da Receita Federal, não sei quantos policiais de Rivera para fazer uma operação. Para organizar eles. Aí deixaram essa *bomba*, botaram oitenta contrabandistas ali legalizados, porque estão legalizados, hoje são microempresários, pra nós cinco tomar conta deles ali. Agora, quando foi preciso, eles *botarem o poder ali*, eles montaram um aparato de guerra. (DORFMAN, 2012, p.18).

Os privilégios gerados pela Zona Franca sempre foram usufruídos pelas classes dominantes, entretanto, evidencia-se uma repugnância maior dos brasileiros a determinados tipos de atividades de populações que sobrevivem das fronteiras. Estes processos assimétricos, especialmente os econômicos, evidenciam-se nas cidades-gêmeas, onde as relações de comércio translocal sustentam as duas cidades de forma integrada, em razão das oscilações cambiais e das legislações de cada país. O que é ilegal de um lado da fronteira pode não ser do outro, um produto ou serviço pode ter o preço mais alto no Brasil por causa dos impostos, valendo a pena comprar no Uruguai, sendo que, nas cidades-gêmeas, isso pode significar atravessar a rua. Nesse sentido, descreve Franco (2001, p. 18): “E quando a recente concessão dos *free shops* de Rivera e Chuí vem legitimar uma prática mais que centenária de comércio internacional de varejo, não se faz mais do que homologar uma interação econômica de quase dois séculos.”

A possibilidade de uma conduta ser ilegal, ao mesmo tempo que é legítima, comum a um determinado contexto, como é o caso da fronteira, aciona o conjunto de tolerâncias pensado por Foucault (2007), onde uma mesma prática pode ser um delito e não ser criminalizada. Na realidade fronteiriça de Sant'Ana do Livramento e Rivera, essa gestão aparece na sua comunitarização e economia local, os fluxos de mercadorias

e serviços possuem características distintas dependendo da perspectiva de cada país. Ou seja, as assimetrias culturais, econômicas e jurídicas fazem com que os interesses e as ofertas dos brasileiros e dos uruguaios sejam distintos.

Por exemplo, no Brasil os jogos de azar são proibidos pela lei penal, diferente do Uruguai, onde os jogos de azar, além de permitidos, são gerenciados pelo governo uruguaio. O Cassino de Rivera é uma instituição pública, na qual os seus funcionários e *croupiers* são servidores concursados. Todo o dinheiro que passa pelos *Casinos* deixa tributos para o país. Frequentado por uruguaios e por brasileiros que atravessam a rua (literalmente) para jogar no país, o dinheiro ganho na roleta e nas máquinas caça-níqueis riverenses não é declarado, evidentemente. Em frente ao *Casino*, nos carros estacionados, é possível comprar dólares, drogas ou outros serviços. Da mesma forma que é habitual aos brasileiros comprar armas de fogo e munição nas *armerías* uruguaias, que vendem desde fuzis e metralhadoras até armamento para caça de animais, sem necessidade de apresentar documentos, registros etc.

No mesmo contexto, os agrotóxicos e os medicamentos controlados também flutuam neste jogo de assimetrias legislativas, alguns remédios controlados custam dez vezes menos no Uruguai, sendo que para comprá-los não é necessário receita médica, esta é providenciada no balcão das próprias drogarias sob o pagamento de uma “taxa simbólica”. Muitos deles são levados para ser revendidos no comércio informal de Porto Alegre e outras cidades da região.

Para além dessas atividades, que permanecem a despeito das oscilações cambiais, estão as “legais”, que giram em torno dos *free shops*, caracterizadas pelo comércio de produtos em trânsito. O interesse dos brasileiros está nos produtos importados com isenção de impostos, especialmente nos aparelhos de ar condicionado com preços cerca de quatro vezes mais baratos que os vendidos no Brasil, as antenas para tv a cabo, que recebem a programação de centenas de canais gratuitamente e as bebidas como *whiskys* e vinhos. Essas são as mercadorias, que, somadas aos produtos chineses como dvds e eletrônicos em geral, entram em grande escala pelo porto de Montevideo e são transportadas para o Brasil.

A ficção da lei penal descreve literalmente a realidade cotidiana de grande parte dos brasileiros que “importam clandestinamente” o tempo todo. Na lógica estatal, a qualquer descuido, está se cometendo um crime de contrabando e/ou descaminho, como

comprar uma maçã, um maço de cigarros ou uma garrafa d'água em Rivera. Para os brasileiros que moram em Livramento e têm o hábito ir ao supermercado em Rivera, comprar massas frescas nas confeitarias ou *fiambres* e laticínios da Conaprole (sigla que em português significaria Cooperativa Nacional de Produtores de Leite) nas *queserías*, o contrabando é entendido como um ilegalismo de direito, adaptado aos hábitos locais, sem necessidade do julgamento estatal. Entretanto, por outro lado, há também fronteiras entre os contrabandos, uma consumidora santanense que gasta mais de trezentos dólares em uma bolsa e não declara, estará cometendo um ilegalismo de direito não crime, é aceitável moralmente e passará no seu carro pelo controle estatal tranquilamente. Por outro lado, se outra brasileira comprar dois aparelhos de ar condicionado e gastar o mesmo valor da bolsa, mas não declarar, e passar pelo controle em um ônibus de linha intermunicipal popular, terá que dar satisfações no controle da Receita Federal na saída da cidade.

Os uruguaiois são menos consumistas que os brasileiros, fato que se mostra evidente no comércio tanto de Rivera como de Montevideo, nas quais os móveis e eletrodomésticos são os mesmos a vida toda. Nas lojas de roupas uruguaiois (não nos *free shops*), as vendedoras verbalizam essa que é a principal qualidade de um produto *oriental*, a durabilidade, *para toda la vida*, ou ainda como diz o jargão “pra terminar com essa *campera*, só botando fogo”.

Do Brasil eles levam comida, frutas, verduras, refrigerantes, café, açúcar, arroz e azeite para revender em mercados pequenos em Rivera e nas cidades do interior. Como conta um interlocutor sobre o contrabando de batatas:

En este momento ante la diferencia de la moneda, en el interior de Uruguay, los bagageros estan traendo frutas y verduras, la ganancia es enorme, una bolsa de papas de 30 kilos la cobran 800 pesos (80 reais), en un camión con una tonelada por viaje, el viajero gana una diferencia de 1000 dólares por viaje. La inversión es solo en combustible (ALMEIDA, 2016, p.219).

No Uruguai, não há o crime de descaminho, ou seja, introduzir ao país clandestinamente uma mercadoria “aceita” pelo Estado, como é o caso do transporte e venda do caminhão de batatas. Da mesma forma que ocorre do lado brasileiro, a lei descreve situações que são habituais e cotidianas entre os uruguaiois que vivem em cidades fronteiriças com Brasil, sua aplicação, assim, passa por triagem de tolerâncias e

acertos entre o que será criminalizado e o que não, como observa Ramirez:

Por sua vez, a distinção entre o formalmente ilícito e o realmente criminal deixa claro que na sociedade existe uma distinção entre o ilícito tolerado e o ilícito criminalizado, e que a gestão dessa criminalização depende de autoridades administrativas de diversas ordens, incluindo governos locais, a classe política e a força pública. (RAMIREZ *et al.*, 2011 apud MISSE, 2014, p.202).

Nesse sentido, observa-se que o Uruguai possui uma situação peculiar que envolve dois processos simultâneos em suas relações fronteiriças: o de gestão dos ilegalismos e da transnacionalidade de mercadorias no seu território. Quando se trata do tema do contrabando, imediatamente se pensa em produtos sendo levados de um país para o outro. No caso uruguaio, por causa da zona franca dos *free shops* nas fronteiras, as mercadorias estão em trânsito e não poderão, segundo a *Ley dos free shops*, ser consumidas por uruguaios, em nenhuma circunstância. Ou seja, se um uruguaio pedir para um brasileiro comprar um ar condicionado em um *free shop* e levar o produto para sua casa em Rivera, estará cometendo o crime de contrabando.

Os uruguaios trabalham nos *free shops* em Rivera convivem com a situação de transnacionalidade de produtos que, legalmente, não estão ao seu alcance. Uma ficção estatal que, ao ser observada nas dinâmicas sociais, parece não ter nenhum sentido, especialmente quando se sabe que a maioria das casas em Rivera utiliza das antenas de tv a cabo compradas nos *free shops*; os donos de todas essas residências estariam cometendo contrabando. Da mesma forma, todos os donos de veículos riverenses que abastecem os tanques de gasolina e diesel do lado brasileiro, inclusive taxistas, caminhoneiros e policiais.

A translocalidade das mercadorias cria a possibilidade de praticar o crime de contrabando sem a mercadoria sair do seu país de origem, como é o caso do contrabando de cigarros uruguaios. Algumas marcas, produzidas no Uruguai, como Nevada, Marlboro e Coronado, são vendidas nos *free shops* com isenção de impostos, saindo, às vezes, pela metade do preço que seria vendido no comércio uruguaio convencional. Os uruguaios quando são *dobles chapa* (possuem ambas as nacionalidades) podem ir até os *free shops* em Rivera com o seu documento brasileiro, ou pedem para que um brasileiro o faça, e compram uma quantidade x de cigarros,

sobem em ônibus e levam mercadoria, uruguaia, para ser vendida nas *ferias callejeras* em Montevideo. É o contrabando dentro do próprio país. Juridicamente, a revenda de cigarros uruguaio é igual a revender uma tonelada de batatas, mas, na prática, possui a peculiaridade de todo o processo se dar dentro da mesma soberania.

O Estado opera na ficção de que os uruguaio não comprarão os produtos nos *free shops*, dentro do seu próprio país e sendo, em muitos momentos, a principal fonte de empregos para os riverenses, ou seja, as pessoas não comprarão os produtos que vendem. Para complementar o cenário, permitem que o cigarro uruguaio, uma das mercadorias mais consumidas no Uruguai, depois da *yerba mate*, seja vendido pela metade do preço, mas não permite que os uruguaio consumam legalmente. É uma peculiaridade moral e aduaneira a ser investigada: os uruguaio podem comprar maconha nas farmácias uruguaioas, mas não é permitido comprar um tênis nos *free shops*.

Em um espaço binacional, a economia de fronteira se dá no entrecruzamento de fluxos que se constituem a partir das soberanias de cada Estado-Nação, tecendo, assim, redes formadas pelas fronteiras entre o legal e o ilegal, e pelo “exercício” das nacionalidades dos indivíduos como mercadorias políticas. Os uruguaio e os brasileiros não possuem os mesmos direitos e deveres, por exemplo: no Uruguai, a autorização para votar e dirigir aos dezesseis anos existe desde os anos oitenta; no Brasil, não. Os uruguaio entram na universidade pública sem precisar prestar vestibular; os brasileiros, não. Os uruguaio estudam francês, astronomia e ciência política no colégio público e todas as crianças usam uniformes, os mesmos modelos de há meio século atrás; os brasileiros, não. No Brasil são vendidos os automóveis e motos fabricadas e montadas no próprio país; no Uruguai, não. Nos bancos brasileiros, um uruguaio não pode abrir uma conta corrente ou poupança em reais, nos bancos uruguaio os brasileiros podem abrir contas correntes e *cajas de ahorros*⁶⁰ em pesos, em dólares ou em moedas próprias dos bancos, comprar imóveis, inclusive na faixa de fronteira; no Brasil, não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as assimetrias delimitam outras fronteiras, diferenciam pessoas

⁶⁰Equivalente à Conta Poupança no Brasil.

que vivem em um mesmo território, em uma mesma economia, que dependem das diferentes nacionalidades para realizar negócios em diferentes escalas, desde comprar cigarros uruguaio no Uruguai e negociar no próprio território, até transportar batatas ou carros do Brasil para o Uruguai; ou, ainda, negociar armas de forma lícita em Rivera e a duas quadras da *armería*, onde fica a linha divisória com Livramento, já estar praticando o crime de tráfico de armas.

Nessas dinâmicas, a gestão dos ilegalismos é feita dependendo da nacionalidade e da condição social do indivíduo e do lado da *linha* que ele estiver. Assim, um uruguaio e/ou um brasileiro passa a ser um estrangeiro e a cometer uma atividade ilícita com um passo, como diria Chico Science: “Um passo à frente. e você não está mais no mesmo lugar”.⁶¹

Defende Carrión (2013), que para analisar esses espaços americanos o conceito de região de fronteira dá mais conta dessas realidades, que além de locais e globais, pertencem a uma região com uma dinâmica formada por todas essas esferas. Como explica o autor:

El concepto que representa es “región transfronteriza”, en tanto contiene una lógica relacional en un espacio que la supera y la contiene gracias a los flujos económicos, políticos y sociales prevalecientes; esto es, un espacio de articulación de dos o más Estados, a la manera de un “campo de fuerzas”. (CARRIÓN, 2013, p.23).

O Estado está presente na regulamentação legal que cria o limite geográfico, nas normas alfandegárias e de circulação de bens, na língua oficial, nas leis de migração, de nacionalidade, todas elas criando outras fronteiras e limites sociais. O objetivo do presente estudo foi analisar alguns dispositivos para se compreender a heterogeneidade nessa região fronteiriça e o conjunto de tolerâncias dos ilegalismos que formam uma economia de fronteira.

Dessa forma, se por um lado o Estado está presente soberanamente nas nacionalidades e nas legislações, os atores sociais operacionalizam as normas em um mercado fronteiriço. Este formado “rolos” e mecanismos que objetivam a gestão das burocracias para adequar da melhor forma a realidade às técnicas de governo operadas pelo Estado, como é o caso das ações da Polícia e da Receita Federal, no Brasil, ou da

⁶¹ Letra da música "Passeio do mundo livre".

Aduana e da Polícia Nacional, no Uruguai.

Assim, a pluralidade de fenômenos que a vida fronteiriça é um caminho inspirador e fascinante para continuar investigando sobre esses espaços de movimentos internacionais que envolvem questões coletivas e individuais de uma vida em comum (Todorov, 2014). Como confessa Renata: “nasci no Uruguai, desde que casei com um santanense sou brasileira, gosto de comer a comida daqui e de comprar roupas, mas depois que entrei na faculdade tenho me sentido mais uruguaia, por que será?”⁶²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. **Olhares e narrativas de fronteiras: imagens dos limites territoriais e simbólicos do Brasil.** *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará- UFC, v.40, n.1, p. 20-30, 2009.

ALMEIDA, L. N. **O estado e os ilegalismos nas margens do Brasil e do Uruguai: um estudo de caso sobre a fronteira de Sant’ana do Livramento (BR) e Rivera (UY).** Porto Alegre, RS: Editora Fí, 2016.

CARRIÓN, F. M. Violencia fronteriza. In: CARRIÓN, F. (Org.). **Seguridad, planificación y desarrollo en las regiones transfronterizas.** Quito: FLACSO, Sede Ecuador: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (IDRC-CRDI), 2013.

DORFMAN, A. Estratégias espaciais dos fiscais municipais em Sant’Ana do Livramento (RS). In: **28 Reunião Brasileira de Antropologia**, 02 e 05 de julho de 2012, São Paulo, SP, Brasil.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FRANCO, S. C. **Gente e coisa da fronteira sul.** Porto Alegre: Sulina, 2001.

JUNIOR, A. B. O mercado informal na fronteira Brasil-Paraguai: shopping, calçadão, Mercosul. In: **28 Reunião Brasileira de Antropologia**, 02 e 05 de julho de 2012, São Paulo, SP, Brasil.

MISSE, M. Mercadorias políticas. In: AZEVEDO, R. G. De; LIMA, R. S. de; RATTON, J. L. (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014.

TODOROV, T. **A vida em comum: ensaio de antropologia geral.** São Paulo: Editora

⁶²Nome fictício, entrevista realizada com estudante de Relações Internacionais da Unipampa em maio de 2015.



Unesp, 2014.

TRAJETÓRIA DOCENTE: VIVÊNCIAS DE UMA PROFESSORA DA INFÂNCIA NA FRONTEIRA

Luciene Cléa Silva⁶³

Leandro Baller⁶⁴

RESUMO: Objetivamos compreender as vivências de uma professora da infância, de Pedro Juan Caballero (PY), acerca da profissão docente, entre 1970 e 1980. A metodologia respaldou-se na história oral, usando a entrevista como instrumento de registros das narrativas de experiências de indivíduos, apresentando contribuições teóricas que se configuram como uma das ferramentas que auxiliam na compreensão do processo de desenvolvimento da sociedade. A fundamentação teórica alicerçou-se em Elias (1994), Meihy (1994,2006), Portelli (1997), Sarat (2004, 2015), Sarat e Santos (2010) Tanuri (2000), entre outros. Refletimos acerca das vivências da professora, ampliando nossos saberes sobre a história da formação e do trabalho docente de profissionais da educação naquele período, voltando-nos para a entrevistada que narra sobre o “constituir-se docente”, “a escolha da profissão” e sobre as “vivências mais significativas com as crianças”, na constituição da história da educação da fronteira. São reflexões iniciais de um Projeto de Pesquisa, que investiga a história da infância na fronteira do Brasil com o Paraguai; as trajetórias de formação de professores/as e as práticas pedagógicas que envolvem o cotidiano da infância na fronteira. A história da formação docente no Brasil e no Paraguai e a trajetória destes/as profissionais que mostram diferentes temáticas em diferentes contextos.

Palavras-chave: Vivências; Professora da Infância; Fronteira.

TRAYECTORIA DE LA ENSEÑANZA: EXPERIENCIAS DE UNA MAESTRA DE INFANCIA EN LA FRONTERA

RESUMEN: Nuestro objetivo es comprender las vivencias de una maestra de infancia, de Pedro Juan Caballero (PY), sobre la profesión docente, entre 1970 y 1980. La metodología se apoyó en la historia oral, utilizando la entrevista como instrumento para registrar las narrativas de las vivencias de individuos, presentando aportes teóricos que se configuran como una de las herramientas que ayudan a comprender el proceso de desarrollo de la sociedad. La teoría se basó en Elias (1994), Meihy (1994,2006), Portelli (1997), Sarat (2004, 2015), Sarat y Santos (2010), Tanuri (2000), entre otros. Reflexionamos sobre las vivencias de la docente, ampliando nuestro conocimiento sobre

⁶³ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, graduada em Letras e Pedagogia, docente do curso de Pedagogia do Campus de Ponta Porã, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. E-mail: luciene.silva@ufms.br

⁶⁴ Doutor em História, Docente da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. E-mail: lballer@ufgd.edu.br

la historia del labor formativo y docente de los profesionales de la educación en ese período, acudiendo al entrevistado que narra sobre “convertirse en docente”, “la elección de profesión” y sobre las “ experiencias más significativas con la niñez ”, en la constitución de la historia de la educación fronteriza. Son reflexiones iniciales de un Proyecto de Investigación, que investiga la historia de la infancia en la frontera entre Brasil y Paraguay; las trayectorias de la formación docente y las prácticas pedagógicas que involucran la vida cotidiana de los niños de la frontera. La historia de la formación docente en Brasil y Paraguay y la trayectoria de estos profesionales que muestran diferentes temáticas en diferentes contextos.

Palabras-clave: Experiencias; Maestra de infancia; Frontera.

INTRODUÇÃO

A história da formação docente, demarcada desde o final do século XIX e início do século XX, tem sido investigada, por muitos autores e sob diferentes perspectivas, despertando assim formas distintas de se constituir uma reflexão teórica acerca deste processo, o que nos leva, por ora, tecer diálogos com alguns autores, consoante o intuito de compreender algumas destas reflexões. Este texto é parte de uma pesquisa maior, a qual almeja estudar as memórias de professoras da infância, no contexto da fronteira, no período de 1970 a 2000, por isso torna-se relevante conhecer como se constitui esta história da formação docente no Brasil, ao longo do período acima delimitado, buscando articulá-la com o contexto histórico da formação docente no Paraguai, visto que ao abordar a fronteira, noutro momento destacaremos as vivências de professoras de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY).

A fronteira internacional entre Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) apresenta muitas particularidades, dentre elas, o fato de não possuir nenhuma alfândega, barreira física ou fluvial que divide as duas cidades, ou seja, constitui-se como fronteira seca, separada apenas por uma rua - pertencente aos estados em contato - a qual é considerada uma “zona neutra” e não pode ser tocada. Tais aspectos fazem com que Ponta Porã seja considerada cidade-gêmea, ou cidade geminada de Pedro Juan Caballero. De acordo com a Portaria nº125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional:

Art. 1º - Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e

cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º - Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes.

A conurbação existente entre Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) agrega uma população de mais de 212.000 habitantes, visto que no censo de 2020 a população Pontaporanense foi estimada em 93.937 habitantes (IBGE, 2020). Segundo pesquisa realizada pela Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC, 2015), na qual é verificada a "População nacional estimada e projetada, segundo sexo, departamento e distrito, 2000-2025", o distrito de Pedro Juan Caballero tem uma população projetada para o ano de 2018 (período mais recente encontrado) com um total de 118.939 pessoas.

Desta forma, compreendemos que a proximidade entre os países ultrapassa o limiar do espaço geográfico, e a fluidez da fronteira permite aos povos fronteiriços estabelecer relações e vivências que ampliam as potencialidades de intercâmbios entre pessoas, culturas, ações educativas e formativas, situações que envolvem o ser humano e a sociedade, atividades econômicas, constituições históricas e também as tensões comuns ao meio fronteiriço (SILVA, 2020).

Pensar nesta fronteira como *locus* da fala de uma professora que se formou e exerceu a docência com crianças, aguça um olhar para uma fronteira dinâmica, fluida, porosa, como um lugar de muitos contatos e relações, repleta de uma ambiência em si, que "[...] traz sua própria historicidade, tornando-se o limiar do limite, opondo-se ao conceito de espaço naturalizado que a ela foi designado durante muito tempo no interior das ciências" (BALLER, 2014, p. 15).

O recorte para este momento centrou-se nas vivências de uma professora da infância, a qual reside e lecionou em Pedro Juan Caballero (PY), e narra acerca da constituição de sua profissão docente, destacando o período de 1970 a 1980 como o início de suas práticas profissionais com a infância. A escolha pelo termo professora, no feminino, acontece pelo fato de ser marcante o número de mulheres que trabalharam com a infância neste momento, tanto no Brasil, como no Paraguai, principalmente no período inicial o qual nos remete ao processo em que a mulher busca um lugar no

mercado de trabalho e a feminização do magistério se caracteriza como o processo de formação inicial destas profissionais.

A intenção é apresentar como este histórico da trajetória docente desta professora de Pedro Juan Caballero (PY), diante das suas perspectivas sobre o “constituir-se docente”, sobre “a escolha da profissão” e sobre as suas “vivências mais significativas com as crianças”, pode dar corpo à compreensão da constituição da história da educação da região fronteiriça. O que nos leva a buscar uma reflexão articulada entre o contexto histórico de alguns aspectos organizacionais acerca da educação brasileira, bem como da educação paraguaia e ao processo de formação de professores/as.

Utilizamos a história oral para registrar as narrativas e vivências da professora escolhida para fazer parte deste texto, com o intuito de, a partir desta riquíssima ferramenta que estreita contatos, possibilita registros, fundamenta revelações e encaminha meios de compreensões, conhecer o processo de desenvolvimento da história de formação desta docente e do seu trabalho com as crianças, almejando assim a compreensão do processo de desenvolvimento da sociedade a partir de histórias de pessoas que nela vivem. Assim, a história oral apresenta-se como um meio que abre caminhos para a revelação de histórias que são relevantes tanto para quem conta como para quem ouve.

BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOCENTE NESTE CONTEXTO

O contexto histórico que abarca o processo de formação docente no Brasil, no final do século XIX e início do XX é permeado por inúmeras transformações no âmbito social, político, cultural, bem como no âmbito educacional. Ao direcionarmos nosso olhar, especificamente para o contexto de formação de professoras da infância, podemos destacar que desde o surgimento das primeiras instituições responsáveis pela formação no curso Normal, o referido processo, em muitos casos, segundo Tanuri (2000), objetivava formar profissionais que pudessem ensinar as crianças a ler e escrever na língua nacional, as quatro operações matemáticas, alguns aspectos de geografia e princípios de moral cristã.

Assim, Tanuri (2000) apresenta que a primeira escola Normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei nº 10, de 1835, definindo que:

Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo⁶⁵, na conformidade da Lei de 15/10/1827 (TANURI, 2000, p. 64).

Destaca-se que no Mato Grosso, a primeira escola Normal, para formação de professores data do ano de 1874 (SIQUEIRA, 1999, p. 210, *apud* TANURI 2000, p. 64). A organização didática do curso que era oferecido nestas escolas era bem simples e tinha a duração de dois anos. Neste mesmo período várias escolas foram criadas em muitos outros estados brasileiros, porém não obtiveram sucesso e logo foram perdendo seu espaço, e gerando assim uma descrença na formação de professores.

Segundo alguns registros, no período de criação das primeiras escolas Normais, a formação de profissionais era destinada apenas a homens, excluindo a mulher também deste meio. Porém, no final do Império, transformações ideológicas, políticas e culturais começaram a se intensificar no meio social e, conseqüentemente, a permear o espaço educacional.

As primeiras escolas normais – de Niterói, Bahia, São Paulo, Pernambuco, entre outras – foram destinadas exclusivamente aos elementos do sexo masculino, simplesmente excluindo-se as mulheres ou prevendo-se a futura criação de escolas normais femininas. Aliás, mecanismos de exclusão refletiam-se mesmo na escola primária, onde o currículo para o sexo feminino era mais reduzido e diferenciado, contemplando o domínio de trabalhos domésticos. Nos anos finais do Império, as escolas normais foram sendo abertas às mulheres, nelas predominando progressivamente a frequência feminina e introduzindo-se em algumas a coeducação (TANURI, 2000, p.66).

Em meio a estas transformações novos ideários e caminhos começam a ser traçados no cerne da escola Normal, que além da abertura para a atuação da mulher em seu espaço, começa a rever e ampliar o seu currículo, visto que havia uma perspectiva

⁶⁵ “Em 1º de março de 1823, um Decreto “cria uma escola de primeiras letras pelo método de ensino mútuo para instrução das corporações militares” (TANURI, 2000, p. 63).

de ensino, estabelecido por um acordo de “Cooperação do Poder Central no âmbito da instrução primária e secundária nas províncias” (TANURI, 2000, p.66), ampliando o ideário de popularização do ensino.

É nesse contexto que pensadores e políticos (TANURI, 2000) passam a atribuir como função da mulher a responsabilidade pela educação da infância, vista assim como um prolongamento de seu papel de mãe que cuida e educa. Assim, começa-se a vislumbrar uma saída para a mão de obra na escola primária, que em função da baixa remuneração, deixa de ser atrativa para os homens, e passa a ser proposta como uma possibilidade de conciliação das atividades domésticas da mulher com o exercício do magistério. E é neste contexto que a relação entre a educação da infância e a feminização do magistério vai se constituindo, desde o final do século XIX.

No século XX, principalmente em função das transformações sociais pelas quais passavam a sociedade, momento em que muitas mulheres começavam a exercer um cargo fora do seu ambiente doméstico, trabalhando especialmente nas fábricas e no comércio, o desenvolvimento da sociedade capitalista vislumbrava uma nova organização de sociedade e família, fazendo com que a mulher buscasse cada vez mais seu espaço no mercado de trabalho, necessitando também de quem acolhesse seus filhos. Sendo assim, surge a necessidade de criação e ampliação de espaços que pudessem receber estas crianças e, conseqüentemente, a precisão de profissionais que se dispusessem a ensiná-las também aumenta.

Esta forma de reorganização social, com o fato de a mulher passar a ocupar outros espaços, que não apenas os seus lares, ainda buscava manter as relações de poder que perpassavam por este meio, visto que estas mulheres e também as crianças faziam parte de um processo que também consistia em uma nova forma de organizar a sociedade.

Segundo Sarat (2015), no diálogo com Elias (1994), pode-se dizer que tal forma de organização se caracterizava pela configuração de redes de interdependências, num processo de “civilizar, instruir, formar e educar as populações. A proposta era inseri-las no contexto das ideias que circulavam no período e apontavam concepções de progresso e civilidade, como modelos de desenvolvimento para os países da América Latina [...]” (SARAT, 2015, p. 02). No diálogo com Elias (1994) torna-se relevante considerar que:

A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexu do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque [...] não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si (ELIAS, 1994, p. 249).

Para Elias (1994) esta rede de interdependência entre as pessoas, volta-se para a configuração dos processos sociais norteados pela sociogênese (processo sócio-histórico) do grupo, por meio do qual as transformações sociais são percebidas e desencadeiam mudanças individuais, por meio da psicogênese do indivíduo, que influencia no comportamento deste em seu meio social. Desta forma, o processo civilizador pode ser caracterizado por esta transformação das estruturas individuais, principalmente porque estas estão em harmonia com a concepção de sociedade que as norteia, ou seja, a partir de uma ‘sociedade dos indivíduos’.

Esta sociedade, composta por indivíduos interdependentes precisa ser compreendida também na perspectiva da história da formação docente ocorrida no Paraguai e mesmo que em período não síncrono ao do Brasil. Por isso é importante destacar que a mesma inicia no final século XVI, quando surgem as escolas de primeiras letras no país, o que segundo Cardozo (1996) gera o anseio em formar professores para tal demanda. Inicialmente as instituições formativas apresentaram uma organização de caráter particular, promovida pela igreja e seguindo os dogmas religiosos. Com a reestruturação da sociedade e a influência da colonização espanhola, o Cabildo passou a controlar algumas funções municipais, políticas e jurídicas e a assumir a responsabilidade pela educação (SILVA, 2020).

Hernandarias, considerado o primeiro intelectual paraguaio, estava à frente de várias movimentações pela educação no país, principalmente na tentativa de criação da Universidade desde 1603, o que só aconteceu em 1890 e não foi acompanhada por Hernandarias. Entretanto, a persistência deste intelectual em valorizar a formação docente ganhou destaque no momento em que reuniu os professores em Assunção, em

1609, para o exame de maestros, e historicamente registrou a criação da primeira Escola Normal para professores do Paraguai:

[...] Hernandarias concentro en Asunción a todos los de la Provincia y los sometió a examen a cargo de los jesuítas. En uno de sus memoriales al rey, cuenta Hernandarias que le costó bastante trabajo reunir los maestros, pero no se quejó de los resultados de este examen. En realidad puede establecerse que esa reunión de maestros fue la primera Escuela Normal que tuvo el Paraguay. Se efectuó hacia 1609 (CARDOZO, 1996, p. 95).

Em 1811, com o declínio da colonização espanhola, o Paraguai passou por um período revolucionário, no qual recebeu influência francesa e norte-americana. No bojo das muitas transformações ocorridas em âmbito social, econômico, político, político, cultural e educacional, várias ações em busca da consolidação da educação foram acontecendo, dentre elas a proposta de Hernandarias, publicada em forma de documento, no dia 06 de janeiro de 1812, defendendo a instrução e boa educação do homem como meio de elevá-lo ao poder, heroísmo e como base de todas as demais virtudes morais. Destacando ainda que a instrução não era apenas um adorno, mas necessária para todos aqueles que fossem seguir a profissão de armas, para os civis, os políticos, para todos se beneficiarem do conhecimento científico (CARDOZO, 1996).

É possível verificar que até o momento a preocupação com a formação intelectual voltava-se, possivelmente, apenas aos homens, pois mesmo diante de outras literaturas, as orientações propostas ao trato com as crianças voltavam-se aos “maestros”, orientando-os a agir como bons pais de família, como no excerto que segue:

La mejor enseñanza que el maestro podía impartir era con su propia conducta. Los niños jamás aprenderán la educación moral si no la ven practicar. [...] Em consequência, al maestro debía adornarle las cualidades propias de un buen padre de familia. Su primer empeño tenía que consistir en estudiar e profundizar el genio, inclinación, talento y pasiones de los niños para dirigirlos con prudencia y sujetarlos a los límites de la razón, reconociendo la desigual condición de los mismos (CARDOZO, 1996, p. 232-233).

A preocupação com a formação das mulheres só ganhou espaço na história da educação paraguaia por volta de 1890, quando começou a ser estruturada a Escuela Graduada de Preceptores, a qual serviu de base para a Escuela Normal de Maestras de Assunção. As irmãs Adela e Celsa Speratti, após terem realizado um excelente trabalho

na famosa Escuela Normal de Concepción, no Uruguai, foram convidadas pelo presidente Juan G. González para colaborarem com a criação da escola paraguaia e em 1896 a Escuela Normal de Maestras foi fundada oficialmente, em função dos esforços de Manuel Amarilha e sob a direção de Adela Speratti até o ano de 1902, quando a mesma faleceu. Assumindo a direção sua irmã Celsa Speratti, até 1905. Hoje a Escuela Normal de Maestras é denominada de Escuela Normal de Profesores N°1.

As Escolas Normais foram se multiplicando em todo o país, especialmente no interior e, para atender a esta demanda, foi necessário que o número de professores também aumentasse significativamente. Estudos como os de Cardozo (1996) e Seiferheld (2016) destacam que durante a era liberal, com as tensões e acontecimentos desencadeados pela Guerra do Chaco (1932-1935), muitas adaptações aconteceram na sociedade e na comunidade escolar, a qual tentou não paralisar suas atividades, mas sofreu com os impactos da guerra, pois em vários momentos teve que produzir insumos para atender aos soldados e transformar suas salas de aula em hospitais, poupando apenas a educação primária.

Como um dos resultados da guerra Seiferheld (2016) destaca uma maior representatividade feminina na sociedade paraguaia e a consequente ampliação das possibilidades formativas para a mulher, principalmente porque diante da morte de muitos homens durante o combate, as mesmas assumiram funções fora de seus lares, substituindo os homens em setores públicos e comerciais.

Outro aspecto resultante da guerra é que com seu término várias escolas foram reativadas e assim o acesso das crianças à escola e à educação primária evidenciou bons efeitos, o que gerou a elaboração de um novo Plano de estudos, apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Entretanto, as tensões e instabilidades causadas pelos ideais fascistas de governos autoritários culminaram com o surgimento da ditadura de Stroessner em 1954, perdurando até 1989. Esta apresentava um forte caráter opressor, perseguindo, prendendo e exilando muitas pessoas e instituições que desenvolviam atividades no campo do pensamento social, da educação e da produção de conhecimento. Porém o discurso propagado pelo governo buscava manter a ideia de paz, em ações que se diziam em prol do bem social e do progresso da nação, camuflando as ações violentas e autoritárias do governo.

A intenção era manter a população em seu poder, como fizera com os/as professores/as, os/as quais deviam se filiar ao partido do governo como forma de manter sua lealdade ao mesmo, entretanto concediam-lhe o elemento de controle, poder e vigilância de suas ações. Cabe destacar que aqueles profissionais que não aceitavam se filiar ao partido tinham suas atividades políticas e sociais monitoradas por supervisores escolares, que geralmente eram membros ativos do governo, entretanto essa vigilância seguia uma perspectiva diferente (SEIFERHELD; D'ALESSANDRO, 2018).

Neste sentido, é possível considerar que esta sociedade de indivíduos mais organizados e interdependentes entre si, com historicidades que ora se aproximam e ora se distanciam, principalmente no que se refere à contextualização histórica dos processos de formação docente para a infância, passa a ser muito mais evidente e significativa quando, por meio da História Oral, estes indivíduos contam suas vivências, são levados a buscar em suas memórias acontecimentos, fatos, situações que tenham feito parte de sua vida e que de alguma forma, por meio da psicogênese do indivíduo, possam entrelaçar-se com o meio social, de acordo com os princípios da sociogênese, e evidenciar a configuração de várias redes de interdependências que evidenciam o processo histórico pelo qual estes indivíduos passaram a repensar em sua profissão, em sua vida e em muitos outros aspectos que foram desencadeados através da metodologia do trabalho com a História Oral. Pois como destacam Sarat e Santos:

Trabalhar com a história oral torna-se possibilidade de ouvir não somente minorias, mas valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias, histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos (2010, p. 51).

Buscamos compreender como todo este processo de “constituir-se professora”, da “escolha da profissão” e algumas “vivências mais significativas com as crianças” realmente aconteceu com uma professora, hoje aposentada, mas que lecionou por mais de trinta anos em escolas de Pedro Juan Caballero (PY), e que ao se deparar com a possibilidade de contar as suas memórias, sentiu-se emocionada e motivada a buscar aquilo que vivenciou e trazer para o presente, a fim de colaborar com a constituição histórica de suas vivências enquanto professora da infância.

A ENTREVISTA E A ENTREVISTADA: EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE DOCENTE

A metodologia da História Oral, que pode ser entendida como um procedimento que usa a entrevista como instrumento para fazer registros das narrativas de experiências de indivíduos se configura como uma riquíssima ferramenta que auxilia na compreensão do processo de desenvolvimento da sociedade a partir de histórias de pessoas que nela vivem.

A História Oral, pois é, mais que um arquivo de gravações. Implica a elaboração de um documento que pode ser, num primeiro momento a transcrição do testemunho e, em outra etapa, a sua análise. O primeiro estágio implica objetividade, o segundo admite gravações dependendo mais de quem interpreta (MEIHY, 1994, p. 53).

A metodologia abre caminhos para a revelação de histórias para quem conta e para quem ouve, permite um ir e vir no tempo, ao longo de vivências e emoções, que se configuram em representações para pesquisador e na rememoração de aspectos selecionados pelo pesquisado, segundo Delgado:

Ao se dedicar à análise do passado, o estudioso da História vai ao encontro de um outro tempo diferente daquele no qual está integrado. Nessa viagem realiza-se um amálgama peculiar caracterizado pelo encontro de singularidades temporais. Trata-se do encontro da História já vivida com a história pesquisada, estudada, analisada, enfim, narrada (DELGADO, 2003, p. 10-11).

Esta narração constitui a historicidade do pesquisado, permite ao pesquisador a construção da interpretação do vivido não modificando a essência do narrado, tal como destaca Meihy (1994) e de acordo com o que propõe Delgado, visto que:

[...] ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história do conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem no entanto, o modificar (2003, p.10).

No processo de desenvolvimento desta metodologia, a construção de olhares diferenciados acerca do narrado, a interpretação e reinterpretação das ações e situações revisitadas, as emoções e sentimentos que voltam a permear o presente são inevitáveis por parte de quem narra, e em muitos momentos, geram tensão, sentimentos conflitantes e inquietantes em quem ouve, pois, desencadeiam a necessidade de querer ouvir mais, de conhecer e analisar mais a fundo os acontecimentos que marcaram a história investigada, em função da temporalidade e da construção relacional entre o presente e o passado, pois.

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro (DELGADO, 2003, p. 10).

A entrevista com uma professora de Pedro Juan Caballero (PY), a qual foi escolhida por ter trabalhado com a infância desde a década de 1970 na região de fronteira, consistiu em ouvir sua narrativa com o propósito de compreender como o “constituir-se professora”, “a escolha da profissão” e algumas de suas “vivências mais significativas com as crianças” podiam ser revisitadas e trazidas para o tempo presente a partir da sua memória.

A emoção sobre o vivido e as representações de tudo que foi rememorado corroborou para reforçar o caráter social da História Oral como metodologia que avança no campo científico, principalmente no que tange ao referendar que o trabalho com a História Oral “[...] enquanto método e prática no campo de conhecimento histórico, reconhece que a trajetória dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas” (MATOS; SENNA, 2011, p.107).

Características estas relevantes para o contexto da fronteira entre Brasil e Paraguai, o qual apresenta formas peculiares de configurações sociais, culturais e educacionais, o que faz com que os/as profissionais que desenvolvem suas atividades nesse meio ajam de formas particulares, ressaltando assim a importância de conhecê-las, analisá-las e socializá-las, buscando ampliar seus direitos em meio às transformações

pelas quais passa e pode ocasionar na própria realidade da qual faz parte, o que, segundo Meihy (2006) é visto como um dos objetivos-fim da História Oral, a possibilidade de transformação:

Se, contudo, diversamente buscarmos o sentido social do conhecimento, chegaremos a uma postura, política e até militante, que vê a história oral como um recurso de transformação e não apenas como acesso ao conhecimento a informação. É evidente que a busca do conhecimento e informação como meio de transformação é o objetivo do que estou convencionando chamar de história oral, mas, como fim, não como meio (MEIHY, 2006, p.194).

O que levou a realização da entrevista com uma professora que desenvolveu suas práticas docentes com a infância na cidade de Pedro Juan Caballero (PY) justifica-se pelo fato de que este trabalho está associado a uma pesquisa mais ampla, a qual objetiva estudar as trajetórias docentes de professoras da infância, no contexto da fronteira. Assim, conhecer as vivências da professora que, por ora será apresentada, permite-nos compreender um pouco melhor alguns aspectos históricos da sua formação, de sua trajetória docente, e da constituição da história da educação na fronteira.

O recorte temporal foi delimitado entre o período de 1970 e 1980, pois como a própria entrevistada destaca, foi o início de suas práticas profissionais com a infância. Momentos estes que serão de fundamental importância para a compreensão sobre as memórias da professora.

A entrevistada, professora Renata⁶⁶, destacou a satisfação em poder participar de alguns momentos de conversas e interações, aceitou prontamente e mostrou-se interessada em contribuir. Em um de nossos primeiros contatos disse que gostava muito de se lembrar do que havia feito enquanto trabalhava como professora.

Essa possibilidade tão rica de revisitar as memórias e tudo que foi feito em um tempo passado e que, às vezes de forma meio tímida volta a aflorar no pensamento de quem narra, passa a ser um importante artifício para a configuração de situações, momentos, experiências que já se encerraram, mas continuam vivas dentro de si, como marcas preciosas, e que a memória consegue externar nessa constituição da identidade, da essência do ser que está a falar sobre o vivido. Assim como define Bobbio:

⁶⁶ O nome Renata é usado de forma fictícia, seguindo todo o rigor exigido para o desenvolvimento da pesquisa científica.

O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçarmos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade (1997, p. 30-31).

A professora Renata demonstrou esta caminhada introspectiva por suas memórias e, conseqüentemente a reconstrução de sua identidade de forma magistral, pois trouxe para o tempo presente não só os fatos acontecidos, mas a emoção em sua fala, o sentimento em suas ações e o brilho no olhar ao contar suas experiências que o tempo permanecido ao seu lado transcorreu de forma que não percebemos, e nossos diálogos reforçaram a importância de se pesquisar a trajetória de vida desta professora.

Renata tem 76 anos, nascida em Pedro Juan Caballero, conta que começou a estudar em sua cidade natal, por volta de 1958, fazia o curso Normal, para se tornar “Maestra”, professora para trabalhar com crianças. Entretanto, ela fala que parecia que não era esta a profissão que queria seguir, mas que com o tempo foi se acostumando com a ideia e depois passou a gostar: “Eu comecei a me formar aqui na escola Normal, comecei a estudar aqui, mas parecia que não era a minha profissão, aquilo que eu queria, que eu gostava, mas com o tempo fui estudando, estudando, fui me adaptando e fui gostando” (RENATA).

Diante do fato destacado pela professora Renata, principalmente no trecho em que fala que “parecia que não era a minha profissão”, questionei o que a levou buscar esta formação e ir para uma sala de aula, e a resposta foi:

Porque não havia outra faculdade, nada! Era somente contabilidade, depois era o 6º curso, não, havia uma escola assim como bacharelado, mas você tinha que estudar, comércio, por exemplo, tinha que fazer desde o 1º curso, até o 6º, aí você se formava comerciante, depois se fosse fazer bacharelado, para poder entrar na faculdade. E o magistério era terminar o 6º curso e você já tinha o seu trabalho, era mais fácil, antigamente. Isso cada vez levava uma a fazer; isso me levou a fazer, porque eu não teria condições de ir, por exemplo, morar em Assunção para poder estudar. Justo neste ano que eu ia começar a estudar se fechou o “Professoral”, para ser professora superior [...] E este ano que eu ia começar a estudar se fechou (com muito pesar!!), foi o último ano e eu sou apenas professora primária (RENATA, grifo nosso).

Pelo contexto apresentado na fala da professora Renata, pode-se perceber que, por mais que o “ser professora” não fosse de início a sua primeira opção, as muitas circunstâncias da vida e da sua historicidade a levaram para este caminho. Fato que segundo Louro (1997), mediante às transformações pelas quais passavam a sociedade brasileira na década de 1970, a busca pelo magistério era uma forma de a mulher conseguir sua colocação no mercado de trabalho.

Assim, vemos que o mesmo acontecia no cenário paraguaio, pois Renata ressalta que em função de o curso Normal poder colocá-la de uma forma mais rápida em contato com o mercado de trabalho, e o curso de contabilidade ser noturno e predominantemente masculino, a opção que tinha era a escolha por ser professora primária, visto que a oferta de um curso que formava professoras para o nível superior na região deixou de ser ofertado.

Esta narrativa nos faz compreender muitos acontecimentos e escolhas do mesmo, e assim a professora Renata continua sua lembrança, com o propósito de também compreender a escolha por sua profissão. Ela conta ainda que em Pedro Juan Caballero havia poucas alunas que queriam seguir a carreira do magistério e que como teve que ir para Assunção, a capital do País, para acompanhar seu pai em um tratamento médico, aproveitou também para terminar seu curso Normal. Em 1963 ela já estava formada e diz que quando voltou para Pedro Juan Caballero, em 1964, chegou e já começou a trabalhar:

Eu vim em 64, já formada, e foi aí que eu comecei, quando cheguei aqui já tinha um lugar para trabalhar. Comecei trabalhando com o 2º grau, com gente maior, sete, oito, nove anos [...] foi um pouco difícil porque foi a primeira vez, eu não tinha praticamente nenhum contato com os pequenos, a não ser nas práticas que tínhamos. Tínhamos muitas práticas, mas não era igual estar em aula, não era igual (RENATA).

A professora ressalta que como processo de formação fez dois anos de um curso preparatório e depois mais quatro anos de formação no Normal, o que lhe assegurou finalizar o “6º curso” e poder começar a trabalhar no ensino primário. Ela observava que para trabalhar com os pequenos fez ainda outro curso que se chamava “Parvularia, específico para trabalhar com los niños” (RENATA). Reforçando que à época não era como agora, que tem que se fazer um curso superior, no qual se fundamenta muito mais

teorias e práticas. Ela fala que naquela época, muitas coisas eram aprendidas na prática mesmo, no dia a dia com as crianças.

Este contexto nos leva a vislumbrar que suas vivências eram ressignificadas mediante as necessidades com as quais se deparava, pois ela menciona que havia mudanças propostas pelo governo, às quais as professoras precisavam se adaptar, mas que isso não tornava o trabalho menos gratificante, visto que mesmo em meio a muitas dificuldades, tal como salas repletas de crianças e a inexistência de auxiliares para lidar dia a dia com mais de 30 alunos, ela se sentia muito grata por poder contribuir com a formação intelectual e pessoal daquelas crianças. Ao ser questionada sobre que tipo de história construiu com aquelas crianças e qual a contribuição dela enquanto professora, Renata destaca que:

Eu era praticamente a segunda mãe delas, e isso me motivou, porque agora, por exemplo, há alunos que me reconhecem e dizem “professora!!” [...] (fala emocionada) e se sentem agradecidos, e eu também, porque recorro deles como se fossem meus filhos, estou feliz por ter contribuído para que essas crianças chegassem ao que são hoje, profissionais, assim (RENATA, grifo nosso).

Renata nos mostra que ao rememorar suas práticas enquanto professora de crianças, traz, mesmo que de forma tímida, uma importante análise do seu papel diante da contribuição no processo formativo destes pequenos. Assim como ao relatar, de forma emocionada sobre um ex-aluno chamado Gustavo: “[...] hoje em dia é reconhecido, mora em Assunção, cada vez que ele vem aqui, que tem a mãe dele aqui, ele vem e me vê” (RENATA).

Buscando em suas memórias as lembranças da profissão, Renata compartilha com quem a ouve e, conseqüentemente com quem lê estes escritos, momentos de construção e rememoração de sua historicidade, pois o ir e vir de seus relatos faz aflorar sentimentos que estavam apaziguados, emerge o pensar acerca de uma identidade muito peculiar e ressignifica práticas que por anos permaneceram ocultas em sua memória. Assim, dialogamos com Sarat, quando ela destaca que:

Quando a pessoa está contando fatos de sua vida ela acredita que aquilo aconteceu, vai valorizando ou desvalorizando determinadas situações, lembrando dos acontecimentos mais significativos e selecionando, por meio da memória, fatos a serem contados. A narrativa feita no momento presente

torna-se, carregada das imagens e representações que ela faz do acontecimento passado (SARAT, 2004, p.61).

Ao narrar suas memórias a professora Renata não as fez de forma linear, mas as retomou de acordo com as situações lembradas, a relevância dos acontecimentos e a vivacidade que o contato com a História Oral lhe possibilitou, evidenciando assim a constituição histórica da sua formação docente e também das relações pessoais que a configuraram como este indivíduo constantemente imbricado e interdependente às relações sócio-históricas que Elias (1994) propõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir e escrever sobre as vivências de uma professora da infância, a qual buscou em suas memórias seu processo de formação e alguns momentos mais significativos de sua prática docente, trazendo para o tempo presente aspectos relevantes de uma história que foi vivida e que agora, ao ser lembrada, torna-se repleta de novos significados e emoções, permite a estruturação da história de vida desta professora que trabalhou na fronteira entre Brasil e Paraguai, e porque não dizer, da constituição da História da Educação Fronteiriça.

Utilizar a metodologia da História Oral possibilitou que este trabalho valorizasse as experiências da Professora Renata, que em todos os momentos das entrevistas se mostrou muito satisfeita em poder colaborar e compartilhar conosco um pouco de sua história, visto que ao propor esta forma de trabalho dialogamos com Portelli, quando este destaca que “[...] cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial [...]. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras” (1997, p. 17).

E assim aconteceu com a professora Renata, suas entrevistas foram extremamente importantes para que o caráter do trabalho com a História Oral fosse melhor compreendido, mas principalmente, possibilitou que lançássemos um olhar mais profícuo acerca da trajetória desta docente da infância em seu contexto de trabalho na fronteira, instigando-nos, portanto, a continuar esta investigação, por meio da História Oral, buscando conhecer novas histórias destas mulheres professoras que arduamente

construíram seu caminho no trabalho com a infância e na constituição da história da educação fronteiriça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLER, Leandro. **Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1945-2014)**. Curitiba, PR: CRV, 2014.

BOBBIO, Noberto. **O Tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/ponta-pora/panorama>>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

BRASIL. **Portaria n. 125, de 21 de março de 2014**. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014&captchafield=firistAccess>>. Acesso em: 16 de out. de 2020.

CARDOZO, Efraim. **Apuntes de la Historia Cultural del Paraguay**. Paraguay: Editorial El Lector, 1996.

DELGADO, L.A.N. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. Dossiê b/, História Oral, 6, 2003, p. 9-25.

DGEEC - Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. Assunção, Paraguay, 2015. **Paraguay. Proyección de La Población por Sexo y Edad, Según Distrito, 2000-2025**. Revisión 2015. Disponível em: <https://www.dgeec.gov.py/microdatos/indicador.php?ind=MTY=>. Acesso em: 17 de out. de 2020.

DURAN, M. C. G. **Profissão docente: desafios de uma identidade em crise. Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. v. 02, n. 02, p. 46-53, jan.-jul. 2010. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MATOS, V. J; SENNA, K. A. **História Oral como Fonte: problemas e métodos**. *Revista História*. Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MEIHY, José Carlos Bom. **Definindo História Oral e Memória**. *Cadernos CERU* – nº 5 – Série 2: 1994.

MEIHY, José Carlos Bom. **Os Novos Rumos da História Oral: o caso brasileiro.** *Revista de História* 155 v 2º: 2006. p.191-203.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral.** *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

SARAT, Magda. **Formação profissional e Educação Infantil: Uma história de contrastes.** *Revista Guairacá*, 17:135-158, 2001.

SARAT, Magda. **História da Formação de Professoras para a Infância: Experiências no Brasil e na Argentina.** *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 18, n.1, p. 23-36, Janeiro/Abril 2015.

SARAT, Magda. **Histórias de Estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação.** 2004. Tese de Doutorado. Arquivo Pessoal.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicas da pesquisa. In: COSTA, C. J. ; MELO, J. J. P. e FABIANO, L. H. (org.) **Fontes e Métodos em História da Educação.** Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 49-78.

SEIFERHELD, David Velásquez. Relaciones entre autoritarismo y Educación em el Paraguay: 1869-2012. **Un análisis histórico.** Primer Volumen 1869-1936. SERPAJ: Paraguay, 2016.

SEIFERHELD, David Velásquez; D'ALESSANDRO, Sandra. Relaciones entre autoritarismo y Educación em el Paraguay: 1869-2012. **Un análisis histórico.** Tercer Volumen 1954-1989. SERPAJ: Paraguay, 2018.

SILVA, Luciene Cléa da. **Trajetórias de Formação de Professoras da Infância na Fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: <<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>>.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores.** *Revista Brasileira de Educação.* Mai/Jun/Jul/Ago: 2000.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Artigos e ensaios: Os textos devem ser inéditos. Título (máximo 15 palavras), Resumo, Resumen e Abstract (máximo de 200 palavras), e três palavras-chaves (palabras-claves, key-words). Limite mínimo de 8 páginas e máximo de 15 páginas, incluídas as referências. Não serão publicados artigos e ensaios que excedam esse limite.

Resenhas: De livros editados nos dois últimos anos a contar da data de publicação do mesmo. Devem indicar a referência bibliográfica do trabalho resenhado. Não devem ultrapassar 2.400 palavras. Não serão publicadas resenhas que excedam esse limite.

Entrevistas: Devem apresentar o(s) nome(s) do(s) entrevistado(s) e entrevistador(es). Devem trazer também uma apresentação de, no máximo, 400 palavras. Solicitamos também o envio da autorização do(s) entrevistado(s), concordando com a publicação do trabalho. As entrevistas não devem exceder 15 páginas, incluindo as notas e as referências.

Normas para tabulação

Todos os artigos devem ser submetidos em formato DOC ou DOCX. A página deve, obrigatoriamente, estar configurada com margens de 2cm e espaçamento 1,5 entrelinhas. Quanto à fonte, deve se utilizar Times New Roman, tamanho 12.

Os trabalhos deverão ser submetidos ao portal da revista no endereço eletrônico <http://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas>. É necessário que os autores se cadastrem no sistema antes de submeter um artigo; caso já tenha sido cadastrado ou publicado anteriormente basta acessar o sistema e iniciar o processo de submissão.

As produções devem obedecer às seguintes orientações:

Os manuscritos devem ser anexados sem quaisquer informações que permitam identificar seus autores, tais como: nome e informações institucionais, agradecimentos, vinculação do artigo a projetos de pesquisa, ou a instituições universitárias. Contudo, estes dados devem ser corretamente informados no cadastro online dos usuários. As dúvidas a este respeito devem ser enviadas para revistaalamedas@gmail.com.

Título do trabalho - no topo da primeira página, escrito em caixa alta e centralizado. Havendo subtítulo, colocar na linha imediatamente abaixo do título, centralizado e em espaço simples.

Resumos - Os resumos devem apresentar o objetivo, as principais hipóteses, a metodologia empregada e as principais conclusões apresentadas no artigo. A formatação do resumo deve utilizar fonte Times New Roman tamanho 12 e espaçamento simples. Pede-se no mínimo 3 e no máximo 5 palavras-chave.

Quadros, mapas, tabelas, imagens etc. - Eventuais ilustrações e tabelas (com suas respectivas legendas) já devem estar situadas nos locais corretos. No caso das fotografias, devem estar digitalizadas com resolução acima de 300dpi, formato JPG e acompanhadas com os dados do autor/fonte e ano de produção.

Notas - As notas devem constar no final, eliminando-se os recursos das notas de rodapé. Notas finais devem ser curtas e só serão publicadas se forem essenciais para a compreensão de ideias e conceitos-chave.

Obs.: Não colocar as referências em notas.

Normas para as citações e referências bibliográficas

Todos os títulos e documentos citados deverão ser apresentados ao final do artigo, com o título Bibliografia. As citações em língua estrangeira deverão ser traduzidas para o português.

Citações: As citações dispostas no meio do texto devem seguir o padrão: (autor, ano da obra, número da página). Por exemplo: (LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 122). Caso exista a repetição de um mesmo autor em citações sucessivas deverá repetir-se o formato (autor, ano da obra, número da página).

As citações com mais de três linhas deverão ganhar um parágrafo separado com recuo em todo o parágrafo de 4 cm, o espaçamento entre linhas simples e tamanho 10. As citações com tal parágrafo separado não devem ser envolvidas por aspas.

Referências Bibliográficas: As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final do artigo, listadas em ordem alfabética, obedecendo às seguintes normas (NBR 6023):

Livro: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

Coletânea: SOBRENOME, Nome (abreviado) Título do ensaio. In: SOBRENOME, Nome (abreviado) do(s) organizador(es). **Título da coletânea:** subtítulo. Número da edição, caso não seja a primeira. Local da publicação: nome da editora, ano.

Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título do artigo.** *Nome do periódico em itálico*, local da publicação, volume e número do periódico, intervalo de páginas do artigo, período da publicação, ano.

Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título: subtítulo.** Ano. Páginas. Dissertação (mestrado) ou Tese (doutorado) (Grau acadêmico e área de estudos). Instituição em que foi apresentada. Local.

Internet (documentos eletrônicos): SOBRENOME, Nome (abreviado). **Título.** Ano, Disponível em: [endereço de acesso]. Acesso: em [data de acesso].

As referências a autores no decorrer do artigo devem subordinar-se ao seguinte esquema: (SOBRENOME DE AUTOR, data) ou (SOBRENOME DE AUTOR, data, página). Ex.: (Santos, 1994) ou (Santos, 1994, p. 25). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (SANTOS, 1989a), (SANTOS, 1989b).